RPG-REINFRA
CONSULTORIA

PROCURAÇÃO

Modalidade de Licitação Tomada de Preços	**Número** Nº 01/2022
Processo administrativo 053.1682.2022.0000101-92	**Órgão/entidade e setor** Superintendência de Saneamento

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos a Senhora Aline Maria Baldez Custódio, brasileira, solteira, Engenheira Ambiental e Sanitarista, portador do Registro de Identidade nº 2006010223983, expedido pela SSP/CE, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº 049.905.744-94, residente à Rua Visconde de Cairu, nº 720 apto. 402 – Vicente Pinzon – Fortaleza - CE, como nosso mandatório, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc.

Fortaleza, 29 de ABRIL de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

CNPJ: 10.648.067/0001-90

André Gimeniz Galvão

CPF: 627.107.593-87

10.648.067/0001-90
RPG-REINFRA
RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA
Av. Eusébio de Queiroz, nº 4569 A,
Centro, CEP: 61.760-051
EUSÉBIO-CE

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

Modalidade de Licitação Tomada de Preços	**Número** Nº 01/2022
Processo administrativo 053.1682.2022.0000101-92	**Órgão/entidade e setor** Superintendência de Saneamento

Nós, da empresa RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, CNPJ o n.º 10.648.067/0001-90, com endereço na Av. Eusébio de Queiroz 4569 A – CEP: 61.760-000, Bairro Centro, Eusébio, Ceará, doravante denominada LICITANTE, para fins de participação no certame licitatório acima identificado, apresentamos a Vossas Senhorias nossa Proposta Técnica, referente a Tomada de Preço Nº 01/2020, cujo objeto é "APOIO A ELABORAÇÃO DE PLANOS REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO DE 15 MICRORREGIÕES DE SANEAMENTO BÁSICO (MSB) DO ESTADO DA BAHIA E ADAPTAÇÃO DE 4 PLANOS REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO ÀS NORMAS DE REFERÊNCIA DA ANA", conforme as condições estabelecidas no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022, seu Termo de Referências e seus Anexos.

Nesta oportunidade, temos a declarar, sob as penas da Lei, que tomamos pleno conhecimento dos serviços objeto desta licitação; que não possuímos nenhum fato impeditivo para participação deste certame e que nos submetemos a todas as cláusulas e condições previstas neste edital. Declaramos ainda que assumimos inteira responsabilidade pela execução dos serviços, objeto deste Edital de Tomada de Preço TP n. 01/2022, e que serão executados conforme exigência editalícia e contratual, e que serão iniciados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço.

Fortaleza, 29 de ABRIL de 2022

André Gimeniz Galvão

10.648.067/0001-90
:R | RPG:REINFRA
RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA
Av. Eusébio de Queiroz, nº 4569 A,
Centro, CEP: 61.760-051
EUSÉBIO-CE

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

CNPJ: 10.648.067/0001-90

André Gimeniz Galvão

CPF: 627.107.593-87

RPG+REINFRA
CONSULTORIA

PROPOSTA TÉCNICA

SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO DA BAHIA

MAIO, 2022

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **3**
2. ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA **3**
3. OBJETO DA PROPOSTA **4**
4. CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO **4**
5. METAS E PRODUTOS DO TRABALHO PROPOSTO **5**
6. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO **6**
6.1 CONHECIMENTO DO PROBLEMA 6
6.1.1 Marco Regulatório 6
6.1.2 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) 14
6.1.3 Indicadores para a prestação dos serviços 25
6.2 PLANO DE EXECUÇÃO 44
6.2.1 Etapas e Produtos do trabalho proposto 44
6.2.1.1 META 1: Plano de Trabalho 44
6.2.1.2 META 2: Adaptação à Norma de Referência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e preparação para apresentação às estruturas de governança das MSBs 45
6.2.1.3 META 3: Apoio ao processo de discussão e aprovação dos Planos Regionais de Saneamento Básico (PRSB) junto às instâncias de governança 48
6.2.1.4 META 4: Apoio à realização das audiências públicas e aprovação dos Planos Regionais pela sociedade 49
6.2.1.5 META 5: Consolidação dos Planos Regionais de Saneamento 49
6.2.2 Cronograma 50
6.2.3 Recursos referentes às instalações e equipamentos 56
6.3 FLUXOGRAMA DE ATIVIDADES 56
7. EQUIPE TÉCNICA **59**
8. EXPERIÊNCIA ANTERIOR DA LICITANTE **64**
9. VALIDADE DA PROPOSTA **66**
10. ANEXOS **66**

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste documento é apresentar a proposta técnica e comercial da RPG Reinfra Consultoria, elaborada a partir do Termo de Referência da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia (SIHS), de março de 2022, visando a contratação de apoio à elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSBs) do Estado da Bahia e adaptação de 4 Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA.

Incluem-se nesta proposta, os produtos solicitados no Termo de Referência, a metodologia da execução dos serviços e a experiência da equipe técnica e da RPG Reinfra na área do objeto desta proposta.

2. ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA

Com o intuito de avançar em relação ao novo marco regulatório do saneamento (Lei n. 14026/2020), o governo do Estado da Bahia sancionou a Lei Complementar nº 48, em 10 de junho de 2019, instituindo 19 Microrregiões de Saneamento Básico (MSBs) no Estado, com o objetivo de planejamento e de execução de políticas públicas no âmbito regional, organizando metas e prioridades que atendam a todos os municípios.

Além da implantação das estruturas de governança composta pelo Colegiado Microrregional, Comitê Técnico, Conselho Participativo e Secretário-Geral, o art. 4º da Lei Complementar estabelece que cada MSB, tem por finalidade exercer as competências relativas à integração da organização, do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum, neste caso, a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, em relação aos municípios que as integram, como:

- Aprovar objetivos, metas e prioridades de interesse regional, na área de saneamento básico, compatibilizando-os com os objetivos do Estado e dos Municípios que a integrem, bem como fiscalizar e avaliar sua execução;

- Apreciar planos, programas e projetos, públicos ou privados, relativos à realização de obras, empreendimentos e atividades na área de saneamento básico que tenham impacto regional;

- Aprovar e encaminhar, em tempo útil, propostas regionais na área de saneamento básico, como sugestões ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual;

- Comunicar aos órgãos ou entidades federais que atuem na unidade regional as deliberações acerca dos planos relacionados com os serviços na área de saneamento básico.

Para o exercício dessas competências de forma mais efetiva, as MSBs elaboraram e aprovaram os Planos Regionais de Saneamento Básico das Microrregiões de Litoral Sul e Baixo Sul (LIS), Extremo Sul (EXS), Médio Sudoeste da Bahia (MSO) e Terra do Sol (TSO). Além disso, foram construídos, por meio da EMBASA, os estudos que fundamentam os Planos Regionais de Saneamento das outras 15 (quinze) MSB, totalizando as 19 MSB do Estado da Bahia. Entretanto, esses estudos também precisam ser debatidos e validados, não somente pela estrutura de governança de cada MSB, mas pela sociedade em geral. Ademais, os 4 planos elaborados pela SIHS, precisam ser adaptados à norma de referência da ANA.

Além disso, a Lei Complementar nº 51, de 30 de março de 2022, altera a composição das MSBs do Litoral Norte e Agreste Baiano (LNA), do Portal do Sertão (PST), do Recôncavo (REC) e do Sisal-Jacuípe (SIJ). Considerando que os estudos técnicos para a elaboração dos Planos Regionais de Saneamento Básico seguiram a composição determinada pela LC nº 48/2019, é imprescindível que os estudos que correspondem a estas MSBs sejam adaptados em função do novo arranjo estabelecido pela legislação em vigor, de forma preliminar à consolidação dos Planos Regionais de Saneamento Básico destas 4 MSBs.

3. OBJETO DA PROPOSTA

No sentido de apoiar a SIHS com suporte técnico especializado, a RPG Reinfra Consultoria apresenta sua proposta técnica com base no Termo de Referência da SIHS, que estabelece as orientações e diretrizes para a contratação de assessoria e apoio para a elaboração dos Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 (quinze) MSB do Estado da Bahia, com base nos estudos fornecidos pela EMBASA, e para a realização dos debates junto aos órgãos de governanças das MSBs a fim de validar e sistematizar esses estudos e consolidar os Planos Regionais de Saneamento Básico, bem como adaptar os 4 planos elaborados pela SIHS à norma de referência da ANA sobre indicadores e padrões de qualidade, eficiência e eficácia para avaliação da prestação, da manutenção e da operação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e os estudos das MSBs alteradas pela LC nº 51/2022.

O objeto da presente proposta corresponde à prestação de serviços de assessoria técnica especializada para apoio à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia (SIHS), para elaboração, discussão e validação dos estudos dos Planos Regionais de Saneamento Básico em 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSBs) do Estado da Bahia, bem como adaptar os 4 Planos Regionais elaborados pela SIHS à norma de referência da ANA, sobre indicadores e padrões de qualidade, eficiência e eficácia para avaliação da prestação, da manutenção e da operação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Ademais, o objeto desta proposta abarca a adaptação dos estudos técnicos em função das mudanças de composição de 4 MSBs, trazidas pela Lei Complementar nº 51, de 30 de março de 2022.

4. CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO

Os estudos que compõem os Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 (quinze) MSB foram elaborados por instituição especializada em apoio à Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), contemplando ao todo, 298 municípios, divididos nessas MSB.

Esses estudos serão fornecidos pela EMBASA no formato de "Relatório dos Estudos Técnicos de Fundamentação dos Planos Regionais de Saneamento Básico (PRSB) das MSB", contendo para cada MSB, o Relatório do Diagnóstico dos Serviços Saneamento Básico da MSB e o Relatório de Prognóstico, Cenário Referência, Objetivos e Metas; Indicadores de Desempenho e Projetos, Ações e Programação de Execução da MSB.

As MSB contempladas nesses estudos são:

1. MSB do Algodão
2. MSB da Bacia do Paramirim
3. MSB da Bacia do Velho Chico
4. MSB da Bacia do Rio Grande
5. MSB da Chapada Diamantina
6. MSB de Irecê
7. MSB do Litoral Norte e Agreste Baiano
8. MSB do Piemonte-Diamantina
9. MSB do Piemonte do Paraguaçu
10. MSB do Recôncavo
11. MSB do São Francisco Norte
12. MSB do Semiárido do Nordeste
13. MSB do Sisal-Jacuípe
14. MSB de Vitoria da Conquista
15. MSB do Portal do Sertão

Cabe ressaltar que as outras 4 (quatro) MSBs que formam o restante das 19 MSBs do Estado da Bahia, que são, Litoral Sul e Baixo Sul (LIS), Extremo Sul (EXS), Medio Sudoeste da Bahia (MSO) e Terra do Sol (TSO), já elaboraram e aprovaram os seus Planos Regionais de Saneamento Básico, no ano de 2021, com o apoio da SIHS, porém se faz necessário adaptar tais instrumentos à norma de referência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que trata indicadores e padrões de qualidade, eficiência e eficácia para avaliação da prestação, da

manutenção e da operação de sistemas de abastecimento de agua e de esgotamento sanitário.

Assim como ocorreu nessas 4 (quatro) MSBs, é necessário que os estudos elaborados pela EMBASA também sejam apresentados, discutidos e validados nas 15 (quinze) MSB, não somente pelas instâncias de governança como Colegiado Microrregional, Comitê Técnico e Conselho Participativo, mas também pela sociedade em geral, por meio de audiência pública. Da mesma forma, os 4 planos elaborados pela SIHS devem ser apresentados às instâncias de governança de suas respectivas MSBs, no tocante às alterações trazidas pela NR da ANA.

Portanto, considerando que esses estudos foram elaborados dentro de normas e seguindo diretrizes técnicas, e que o Plano Regional de Saneamento Básico (PRSB) é um dos instrumentos da Política de Saneamento Básico federal e estadual, as Microrregiões de Saneamento Básico têm a atribuição de deliberar sobre assuntos de interesse regional e aprovar os planos microrregionais.

5. METAS E PRODUTOS DO TRABALHO PROPOSTO

Conforme especificado no Termo de Referência, as atividades para o desenvolvimento do trabalho objeto desta proposta, serão realizadas em 5 (cinco) metas distintas e complementares, descritas a seguir:

META 1: PLANO DE TRABALHO

Essa meta é composta pelo seguinte produto:

Produto 1 – Plano de Trabalho.

META 2: ADAPTAÇÃO À NORMA DE REFERÊNCIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA) E PREPARAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO ÀS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DAS MSB

Essa meta é composta pelo seguinte produto:

Produto 2 – Adaptação às Normas de Referência da ANA e sistematização dos estudos que compõem o Plano Regional de Saneamento Básico (15, sendo 1 para cada MSB), além dos 4 Planos Regionais elaborados pela SIHS, especificamente em relação às Normas da ANA.

META 3: APOIO AO PROCESSO DE DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO (PRSB) JUNTO ÀS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

Essa meta é composta pelo seguinte produto:

Produto 3 – Relatórios de participação em reuniões nas instâncias de governança (para cada MSB).

META 4: APOIO À REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E APROVAÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS PELA SOCIEDADE

Essa meta é composta pelo seguinte produto:

Produto 4 – Relatório de participação nas audiências públicas nas MSB (para cada MSB).

META 5: CONSOLIDAÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DE SANEAMENTO

Essa meta é composta pelo seguinte produto:

Produto 5 – Relatório dos Planos Regionais de Saneamento Básico (PRSB) das MSB – versão final (para cada uma das MSB).

Todos esses produtos serão desenvolvidos para as 19 (dezenove) microrregiões, sendo, portanto, 5 produtos para cada microrregião. As MSB prioritárias serão preestabelecidas pela SIHS, podendo serem alterados a critério da contratante ao longo da execução do contrato.

6. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

6.1 CONHECIMENTO DO PROBLEMA

6.1.1 Marco Regulatório

A fim de garantir a segurança jurídica para a realização dos investimentos necessários à universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, assim como estabelecer regras para a prestação adequada destes serviços e construir um arranjo organizacional para uma gestão eficiente do setor, têm-se o marco regulatório do setor do saneamento, seja em âmbito federal, estadual ou municipal.

A Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, dispondo, entre outros, sobre a prestação de serviços, planejamento, controle social e regulação das 4 componentes do saneamento: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais. Esta legislação foi regulamentada pelo Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que estabelece as normas para a execução da lei supracitada, abordando as especificidades para a prestação dos serviços de saneamento básico.

Posteriormente, a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, instaura um novo cenário para o saneamento básico, trazendo perspectivas para a consolidação do marco regulatório. Esta nova legislação estipula diretrizes a serem seguidas, a saber: a universalização do acesso ao saneamento básico, a integralidade na prestação dos serviços, a adequação às normas de saúde pública e proteção ambiental, a adoção de técnicas apropriadas, a articulação com as políticas de desenvolvimento urbano, o controle social, entre outras questões. Para tanto, seus pilares consistem em: atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a competência para editar normas de referência sobre os serviços de saneamento; extinguir a figura do contrato de programa e; dar ênfase as formas de prestação e planejamento regionalizado, caracterizando-se como o Novo Marco Legal do Saneamento Básico. A principal ênfase desta legislação está na garantia da eficiência e sustentabilidade econômica na prestação dos serviços de saneamento básico.

Faz-se ainda necessário destacar o Decreto Federal nº 10.588/2020, que regulamenta o acesso a recursos da União, onerosos ou não. Este decreto foi alterado pelo Decreto Federal nº 11.030, de 1º de abril de 2022, para que arranjos de prestação regionalizada definidos pelos municípios possam ser aceitos para fins de cumprimento das exigências legais quando não houver lei estadual que trate da regionalização. O Decreto nº 11.030/2022, altera prazos e critérios sobre a regularização de operações, apoio técnico e financeiro da União, e a alocação de recursos públicos federais para o setor de saneamento. Neste sentido, vale ressaltar ainda a existência do Decreto nº 10.710, de 31 de maio de 2021, que determina que os atuais prestadores de serviço de água e esgoto comprovem que tem capacidade econômico-financeira para investir, contribuindo de forma efetiva para o alcance das metas de universalização.

No que diz respeito à esfera Estadual, observa-se a evolução na gestão dos recursos naturais e dos serviços de saneamento básico no Estado da Bahia, através da edição de diversas leis, descritas a seguir. Primordialmente, têm-se a criação da Secretaria do Saneamento e Recursos Hídricos do Estado, através da Lei nº 2.929/1971, que estabelece sua estrutura geral, suas finalidades e competências. Posteriormente, é promulgada a Constituição do Estado da Bahia, em 05 de outubro de 1989, que trata do saneamento básico em seu Capítulo IX, definindo os deveres do Estado, a fim de garantir qualidade de vida à população.

A Lei Estadual nº 7.307, de 23 de janeiro de 1998, versa sobre a ligação de efluentes à rede pública de esgotamento sanitário, evidenciando de forma objetiva sobre os direitos e deveres do usuário do serviço, bem como sobre os órgãos encarregados do controle e fiscalização, as possíveis infrações e suas respectivas penalidades que, em caso de geração de recursos financeiros, serão destinados ao Fundo Especial para o Esgotamento Sanitário, criado pela própria lei. Já em 2001,

foi instituída a Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais da Bahia, através da Lei nº 7.799, determinando os objetivos, princípios, diretrizes e definições desta política, além de apresentar as componentes do Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais e suas respectivas competências.

A criação das Secretarias de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, se deu através da Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002. A SEDUR visa formular e executar a política estadual de desenvolvimento urbano, de habitação, de saneamento básico e de assistência técnica aos municípios. Já a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, objetiva formular e executar a política estadual de ordenamento ambiental, de desenvolvimento florestal e de recursos hídricos. A estrutura da SEDUR é aprimorada com a criação do Conselho Estadual das Cidades da Bahia (ConCidades/BA), instituída pela Lei nº 10.704, de 12 de novembro de 2007. De acordo com o artigo 2º da referida lei, o ConCidades tem como objetivos debater, formular e deliberar diretrizes para a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano. Portanto, o saneamento básico contribui fortemente para o alcance destes objetivos, ficando estabelecida a Câmara Técnica de Saneamento Básico, enquanto órgão assessor do ConCidades/BA, cujas competências são formular a Política e o Plano Estadual de Saneamento Básico, bem como exercer o controle social dos serviços e ações de saneamento executados pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado.

A Política Estadual de Saneamento Básico da Bahia é instituída, em 01 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.172, formulada com base em princípios como a universalização do acesso aos serviços públicos; a integralidade das atividades e componentes de cada um desses serviços; a garantia de informação e participação da sociedade nos processos de formulação das políticas e do planejamento para o setor; a regionalização através da formação de consórcios públicos integrados pelo Estado e por Municípios de determinada região e o fortalecimento da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA), a fim de viabilizar o acesso de todos, aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, entre outros princípios. Ademais, o artigo 11 desta lei, institui o Sistema Estadual de Informações em Saneamento Básico, em articulação com o SNIS, a fim de facilitar o acesso público às informações relativas aos serviços públicos de saneamento básico da Bahia.

A Lei nº 11.172/2008, também cria a Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Estado da Bahia (CORESAB), ao qual compete exercer as atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, mediante delegação, enquanto não houver ente regulador próprio do município, ou agrupamento de municípios, por meio de cooperação ou coordenação federativa, de acordo com o artigo 18. O regimento da CORESAB foi aprovado posteriormente, pelo Decreto nº 11.429, em 05 de fevereiro de 2009, dispondo com mais detalhes sobre as competências da Comissão e sua organização administrativa, entre outros.

Compondo o conjunto de leis ambientais do Estado da Bahia, também se têm a Lei nº 12.056, de 07 de janeiro de 2011, que institui a Política de Educação Ambiental do Estado, salientando seus princípios, objetivos e diretrizes. Esta política é de extrema importância para o setor do saneamento básico, visto o poder que a educação ambiental exerce no incentivo às políticas públicas para a gestão sustentável do saneamento, na promoção da sensibilização da sociedade em relação ao consumo sustentável dos recursos naturais e na correlação dos serviços de saneamento com os indicadores de saúde e na preservação do meio ambiente.

A Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011, modifica a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, tendo como destaques para o setor ambiental, a extinção do Instituto do Meio Ambiente (IMA) e do Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ), além da criação do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), enquanto autarquia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente (SEMA). O artigo 104 desta lei determina que os recursos orçamentários e financeiros, bem como os acervos e obrigações do IMA e do INGÁ, passam a ser do INEMA, que tem por finalidade executar a Política Estadual do Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Política Estadual de Recursos Hídricos, a Política Estadual sobre Mudança do Clima e a Política Estadual de Educação Ambiental.

O disposto na Lei nº 12.602, de 29 de novembro de 2012, cria a Agência Reguladora de

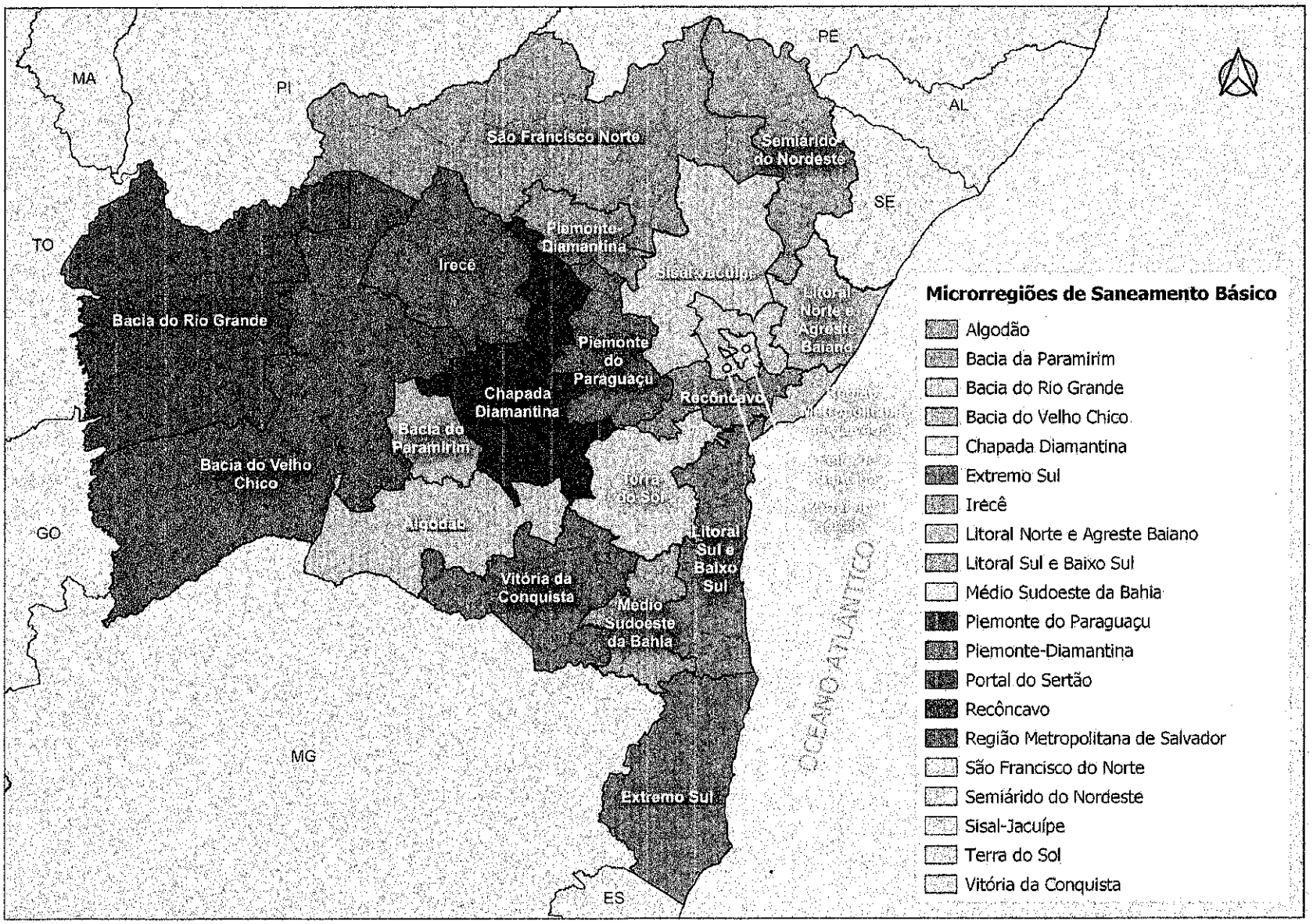
Saneamento Básico do Estado da Bahia (AGERSA), autarquia sob regime especial, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), tendo como objetivo o exercício da regulação e da fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, substituindo assim a CORESAB em termos das funções de regulação exercidas até então por esta comissão.

No ano de 2014 é feita uma nova modificação na estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, através da Lei nº 13.204, que cria a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS), que tem como objetivo fomentar, acompanhar e executar estudos e projetos de infraestrutura hídrica, bem como formular e executar a Política Estadual de Saneamento Básico. Ademais, a Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (CERB), a EMBASA e a AGERSA, passam a ser vinculadas à SIHS como Entidades de Administração Indireta. Contudo, o Decreto nº 16.656 é publicado apenas em março de 2016, aprovando assim o regimento da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento e determinando suas finalidades, competências e organização.

Visando a integralidade dos serviços de saneamento básico, foi sancionada a Lei Complementar nº 48, de 10 de junho de 2019, que institui as 19 Microrregiões de Saneamento Básico do Estado da Bahia (**Figura 1**), bem como o Decreto nº 19.337, de 14 de novembro de 2019, que aprova os regimentos internos provisórios das Entidades Microrregionais das MSBs. A criação das microrregiões possibilita o planejamento e a execução de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, no âmbito regional, assim como a aprovação de objetivos, metas e prioridades, além da apreciação de planos, programas e projetos, públicos ou privados, relativos à realização de obras e empreendimentos na área do saneamento básico, pautados em um interesse regional. Dessa forma, o plano microrregional consiste no principal instrumento de gestão e de planejamento das microrregiões, com vistas ao alcance das metas de universalização do saneamento básico através de iniciativas regionalizadas.

Este modelo de gestão pública também estabelece a regulação da prestação dos serviços e sua fiscalização. Já a prestação dos serviços pode ser delegada para a entidade não integrante da administração direta. Neste caso, a microrregião deve elaborar o Plano Regional de Saneamento Básico. Dessa forma, há o estabelecimento de uma estratégia de fortalecimento da Política Estadual de Saneamento Básico, instituindo uma nova estrutura, que viabiliza ações integradas de investimentos e projetos planejados regionalmente, garantindo avanços no atendimento dos serviços para a toda a população do estado, bem como possibilitando uma economia de escala, no intuito de fornecer os serviços essenciais de forma mais acessível, sem prejuízos aos pequenos municípios.

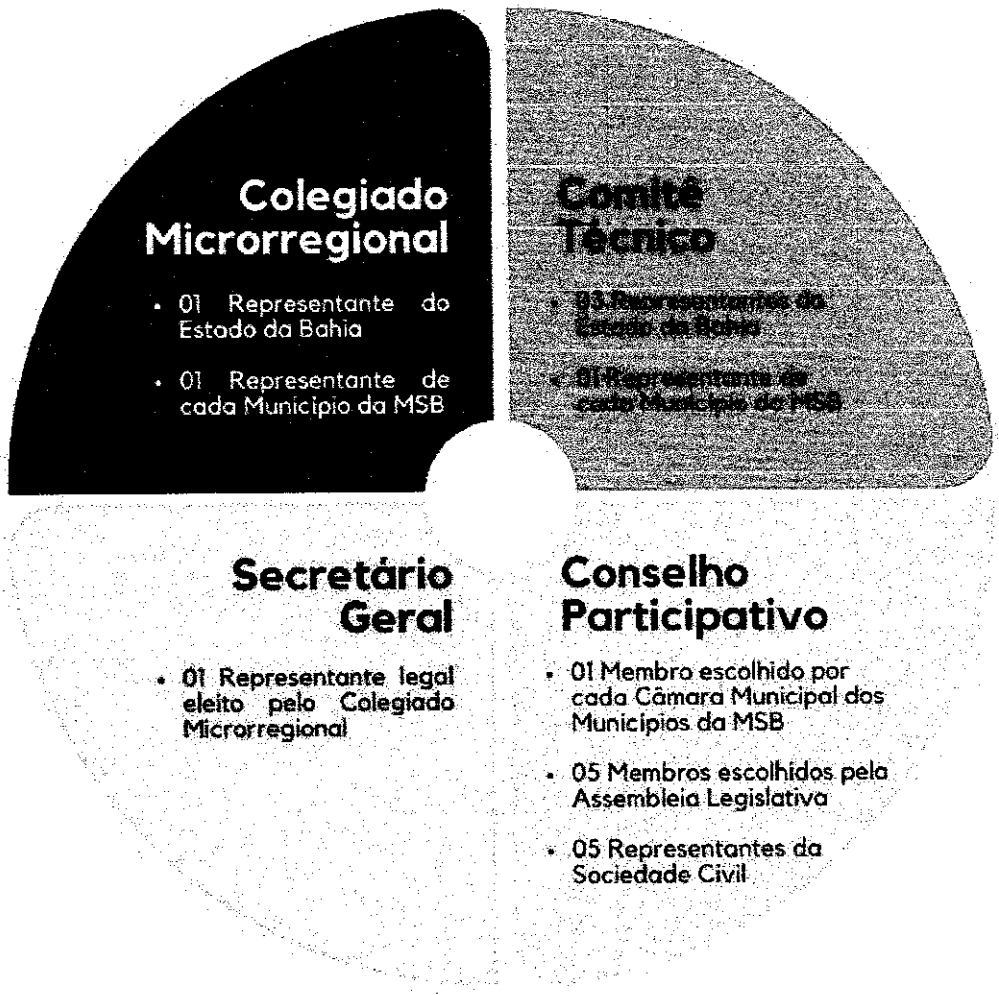
Figura 1 - Mapa de localização das MSBs do Estado da Bahia, conforme LC nº 48/2019.



Fonte: RPG Reinfra (2022)

A estrutura de governança das Entidades Microrregionais é definida pela LC nº 48/2019, sendo composta por: Colegiado Microrregional, Comitê Técnico, Conselho Participativo e o Secretário-Geral, conforme apresentado pela **Figura 2**. O Colegiado Microrregional é instância máxima da autarquia intergovernamental e possui a competência para: aprovar os planos microrregionais e, quando necessário, os planos intermunicipais ou locais; definir a entidade reguladora responsável pelas atividades de regulação e de fiscalização dos serviços públicos de interesse comum, bem como estabelecer as formas de prestação destes serviços; propor critérios de compensação financeira aos Municípios da Microrregião que suportem ônus decorrentes da execução de funções ou serviços públicos de interesse comum; autorizar Município integrante da Microrregião a, isoladamente, promover licitação ou contratar a prestação de serviços públicos de saneamento básico, ou atividades deles integrantes, por meio de concessão ou de contrato de programa; elaborar e alterar o Regimento Interno da Entidade Microrregional; eleger e destituir o Secretário-Geral; dentre outras atribuições. Na configuração proposta pela referida legislação, quando em situações em que haja a necessidade de deliberação pelo Colegiado Microrregional, ficariam conferidos 50% dos votos ao Estado da Bahia e outros 50% aos municípios.

Figura 2 - Composição da Estrutura de governança das Entidades Microrregionais.



Fonte: RPG Reinfra (2022)

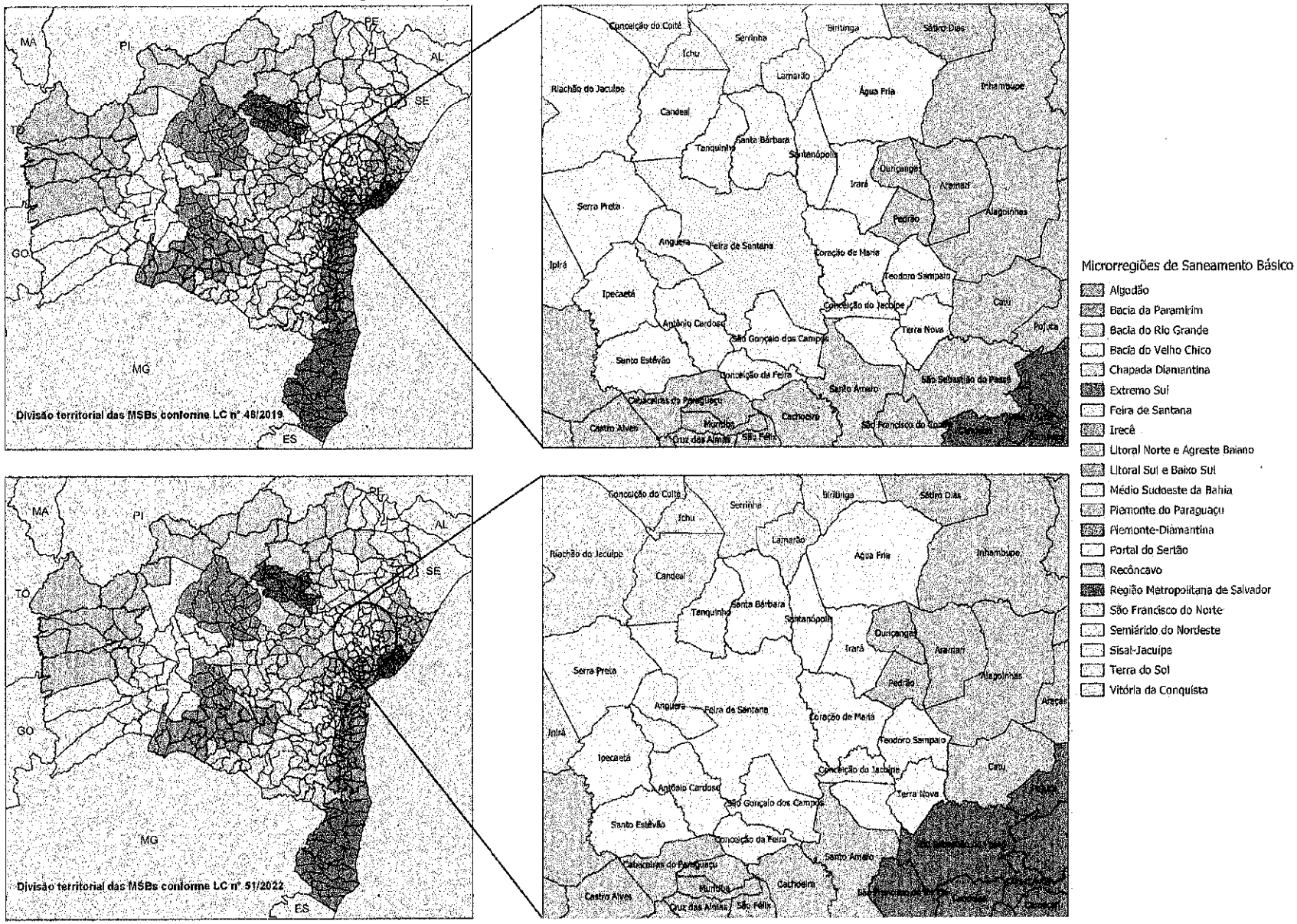
O Comitê técnico tem por finalidade apreciar previamente as matérias que integram a pauta das reuniões do Colegiado Microrregional, providenciando estudos técnicos que a fundamentem e assegurar, nos assuntos relevantes, à prévia manifestação do Conselho Participativo. Já o Conselho Participativo por sua vez, possui como atribuições: elaborar propostas para apreciação das demais instâncias da Entidade Microrregional; apreciar matérias relevantes previamente à deliberação do Colegiado Microrregional; propor a constituição de Grupos de Trabalho para a análise e debate de temas específicos e convocar audiências e consultas públicas sobre matérias sob sua apreciação. Por último, o Secretário-Geral é o representante legal da Entidade Microrregional, sendo sua principal responsabilidade executar às deliberações do Colegiado Microrregional. O mesmo participa de todas as reuniões do Colegiado, sem direito a voto e é encarregado pelo registro e publicidade de suas atas.

Esta estrutura de governança é mantida ainda na Lei Complementar nº 51, de 30 de março de 2022, que altera a LC nº 48/2019, contudo, quando em situações em que haja a necessidade de deliberação pelo Colegiado Microrregional, o número de votos do Estado da Bahia passa de 50% a 40% na nova legislação, nas determinações acerca dos serviços de saneamento básico, ficando conferidos 60% dos votos aos municípios. Além disso, também foram alteradas as composições de quatro microrregiões, a saber: Litoral Norte e Agreste Baiano, Recôncavo, Sisal-Jacuípe e Portal do Sertão. Com as mudanças feitas, os municípios de Pojuca, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé, que fazem parte da Região Metropolitana de Salvador, são retirados das MSBs do Litoral Norte e Agreste Baiano e Recôncavo, das quais eram integrantes de acordo com a LC nº 48/2019, além de haver a inclusão do município de Feira de Santana, que passa a integrar a Microrregião de Saneamento Básico do Portal do Sertão, tornando a distribuição espacial das MSBs mais uniforme. Também é modificada a composição da MSB Sisal-Jacuípe, que passa a incluir os municípios de Candeal e Riachão do Jacuípe, antes pertencentes à MSB Portal do Sertão. Estas alterações podem ser observadas na **Figura 3**.

Dando continuidade à implementação do Novo Marco Regulatório, a Agersa atestou, em março de 2022, a capacidade econômico-financeira dos Contratos de Prestação de Serviços da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (EMBASA), para o atendimento às metas de universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário estabelecidas pela Lei nº 14.026/2020, conforme previsto pelo Decreto Federal nº 10.710/2021.

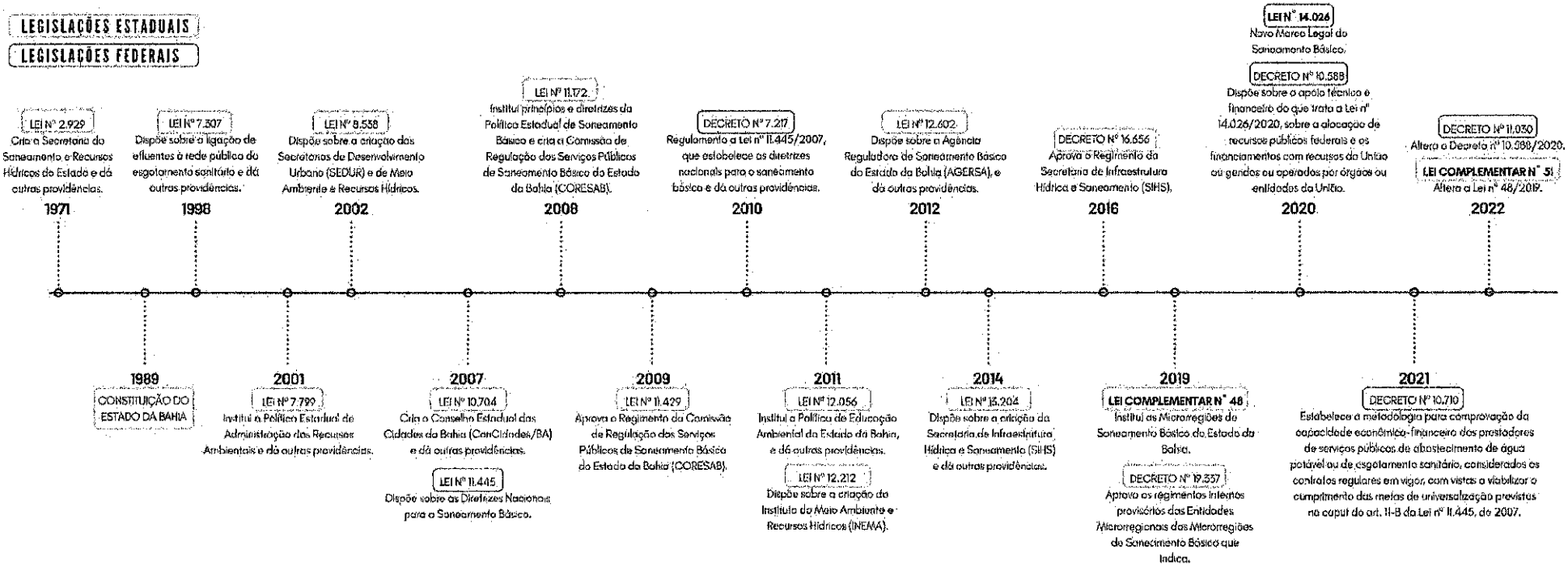
A ordem cronológica das legislações mencionadas no presente tópico está apresentada no infográfico a seguir, representado pela **Figura 4**.

Figura 3 – Comparativo da composição das MSBs do Estado da Bahia, conforme LC nº 51/2022.



Fonte: RPG Reinfra (2022)

Figura 4 – Linha do tempo das principais legislações referentes ao Saneamento Básico.



Fonte: RPG Reinfra (2022)

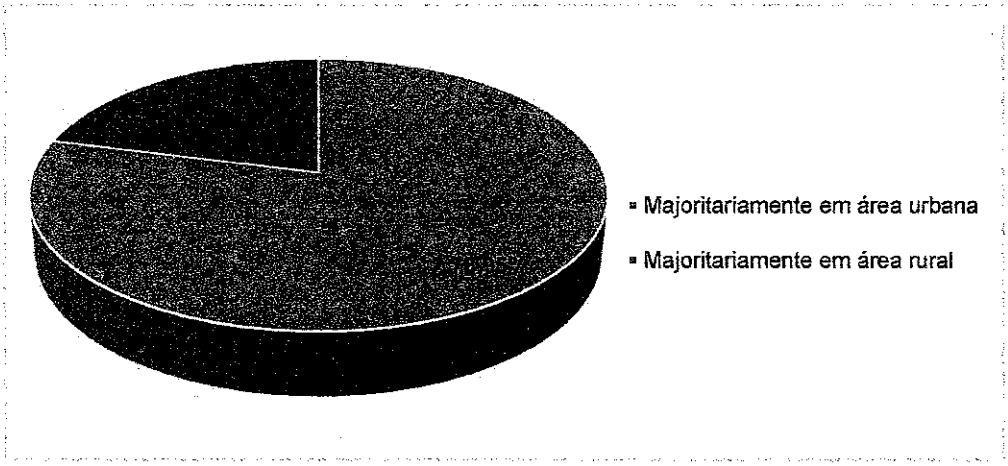
6.1.2 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB)

O processo de regionalização do estado da Bahia se deu inicialmente com a aprovação da Lei Complementar nº 48, de 2019, que institui as 19 Microrregiões de Saneamento Básico do estado, sendo posteriormente modificadas, em função da composição de algumas MSBs, pela LC nº 51/2022. As alterações realizadas na composição das MSBs influenciam também nos dados gerais obtidos a nível regional, trazendo cenários diferentes para os anos de 2019 e 2022. Na **Tabela 1** é possível observar o cenário geral encontrado nas 19 microrregiões à época da elaboração dos Planos Regionais e Estudos Técnicos, de acordo com o que estabelece a LC nº 48/2019. Visto que a infraestrutura dos serviços de saneamento é também limitada às características populacionais do momento em que foi planejada até um horizonte de tempo definido, podendo ser afetada por um crescimento demasiado ou redução dessa população, é imprescindível o conhecimento do panorama das relações entre a dinâmica demográfica, a urbanização e o acesso ao saneamento básico, para que haja o controle dos efeitos da variação populacional sofrida por estas microrregiões na prestação dos serviços de saneamento básico e para que sejam identificados os desafios e necessidade de maiores investimentos.

Até o ano de 2021, as Microrregiões de Saneamento Básico englobavam 406 dos 417 municípios do Estado da Bahia, com exceção de alguns municípios da Região Metropolitana de Salvador e o município de Feira de Santana. Estes 406 municípios estavam distribuídos nas 19 microrregiões, tendo MSBs de maior alcance, como é o caso da microrregião do Litoral Sul e Baixo Sul com 41 municípios, e outras de menor alcance, como as microrregiões da Bacia do Paramirim e do Piemonte-Diamantina, com 9 municípios cada. A dinâmica espacial também se dá através das áreas das microrregiões. As microrregiões possuem áreas que vão de 6.794,34 km² (Portal do Sertão), a 98.554,25 km² (Semiárido do Nordeste).

De acordo com o último Censo Demográfico, realizado em 2010, as MSBs do Estado da Bahia possuia 9.358.681 habitantes, havendo crescimento para 10.478.106 habitantes, quando considera a população estimada para o ano de 2020. Esta população está distribuída nas 19 MSBs, tendo como mais populosa a microrregião do Litoral Sul e Baixo Sul, com 1.146.136 habitantes, e como menos populosa a microrregião da Bacia do Paramirim, com 163.162 habitantes. Em relação à situação de domicílio, a distribuição se dá de forma que em 15 das 19 MSBs, a população encontrava-se majoritariamente em áreas urbanas, como mostrado na **Figura 5**, sendo as MSBs da Bacia do Paramirim, da Bacia do Velho Chico, da Chapada Diamantina e do Sisal-Jacuípe, as únicas onde mais que 50% de sua população reside em áreas rurais.

Figura 5 - Situação da população das MSBs por situação de domicílio.



Fonte: IBGE (2010)

Tabela 1 - Características gerais das MSBs.

MSB	Quantidade de municípios	Área (km²)	Perimetro (km)	População (hab.)					Densidade demográfica (hab./km²)	População estimada (2020)
				Urbana	Rural	Total	% Urbana	% Rural		
Algodão	23	28.058,93	1.447.801,00	263.276	234.166	497.442	52,93%	47,07%	17,73	520.095
Bacia da Paramirim	9	9.391,63	508.776,00	59.009	104.153	163.162	36,17%	63,83%	17,37	167.411
Bacia do Rio Grande	13	72.952,04	2.003,91	260.001	125.548	385.549	67,44%	32,56%	5,28	452.267
Bacia do Velho Chico	25	90.959,00	2.639,83	253.797	287.238	541.035	46,91%	53,09%	5,95	567.079
Chapada Diamantina	24	32.465,12	1.716,76	176.285	184.546	360.831	48,86%	51,14%	11,11	369.234
Extremo Sul	21	30.637,60	SI	593.569	166.637	760.206	78,08%	21,92%	24,81	840.442
Irecê	21	27.659,68	924,36	253.339	165.388	418.727	60,50%	39,50%	15,14	441.754
Litoral Norte e Agreste Baiano	21	13.758,43	787,90	371.351	216.702	588.053	63,15%	36,85%	42,74	635.860
Litoral Sul e Baixo Sul	41	11.178,20	SI	834.502	311.634	1.146.136	72,81%	27,19%	102,53	1.139.304
Médio Sudoeste da Bahia	14	12.177,67	SI	202.095	55.745	257.840	78,38%	21,62%	21,17	264.446
Piemonte-Diamantina	9	10.359,07	1.701,34	114.968	81.734	196.702	58,45%	41,55%	18,99	204.192
Piemonte do Paraguaçu	11	16.994,86	872,90	171.369	88.886	260.255	65,85%	34,15%	15,31	268.496
Portal do Sertão	19	6.794,34	882,51	201.588	172.018	373.606	53,96%	46,04%	54,99	392.957
Recôncavo	27	9.192,88	827,57	439.843	229.352	669.195	65,73%	34,27%	3,61	712.838
São Francisco do Norte	19	76.710,00	5.791,69	458.513	313.811	772.324	59,37%	40,63%	10,07	827.555

MSB	Quantidade de municípios	Área (km²)	Perímetro (km)	População (hab.)					Densidade demográfica (hab./km²)	População estimada (2020)
				Urbana	Rural	Total	% Urbana	% Rural		
Semiárido do Nordeste	23	98.554,25	1.137,02	273.114	245.643	518.757	52,65%	47,35%	5,26	550.012
Sisal-Jacuípe	31	28.037,86	1.237,27	372.439	416.382	788.821	47,21%	52,79%	28,13	823.457
Terra do Sol	32	18.825,05	SI	427.630	183.532	611.162	69,97%	30,03%	32,47	608.081
Vitória da Conquista	23	82.882,80	1.214,20	448.300	236.590	684.890	65,46%	34,54%	8,26	692.626

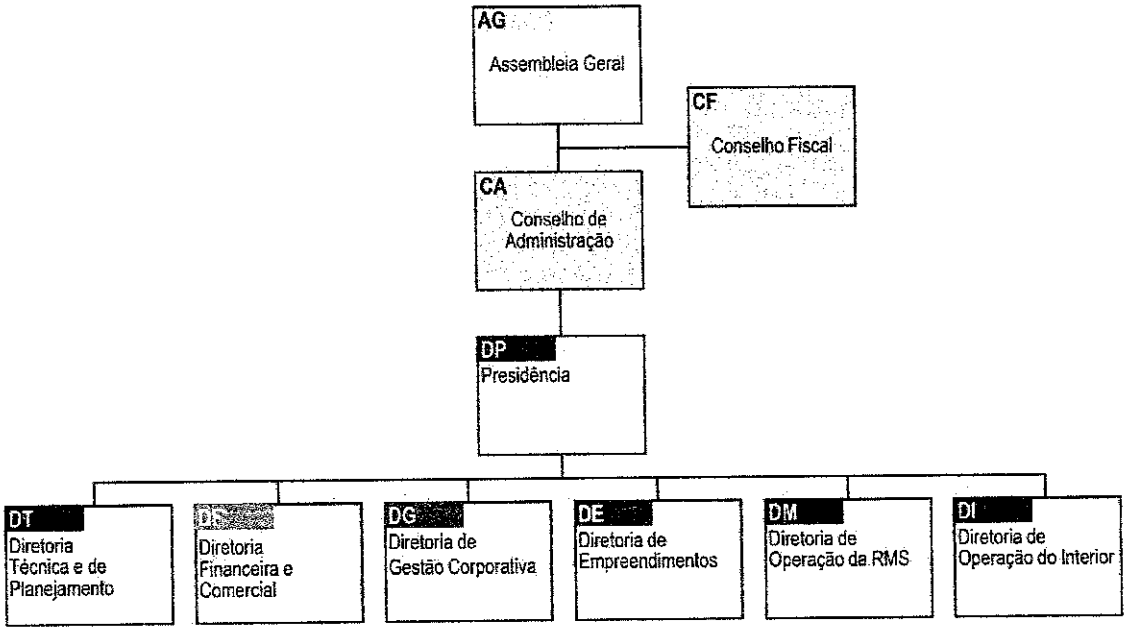
SI: Sem Informações.

Fonte: IBGE (2010), IBGE (2020)

Dos atores da governança pública destinada ao setor do saneamento básico, no que se refere à prestação dos serviços nas 19 MSBs do Estado da Bahia, destacam-se a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA), os Serviços Autônomos de Água e Esgoto e as Prefeituras Municipais. Além destes, existem também as Centrais, Associações e Prefeituras, que prestam serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas rurais, quando existentes.

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA) é uma sociedade de economia mista de capital autorizado, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado da Bahia e presta serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, atendendo prioritariamente a população urbana. Assim, em 2019 foram registrados 367 municípios com abastecimento de água e 106 municípios com esgotamento sanitário operados pela empresa. A EMBASA funciona sob a estrutura de governança corporativa, apresentada na **Figura 6**, conforme a Resolução de Diretoria nº 1.020/2016. Sua administração ocorre por meio de 19 unidades regionais, dentre as quais, 6 estão presentes na Região Metropolitana de Salvador e 13, além de diversos escritórios locais, estão localizadas no interior.

Figura 6 - Estrutura de Governança Coorporativa EMBASA.



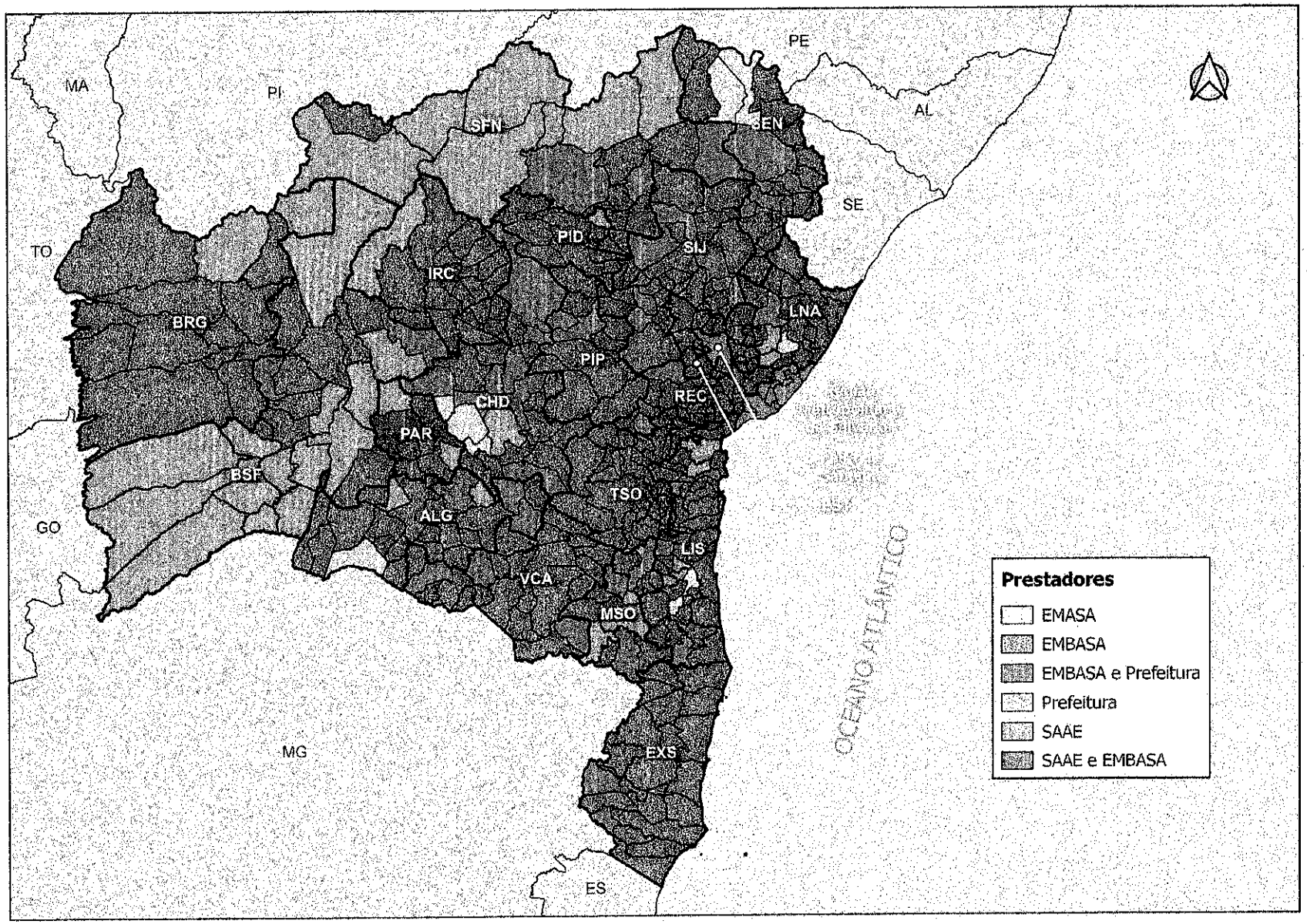
Fonte: EMBASA (2017)

Já os Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs), constituem autarquias municipais da administração indireta, responsáveis pela execução dos serviços de captação, tratamento e fornecimento de água, bem como coleta e tratamento de efluentes. Segundo o Manual de Orientação para Criação e Organização de Autarquias Municipais de Água e Esgoto, elaborado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), são apresentadas seis estruturas de organização administrativa para as autarquias municipais, com o intuito de subsidiar a organização dos serviços de água e esgoto, por meio da disponibilização de modelos básicos que podem ser melhor adaptados à realidade de cada município. Em relação às estruturas apresentadas, inicialmente é exposta a organização administrativa I, para cidades com até 5.000 habitantes, até atingir a V, para cidades com população maior ou igual a 100.000 indivíduos. Por fim, existe o modelo de estrutura com o conselho técnico e administrativo incorporado, podendo ser adotado para qualquer uma das outras cinco estruturas.

As Prefeituras Municipais, possuem como algumas de suas competências, o estabelecimento de legislações e políticas públicas que configuraram o ordenamento jurídico fundamental para assegurar a gestão adequada dos recursos ambientais; a ampliação progressiva dos serviços de saneamento básico e; a promoção da qualidade de vida para a população, além de atuarem na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em áreas rurais, em alguns casos. Cabe ressaltar ainda a prestação de serviços realizada pela Empresa Municipal de Saneamento Ambiental (EMASA), criada em 1989 a partir da decisão da Prefeitura de Itabuna de municipalizar os serviços de água e esgoto, que até então eram concedidos à EMBASA, estabelecendo assim a antiga Empresa Municipal de Águas e Saneamento S.A, que somente em 2001, passa a ser chamada de Empresa Municipal de Saneamento Ambiental.

Além de municípios com prestação dos serviços realizada exclusivamente por um destes agentes, existem casos em que a prestação dos serviços é compartilhada entre estes atores, a depender das localidades a serem atendidas. Através da **Figura 7**, que ilustra a distribuição dos prestadores de serviços de saneamento, é possível observar que a EMBASA e os SAAEs são predominantes nas MSBs do estado da Bahia. Dos 406 municípios, 303 (74,63%) têm a EMBASA como prestadora exclusiva dos serviços de saneamento. A prestação dos serviços exclusivamente por SAAEs chega a 40 municípios (9,85%), enquanto apenas 8 municípios (1,97%) têm serviços de saneamento básico prestados exclusivamente por suas respectivas Prefeituras Municipais. Em 53 municípios (13,05%), as localidades são atendidas por Prefeitura e EMBASA e no município de Macaúbas, pertencente à MSB da Bacia do Paramirim, os serviços são prestados por SAAE e EMBASA, a depender da localidade.

Figura 7 - Prestadores dos serviços de Saneamento Básico nas MSBs do Estado da Bahia.



Fonte: RPG Reinfra (2022)

Conforme disposto na Lei nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020, o Plano de Saneamento Básico, sendo este municipal ou regional, torna-se requisito obrigatório para o estabelecimento de contratos de prestação de serviços públicos de Saneamento Básico, bem como a definição da entidade responsável pela regulação e fiscalização da prestação dos serviços. Portanto, é fundamental que se tenha um panorama da regulação nos municípios das 19 Microrregiões de Saneamento Básico, bem como da existência de planos voltados aos serviços de saneamento.

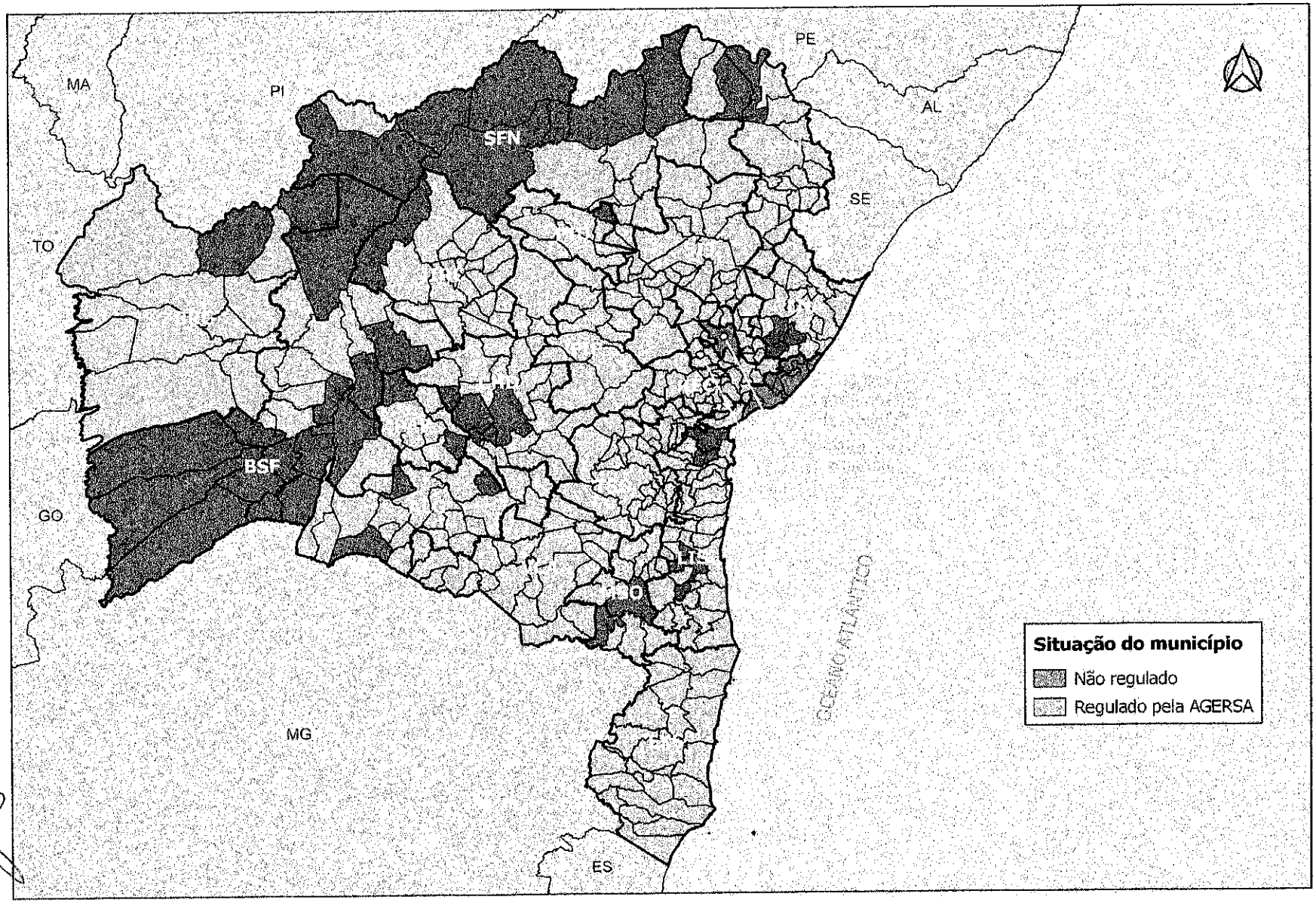
Em relação à regulação nas Microrregiões de Saneamento Básico do estado, esta é realizada pela AGERSA (Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia). A Agência Reguladora da Bahia é uma autarquia em regime especial, criada pela Lei n° 12.602/2012, e vinculada à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS). A AGERSA exerce atividades de fiscalização e regulação dos serviços públicos de saneamento básico, sendo responsável por estes serviços, enquanto não houver ente regulador criado pelo próprio Município ou agrupamento de Municípios. Cabe à agência buscar o cumprimento da Lei Federal n° 11.445/2007 e da Lei Estadual n° 11.172/2008, estabelecendo padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e satisfação dos usuários, revisando e reajustando tarifas, garantindo o cumprimento das metas de planejamento dos serviços, fiscalizando a prestação dos serviços e divulgando relatórios detalhados das atividades realizadas nestas fiscalizações.

A AGERSA, possui seis tipos de competências, sendo elas: Normativa, Adjudicatórias, Fiscalizatórias, Sancionatórias, Arbitrais e Recomendação. Em suma, a agência estabelece regras para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, elabora atos que disciplinam o prestador a explorar serviços públicos, monitora as regras estabelecidas por normas, aplica penalidades previstas na legislação específica, diminui conflitos entre regulados e usuários, e orienta à elaboração de políticas públicas que prevejam a adoção de medidas para o setor regulado. A regulação da AGERSA é prevista para as quatro componentes do Saneamento, Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana, porém sua atuação ocorre, de fato, para água e esgoto. A **Figura 8** apresenta a distribuição espacial da atuação da AGERSA nas 19 Microrregiões de Saneamento Básico do Estado da Bahia.

. Ao todo, 357 municípios (87,93%), das 19 MSBs, têm atuação da Agência Reguladora de Saneamento Básico, correspondendo à quantidade de municípios em que a EMBASA atua na prestação de serviços de pelo menos uma localidade. Os outros 49 municípios (12,07%) não têm seus serviços de saneamento básico regulados.

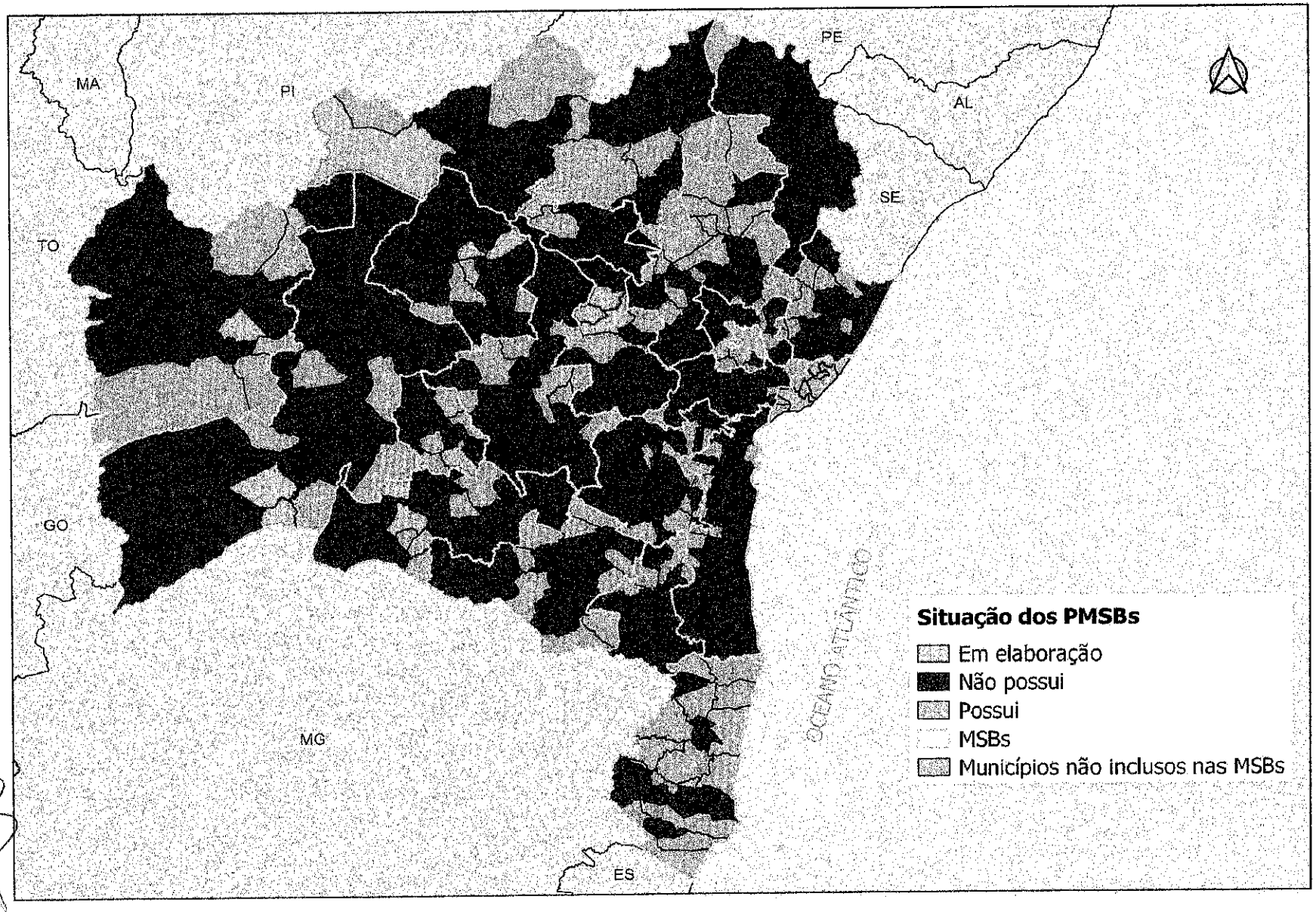
Já em relação à existência dos Planos Municipais de Saneamento Básico nos municípios das MSBs e sua importância para a adequação dos municípios ao Novo Marco do Saneamento Básico, a **Figura 9** ilustra de que forma se dá a existência dos PMSB nos municípios das 19 MSBs do Estado da Bahia. É necessário destacar também a existência dos Planos Setoriais, elaborados como alternativa simplificada ao PMSB, para os municípios operados pela EMBASA e que não dispunham deste instrumento, possibilitando as assinaturas dos contratos de programa, conforme ilustrado na **Figura 10**. Dos 406 municípios inseridos nas MSBs do Estado da Bahia, 133 (32,76%) apresentam PMSB aprovado ou concluído e outros 80 municípios (19,74%) possuem PMSB em elaboração. Sendo assim, 47,54% dos municípios ainda não possuem PMSBs previstos. Destes 193 municípios que não possuem PMSB, 82 possuem Planos Setoriais aprovados, finalizados ou em fase de elaboração

Figura 8 - Situação da regulação dos serviços de Saneamento Básico nos municípios das MSBs do Estado da Bahia.



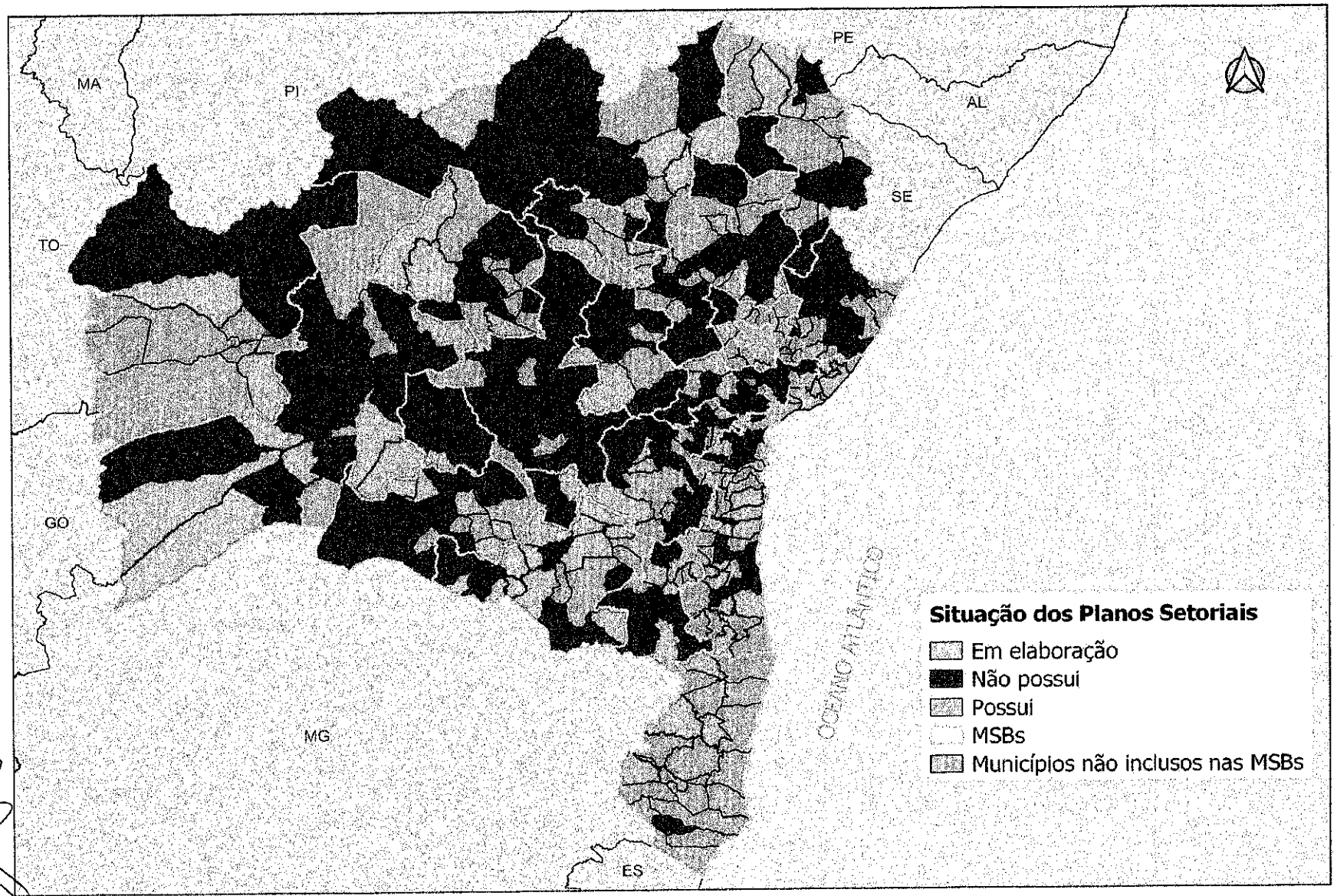
Fonte: RPG Reinfra (2022)

Figura 9 - Situação dos Planos Municipais de Saneamento Básico nos municípios das MSBs do Estado da Bahia.



Fonte: RPG Reinfra (2022)

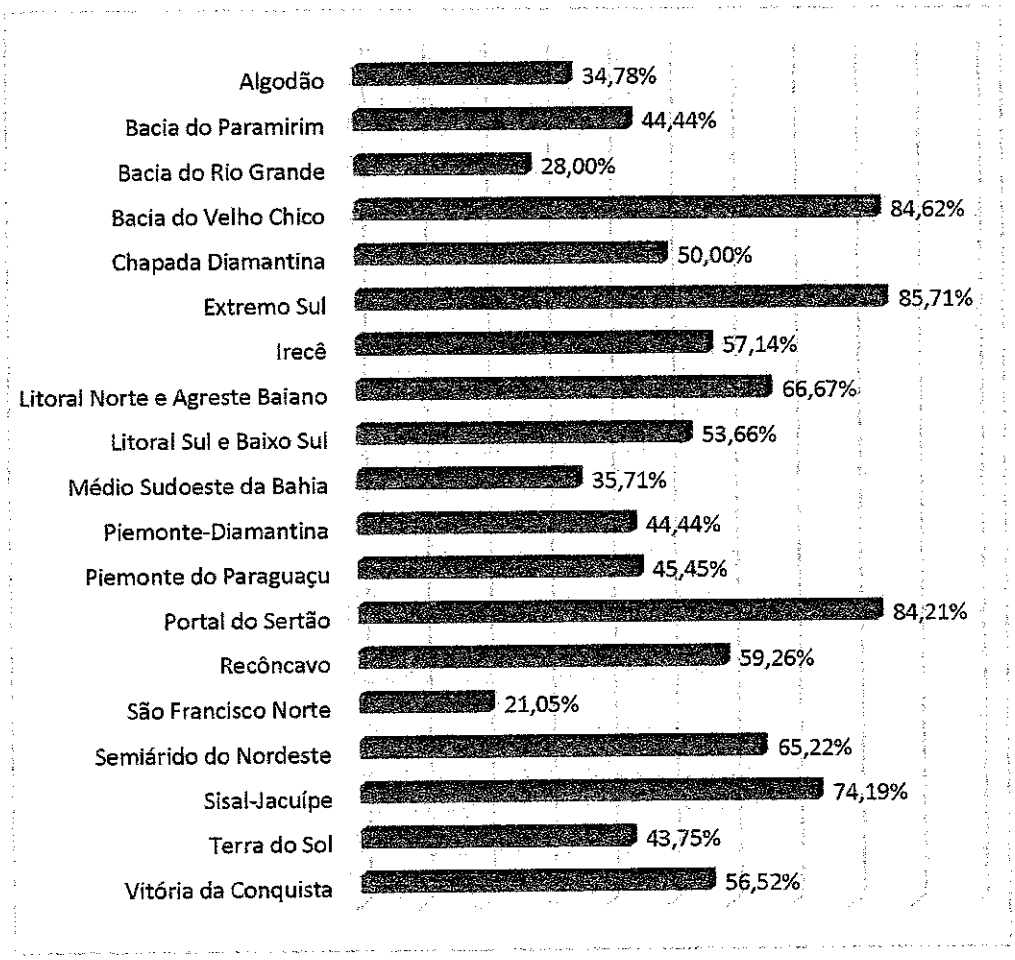
Figura 10 - Situação dos Planos Setoriais de Saneamento Básico nos municípios das MSBs do Estado da Bahia.



Fonte: RPG Reinfra (2022)

A situação das Microrregiões de Saneamento Básico em relação ao percentual de municípios que possuem PMSB ou Plano Setorial, é mostrada na **Figura 11**, onde é possível notar que existem MSBs com mais de 80% de seus municípios possuindo planos elaborados, como é o caso das MSBs do Extremo Sul, da Bacia do Velho Chico e do Portal do Sertão. Contudo, ainda existem 8 MSBs que apresentam percentual de municípios que possuem planos menor que 50%, salientando ainda mais a importância da elaboração dos Planos Regionais de Saneamento Básico.

Figura 11 - Percentual de municípios que possuem planos elaborados.



Fonte: SIHS, EMBASA, Prefeituras e SAAEs (2021)

A regionalização prevista no Novo Marco do Saneamento Básico visa contribuir para a viabilidade técnica e econômico-financeira, a criação de ganhos de escala e de eficiência e a universalização dos serviços de Saneamento Básico. Os Planos Regionais de Saneamento Básico (PRSBs) são instrumento da Lei nº 14.026, que consolida os PMSBs e viabiliza a alocação de recursos públicos federais, os financiamentos com recursos da União e provoca melhorias na gestão e fiscalização dos órgãos responsáveis. De acordo com o Artigo 17 da Lei nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020, a elaboração dos PRSBs dispensa a necessidade da elaboração e publicação dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

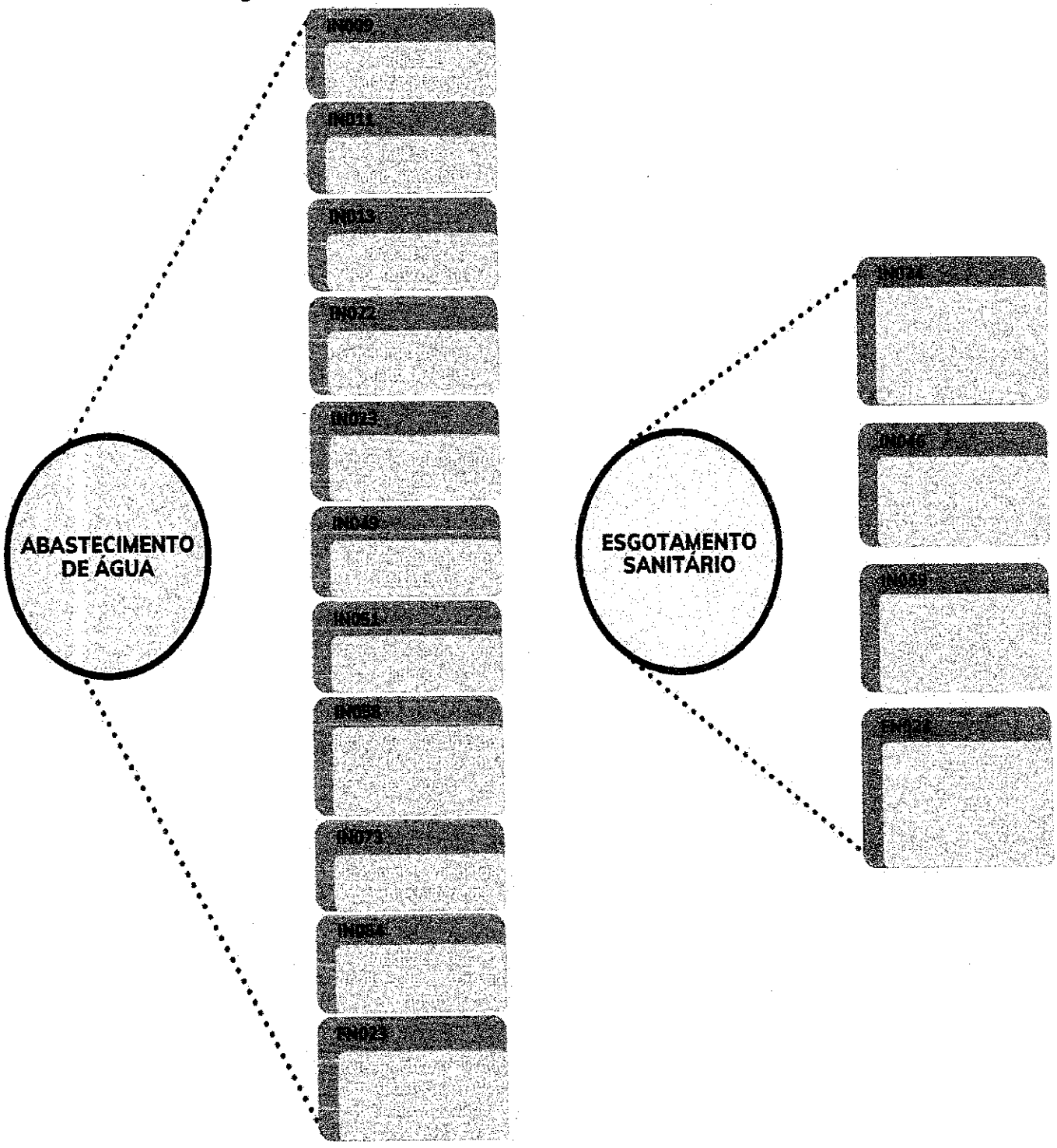
No ano de 2021, foram elaborados os Planos Regionais de Saneamento Básico de 4 das 19 microrregiões do Estado da Bahia, a saber: MSB do Extremo Sul (MSB/EXS), MSB do Litoral Sul e Baixo Sul (MSB/LIS), MSB do Médio Sudoeste Baiano (MSB/MSO) e MSB da Terra do Sol (MSB/TSO). Para as demais microrregiões foram elaborados estudos técnicos de fundamentação para os Planos Regionais de Saneamento Básico, para os setores de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

6.1.3 Indicadores para a prestação dos serviços

Para a elaboração dos PRSBs e estudos supracitados, foram realizados diagnósticos e cenarização da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário das MSBs do estado da Bahia. Para a caracterização da prestação destes serviços, foram determinados indicadores capazes de medir o desempenho da prestação dos serviços de água e esgoto, de acordo com os critérios estabelecidos no inciso I, Art. 10, da Lei nº 11.445/2007, o qual determina que os contratos de prestação dos serviços devem conter metas de expansão dos serviços, de redução de perdas na distribuição de água tratada, de qualidade na prestação dos serviços, de eficiência e de uso racional da água, da energia, de acordo com os serviços a serem prestados.

Os indicadores utilizados foram extraídos do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), referentes ao ano-base de 2019, estando distribuídos para cada um dos componentes conforme apresentado na **Figura 12**, e são descritos a seguir.

Figura 12 - Indicadores SNIS adotados para avaliação dos SAA e SES.



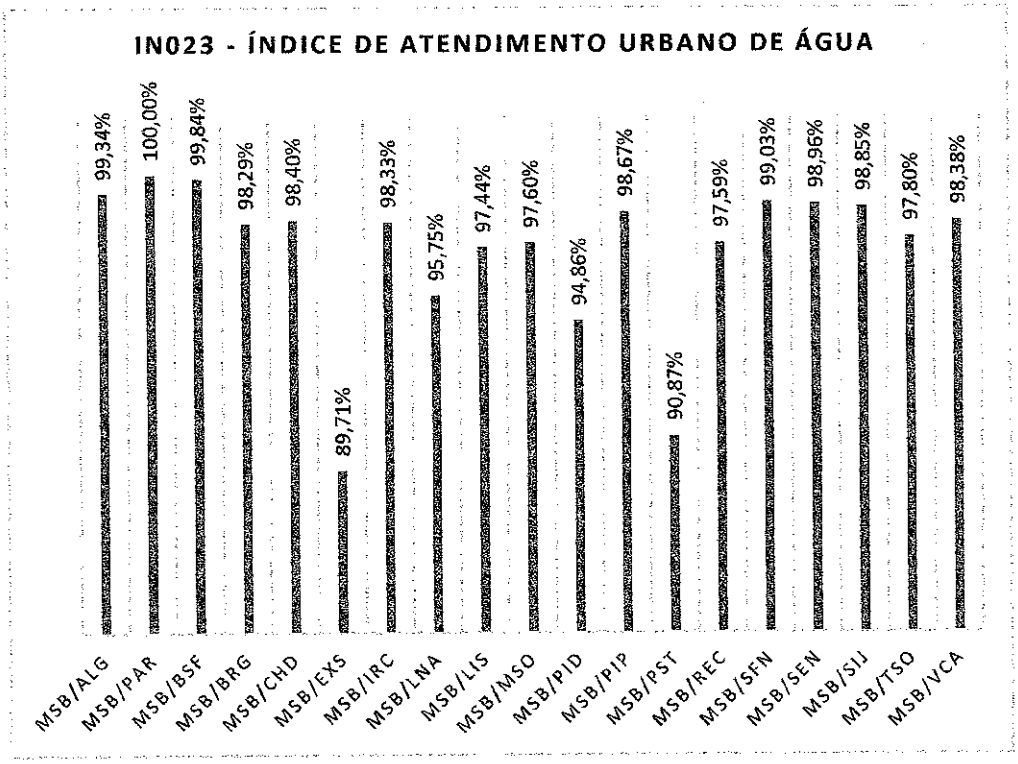
Fonte: RPG Reinfra (2022)

✓ **Abastecimento de Água**

O índice de atendimento urbano de água (IN023), representa a porcentagem da população urbana que é atendida pelos sistemas de abastecimento em relação à população urbana total residente no município. É utilizado como ferramenta de monitoramento da universalização do abastecimento de água em áreas urbanas. Como mostra a **Figura 13**, para o SNIS 2020 (ano-base 2019), apenas 2 MSBs do estado da Bahia apresentam índice de atendimento urbano inferior à média estadual deste mesmo período, de 94,67% de atendimento. Contudo, apenas 5 microrregiões possuíam atendimento igual ou superior à meta de atendimento de 99%, estabelecida pela Lei nº 14.026/2020, no ano-base 2019.

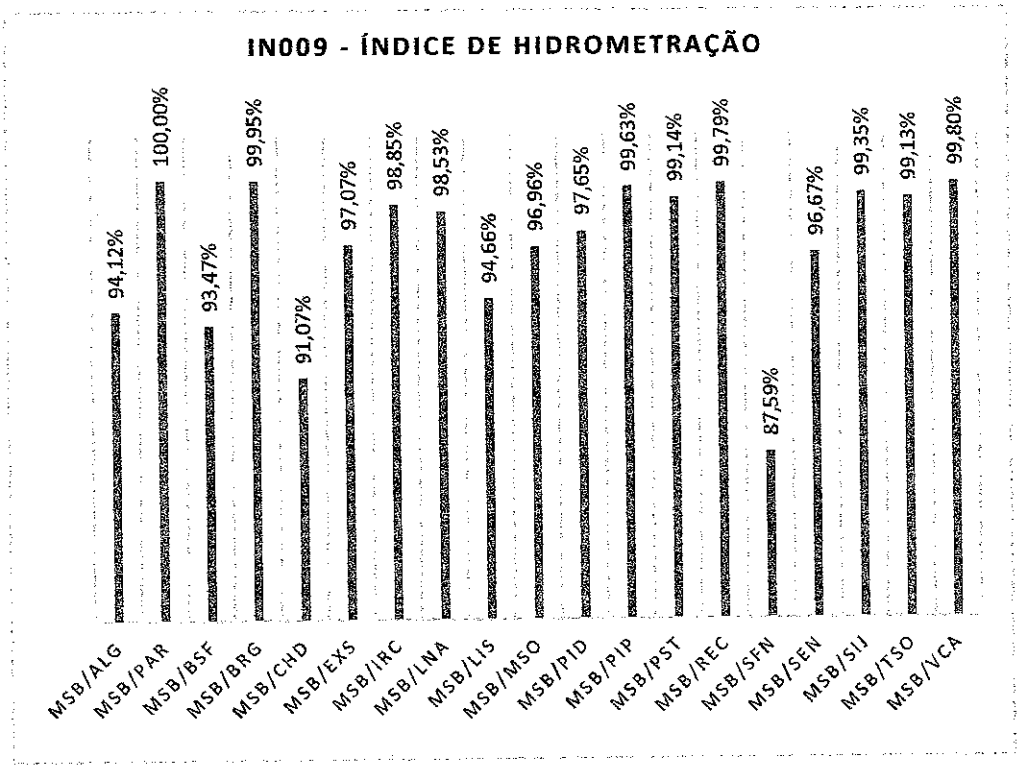
O índice de hidrometração (IN009) refere-se à porcentagem das ligações de água ativas que são medidas em relação à quantidade total de ligações ativas. O índice recebe esse nome, uma vez que o aparelho utilizado para realizar a medição do volume de água consumido é chamado de hidrômetro. Em relação a este índice, o cenário geral apresentado nas MSBs do estado da Bahia para 2020 (ano-base 2019) encontra-se de acordo com a média deste índice em relação à média estadual deste mesmo ano, calculada em 96,44%. Contudo, observa-se na **Figura 14**, que 4 MSBs apresentam índice inferior à média estadual, sendo estas as MSBs do Algodão, da Bacia do Velho Chico, da Chapada Diamantina e do São Francisco Norte. Portanto, a expectativa é que sejam feitos investimentos para que haja universalização da medição das ligações ativas em todas as microrregiões.

Figura 13 - Situação do Índice de Atendimento urbano de água (IN023) das MSBs da Bahia.



Fonte: SNIS (2020)

Figura 14 - Situação do Índice de Hidrometração (IN009) das MSBs da Bahia.

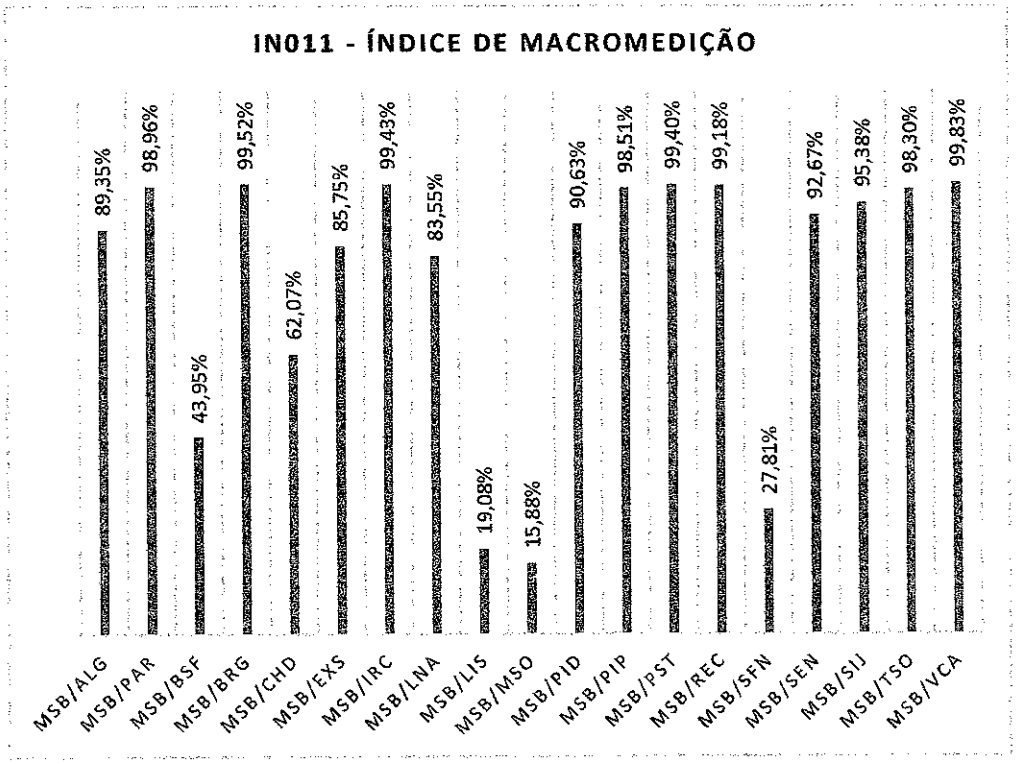


Fonte: SNIS (2020)

O índice de macromedição (IN011), é importante para o monitoramento de volumes com ênfase na distribuição de água dos sistemas de abastecimento, uma vez que se refere ao percentual do volume macromedido em relação ao volume total (volume de água produzido mais o tratado importado), sendo ambos subtraídos o volume de água tratado exportado. No que diz respeito a este índice, como exposto na **Figura 15**, das 19 MSBs, 10 encontram-se de acordo com a média encontrada no Estado da Bahia para este índice (91,44%), para ano-base 2019. As MSBs da Bacia do Velho Chico, da Chapada Diamantina, do Litoral Sul e Extremo Sul, do Médio Sudoeste da Bahia e do São Francisco Norte apresentam índice de macromedição consideravelmente inferior à média estadual, devido a apresentarem um ou mais municípios com IN011 igual a 0%, evidenciando a necessidade de investimentos para a melhoria deste indicador.

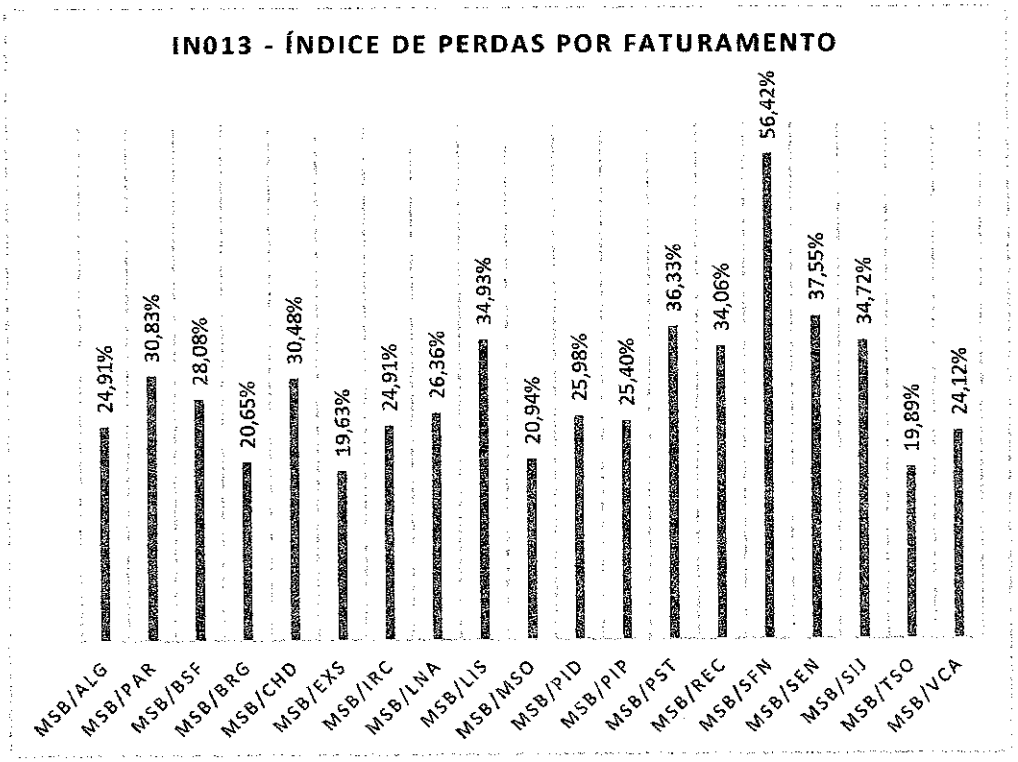
O índice de perdas por faturamento (IN013), é resultado da razão entre o volume de água produzido e importado subtraído do volume de água faturado, em relação volume total produzido (em ambos os fatores, se subtrai o volume de serviço), fornecendo assim, o percentual de água que não é faturado, ou seja, que não gera receita para o prestador de serviço. As médias microrregionais referentes ao índice de perdas por faturamento do ano-base 2019, encontram-se satisfatórias, se comparadas à média estadual deste mesmo período, que equivale a 41,22%. Contudo, apesar de apenas a MSB do São Francisco Norte apresentar índice acima da média do estado (**Figura 16**), com 56,42% de volume total de água produzida não faturada, deve-se priorizar o estabelecimento de ações a fim de minimizar estas perdas e os prejuízos causados por elas.

Figura 15 - Situação do Índice de Macromedição (IN011) das MSBs da Bahia.



Fonte: SNIS (2020)

Figura 16 - Situação do Índice de perdas por faturamento (IN013) das MSBs da Bahia.

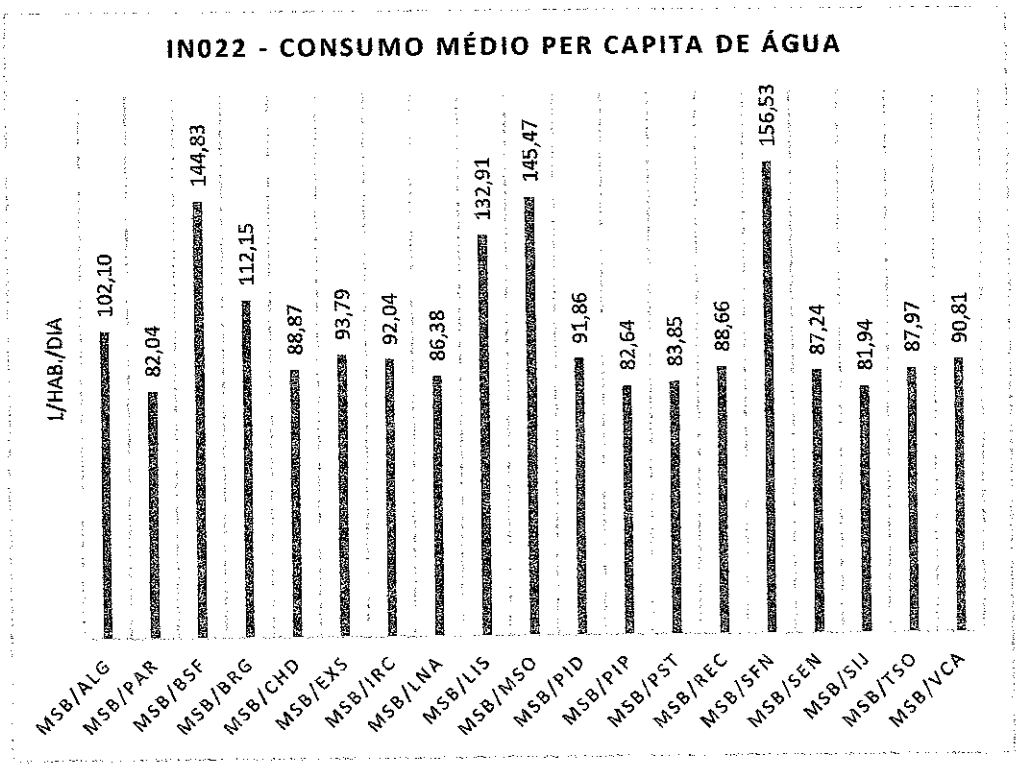


Fonte: SNIS (2020)

O consumo médio per capita de água (IN022), é definido como o volume de água consumido, excluído o volume de água exportado, dividido pela população atendida com abastecimento de água. Ou seja, representa a média diária, por indivíduo, dos volumes utilizados para satisfazer os consumos domésticos, comercial, público e industrial, logo, é um indicador que recebe influência de diversos fatores, tais como hábitos e caracterização socioeconômica da população, clima, existência de indústrias e comércios na localidade e até mesmo a qualidade da água disponibilizada, além de ser importante para as projeções de demanda requeridos para o dimensionamento e controle operacional de sistemas de água e esgoto. As faixas de consumo médio per capita de água das Microrregiões de Saneamento Básico estão expressas na **Figura 17**, onde é possível observar que apenas 5 MSBs apresentam consumo superior à média estadual do SNIS 2020 (ano-base 2019), onde se tem um consumo de 115,38 l/hab./dia. As demais MSBs apresentam consumo variando numa faixa de 82 a 102 l/hab.dia.

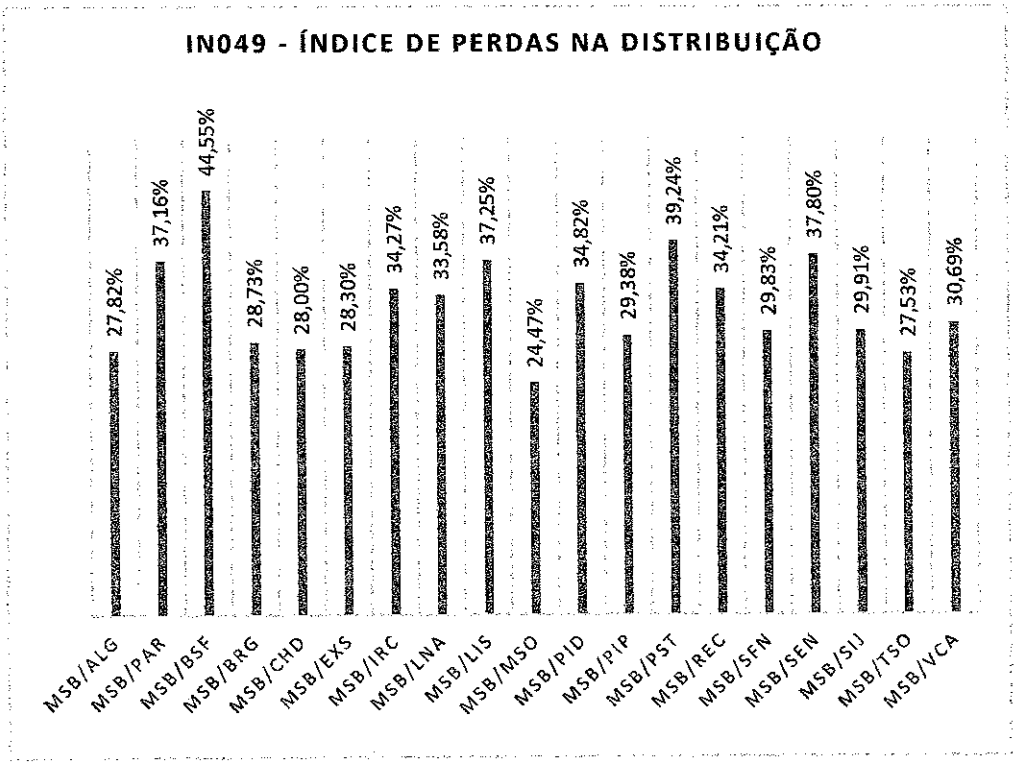
O índice de perdas na distribuição (IN049), refere-se à porcentagem do volume de água que não foi consumido em relação ao volume total (somatório do volume produzido com o volume tratado importado, subtraindo-se o volume de serviço). Diferentemente do índice de perdas de faturamento, o índice de perdas na distribuição é representativo dos volumes não consumidos por serem perdidos através de vazamentos nas redes de distribuição, caracterizando-se como perdas físicas ou reais. De acordo com a **Figura 18**, o índice de perdas físicas se mostra superior à média estadual do SNIS 2020 (40,23%), ano-base 2019, apenas na MSB da Bacia do Velho Chico, tendo apenas 55,45% do volume total de água sendo efetivamente consumido. Contudo, apesar de apenas 1 microrregião apresentar índice superior à média estadual do ano de 2020, espera-se que sejam realizados investimentos em projetos de substituição e restauração dos sistemas de distribuição a fim de minimizar estas perdas nas MSBs do Estado da Bahia.

Figura 17 - Situação do Índice de Consumo médio per capita de água (IN022) das MSBs da Bahia.



Fonte: SNIS (2020)

Figura 18 - Situação do Índice de perdas na distribuição (IN049) das MSBs da Bahia.

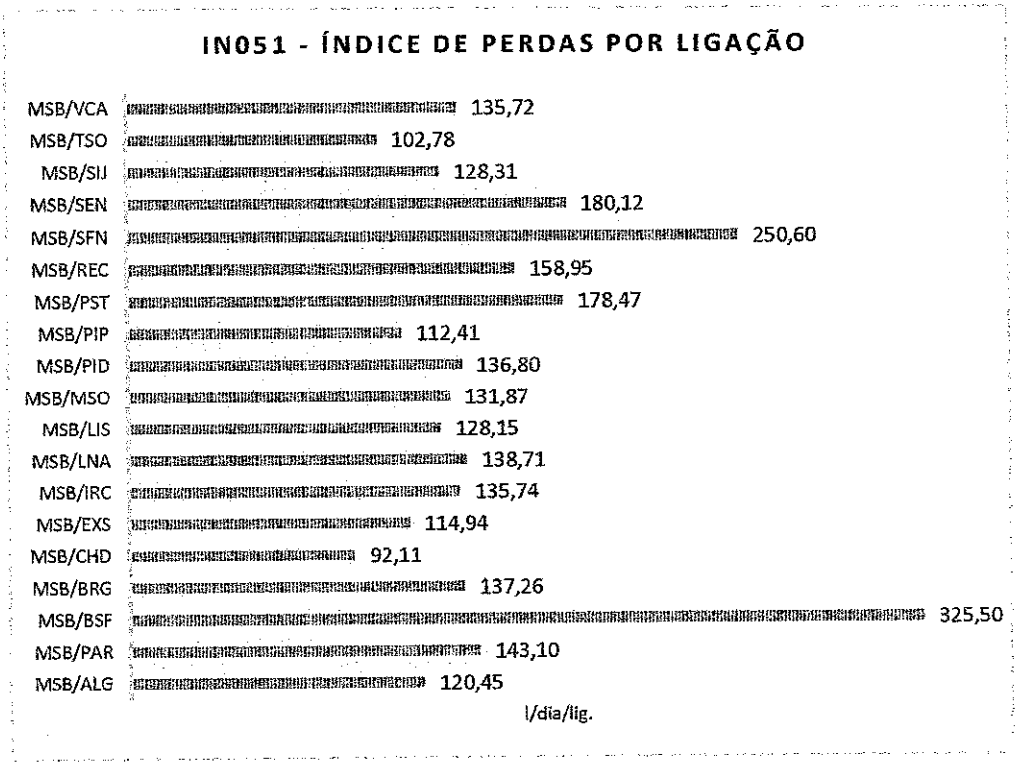


Fonte: SNIS (2020)

O índice de perdas por ligação (IN051), é representativo dos volumes não consumidos por serem perdidos através de vazamentos nas redes de distribuição, ou seja, caracterizando-se como perdas físicas ou reais. Das 19 MSBs, a MSB da Bacia do Velho Chico é a única que apresenta índice de perdas por ligação consideravelmente maior que a média estadual do SNIS 2020 (ano-base 2019), de 262,50 l/dia/ligação. As demais microrregiões possuem perdas que vão de 92 a 251 l/dia/ligação (**Figura 19**).

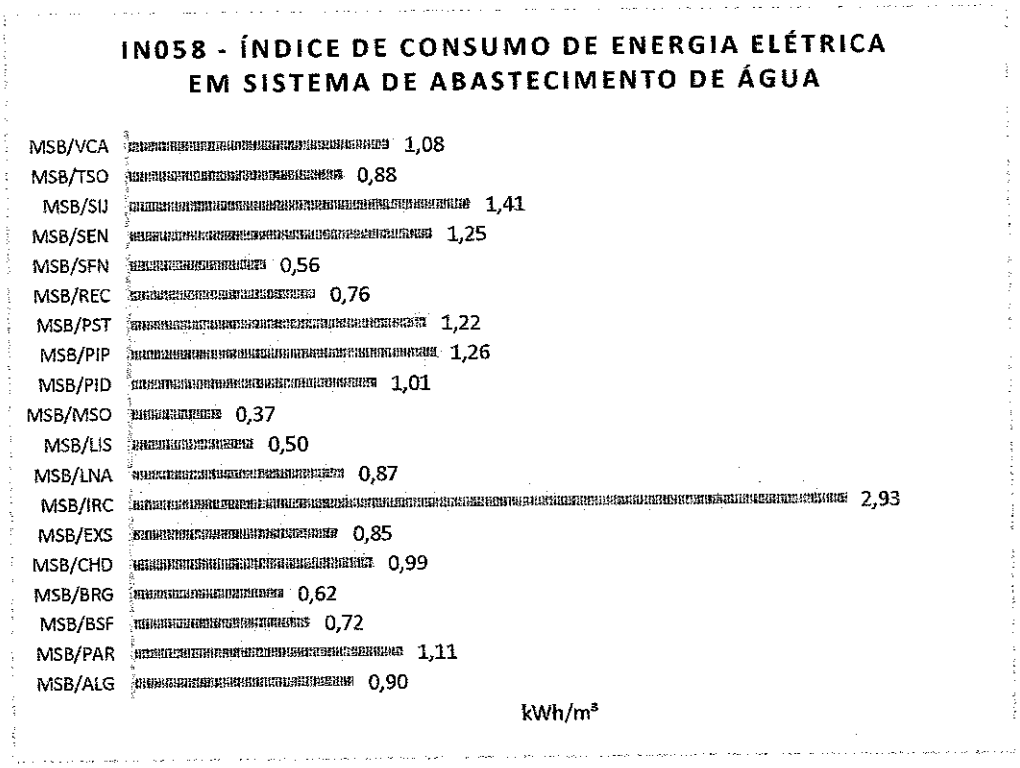
O índice de consumo de energia elétrica em sistema de abastecimento de água (IN058), é definido como o consumo total de energia elétrica, dividido pela soma do volume de água produzido e importado, sendo um fator a ser considerado nas projeções de custos operacionais. O consumo médio de energia elétrica nas MSBs da Bahia para o ano-base 2019 é inferior à média estadual deste mesmo período (0,70 kWh/m³) em apenas 4 das 19 microrregiões. As demais apresentam consumo que varia de 0,76 a 2,93 kWh/m³ (**Figura 20**).

Figura 19 - Situação do Índice de perdas por ligação (IN051) das MSBs da Bahia.



Fonte: SNIS (2020)

Figura 20 - Situação do Índice de consumo de energia elétrica em SAAs (IN058) das MSBs da Bahia.

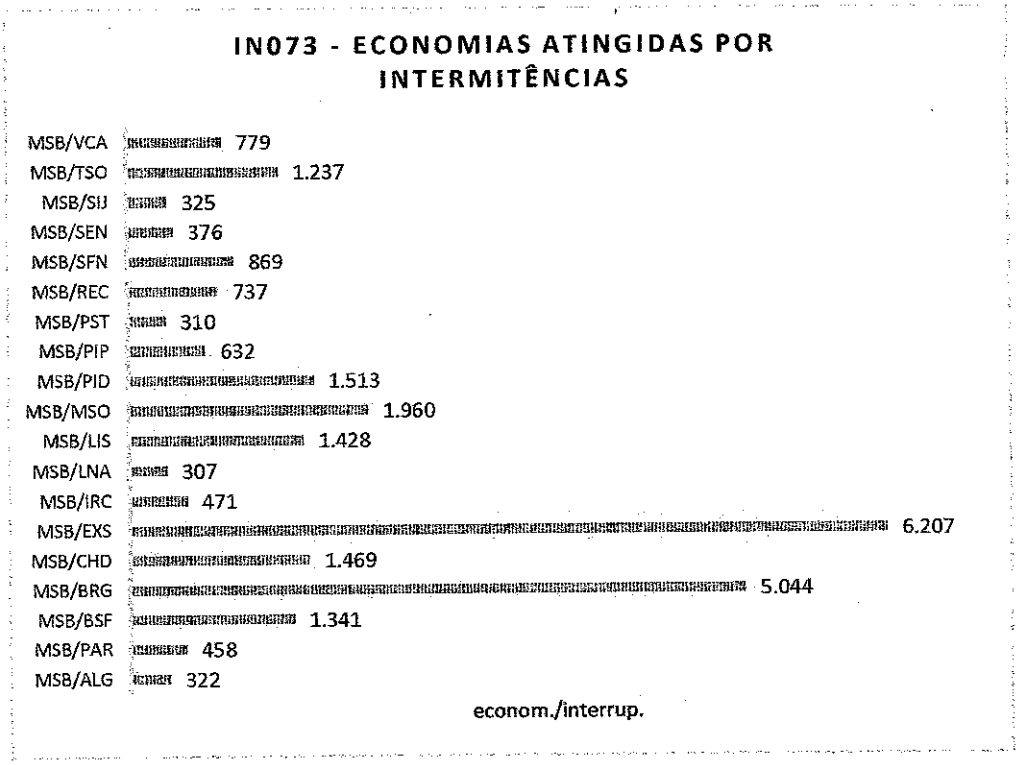


Fonte: SNIS (2020)

O índice de economias atingidas por intermitências (IN073), é importante para a avaliação do SAA, pois a existência de intermitência indica que a abrangência do serviço de abastecimento não está sendo adequada, considerando-se que se deve disponibilizar água durante todos os períodos do dia, sendo obtido através da relação entre a quantidade de economias ativas atingidas por intermitências prolongadas, dividido pela quantidade de interrupções sistemáticas. A média do SNIS 2020 (ano-base 2019) do Estado da Bahia para este índice foi de 362,55 economias/interrupção, sendo possível observar que 15 das 19 microrregiões ainda apresentavam médias superiores a este valor neste mesmo período, sendo necessário realizar melhorias nesses sistemas a fim de promover o abastecimento de forma mais eficiente. As demais MSBs tinham IN073 variando de 307 a 325 economias/interrupção, conforme **Figura 21**.

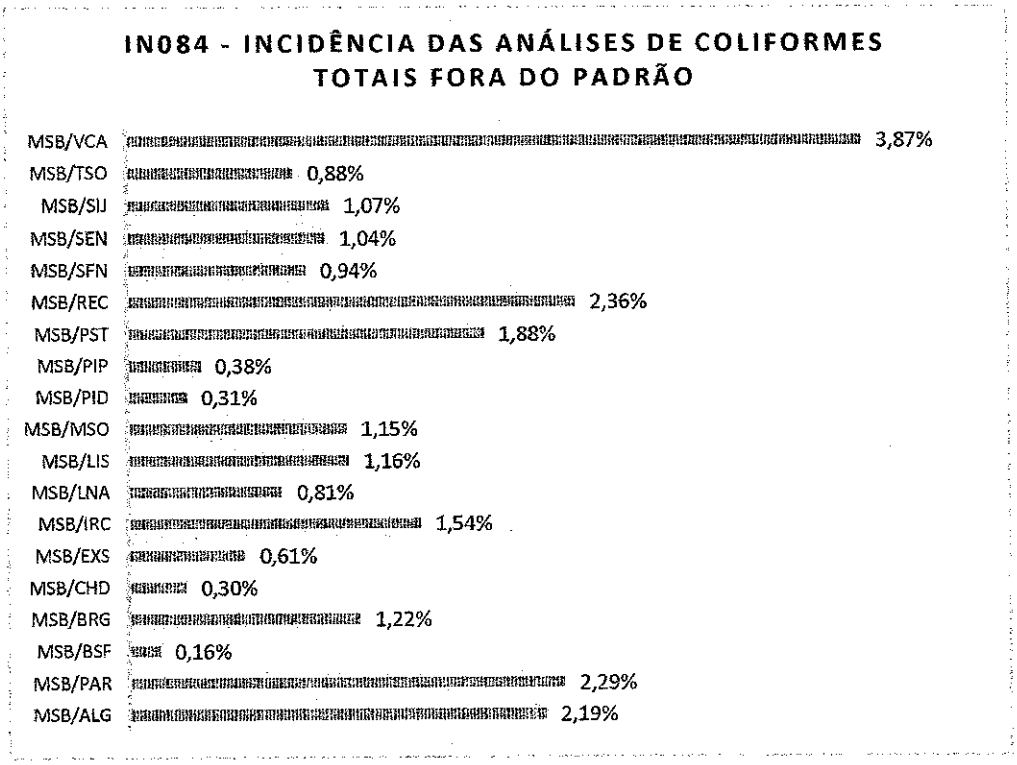
O índice de incidência das análises de Coliformes Totais (CT) fora do padrão (IN084), representa a porcentagem das análises de CT em relação ao total de análises realizadas e é utilizado como ferramenta de monitoramento do tratamento e controle de qualidade dos SAAs, a fim de promover melhorias na qualidade da água. Para o SNIS 2020 (ano-base 2019), 6 das 19 MSBs apresentaram médias superiores à média estadual deste mesmo período, que correspondia a 1,41% de análises de Coliformes Totais fora do padrão (**Figura 22**). Nas outras 13 microrregiões, são observados valores inferiores à média estadual, com valores que vão de 1,22% a 0,16%, sendo possível que sejam feitas melhorias nos sistemas de tratamento de água a fim de evitar prejuízos à saúde da população atendida devido à qualidade da água.

Figura 21 - Situação do Índice de economias atingidas por intermitências (IN073) das MSBs da Bahia.



Fonte: SNIS (2020)

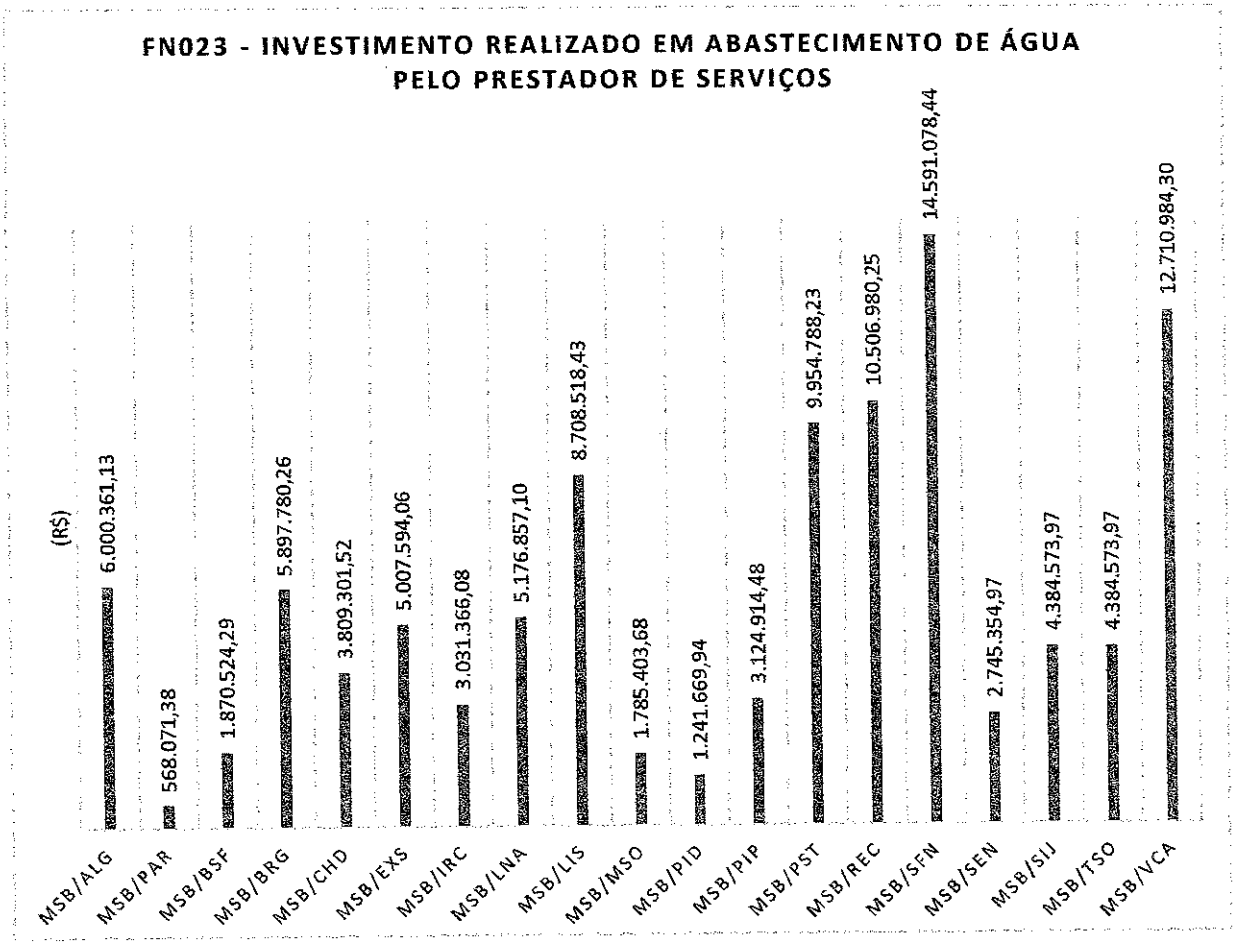
Figura 22 - Situação do Índice de incidência das análises de CT fora do padrão (IN084) das MSBs da Bahia.



Fonte: SNIS (2020)

Por fim, em relação ao índice de investimentos realizados em abastecimento de água pelos prestadores de serviços (FN023), a **Figura 23** evidencia, considerada a média dos investimentos realizados durante os anos de 2015 a 2019, que os maiores investimentos foram realizados nas MSBs do São Francisco do Norte, da Vitória da Conquista e do Recôncavo, com valores acima de R$ 10.000.000,00 investidos na componente de abastecimento de água. Nas demais MSBs, para este período, foram feitos investimentos que vão de R$ 588.071,38 a R$ 9.954.788,23.

Figura 23 - Situação do Índice de investimento realizado em Abastecimento de Água pelo prestador de serviços (FN023) das MSBs da Bahia.



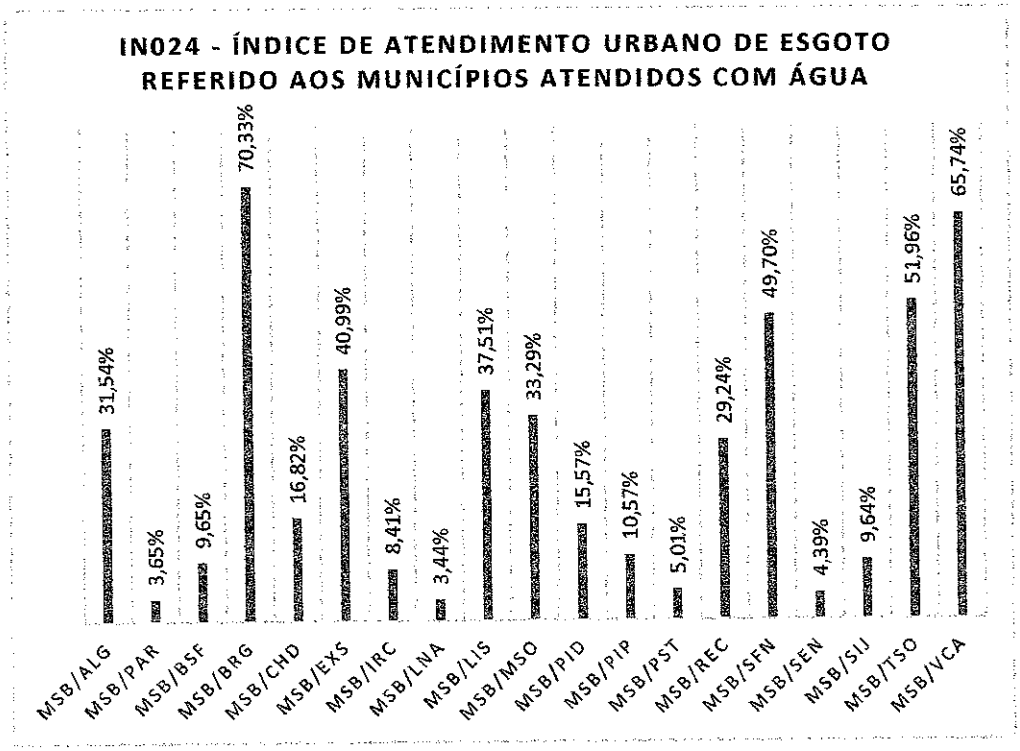
Fonte: SNIS

✓ **Esgotamento Sanitário**

O índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com água (IN024), expressa a relação entre a população urbana atendida com esgotamento sanitário e a população urbana total residente no município que é abastecido com água potável. Conforme a **Figura 24**, no SNIS 2020 (ano-base 2019), apenas as MSBs da Bacia do Rio Grande e da Vitória da Conquista, apresentam índice de atendimento urbano superior à média estadual do ano de 2020, de 52,70% de atendimento. Além disso, nenhuma das microrregiões atende à meta de atendimento de 90%, estabelecida pela Lei nº 14.026/2020, no ano-base 2019.

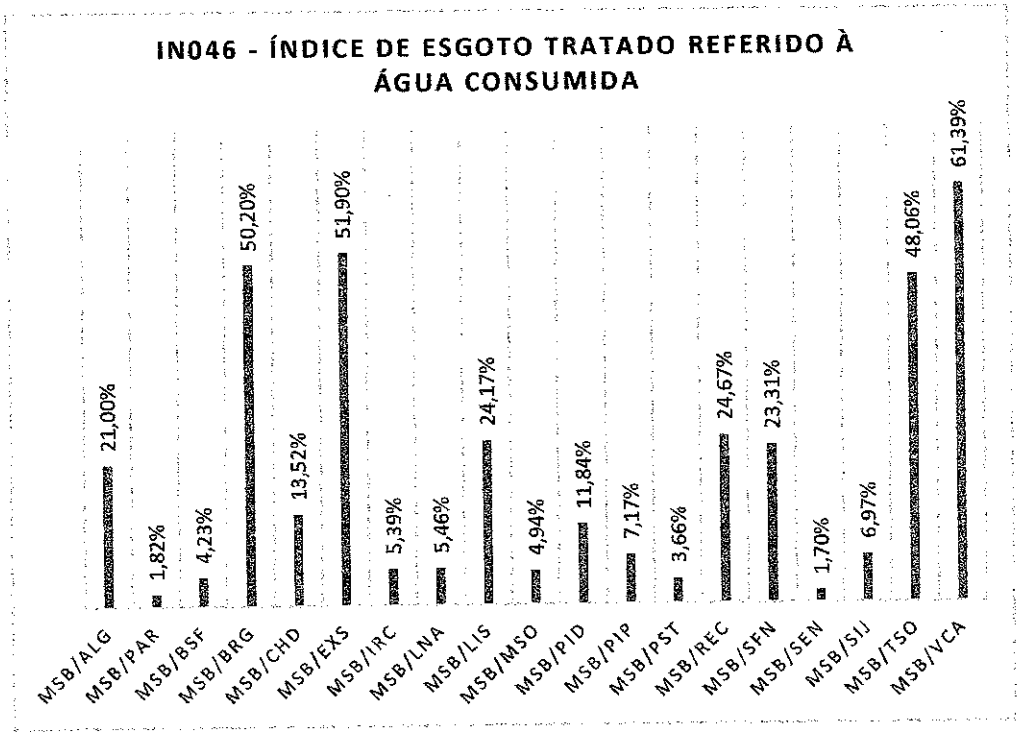
Já índice de esgoto tratado referido à água consumida (IN046), corresponde à relação entre o somatório do volume de esgoto tratado e o volume de esgoto bruto exportado tratado nas instalações do importador, pelo volume de água consumido subtraindo-se o volume de água tratada exportado. A maior parte das MSBs segue com a média do ano-base 2019 abaixo da média estadual de 2020 de 47,32% de atendimento urbano de esgoto em relação aos municípios atendidos com água, além de nenhuma das MSBs ter alcançado a meta de atendimento de 90%, estabelecida pela Lei nº 14.026/2020, de acordo com a **Figura 25**.

Figura 24 - Situação do Índice de Atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com água (IN024) das MSBs da Bahia.



Fonte: SNIS (2020)

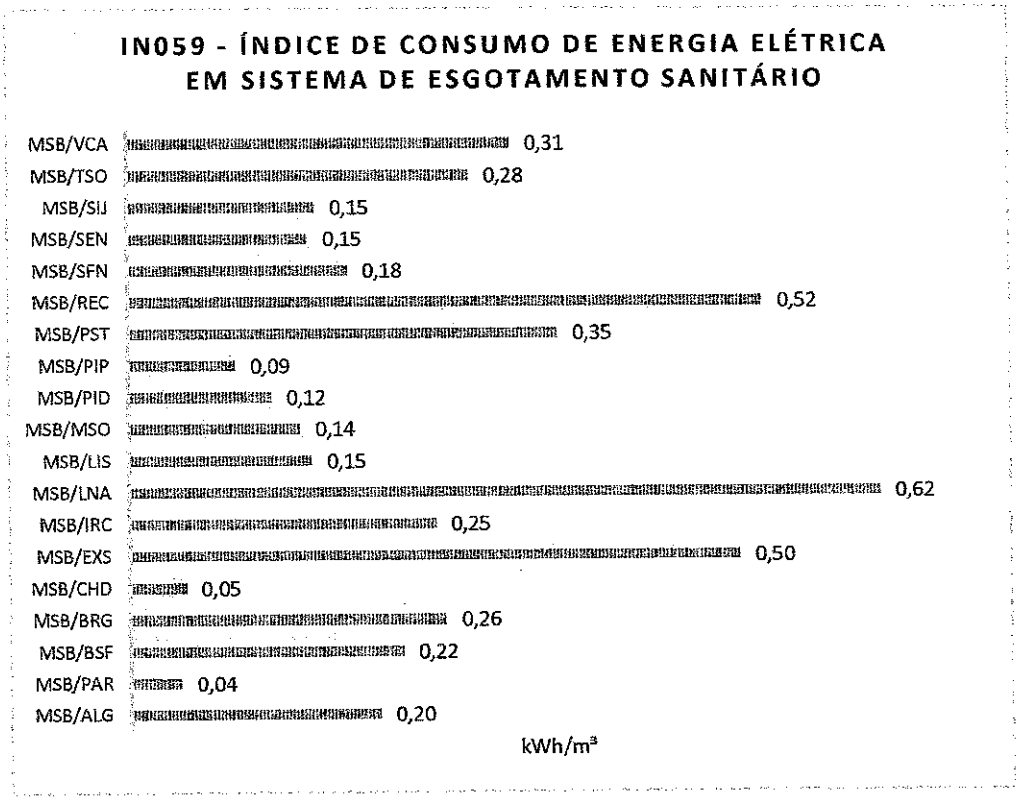
Figura 25 - Situação do Índice de Esgoto tratado referido à água consumida (IN046) das MSBs da Bahia.



Fonte: SNIS (2020)

O índice de consumo de energia elétrica em sistema de esgotamento sanitário (IN059), é definido como o consumo total de energia elétrica, dividido pelo volume de esgoto coletado, sendo um fator a ser considerado nas projeções de custos operacionais. O consumo médio de energia elétrica nas MSBs da Bahia no ano de 2019 é inferior à média estadual deste mesmo período (0,31 kWh/m³) em 14 das 19 microrregiões. As demais apresentam consumo que varia de 0,50 a 0,62 kWh/m³ (**Figura 26**).

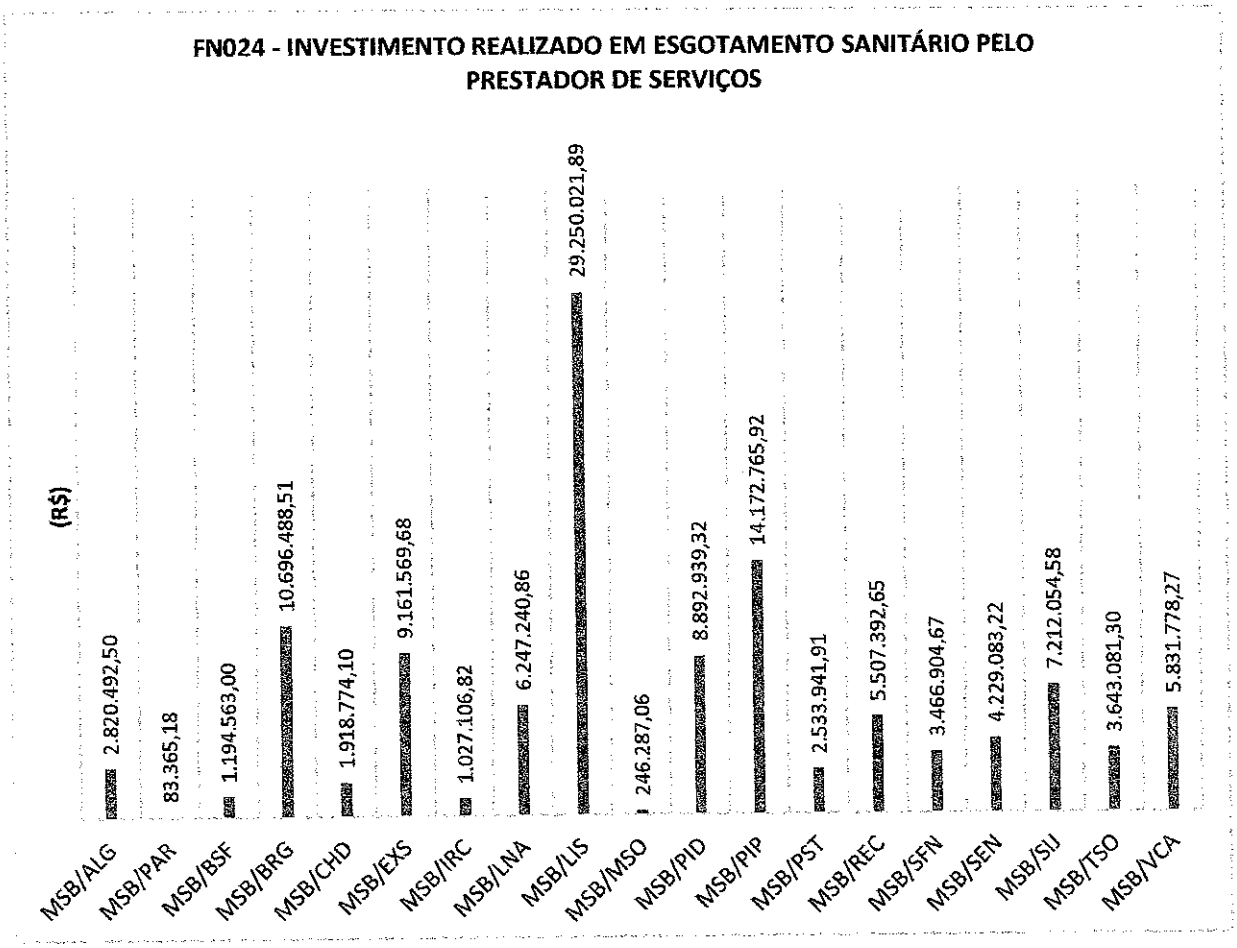
Figura 26 - Situação do Índice de consumo de energia elétrica em sistema de Esgotamento Sanitário (IN059) das MSBs da Bahia.



Fonte: SNIS (2020)

Por fim, em relação ao índice de investimentos realizados em esgotamento sanitário pelos prestadores de serviços (FN024), **a Figura 27** demonstra que, considerada a média dos investimentos realizados durante os anos de 2015 a 2019, que os maiores investimentos foram realizados nas MSBs do Litoral Sul e Baixo Sul, do Piemonte do Paraguaçu e da Bacia do Rio Grande, com valores acima de R$ 10.000.000,00 investidos na componente de esgotamento sanitário. Nas demais MSBs, para este período, foram feitos investimentos que vão de R$ 83.365,18 a R$ 9.161.569,68.

Figura 27 - Situação do Índice de investimento realizado em Esgotamento Sanitário pelo prestador de serviços (FN024) das MSBs da Bahia.



Fonte: SNIS

Os valores destes indicadores encontrados para cada uma das MSBs do Estado da Bahia pelo SNIS 2020 (ano-base 2019), mostrados nas figuras anteriores, estão sintetizados na **Tabela 2**. Para os indicadores de investimentos realizados para Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (FN023 e FN024), foi considerada a média dos investimentos realizados durante os anos de 2015 a 2019, a fim de tornar a informação mais representativa em relação à realidade das microrregiões.

A partir destes indicadores, foram definidas, nos planos e estudos, metas para o alcance da universalização, considerando o binômio quantidade e qualidade da prestação dos serviços. Cabe ressaltar que, quando da elaboração destes estudos e planos, o setor se referenciava com relação aos indicadores do SNIS, tanto para o seu diagnóstico, como para seu prognóstico, no tocante à definição das metas.

Tabela 2 - Situação dos indicadores e informações das MSBs.

MSB	Indicadores SNIS (2019)														
	Abastecimento de água											Esgotamento Sanitário			
	IN009	IN011	IN013	IN022	IN023	IN049	IN051	IN058	IN073	IN084	FN023*	IN024	IN046	IN059	FN024*
Algodão	94,12%	89,35%	24,91%	102,10	99,34%	27,82%	120,45	0,90	322	2,19%	R$ 6.000.361,13	31,54%	21,00%	0,20	R$ 2.820.492,50
Bacia da Paramirim	100,00%	98,96%	30,83%	82,04	100,00%	37,16%	143,10	1,11	458	2,29%	R$ 568.071,38	3,65%	1,82%	0,04	R$ 83.365,18
Bacia do Velho Chico	93,47%	43,95%	28,08%	144,83	99,84%	44,55%	325,50	0,72	1.341	0,16%	R$ 1.870.524,29	9,65%	4,23%	0,22	R$ 1.194.563,00
Bacia do Rio Grande	99,95%	99,52%	20,65%	112,15	98,29%	28,73%	137,26	0,62	5.044	1,22%	R$ 5.897.780,26	70,33%	50,20%	0,26	R$ 10.696.488,51
Chapada Diamantina	91,07%	62,07%	30,48%	88,87	98,40%	28,00%	92,11	0,99	1.469	0,30%	R$ 3.809.301,52	16,82%	13,52%	0,05	R$ 1.918.774,10
Extremo Sul	97,07%	85,75%	19,63%	93,79	89,71%	28,30%	114,94	0,85	6.207	0,61%	R$ 5.007.594,06	40,99%	51,90%	0,50	R$ 9.161.569,68
Irecê	98,85%	99,43%	24,91%	92,04	98,33%	34,27%	135,74	2,93	471	1,54%	R$ 3.031.366,08	8,41%	5,39%	0,25	R$ 1.027.106,82
Litoral Norte e Agreste Baiano	98,53%	83,55%	26,36%	86,38	95,75%	33,58%	138,71	0,87	307	0,81%	R$ 5.176.857,10	3,44%	5,46%	0,62	R$ 6.247.240,86
Litoral Sul e Baixo Sul	94,66%	19,08%	34,93%	132,91	97,44%	37,25%	128,15	0,50	1.428	1,16%	R$ 8.708.518,43	37,51%	24,17%	0,15	R$ 29.250.021,89
Médio Sudoeste da Bahia	96,96%	15,88%	20,94%	145,47	97,60%	24,47%	131,87	0,37	1.960	1,15%	R$ 1.785.403,68	33,29%	4,94%	0,14	R$ 246.287,06
Piemonte-Diamantina	97,65%	90,63%	25,98%	91,86	94,85%	34,82%	136,80	1,01	1.513	0,31%	R$ 1.241.669,94	15,57%	11,84%	0,12	R$ 8.892.939,32
Piemonte do Paraguaçu	99,63%	98,51%	25,40%	82,64	98,67%	29,38%	112,41	1,26	632	0,38%	R$ 3.124.914,48	10,57%	7,17%	0,09	R$ 14.172.765,92
Portal do Sertão	99,14%	99,40%	36,33%	83,85	90,87%	39,24%	178,47	1,22	310	1,88%	R$ 9.954.788,23	5,01%	3,66%	0,35	R$ 2.533.941,91
Recôncavo	99,79%	99,18%	34,06%	88,66	97,59%	34,21%	158,95	0,76	737	2,36%	R$ 10.506.980,25	29,24%	24,67%	0,52	R$ 5.507.392,65
São Francisco do Norte	87,59%	27,81%	56,42%	156,53	99,03%	29,83%	250,60	0,56	869	0,94%	R$ 14.591.078,44	49,70%	23,31%	0,18	R$ 3.466.904,67
Semiárido do Nordeste	96,67%	92,67%	37,55%	87,24	98,96%	37,80%	180,12	1,25	376	1,04%	R$ 2.745.354,97	4,39%	1,70%	0,15	R$ 4.229.083,22
Sisal-Jacuípe	99,35%	95,38%	34,72%	81,94	98,85%	29,91%	128,31	1,41	325	1,07%	R$ 4.384.573,97	9,64%	6,97%	0,15	R$ 7.212.054,58
Terra do Sol	99,13%	98,30%	19,89%	87,97	97,80%	27,53%	102,78	0,88	1.237	0,88%	R$ 4.384.573,97	51,96%	48,06%	0,28	R$ 3.643.081,30
Vitória da Conquista	99,80%	99,83%	24,12%	90,81	98,38%	30,69%	135,72	1,08	779	3,87%	R$ 12.710.984,30	65,74%	61,39%	0,31	R$ 5.831.778,27

*** Considerando ser um setor cíclico em relação aos investimentos, foi adotado a média anual do período 2015-2019.**

Fonte: SNIS (2020)

Em relação aos indicadores utilizados para avaliar a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas 19 MSBs, é necessário que sejam revistos em decorrência do novo cenário estabelecido pela Lei nº 14.026/2020. De acordo com o Novo Marco Regulatório, compete à ANA a edição das Normas de Referência que versam sobre os serviços de Saneamento Básico. Sendo assim, em maio de 2021, a ANA editou sua agenda regulatória, onde estavam previstas as NRs referentes ao setor saneamento, realizando revisão em outubro do mesmo ano.

Foi aprovada então, em novembro de 2021, a Norma de Referência ANA nº 2, para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, versando sobre a padronização dos aditivos aos contratos para prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por meio da Resolução nº 106 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. A NR nº 2, traz em seu escopo os indicadores que visam avaliar diretamente o cumprimento das metas de universalização previstas no Art. 11-B da Lei nº 11.445/2007, sendo estes:

I. Indicador de universalização do abastecimento de água, correspondente ao índice de economias residenciais atendidas com rede de abastecimento de água na área de abrangência do prestador de serviços;

II. Indicador de universalização de coleta de esgotos, correspondente ao índice de economias residenciais atendidas com rede coletora de esgoto na área de abrangência do prestador de serviços e;

III. Indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários, correspondente ao índice de economias residenciais atendidas com rede coletora e tratamento de esgoto na área de abrangência do prestador de serviços.

No dia 30 de dezembro de 2021, foi lançada uma versão para contribuições, e posterior consulta pública, em março do mesmo ano, devendo ser editada ainda no corrente semestre. Conforme a atual minuta, os indicadores com adoção obrigatória para a elaboração de Planos e Contratos, referentes aos serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, estão organizados em três níveis, a saber: Indicadores de Nível de Serviço, Indicadores de Eficiência e Sustentabilidade e Indicadores de Contexto. A depender do instrumento, o tipo (nível) do indicador deverá ser estabelecido. O **Quadro 1** especifica os instrumentos e o nível de exigência por nível de indicador.

Quadro 1 – Obrigatoriedade dos indicadores cada instrumento, conforme minuta de NR da ANA.

INDICADORES	INSTRUMENTOS		
	CONTRATO	TARIFA (opcional)	RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
Nível de Serviço	Sim	Sim	Sim
Eficiência e Sustentabilidade	Não	Sim	Sim
Contexto	Não	Não	Não

Fonte: RPG Reinfra (2022)

Ademais, cada um destes níveis de serviço está particionado em dimensões, que por sua vez consideram critérios específicos para a determinação dos indicadores a serem utilizados, conforme apresentado no **Quadro 2**. Vale ressaltar ainda, que os Indicadores de acesso aos serviços já haviam sido arrazoados anteriormente, na Norma de Referência nº 2.

Quadro 2 - Indicadores Norma de Referência ANA.

Níveis	Dimensões	Critérios	Indicadores
Serviço	Acesso aos serviços	Acessibilidade física	Nds 01 - Índice de economias residenciais atendidas com rede de abastecimento de água na área de abrangência do prestador de serviços
			Nds 02 - Índice de economias residenciais atendidas com rede coletora de esgoto na área de abrangência do prestador de serviços
			Nds 03 - Índice de economias residenciais atendidas com rede coletora e tratamento de esgoto na área de abrangência do prestador de serviços
	Qualidade dos serviços	Continuidade dos serviços	Nds 04 - Continuidade do serviço de abastecimento de água
			Nds 05 - Extravasamentos de esgoto por extensão de rede coletora de esgoto
		Atendimento ao usuário	Nds 06 - Reclamações dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário
		Qualidade da água tratada	Nds 07 - Incidência das análises de coliformes totais no padrão estabelecido
		Qualidade do esgoto tratado	Nds 08 - Incidência das análises de DBO das águas residuárias na saída do tratamento no padrão estabelecido
		Critério perdas de água	Nds 09 - Índice de perdas de água na distribuição por ligação
Eficiência e Sustentabilidade	Eficiência operacional	Desempenho operacional	E&S 01 - Índice de micromedição relativo ao volume disponibilizado
			E&S 02 - Índice de macromedição de água produzida
			E&S 03 - Duração média dos reparos de extravasamentos de esgoto
		Eficiência de pessoal	E&S 04 - Índice de produtividade do pessoal total
	Sustentabilidade ambiental	Eficiência energética	E&S 05 - Índice de consumo de energia elétrica normalizado no sistema de abastecimento de água
			E&S 06 - Índice de consumo de energia elétrica normalizado no sistema de esgotamento sanitário
		Eficiência de uso do recurso hídrico	E&S 07 - Índice de utilização do volume de água captado outorgado

Níveis	Dimensões	Critérios	Indicadores
		Regularidade ambiental	E&S 08 - Índice de Estações de Tratamento de Água (ETA) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) com licenciamento ambiental regular
	Sustentabilidade econômica	Desempenho financeiro	E&S 09 - Margem da despesa de exploração sobre receita operacional direta do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário
			E&S 10 - Índice de suficiência de caixa
		Desempenho comercial	E&S 11 - Índice de perdas de faturamento de água
			E&S 12 - Índice de evasão de receitas
Contexto	Contexto da prestação dos serviços	Adesão aos serviços	CTX 01 - Índice de economias residenciais urbanas atendidas com rede de abastecimento de água
			CTX 02 - Índice de economias residenciais urbanas atendidas com rede coletora de esgoto
		Acessibilidade econômica	CTX 03 - Grau de participação da conta do serviço de abastecimento de água na renda domiciliar média
			CTX 04 - Grau de participação da conta residencial mais baixa do serviço de abastecimento de água no salário-mínimo
		População atendida	CTX 05 - Consumo médio de água por economia
			CTX 06 - Participação das economias residenciais de água no total de economias de água
		Manancial	CTX 07 - Índice de água bruta tratada por simples desinfecção no total de água bruta tratada
			CTX 08 - Incidência das análises de concentração de DBO da água bruta captada dentro dos padrões estabelecidos pelo enquadramento
			CTX 09 - Índice de intensidade de uso do manancial superficial
			CTX 10 - Índice de dias com continuidade do abastecimento comprometida por eventos exógenos ao prestador
		Sistemas	CTX 11 - Índice de setorização da rede de distribuição de água
			CTX 12 - Densidade de economias de água por ligação
			CTX 13 - Índice de utilização da capacidade efetiva potencial das unidades de tratamento de água
			CTX 14 - Índice de utilização da capacidade efetiva potencial de reservação de água distribuída

Níveis	Dimensões	Critérios	Indicadores
			CTX 15 - Índice de utilização da capacidade efetiva potencial de ETEs

Fonte: ANA (2022)

Os Indicadores de Nível de Serviços têm como finalidade a avaliação das dimensões do acesso aos serviços de saneamento e da qualidade dos serviços prestados, devendo, portanto, ser inseridos nos contratos de prestação de serviços, tendo seu desempenho utilizado para medir o cumprimento das metas contratuais. Já os Indicadores de Eficiência e Sustentabilidade objetivam avaliar as dimensões de eficiência operacional, sustentabilidade ambiental e econômica dos serviços prestados, não sendo obrigatórios nos contratos de prestação dos serviços, exceto quando estiver previsto em contrato como Indicador de Nível de Serviço. Estes indicadores devem estar associados aos padrões de referência e às metas de desempenho traçadas para os componentes, sendo mensurados através da distância de seu resultado em relação à meta anteriormente estipulada, permitindo que os serviços sejam avaliados de forma objetiva e que sejam aplicadas penalidades ou bonificações, diante do descumprimento ou cumprimento das mesmas.

No que se refere aos Indicadores de Contexto, têm-se como objetivo o auxílio da interpretação dos indicadores supracitados, não sendo necessária avaliação de seu desempenho ou associação aos padrões de referência e às metas de desempenho.

Conforme observado anteriormente, na referida minuta, há clara interface entre as metas a serem dispostas nos contratos e Relatórios de Avaliação de Desempenho (RADs) e os Planos de Saneamento Básico, conforme observado nos artigos 29 e 31, copiados a seguir.

> *Art. 29. As Metas de Desempenho devem estabelecer e refletir objetivos circunscritos à prestação do serviço, considerando, em ordem crescente de prioridade:*
>
> *I - metas prescritas legalmente para fins de universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;*
>
> *II – metas determinadas pelos titulares dos serviços especificadas nos Planos Municipais ou Regionais de Saneamento Básico;*
>
> *III – metas definidas pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab);*
>
> *IV - metas estabelecidas contratualmente;*
>
> *V – metas que espelham o cumprimento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC);*
>
> *VI – metas especificas da sem instrumentos de planejamento de saúde pública e de recursos hídricos; e*
>
> *VII –valores de referência obtidos por pares regionais.*
>
> *Art. 31. A elaboração ou atualização/revisão dos Planos Municipais ou Regionais de Saneamento Básico deve contemplar o conjunto de Indicadores de Nível de Serviço e de Eficiência e Sustentabilidade e estabelecer suas Metas de Desempenho. [grifo nosso]*

Ademais, os conjuntos de indicadores elencados no art. 31 não foram referenciados nos estudos e planos elaborados das MSBs da Bahia, até porque se trata de uma Norma de Referência recente, ainda em fase de consulta pública. E, mesmo não estando publicada, entende-se como importante sua incorporação aos estudos e planos das MSBs já elaborados. Cabe ressaltar que, esta atualização não implicará em revisão dos investimentos, até porque tais estudos e planos já consideraram as metas do marco regulatório para a universalização.

6.2 PLANO DE EXECUÇÃO

6.2.1 Etapas e Produtos do trabalho proposto

6.2.1.1 META 1: Plano de Trabalho

No desenvolvimento desta meta, é realizado o planejamento do processo para a entrega dos produtos e a organização dos trabalhos a serem realizados para o desenvolvimento das demais metas, correspondentes à adaptação e sistematização dos estudos que compõem o Plano Regional de Saneamento Básico das 15 MSBs e dos 4 Planos Regionais elaborados pela SIHS, às Normas de Referência da ANA. Na Meta 1 será entregue 1 (um) produto geral para todas as MSBs, a saber:

✓ Produto 1 – Plano de Trabalho

Com o desenvolvimento do Plano de Trabalho previsto na Meta 1, e seu respectivo produto, serão alcançados os seguintes objetivos:

- Alinhamento da metodologia proposta junto à SIHS, das formas de comunicação, bem como as atribuições de responsabilidades dos diferentes atores;
- Detalhamento das atividades do projeto, suas relações técnicas de interdependência;
- Apresentação da relação das atividades, cronograma e fluxograma das atividades, métodos de desenvolvimento dos serviços;
- Indicação dos eventos necessários para definição, análise e avaliação dos estudos e/ou atividades;
- Definição dos prazos e os recursos necessários para execução.

O Plano de Trabalho consistirá na formalização do planejamento contemplando todas as atividades, de forma que norteará a condução dos trabalhos do início ao fim. Este produto é o primeiro a ser apresentado pela RPG Reinfra, detalhando as atividades, os aspectos metodológicos, as equipes, o cronograma e os produtos subsequentes.

A elaboração do Plano de Trabalho corresponde à fase de planejamento que possibilitará a execução e controle adequados do projeto ora proposto durante o período contratado. O Plano de Trabalho deverá apresentar também a estrutura de tópicos, o escopo e a abrangência dos estudos técnicos, além das estratégias e responsabilidades das instituições envolvidas quanto ao levantamento e validação de informações. Será precedido de uma reunião, a se realizar logo após a assinatura do Contrato, da qual participarão a Contratante e Contratada. Nessa reunião serão consolidadas as premissas do Termo de Referência e definido o detalhamento sobre a condução dos trabalhos. Previamente alinhado com responsável pelo projeto, o Plano de Trabalho deverá ser apresentado e aprovado em oficina específica com representantes da SIHS.

Entre as atividades previstas nesta meta estão:

a) Preparação da equipe para a execução das diversas etapas de trabalho e de apresentação do projeto;

b) Reunião com os gestores da SIHS para levantamento de expectativas, cuidados e providências a serem consideradas na condução dos trabalhos;

c) Refinamento prévio das atividades previstas na proposta técnica;

d) Reunião com representantes da SIHS para análise, discussão e refinamento do plano de trabalho e da apresentação do projeto;

e) Preparação de material para apresentação e discussão do Plano de Trabalho nas Microrregiões;

f) Realização de Oficina para apresentação do Plano de Trabalho para a SIHS.

O Plano de Trabalho irá refletir o consenso sobre essas questões entre a Contratada e a Contratante no início dos trabalhos, após reunião inicial. Sua apresentação, na forma de Plano de Trabalho Consolidado, será feita em um relatório específico, após aprovação pela SIHS.

O conteúdo mínimo do relatório do Plano de Trabalho é:

- Organização, método e logística para o desenvolvimento dos serviços;
- Detalhamento das etapas e respectivas equipes de trabalho;
- Cronograma de atividades;
- Relação de produtos e respectivas datas de entrega.

Caso seja reconhecida a necessidade de mudanças significativas de rumo em relação ao planejamento inicial, o Plano de Trabalho deverá ser revisado, formalmente reapresentado e aprovado pela Contratante.

Como produto desta atividade a Contratada deverá produzir o relatório intitulado de Produto 1 - Plano de Trabalho, o qual deverá ser aprovado pela SIHS, antes do início dos trabalhos relativos à Meta 2.

Período de Execução: 0,5 (meio) mês.

6.2.1.2 META 2: Adaptação à Norma de Referência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e preparação para apresentação às estruturas de governança das MSBs

A Meta 2, corresponde à etapa de adaptação dos Estudos Técnicos que fundamentam os Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 MSBs, além dos 4 Planos Regionais já elaborados pela SIHS, à Norma de Referência da ANA, no que diz respeito aos indicadores de Nível de Serviço e de Eficiência e Sustentabilidade, e à nova configuração estabelecida pela LC nº 51/2022, no tocante às alterações de composição das MSB. A partir desta meta será entregue 1 (um) produto, para cada MSB, a saber:

✓ Produto 2 – Adaptação às Normas de Referência da ANA e sistematização dos estudos que compõem o Plano Regional de Saneamento Básico (15, sendo 1 para cada MSB), além dos 4 Planos Regionais elaborados pela SIHS, especificamente em relação às Normas da ANA.

A adaptação dos Estudos Técnicos que fundamentam os Planos Regionais de Saneamento Básico das 15 MSBs e dos 4 Planos Regionais já elaborados pela SIHS, se dá pela necessidade de substituição dos indicadores utilizados para a elaboração dos diagnósticos e prognósticos das MSBs, em função da Norma de Referência sobre indicadores e padrões de qualidade, eficiência e eficácia para avaliação da prestação, da manutenção e da operação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, editada pela ANA.

De acordo com a minuta de Norma de Referência, deve ser estabelecida interface clara entre as metas a serem dispostas nos Contratos e Relatórios de Avaliação de Desempenho (RAD) e os Planos de Saneamento, devendo a elaboração e a atualização dos Planos Regionais, contemplar o conjunto de Indicadores de Nível de Serviço e de Eficiência e Sustentabilidade e estabelecer suas Metas de Desempenho. Ademais, deverá ser feita a alteração em 4 MSBs, em decorrência da LC nº 51/2022, que altera a composição das MSBs anteriormente dispostas na LC nº 48/2019, a saber: MSB do Portal do Sertão, MSB do Litoral Norte e Agreste Baiano, MSB do Recôncavo e MSB do Sisal-Jacuípe. A composição das microrregiões deve ser alterada, em função do incremento ou exclusão de municípios determinados na legislação, de forma a refletir os cenários encontrados e a projeção de cenários futuros nas MSBs, em concordância com a nova composição.

A metodologia proposta para o desenvolvimento deste produto se dá em 4 (quatro) fases, a

saber:

- ✓ Fase 1 – Adaptação da composição das 4 MSBs alteradas pela LC nº 51/2022;
- ✓ Fase 2 – Solicitação de dados para análise e cálculo de indicadores;
- ✓ Fase 3 – Definição da Linha de Base (*Baseline*);
- ✓ Fase 4 – Revisão dos Estudos e Planos, em função dos indicadores da ANA.

As atividades previstas para cada uma das fases, estão dispostas a seguir:

✓ Fase 1: Adaptação da composição das 4 MSBs alteradas pela LC nº 51/2022

Com a revisão da LC nº 48/2019, pela LC nº 51/2022, foi modificada a composição de 4 MSBs, conforme mostrado no **Quadro 3** a seguir:

Quadro 3 - Modificações feitas nas MSBs a partir da LC nº 51/2022

MSBs MODIFICADAS	
Portal do Sertão	Inclusão de Feira de Santana
	Exclusão de Candeal e Riachão do Jacuípe
Recôncavo	Exclusão de São Sebastião do Passé e São Francisco do Conde
Litoral Norte e Agreste Baiano	Exclusão de Pojuca
Sisal-Jacuípe	Inclusão de Candeal e Riachão do Jacuípe

Fonte: RPG Reinfra (2022)

Para os casos em que há a exclusão de municípios, deverá ser revisada toda a caracterização da MSB, nos aspectos gerais, demográficos, ambientais, setoriais, e demais itens que incluam estes municípios no cenário regional. Neste processo de revisão, deverão ser reformulados os mapas, figuras, gráficos, tabelas, quadros, além das discussões e demais elementos, a fim de apresentar o novo cenário encontrado na microrregião após a determinação da nova composição. Neste sentido, a média microrregional dos indicadores e informações devem ser calculadas a partir da nova composição das MSBs em questão, alterando os cenários projetados para o prognóstico das microrregiões, bem como suas metas e investimentos.

No caso em que há inclusão de municípios já abordados nos demais estudos técnicos, à composição de uma nova MSB, deve ser revisada toda a caracterização da MSB, nos aspectos gerais, demográficos, ambientais, setoriais, e demais itens, de forma a considerar, regionalmente, os dados e informações do município a ser incluído. Neste caso, os municípios de Candeal e Riachão do Jacuípe, que antes integravam a MSB do Portal do Sertão, passam a integrar a MSB do Sisal-Jacuípe, portanto, os dados e informações referentes a estes municípios constam no Estudo Técnico da MSB/PST, não havendo necessidade de nova coleta. Para o processo de revisão, deverão ser reformulados os mapas, figuras, gráficos, tabelas, quadros, além das discussões e demais elementos, a fim de apresentar o novo cenário encontrado na microrregião após a determinação da nova composição. Neste sentido, a média microrregional dos indicadores e informações devem ser calculadas a partir da nova composição da MSB do Sisal-Jacuípe, alterando os cenários projetados para seu prognóstico, bem como suas metas e investimentos.

No caso da inclusão do município de Feira de Santana à MSB Portal do Sertão, considerando que o município não fazia parte de nenhuma das 19 MSBs, deve-se realizar todas as etapas para a composição do estudo técnico tanto no diagnóstico, como no prognóstico do município, de forma a ser adicionado à MSB. A metodologia e os aspectos utilizados para a alteração da composição das MSBs deverão ser os mesmos utilizados anteriormente na elaboração dos Estudos Técnicos que fundamentam os Planos Regionais de Saneamento Básico das 15 MSBs, a fim de manter o padrão de conteúdo e a estrutura previamente estabelecidos. Portanto, devem

ser realizadas as etapas descritas a seguir, em relação ao município de Feira de Santana:

I. **Para o Diagnóstico:**

- Situação Institucional, Econômico-financeira e Caracterização Socioeconômica, Ambiental e de Infraestrutura
- Situação dos serviços de abastecimento de água potável
- Situação dos serviços de esgotamento sanitário
- Situação dos Setores que tem relação com o Saneamento Básico

I. **Para o Prognóstico, Cenário Referência, Objetivos e Metas:**

- Definição dos cenários e planejamento das intervenções quanto às componentes do Saneamento Básico
- Projeção populacional:
- População Residente
- População Flutuante
- Definição dos cenários e planejamento das intervenções do componente abastecimento de água
- Definição dos cenários e planejamento das intervenções do componente esgotamento sanitário

Os produtos dessas etapas devem ser incorporados ao estudo da MSB do Portal do Sertão, a fim de apresentar os cenários encontrados na MSB com a inclusão do município de Feira de Santana, bem como definir os objetivos, metas, programas, projetos e ações, a partir da nova composição da microrregião. Para o processo de revisão do estudo regional, deverão ser reformulados os mapas, figuras, gráficos, tabelas, quadros, além das discussões e demais elementos, que reflitam a nova configuração da microrregião. Neste sentido, as médias microrregionais dos indicadores e informações também devem ser calculadas incluindo os indicadores e informações referentes ao município de Feira de Santana, alterando os cenários projetados no prognóstico regional, bem como suas metas e investimentos.

✓ Fase 2: Solicitação de dados para análise e cálculo de indicadores

Esta fase será caracterizada pela coleta de dados primários e secundários, seja através da EMBASA, da EMASA ou das autarquias municipais (SAAEs) das Microrregiões de Saneamento Básico. Os dados solicitados servirão como base para o cálculo dos indicadores de Nível de Serviço e de Eficiência e Sustentabilidade, necessários para a elaboração dos Planos Regionais de Saneamento Básico (PRSB) e dos Relatórios de Avaliação de Desempenho (RAD) da prestação dos serviços, conforme determinado pela minuta de Norma de Referência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Serão realizadas reuniões com os prestadores de serviço, anteriormente ao início da coleta destes dados, a fim de alinhar os objetivos desta etapa, bem como a metodologia que será utilizada durante o processo. Aos prestadores de serviços serão encaminhadas planilhas de referência de coleta de dados e informações acerca dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios integrantes das MSB, para fins de complementação dos dados e informações necessários para o cálculo dos indicadores de Nível de Serviço e de Eficiência e Sustentabilidade. Essas planilhas serão complementadas por dados secundários disponíveis nas bases de dados oficiais, consolidadas e enviadas para validação, e na sequência, serão consolidados por meio do cálculo dos indicadores e posterior revisão dos Estudos Técnicos das MSBs e dos Planos Regionais já elaborados.

Estes indicadores funcionarão como mecanismos para o monitoramento e a avaliação sistemática da eficácia, eficiência e efetividade dos objetivos e metas dos Estudos e Planos já elaborados, e dos resultados das suas ações programadas para a prestação de assistência técnica

e gerencial em saneamento básico aos municípios integrantes das MSBs, pois só se faz possível acompanhar a implantação dos PRSB tendo como base dados e informações que traduzam a evolução e a melhoria das condições de vida da população urbana dos municípios que compõem as microrregiões.

✓ Fase 3: Definição da Linha de Base

Nesta fase deverá ser definida a Linha de Base (*Baseline*) para a medição de desempenho das MSBs por meio dos novos indicadores, tendo em vista que não existem precedentes para a avaliação de desempenho e qualidade da prestação a partir da Norma de Referência proposta pela ANA. O estabelecimento desta linha de base representa um conjunto de dados nos quais as atividades são planejadas, controladas e irão servir para comparar o que está sendo executado com o que foi aprovado. É importante que a *baseline* seja estabelecida anteriormente à revisão dos estudos e planos, a fim de visualizar e facilitar o cumprimento das metas e objetivos firmados.

Esta linha de base é o ponto de partida para a definição de metas no horizonte de planejamento. Cabe ressaltar que a linha de base será ratificada junto à SIHS e aos prestadores de serviços. Quando da validação da linha de base, serão traçadas as metas para cada indicador, utilizando-se como referência os padrões de referência definidos na própria minuta de norma da ANA. Ao final desta fase, ter-se-á um conjunto de indicadores, nos quais a prestação de serviços será planejada, controlada e comparada entre o que será executado com o que foi planejado previamente.

✓ Fase 4: Revisão dos Estudos e Planos, em função dos indicadores da ANA

Esta fase será realizada após a finalização e aprovação das fases anteriores, estando concluídos os cálculos e verificação dos indicadores, além da determinação da linha de base e das metas junto aos principais atores, deverá ser realizada a revisão dos Estudos e Planos em função destes novos indicadores e considerando as novas determinações. Para o acompanhamento dos indicadores, serão elaborados anexos para os municípios de cada MSB, contendo o detalhamento de toda a informação, em formato de tabelas, gráficos, quadros, mapas e figuras. Já o produto principal, conterá a análise das informações coletadas, agregadas em formato regional, possibilitando uma visão objetiva e integrada de cada componente, por microrregião.

Esses estudos e planos revisados deverão ser discutidos e disponibilizados à Contratante, e organizados de forma a serem apresentados nas instâncias de governança e audiências públicas. Além da organização, a Contratada fará apresentações estruturadas em programa power point (ppt), visando facilitar a compreensão dos participantes das reuniões, sendo uma apresentação por MSB.

Período de Execução: 3 (três) meses.

6.2.1.3 META 3: Apoio ao processo de discussão e aprovação dos Planos Regionais de Saneamento Básico (PRSB) junto às instâncias de governança

A Meta 3, corresponde à etapa de discussão e aprovação dos 19 Planos Regionais de Saneamento Básico (PRSBs), através da realização de reuniões junto às instâncias de governança. A partir desta meta será entregue 1 (um) produto, para cada MSB, a saber:

✓ Produto 3 – Relatórios de participação em reuniões nas instâncias de governança (para cada MSB).

Como produto desta atividade, serão elaborados relatórios referentes à participação da Contratada, de forma virtual, nas 5 (cinco) reuniões previstas para cada uma das 19 MSBs, sendo 2 (duas) reuniões do Colegiado Microrregional, 2 (duas) reuniões do Comitê Técnico e 1 (uma) reunião do Conselho Participativo. Nessas reuniões, a Contratada deverá apoiar a SIHS na confecção de apresentações técnicas e na realização dos debates. Em relação ao Colegiado Microrregional e ao Comitê Técnico, haverá uma apresentação inicial do estudo do plano, sendo estipulado um prazo posterior de 20 dias para a análise dos documentos, no sentido de obter contribuições para o aperfeiçoamento dos estudos. Em seguida, será realizada nova reunião com estas entidades para a discussão das contribuições realizadas anteriormente. Caso necessário, os municípios poderão solicitar reuniões individuais, de forma virtual, para discutir seus respectivos diagnósticos e prognósticos, de acordo com suas necessidades. Estas reuniões serão previamente discutidas e referendadas pela SIHS. A contratada deve garantir a disponibilidade para realização de reuniões presenciais com a SIHS na sua sede em Salvador, para discussão das propostas técnicas. Importante ressaltar que as contribuições advindas das discussões no âmbito deste produto, ja deverão ser incorporadas na versão do Plano Regional que ira para audiência pública.

Período de Execução: 2 (dois) meses.

6.2.1.4 META 4: Apoio à realização das audiências públicas e aprovação dos Planos Regionais pela sociedade

A Meta 4, corresponde à etapa de realização de audiências públicas e aprovação dos 19 Planos Regionais de Saneamento Básico (PRSBs). A partir desta meta será entregue 1 (um) produto, para cada MSB, a saber:

✓ Produto 4 – Relatório de participação nas audiências públicas nas MSB (para cada MSB).

Para a elaboração deste produto, é prevista a realização de 19 audiências públicas, sendo uma em cada MSB. Anteriormente às audiências públicas, a Contratada deverá apoiar a SIHS no processo de consulta pública, em relação às respostas aos questionamentos e na organização das contribuições. As audiências públicas deverão ser conduzidas pela Contratada em apoio à SIHS, e as contribuições devem ser reunidas e sistematizadas para os devidos ajustes e consolidação dos Planos. O planejamento das audiências deve acontecer de forma a possibilitar eventos sequenciais em rotas que preservem os profissionais envolvidos, prezando pelo tempo de serviço e qualidade das apresentações. Os roteiros elaborados para a realização das audiências públicas devem ser apresentados pela Contratada e posteriormente aprovados pela SIHS, bem como os Relatórios de Participação da Contratada nestas audiências.

Período de Execução: 1,5 (um mês e meio).

6.2.1.5 META 5: Consolidação dos Planos Regionais de Saneamento

A Meta 5, corresponde à etapa de consolidação dos Planos Regionais de Saneamento Básico (PRSBs), posterior às aprovações requeridas nas Metas 3 e 4. A partir desta meta, será entregue 1 (um) produto, para cada MSB, a saber:

✓ Produto 5 – Relatório dos Planos Regionais de Saneamento Básico (PRSB) das MSB – versão final (para cada uma das MSB).

O Produto 5 somente será finalizado após a aprovação dos produtos anteriores. Após esta aprovação, devem ser produzidas as versões finais dos Produtos para cada MSB. Os produtos definidos serão desenvolvidos para as 19 (dezenove) microrregiões, que serão sucessivamente entregues até esgotarem todas as microrregiões, de acordo com as prioridades estabelecidas pela SIHS.

6.2.2 Cronograma

O prazo para a realização das atividades propostas é de 8 (oito) meses, a contar da assinatura da Autorização de Prestação de Serviço (APS). O prazo poderá ser renovado por novos períodos, a critério da Contratante ou devidamente justificada pela Contratada e aprovada pela SIHS. O cronograma físico apresentado na **Figura 28** a seguir indica os prazos de execução das metas e etapas de trabalho.

Em relação ao orçamento, o valor estimado para todas as atividades propostas é R$ 2.158.536,38 (Dois milhões, cento e cinquenta e oito mil, quinhentos e trinta e seis mil e cento e trinta e oito centavos). O **Quadro 4** a seguir, traz o cronograma físico-financeiro, indicando o preço dos produtos que serão entregues, bem como os períodos de realização dos pagamentos, de acordo com o cronograma físico previamente estabelecido

Os preços indicados contemplam todas as despesas com a remuneração da equipe técnica, de apoio administrativo e logístico, de produção do material técnico de comunicação, assim como dos serviços de reprografia e impressão, transporte, diárias, material de escritório, compra e locação de equipamentos. Em razão desta proposta se basear na contratação por preço global, serão entregues, como comprovação da realização das atividades propostas, relatórios técnicos de trabalho, não estando prevista qualquer outra forma de prestação de contas.

Figura 28 - Cronograma Físico

Produtos	Tempo de Execução		Tempo de Análise		CRONOGRAMA FÍSICO															
	Período		TEMPO DE EXECUÇÃO	TEMPO DE ANÁLISE	Mês 1		Mês 2		Mês 3		Mês 4		Mês 5		Mês 6		Mês 7		Mês 8	
	Início	Fim			15	30	45	60	75	90	105	120	135	150	165	180	195	210	225	240
META 1: PLANO DE TRABALHO	**1**	**15**	**15**	**15**																
Produto 1 – Plano de Trabalho	1	15	15	15																
META 2: ADAPTAÇÃO À NORMA DE REFERÊNCIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA E PREPARAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO ÀS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DAS MSBs	**15**	**105**	**90**	**15**																
Produto 2 – Adaptação as normas de referência da ANA e sistematização dos estudos que compõem o Plano Regional de Saneamento Básico (15, sendo 1 para cada MSB), além dos 4 Planos Regionais elaborados pela SIHS, especificamente em relação as Normas da ANA.	15	105	90	15																
Produto 2A – Fase 1 (Adaptação da composição das 4 MSBs alteradas pela LC nº 51/2022) e Fase 2 (Solicitação de dados para análise e cálculo de indicadores)	15	45	30	15																
Produto 2B – Fase 3 (Definição da *Baseline*)	45	75	30	15																
Produto 2C – Fase 4 (Revisão dos Estudos e Planos, em função dos indicadores da ANA)	75	105	30	15																
META 3: APOIO AO PROCESSO DE DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO (PRSB) JUNTO ÀS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA	**105**	**165**	**60**	**15**																
Produto 3 – Relatórios de participação em reuniões nas instâncias de governança (para cada MSB)	105	165	60	15																
Produto 3A – Relatórios de 9 (nove) MSBs	105	135	30	15																
Produto 3B – Relatórios de 10 (dez) MSBs	135	165	30	15																
META 4: APOIO À REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E APROVAÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS PELA SOCIEDADE	**165**	**210**	**45**	**15**																
Produto 4 – Relatório de participação nas audiências públicas nas MSB (para cada MSB)	165	210	45	15																
Produto 4A – Relatórios de 13 (treze) MSBs	165	195	30	15																
Produto 4B – Relatórios de 6 (seis) MSBs	195	210	15	15																
META 5: CONSOLIDAÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO	**210**	**240**	**30**	**15**																
Produto 5 – Relatório dos Planos Regionais de Saneamento Básico (PRSB)	210	240	30	15																

Fonte: RPG Reinfra (2022)

Quadro 4 - Cronograma Físico-Financeiro

Produtos	Tempo de Execução		Tempo de Análise		CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO							
	Período		TEMPO DE EXECUÇÃO	TEMPO DE ANÁLISE	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês
	Início	Fim			1 (15 | 30)	2 (45 | 60)	3 (75 | 90)	4 (105 | 120)	5 (135 | 150)	6 (165 | 180)	7 (195 | 210)	8 (225 | 240)
META 1: PLANO DE TRABALHO	**1**	**15**	**15**	**15**	6,25%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
					R$ 134.908,52	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Produto 1 – Plano de Trabalho	1	15	15	15		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
						R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
META 2: ADAPTAÇÃO À NORMA DE REFERÊNCIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA E PREPARAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO ÀS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DAS MSBs	**15**	**105**	**90**	**15**	0,00%	12,50%	12,50%	12,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
					R$ 0,00	R$ 269.817,05	R$ 269.817,05	R$ 269.817,05	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Produto 2 – Adaptação as normas de referência da ANA e sistematização dos estudos que compõem o Plano Regional de Saneamento Básico (15, sendo 1 para cada MSB), além dos 4 Planos Regionais elaborados pela SIHS, especificamente em relação as Normas da ANA.	15	105	90	15	0,00%				0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
					R$ 0,00				R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Produtos	Tempo de Execução		Tempo de Análise		CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO							
	Período		TEMPO DE EXECUÇÃO	TEMPO DE ANÁLISE	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês
	Início	Fim			1 (15 / 30)	2 (45 / 60)	3 (75 / 90)	4 (105 / 120)	5 (135 / 150)	6 (165 / 180)	7 (195 / 210)	8 (225 / 240)
Produto 2A – Fase 1 (Adaptação da composição das 4 MSBs alteradas pela LC nº 51/2022) e Fase 2 (Solicitação de dados para análise e cálculo de indicadores)	15	45	30	15	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
					R$ 0,00		R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Produto 2B – Fase 3 (Definição da Baseline)	45	75	30	15	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
					R$ 0,00	R$ 0,00		R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Produto 2C – Fase 4 (Revisão dos Estudos e Planos, em função dos indicadores da ANA)	75	105	30	15	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
					R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00		R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
META 3: APOIO AO PROCESSO DE DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO (PRSB) JUNTO AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA	**105**	**165**	**60**	**15**	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	11,84%	13,16%	0,00%	0,00%
					R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 255.570,71	R$ 284.063,39	R$ 0,00	R$ 0,00
Produto 3 – Relatórios de participação em reuniões nas instâncias de governança (para cada MSB)	105	165	60	15	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%			0,00%	0,00%
					R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00			R$ 0,00	R$ 0,00
Produto 3A – Relatórios de 9 (nove) MSBs	105	135	30	15	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%	0,00%
					R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00		R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Produtos	Tempo de Execução		Tempo de Análise		CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO							
	Período		TEMPO DE EXECUÇÃO	TEMPO DE ANÁLISE	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês
	Inicio	Fim			1 (15 / 30)	2 (45 / 60)	3 (75 / 90)	4 (105 / 120)	5 (135 / 150)	6 (165 / 180)	7 (195 / 210)	8 (225 / 240)
Produto 3B – Relatórios de 10 (dez) MSBs	135	165	30	15	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
					R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00		R$ 0,00	R$ 0,00
META 4: APOIO A REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E APROVAÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS PELA SOCIEDADE	**165**	**210**	**45**	**15**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**12,83%**	**5,92%**
					R$ 0,00	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 276.940,22**	**R$ 127.785,35**
Produto 4 – Relatório de participação nas audiências públicas nas MSB (para cada MSB)	165	210	45	15	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		
					R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00		
Produto 4A – Relatórios de 13 (treze) MSBs	165	195	30	15	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%
					R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00		R$ 0,00
Produto 4B – Relatórios de 6 (seis) MSBs	195	210	15	15	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
					R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	

Produtos	Tempo de Execução		Tempo de Análise		CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO							
	Período		TEMPO DE EXECUÇÃO	TEMPO DE ANÁLISE	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês
					1	2	3	4	5	6	7	8
	Início	Fim			15 30	45 60	75 90	105 120	135 150	165 180	195 210	225 240
META 5: CONSOLIDAÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO	**210**	**240**	**30**	**15**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**12,50%**
					R$ 0,00	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 269.817,05**
Produto 5 – Relatório dos Planos Regionais de Saneamento Básico (PRSB)	210	240	30	15	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
					R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	
TOTAL SIMPLES					6,25%	12,50%	12,50%	12,50%	11,84%	13,16%	12,83%	18,42%
					R$ 134.908,52	R$ 269.817,05	R$ 269.817,05	R$ 269.817,05	R$ 255.570,71	R$ 284.063,39	R$ 276.940,22	R$ 397.602,40
TOTAL ACUMULADO					6,25%	18,75%	31,25%	43,75%	55,59%	68,75%	81,58%	100,00%
					R$ 134.908,52	R$ 404.725,57	R$ 674.542,62	R$ 944.359,67	R$ 1.199.930,38	R$ 1.483.993,76	R$ 1.760.933,98	R$ 2.158.536,38

Fonte: RPG Reinfra (2022)

6.2.3 Recursos referentes às instalações e equipamentos

Em relação aos recursos que serão utilizados para que a execução dos trabalhos se dê de forma adequada, as instalações e demais recursos e equipamentos estão descritos no **Quadro 5** a seguir. Em relação à coordenação geral, esta deverá estar localizada em Salvador, de modo a promover facilidade de comunicação com a Contratante, que a qualquer momento, quando julgar necessário, poderá convocar reuniões e esclarecimentos à Contratada.

Quadro 5 – Recursos referentes às instalações e equipamentos

Descrição	Quantidade*	Permanência (mês)*
Escritório mobiliado	1	8
Computadores	11	8
Softwares necessários	Sob demanda	8
Internet Banda Larga	1	8
Impressora Jato de Tinta	1	8
Fardamentos	33	8
Material de escritório	Sob demanda	8
EPI para campo	Sob demanda	Sob demanda
Aluguel de Veículos	Sob demanda	Sob demanda
Outros	Sob demanda	Sob demanda
***Os valores estipulados podem apresentar variações, caso seja verificada necessidade por parte da Contratada.**		

Fonte: RPG Reinfra (2022)

Já em relação ao pessoal técnico, tendo em vista a complexidade do trabalho a ser executado, caso seja verificada necessidade de apoio técnico por parte da Contratada, deverão ser feitas subcontratações, previamente acordadas com a Contratante.

6.3 FLUXOGRAMA DE ATIVIDADES

O objeto dessa proposta requer que a condução dos trabalhos seja pautada por uma metodologia de gerenciamento adequada; buscando antever dificuldades e utilizando devidamente recursos organizacionais: humanos, materiais, tecnológicos de conhecimento e/ou financeiros, a fim de cumprir os prazos e custos estipulados, bem como minimizar os riscos tanto quanto possível.

Durante o processo de execução desta proposta, existe uma série de possíveis problemas e dificuldades que podem ser enfrentados, a saber:

- Dificuldade para documentar métodos, soluções, tempos e recursos devido a não repetitividade;
- Dificuldade em estabelecer o planejamento de execução (o que e como fazer) e para dimensionar prazos e recursos com precisão;
- Ocorrência de demandas desfavoráveis ao desempenho do projeto, passíveis de previsão ou não;
- Indisponibilidade de recursos financeiros ou superação do orçamento previsto;

- Gastos desnecessários;
- Obtenção de produtos/resultados com não conformidade (qualidade esperada);
- Atrasos na execução do projeto;
- Desconhecimento do custo final do projeto;
- Resistências às possíveis mudanças que o projeto venha trazer; e/ou,
- Impossibilidade de utilização dos conhecimentos adquiridos em novos projetos.

Os dois primeiros itens tratam da necessidade de criação de competências na organização para manter o conhecimento e realizar planejamento. Os itens seguintes tratam da capacidade de antever riscos e custos de forma a garantir a perfeita obtenção dos resultados almejados. O último item, em particular, aborda o prejuízo decorrente da ausência de um efetivo aprendizado organizacional.

A metodologia de gerenciamento a ser utilizada objetiva a capacidade de:

- Antever incertezas, definindo o que e como fazer, com que fazer, quanto tempo vai demorar para fazer e quanto vai custar;
- Gerenciar sua execução, atuando preventiva e corretivamente na ocorrência de desvios e propondo novos rumos, se necessário;
- Minimizar riscos e garantir o atendimento dos objetivos propostos dentro dos parâmetros de qualidade definidos, dos prazos estabelecidos e com o orçamento determinado; e atender às necessidades que deram origem a sua execução.

As atividades serão conduzidas de forma a atender as etapas ilustradas no fluxograma da **Figura 29**, descritas a seguir:

Etapa 1 – Mobilização

Nesta etapa, serão realizadas a formalização e mobilização das equipes técnicas, a integração e o alinhamento inicial com a equipe da SIHS designada para acompanhar as atividades do projeto e será dado início aos processos de capacitação dos integrantes da equipe, de forma a prepará-los para o início das atividades.

Etapa 2 – Planejamento

Nesta etapa será definida a estrutura organizacional do projeto, atribuindo responsabilidades aos membros da equipe, detalhando as atividades do projeto, bem como suas relações técnicas de interdependência, além dos prazos e recursos necessários para a execução.

Etapa 3 – Execução

Nesta etapa se dará a execução propriamente dita, colocando em prática o planejamento e a programação definidos anteriormente.

Etapa 4 – Finalização

Nesta etapa será realizada a avaliação final das atividades executadas e seus respectivos produtos, dando encerramento ao projeto.

Etapa Contínua – Monitoramento e controle

Esta etapa será executada durante todo o processo, através de reuniões periódicas de acompanhamento e controle de recursos.

Figura 29 - Fluxograma de atividades

Fonte: RPG Reinfra (2022)

7. EQUIPE TÉCNICA

A organização e a condução dos trabalhos serão de responsabilidade da Coordenação Geral e da Coordenação Setorial, cujos profissionais possuem larga experiência comprovada e formação técnica adequada para a execução das atividades objeto desta proposta técnica. As referidas coordenações têm como responsabilidade inicial a organização da infraestrutura e logística do projeto, a mobilização das equipes multidisciplinares que serão compostas por especialistas, devidamente credenciados para a elaboração dos planos e relatórios, bem como por profissionais com experiências nas áreas de conhecimento correlatas aos produtos previstos no Termo de Referência a que se refere essa proposta.

Para o desenvolvimento dos trabalhos previstos pela presente proposta técnica, será disponibilizada pela RPG Reinfra, a equipe técnica principal apresentada no **Quadro 6** abaixo, e os demais componentes da equipe serão mobilizados após o desenvolvimento do Plano Geral do Projeto, que definirá os períodos e os recursos necessários de cada atividade. Os atestados de capacidade técnica dos profissionais abaixo constam no ANEXO I desta proposta.

Quadro 6 - Equipe técnica

Profissional	Formação Acadêmica	Experiência
EN0 – Coordenador Geral – Engenheiro Civil/Sanitarista: Alceu de Castro Galvão Júnior	Engenheiro Civil/UFC; Mestre em Hidráulica e Saneamento/USP; e Doutor em Saúde Pública/USP.	Engenheiro de Obras e Projetos da Sabesp (1992-2001). Experiência na regulação dos serviços públicos de saneamento básico. Autor e editor de livros sobre regulação e planejamento do setor de saneamento básico. Professor do curso de MBA de saneamento ambiental da FESPSP. Palestrante/Conferencista sobre temas relacionados à gestão e regulação dos serviços de saneamento básico nos principais fóruns setoriais do país. Ganhador do Prêmio Jabuti, edição 2012, obtendo 3º lugar na categoria Ciências Exatas, com o livro "Gestão do Saneamento Básico". Coordenador e consultor de planos municipais e regionais de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos nos Estados da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará. Coordenador técnico das pesquisas sobre regulação, planejamento, gestão e prestação dos serviços de saneamento básico de âmbito nacional e regional, todas pelo Trata Brasil.
EN1 – Coordenador Setorial – Engenheiro Civil/Sanitarista: Roberto Giovani de Mattos Pereira	Engenheiro Civil/UFJF; Especialista em Engenharia Sanitária e Ambiental/UFRJ; e Mestre em Engenharia Civil, área de concentração Engenharia Sanitária e Ambiental/UFV.	Engenheiro Civil/UFJF (2008). Especialista em Engenharia Sanitária e Ambiental/UFRJ (2013) e Mestre em Engenharia Sanitária e Ambiental/UFV (2019). Desde 2015 atua como Engenheiro Consultor e Pesquisador na RPGREINFRA Consultoria; em parceria com a FESPSP, trabalhou na elaboração dos Estudos Técnicos para fundamentação dos Plano Regionais de Saneamento Básico da Bahia; participou entre 2016 e 2018 do Projeto Regulasan, junto ao Ministério das Cidades e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, prestando consultoria técnica em regulação e fiscalização de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Atuou como Engenheiro na Encibra S/A (2013-2015), na coordenação de Projetos e Planos Municipais de Saneamento Básico no Estado do Rio de Janeiro. Experiência em planejamento e execução de obras de saneamento pela EIT Engenharia (2008-2012).
EN1 – Coordenador Setorial – Engenheiro Civil/Sanitarista: André Sarmanho de Lima	Engenheiro Sanitarista/UFPA; Mestre em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos (UNB); e Doutor em Ciências da Terra e do Meio Ambiente (Universidade Autônima de Madrid).	Engenheiro Sanitarista pela Universidade Federal do Pará - 1995 (UFPa), Mestre em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos pela Universidade de Brasília - 1998 (UnB) e Doutor em Ciências da Terra e do Meio Ambiente pela Universidad Autónoma de Madrid – 2008 (UAM). Tendo a formação multidisciplinar como um dos principais critérios que compõe sua trajetória profissional na área do saneamento e meio ambiente. , Atua na área de saneamento e meio ambiente há mais 20 anos, onde realizou inúmeros projetos na área, alguns desses como: Consultor/coordenador pela Sanebras S/A (2013 – 2016) na elaboração de Estudo

Profissional	Formação Acadêmica	Experiência
		de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental dos aterros sanitários consorciados de Limoeiro do Norte/CE (consórcio com 11 municípios participantes), de Sobral/CE (consórcio com 15 municípios participantes); de Camocim/CE (consórcio com 6 municípios participantes); de São Benedito/CE (consórcio com 6 municípios participantes); Projeto Regulasan junto ao Ministério das Cidades e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (2016 - 2018); Autor de projetos executivos de unidades de compostagem, de tratamento de resíduos de serviços de saúde (RSS) e de resíduos de construção civil (RCC) da Central de Tratamento de Resíduos (CTR) do Consócio de Sobral/CE (2018).
EN1 – Engenheiro Civil/Ambiental/Sanitarista: Aline Maria Baldez Custódio	Engenheira Ambiental e Sanitarista/IFCE; Especialista em Saúde Pública/USP; Especialista em Gestão de Recursos Hídricos, Ambientais e Energéticos/UNILAB; e Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFC.	Experiência em licenciamento ambiental, estudos e pesquisas ambientais e em saneamento básico. Consultora de planos de saneamento básico. Integrante de equipe técnica de elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico no Bahia. Participante em diversas pesquisas do setor, com destaque para: Regulação e planejamento dos 100 maiores municípios do País; Ociosidade das redes de esgotamento sanitário; Saneamento básico em Áreas Irregulares – Pesquisas Brasil e São Paulo; Estudo saneamento básico e eleições municipais 2016 e 2020; estudo sobre a Relação saúde e saneamento nos 100 maiores municípios do País; Saúde e saneamento no Estado de Rondônia; Acesso à água nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, Saneamento Rural e Estudo de Quantificação Hídrica do Programa Água +Acesso, todas em parceria com o Instituto Trata Brasil.
EN1 – Engenheiro Civil/Ambiental/Sanitarista: Vitor Carvalho Queiroz	Engenheiro Civil/UFMG; MBA Executivo/IBMEC; e Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos/UFMG.	Atuou como Engenheiro Civil na Companhia de Saneamento de Minas Gerais (2009-2010); Assessor Técnico Especializado da Presidência do CREA-MG (2011-2012); Gerente de Ativos Regulatórios na Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (2014-2015); Pesquisador Bolsista na Fundação Oswaldo Cruz (2017-2018); atualmente é Sócio-Diretor da HIDROBR Consultoria LTDA (2017 - Atual), Coordenador do Grupo de Trabalho de Saneamento no Projeto SanBas UFMG – Metodologias para planejamento participativo em saneamento (2019 - Atual) e conselheiro do CREA-MG.
EN1 – Engenheiro Civil/Ambiental/Sanitarista: Henrique Pereira Barcelos	Engenheiro Civil/UFMG; Especialista em Meio Ambiente e Saneamento/FUMEC; e	Possui 11 anos de experiência no setor de saneamento, atuando como engenheiro fiscal de obras e de operações, coordenador de projetos e coordenador de equipes na área da regulação. Foi facilitador de treinamentos sobre gestão e inovação durante 4 anos. Atualmente atua como Coordenador de Projetos na HIDROBR nas áreas de saneamento e meio ambiente. Atuou como engenheiro na Copasa/MG e

Profissional	Formação Acadêmica	Experiência
	Especialista em Gestão Empresarial/FGV.	nas empresas Biocomp e Desptech Ambiental, foi Gerente de Fiscalização Operacional e Coordenador Operacional na ARSAE-MG.
EN1 – Engenheiro Civil/Ambiental/Sanitarista: Vitor Lages do Vale	Engenheiro Civil/UFMG; Mestre em Recursos Hídricos/UFMG; e Especialista em Gestão de Negócios/FDC.	Possui 13 anos de experiência no mercado de consultoria para os setores de mineração e energia, com o desenvolvimento de projetos e estudos relacionados à variabilidade climática, disponibilidade hídrica, obras hidráulicas, hidráulica fluvial, estudos de ruptura hipotética de barragens e segurança de barragens. Atuou como engenheiro na empresa POTAMOS entre 2009 e 2012 e coordenador de projetos na empresa WALM entre 2012 e 2018. Atualmente atua como diretor técnico da HIDROBR no desenvolvimento de equipes, consultoria técnica e gestão empresarial.
AS1 – Sociólogo/Assistente Social/Profissional de Nível Superior com experiência em mobilização social: Danilo Madjarof Sertorio	Cientista Social/FESPSP; Especialista em Comunicação e Marketing/FCL; e Especialista em Pesquisa de Mercado Mídia e Opinião/FESPSP.	Bacharel em Sociologia e Política. Especialista em Comunicação em Marketing. Sociólogo com especialização em Comunicação em Marketing com mais de 20 anos de atuação nas áreas de pesquisa aplicada, gerenciamento de projetos nas áreas privada e pública esta última envolvido com estudos na área de saneamento com foco no apoio à comunicação e mobilização social e coordenação administrativa.
AS1 – Sociólogo/Assistente Social/Profissional de Nível Superior com experiência em mobilização social: Isabella Tritone Medeiros	Socióloga/FESPSP	Bacharelada em Sociologia e Política pela FESPSP (2021). Cursando formação de extensão em Diversidades e Inclusão Social em Direitos Humanos na USP - Universidade de São Paulo (2022) e integrante do grupo de estudos de Gênero e Marcadores Sociais da Diferença (GEDI - FESPSP). Atua como apoio técnico pela FESPSP no Projeto SIHS-BA, referente à implementação do Plano Microrregional de Saneamento Básico no Estado da Bahia. Estagiou nos projetos SIHS-BA, juntamente à equipe de mobilização, e AMLURB, na área administrativa referente ao monitoramento dos serviços de Limpeza Urbana no município de São Paulo.
AS1 – Sociólogo/Assistente Social/Profissional de Nível Superior com experiência em mobilização social: Yasmin Mancini Granja	Socióloga/FESPSP	Socióloga, gestora de projetos e diagramadora. Participou no levantamento de dados socioeconômicos, apoio nas atividades de mobilização social e auxiliou na gestão de projetos de Planos de Saneamento Básico para os governos da Bahia e do Piauí. Trabalhou na área de projetos do Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
AS1 – Sociólogo/Assistente	Socióloga/FESPSP; e	Cientista Social, pós-graduanda em Política e Relações Internacionais, analista de

Profissional	Formação Acadêmica	Experiência
Social/Profissional de Nível Superior com experiência em mobilização social: Karen Slindvain Florindo	Pós-Graduanda em Política e Relações Internacionais/FESPSP	dados e gestora de projetos. Participou no levantamento e análise de dados socioeconômicos e ambientais e auxiliou na gestão do Projeto SECID(PI)-FUNASA/FESPSP para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. Participou também no levantamento e análise de dados do Projeto EMBASA/FESPSP para elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico e atualmente presta apoio na área de mobilização social do Projeto SIHS(BA)/FESPSP para a instalação das instâncias de governança das Microrregiões de Saneamento Básico do Estado da BA.

Fonte: RPG Reinfra (2022)

8. EXPERIÊNCIA ANTERIOR DA LICITANTE

Sobre a experiência da RPG Reinfra em relação ao objeto desta proposta, destaca-se a *expertise* na elaboração de estudos e pesquisas de âmbito nacional em saneamento básico, em parceria com outras entidades; realização de capacitação e treinamentos *in company*; elaboração de plano de saneamento básico, municipal e intermunicipal, e de gestão integrada de resíduos sólidos e de regulação; assessoramento na organização de consórcios públicos em saneamento básico; assessoramento em processos econômicos e tarifários, no tocante a atuação, traz consigo uma forte atuação junto aos setores público e privado, além do terceiro setor, registrando entre seus clientes governos estaduais, empresas privadas e agências reguladoras.

O *core business* da RPG Reinfra consiste na prestação de serviços de assistência técnica nas áreas de sustentabilidade, saneamento e gestão institucional e operacional de setores de infraestrutura, particularmente, nos segmentos operados por meio de delegação do Estado, sendo, para tanto, constituída por economistas e engenheiros com experiência em questões de natureza econômico-financeiras e técnicas relacionadas a tais segmentos.

No âmbito dos serviços de consultoria e assistência técnica oferecidos pela RPG Reinfra, destacam-se 5 área, a saber:

I. **Regulação**
   - ✓ Estruturação de agências;
   - ✓ Normatização e Fiscalização;
   - ✓ Regulação econômica;
   - ✓ Indicadores.

II. **Modelagem e contratos**
   - ✓ Aquisições;
   - ✓ Estruturação de concessões e PPPs;
   - ✓ Contratos de performance;
   - ✓ Avaliação de desempenho.

III. **Planejamento**
   - ✓ Regional, municipal e estadual;
   - ✓ Planos estratégicos;
   - ✓ Planos de perdas / Eficiência energética.

IV. **ESG**
   - ✓ Apoio a gestão pública;
   - ✓ Pesquisas;
   - ✓ Estudos ambientais.

V. **Outros**
   - ✓ Cursos de formação, palestras e workshops em regulação, avaliação de desempenho, benchmarking, concessões/parceiras público-privadas e saneamento.

A fim de exemplificar esta experiência, destacam-se os seguintes projetos desenvolvidos pela empresa em cada área de atuação:

REGULAÇÃO:

- Ministério das Cidades/ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) – Projeto Regulasan (2016-2018). Participação do consórcio Regulasan para consultoria em ações de assistência técnica, elaboração de estudos e capacitação técnica em regulação e fiscalização de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

- Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí (AGIR) – Revisão do modelo regulatório do contrato de concessão de prestação de serviço público de esgotamento sanitário em Blumenau (SC) (2014-2015);
- Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí (AGIR) – Reequilíbro tarifário dos serviços de esgotamento sanitário prestados pela empresa Foz de Blumenau S.A. (2012);
- Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) – Assessoramento na estruturação da ARIS. Teve como objetivo assessoria técnica a ARIS no processo de revisão tarifária da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, aplicadas em municípios catarinenses (2011).

PLANEJAMENTO:

- Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) – Apoio Técnico à EMBASA com estudos técnicos para elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico, compreendendo 15 microrregiões e 309 municípios (PRSB) (2021-2022);
- Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) – Apoio ao desenvolvimento dos Planos Regionais de Saneamento Básico, compreendendo 4 microrregiões e 108 municípios (PRSB) (2020-2021);
- Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) – Consitiu na orientação e estratégias de atuação da EMBASA no apoio à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (2017);
- ENCIBRA S/A Estudos e Projetos de Engenharia – Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Gonçalo/RJ (2014-2015);
- Consórcio ENCIBRA S/A Estudos e Projetos de Engenharia e PARALELA I Consultoria em Engenharia LTDA – Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico dos municípios inseridos na Região Hidrográfica do Piabanha (Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis – RJ) (2014-2015);
- ENCIBRA S/A Estudos e Projetos de Engenharia – Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Nova Iguaçu (estado do Rio de Janeiro) (2013-2014);
- TCRE Engenharia LTDA – Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Santo André/SP (2011-2013).

ESG:

- Nexa Resources – Apoio à gestão municipal do Saneamento Básico no município de Vazante – MG, para o exercício de suas atribuições definidas na Lei Federal nº 11.445/2007, com vistas a melhoria do saneamento básico em seu território, principalmente nas áreas mais deficientes (2021-2022);
- Nexa Resources – Elaboração de estudo "Medidas para melhoria no sistema de abastecimento de água na sede municipal de Aripuanã – MT" (2020-2021);
- Instituto Trata Brasil – Elaboração de estudo de quantificação hídrica do Programa Água+Acesso e desenvolvimento de metodologia para quantificação do volume distribuído nas localidades atendidas por meio do programa (2020-2021);
- Nexa Resources – Elaboração de estudo "Diagnóstico do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) da sede urbana de Aripuanã/MT e melhoria do SAA", contendo diagnóstico

e prognóstico de melhorias operacionais e de gestão comercial e financeira (2019-2020);

- Instituto Trata Brasil – Elaboração de estudo "Saneamento Básico nos municípios operados pela Nexa Resources – Brasil e Peru", com diagnóstico do saneamento básico, especificamente sobre o abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos municípios operados pela Nexa no Brasil e Peru (2018);
- Prefeitura Municipal de São João do Jaguaribe – Consultoria para auxiliar a elaboração de proposta de implementação de ações para minimizar a vulnerabilidade da população do município de São João do Jaguaribe às Mudanças Climáticas (2018);
- Fundação Avina – Pesquisa de Campo: Aplicação de questionários em 4 comunidades rurais do Ceará e 3 municípios (2017-2018);
- Instituto Trata Brasil – Elaboração de estudo "Acesso à água nas regiões Norte e Nordeste do Brasil: Desafios e Perspectivas", com o objetivo de identificar a situação do acesso ao abastecimento de água nas localidades rurais e pequenos núcleos urbanos das regiões Norte e Nordeste do País (2017-2018);
- Instituto Trata Brasil – Elaboração de estudo "Diagnóstico dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Prata/MG", com objetivo de realizar diagnóstico dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e eventuais impactos na saúde pública da população do município, bem como propor contribuições para aperfeiçoamento destes serviços (2016);
- Instituto Trata Brasil – Elaboração de estudo "Diagnóstico dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Escada/PE", com objetivo de realizar diagnóstico dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e eventuais impactos na saúde pública da população do município, bem como propor contribuições para aperfeiçoamento destes serviços (2016).

OUTROS:

- Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais (CISAB) – Capacitação em regulação do saneamento e fiscalização indireta (2018);
- Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) – Capacitação *in company* "Negócios em Saneamento" (2018);
- Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) – Capacitação (EAD) MBA Saneamento Ambiental (2018);
- Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí (AGIR) – Curso sobre administração e revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico (2015);
- Pezco Microanalysis – Curso Administradores de Planos Municipais de Saneamento Básico (2014);
- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/BA) – Curso Plano Municipal de Saneamento Básico (2013);
- Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro do Itapemirim (AGERSA) – Curso sobre planejamento e regulação da prestação dos serviços de água e esgoto (2010);
- Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre (AGEAC) – Curso sobre planejamento e regulação da prestação dos serviços de água e esgoto (2009);
- Federação Catarinense de Municípios (FECAM) – Curso "Como montar uma Agência Reguladora municipal ou intermunicipal" (2009).

ANEXO II – COMPROVANTES DE CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE

RPG REINFRA
CONSULTORIA

Relação Nominal dos Profissionais

Profissional	Formação Acadêmica	Experiência
EN0 – Coordenador Geral – Engenheiro Civil/Sanitarista: Alceu de Castro Galvão Júnior	Engenheiro Civil/UFC; Mestre em Hidráulica e Saneamento/USP; e Doutor em Saúde Pública/USP.	Engenheiro de Obras e Projetos da Sabesp (1992-2001). Experiência na regulação dos serviços públicos de saneamento básico. Autor e editor de livros sobre regulação e planejamento do setor de saneamento básico. Professor do curso de MBA de saneamento ambiental da FESPSP. Palestrante/Conferencista sobre temas relacionados à gestão e regulação dos serviços de saneamento básico nos principais fóruns setoriais do país. Ganhador do Prêmio Jabuti, edição 2012, obtendo 3º lugar na categoria Ciências Exatas, com o livro "Gestão do Saneamento Básico". Coordenador e consultor de planos municipais e regionais de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos nos Estados da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará. Coordenador técnico das pesquisas sobre regulação, planejamento, gestão e prestação dos serviços de saneamento básico de âmbito nacional e regional, todas pelo Trata Brasil.
EN1 – Coordenador Setorial – Engenheiro Civil/Sanitarista: Roberto Giovani de Mattos Pereira	Engenheiro Civil/UFJF; Especialista em Engenharia Sanitária e Ambiental/UFRJ; e Mestre em Engenharia Civil, área de concentração Engenharia Sanitária e Ambiental/UFV.	Engenheiro Civil/UFJF (2008). Especialista em Engenharia Sanitária e Ambiental/UFRJ (2013) e Mestre em Engenharia Sanitária e Ambiental/UFV (2019). Desde 2015 atua como Engenheiro Consultor e Pesquisador na RPGREINFRA Consultoria; em parceria com a FESPSP, trabalhou na elaboração dos Estudos Técnicos para fundamentação dos Plano Regionais de Saneamento Básico da Bahia; participou entre 2016 e 2018 do Projeto Regulasan, junto ao Ministério das Cidades e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, prestando consultoria técnica em regulação e fiscalização de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Atuou como Engenheiro na Encibra S/A (2013-2015), na coordenação de Projetos e Planos Municipais de Saneamento Básico no Estado do Rio de Janeiro. Experiência em planejamento e execução de obras de saneamento pela EIT Engenharia (2008-2012).
EN1 – Coordenador Setorial – Engenheiro Civil/Sanitarista: André Sarmanho de Lima	Engenheiro Sanitarista/UFPA; Mestre em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos (UNB); e Doutor em Ciências da Terra e do Meio Ambiente (Universidade Autônima de Madrid).	Engenheiro Sanitarista pela Universidade Federal do Pará - 1995 (UFPa), Mestre em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos pela Universidade de Brasília - 1998 (UnB) e Doutor em Ciências da Terra e do Meio Ambiente pela Universidad Autónoma de Madrid – 2008 (UAM). Tendo a formação multidisciplinar como um dos principais critérios que compõe sua trajetória profissional na área do saneamento e meio ambiente. , Atua na área de saneamento e meio ambiente há mais 20 anos, onde realizou inúmeros projetos na área, alguns desses como: Consultor/coordenador pela Sanebras S/A (2013 – 2016) na elaboração de Estudo

Profissional	Formação Acadêmica	Experiência
	Especialista em Gestão Empresarial/FGV.	nas empresas Biocomp e Desptech Ambiental, foi Gerente de Fiscalização Operacional e Coordenador Operacional na ARSAE-MG.
EN1 – Engenheiro Civil/Ambiental/Sanitarista: Vitor Lages do Vale	Engenheiro Civil/UFMG; Mestre em Recursos Hídricos/UFMG; e Especialista em Gestão de Negócios/FDC.	Possui 13 anos de experiência no mercado de consultoria para os setores de mineração e energia, com o desenvolvimento de projetos e estudos relacionados à variabilidade climática, disponibilidade hídrica, obras hidráulicas, hidráulica fluvial, estudos de ruptura hipotética de barragens e segurança de barragens. Atuou como engenheiro na empresa POTAMOS entre 2009 e 2012 e coordenador de projetos na empresa WALM entre 2012 e 2018. Atualmente atua como diretor técnico da HIDROBR no desenvolvimento de equipes, consultoria técnica e gestão empresarial.
AS1 – Sociólogo/Assistente Social/Profissional de Nível Superior com experiência em mobilização social: Danilo Madjarof Sertorio	Cientista Social/FESPSP; Especialista em Comunicação e Marketing/FCL; e Especialista em Pesquisa de Mercado Mídia e Opinião/FESPSP.	Bacharel em Sociologia e Política. Especialista em Comunicação em Marketing. Sociólogo com especialização em Comunicação em Marketing com mais de 20 anos de atuação nas áreas de pesquisa aplicada, gerenciamento de projetos nas áreas privada e pública esta última envolvido com estudos na área de saneamento com foco no apoio à comunicação e mobilização social e coordenação administrativa.
AS1 – Sociólogo/Assistente Social/Profissional de Nível Superior com experiência em mobilização social: Isabella Tritone Medeiros	Socióloga/FESPSP	Bacharelada em Sociologia e Política pela FESPSP (2021). Cursando formação de extensão em Diversidades e Inclusão Social em Direitos Humanos na USP - Universidade de São Paulo (2022) e integrante do grupo de estudos de Gênero e Marcadores Sociais da Diferença (GEDI - FESPSP). Atua como apoio técnico pela FESPSP no Projeto SIHS-BA, referente à implementação do Plano Microrregional de Saneamento Básico no Estado da Bahia. Estagiou nos projetos SIHS-BA, juntamente à equipe de mobilização, e AMLURB, na área administrativa referente ao monitoramento dos serviços de Limpeza Urbana no município de São Paulo.
AS1 – Sociólogo/Assistente Social/Profissional de Nível Superior com experiência em mobilização social: Yasmin Mancini Granja	Socióloga/FESPSP	Socióloga, gestora de projetos e diagramadora. Participou no levantamento de dados socioeconômicos, apoio nas atividades de mobilização social e auxiliou na gestão de projetos de Planos de Saneamento Básico para os governos da Bahia e do Piauí. Trabalhou na área de projetos do Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO PERGENTINO MAIA
Registro Microfilmado
Nº 160629

Oitavo Aditivo ao Contrato Social
RPG - Reinfra Consultoria Econômica e de Regulação e Infraestrutura S/S Ltda
CNPJ : 10.648.067/0001-90

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO REGISTRO MICROFILMADO
LEAL Nº 000030

MARIO AUGUSTO PARENTE MONTEIRO, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, economista, inscrito no CPF(MF) sob o nº 228.319.163-72 e RG nº 1.305.87 SSP-CE, inscrito no Conselho Regional de Economia 8ª Região – Ceará – CORECON/CE sob o número 1.691, residente e domiciliado à Av. Rui Barbosa, nº 757 – apto. 102 – Meireles – Fortaleza – Ce – CEP 60.115-220, **ROBERTO GIOVANI DE MATTOS PEREIRA,** brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, engenheiro civil inscrito no CREA – MG sob o número 107083/D e RNP 140639711-3, inscrito no CPF(MF) sob o nº 069.879.936-45 e RG nº 12176338 SSP-MG, residente e domiciliado à Rua Monsenhor Gustavo Freire, nº 21 – apto. 205 – São Mateus – Juiz de Fora – MG – CEP 36.016-470, **ALCEU DE CASTRO GALVAO JUNIOR,** brasileiro, divorciado, engenheiro civil, inscrito no CPF(MF) sob o nº 377.922.533-68 e RG nº 2003009000912 SSP-CE, inscrito no CREA – Ceará sob o número 10089/D e RNP 060089161-5, residente e domiciliado à Rua Canuto de Aguiar, nº 1077 – apto. 1400 – Meireles – Fortaleza – Ce – CEP 60.160-120, **ANDRÉ GIMENIZ GALVÃO,** brasileiro, solteiro, engenheiro de telecomunicações inscrito no CREA – CE sob o número 343463, inscrito no CPF(MF) sob o nº 672.107.593-87 e RG nº 20075347479 SSP-CE, residente e domiciliado à Rua Maria Tomásia nº 855 – apto. 1201 – Aldeota – Fortaleza – Ce – CEP 60.150-170, **ALINE MARIA BALDEZ CUSTÓDIO,** brasileira, solteira, maior Engenheira Ambiental e Sanitarista, inscrito no CREA – Ceará sob o número 54869 e RNP 0613966120, RG nº. 2006010223983 SSP/CE e CPF/MF nº. 049.905.744-94, residente e domiciliada na Rua Visconde de Cairu, nº. 720 Apto. 402 – Vicente Pinzon – Fortaleza – Ce, CEP: 60.182-130, **ANDRE SARMANHO DE LIMA**, brasileiro, solteiro, engenheiro Sanitarista, inscrito no CREA – PA sob o número 9668, inscrito no CPF(MF) sob o nº 424.568.602-25 e RG nº 2001997 SSP-PA, residente e domiciliado à LT Barra Mar, s/n – Loteamento Gleba – Cascavel – Ce – CEP 62.850-000 **e RPG BRASIL – SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM REGULAÇÃO, PERFORMANCE E GESTAO DE INFRAESTRUTURA ECONOMICA LTDA, representado neste ato por seu administrador ANDRÉ GIMENIZ GALVÃO,** brasileiro, solteiro, engenheiro de telecomunicações inscrito no CREA – CE sob o número 343463, inscrito no CPF(MF) sob o nº 672.107.593-87 e RG nº 20075347479 SSP-CE, residente e domiciliado à Rua Maria Tomásia nº 855 – apto. 1201 – Aldeota – Fortaleza – Ce – CEP 60.150-170 com sede a Rua Desembargador Leite Albuquerque 635 sala 404, Aldeota , Fortaleza – CE, CEP 60.150-150, inscrita no CNPJ 36.697.490/0001-56., únicos sócios da Sociedade Simples limitada **RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA**, CNPJ (MF) 10.648.067/0001-90 com Contrato Social registrado no 1º Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Fortaleza – Pergentino Maia – nº 143657 resolvem alterar o Contrato Social e o fazem mediante as seguintes clausulas e condições:

PRIMEIRA – Alterar no preambulo deste contrato social o estado civil do sócio **ANDRÉ GIMENIZ GALVÃO,** que passara de solteiro para casado com comunhão parcial de bens.

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Registro Microfilmado
CARTÓRIO EVERALDO MAIA Nº 160629

SEGUNDA – Alterar o endereço da **RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA**, ficando a cláusula primeira com a seguinte redação:

"1ª A sociedade girará sob a denominação social de **RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA** e terá sede e domicílio em Eusébio - CE na Av. Eusébio de Queiroz, 4569 - A – Centro – Eusébio – Ce – CEP 61.760-000.

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO REGISTRO MICROFILMADO
LEAL Nº 000330

TERCEIRA – Alterar sua atividade principal para Serviços de Engenharia - CNAE – 7112-0/00

Após as alterações acima a cláusula sexta do contrato social passa a ter a seguinte redação:

"Sexta – A sociedade é uma "Sociedade Simples Limitada" que tem por Objeto social a prestação de serviços de consultoria e assessoria nas áreas de Economia, Finanças e Regulação e Infraestrutura a saber:

01 – CNAE – 7112-0/00 – Serviços de Engenharia

02 – CNAE – 6619-3/99 – Outras Atividades dos Serviços Financeiros não especificados anteriormente e:

A) Assessoria, consultoria e análise econômica e financeira de empresas e projetos empresariais;
B) Consultoria especializada na concepção e elaboração de projetos econômico-financeiros e de suporte a gestão empresarial e gerenciamento de produtos e serviços;
C) Financiamento para executivos e gerentes em modelo de gestão empresarial e gerenciamento de produtos e serviços;
D) Avaliação do desempenho das entidades e exame das causas de insolvência ou incapacidade de geração de resultados;
E) Assessoria no desenvolvimento e implantação de sistemas financeiros em geral;
F) Avaliação dos fundos de comercio;
G) Análise e avaliação de investimentos;
H) Assessoria na captação de recursos nacionais e internacionais: e
I) Elaboração de Laudos Periciais técnico-econômicos.

CNAE – 7490-1/99 – Consultoria em questões de sustentabilidade do meio ambiente.

CNAE – 7490-1/99 – Serviços de Consultoria, assessoria em projetos de meio ambiente.

CNAE – 8599-6/04 – Presencial e à Distância Curso de Aprendizagem e treinamento gerencial.

CNAE – 8599-6/04 – Serviços de Palestrante.

CNAE – 8599-6/04 – Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.
CNAE – 7020-4 – Assessoria às empresas em questões de gestão.

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO 1º ARGENTINO MAIA
Registro Microfilmado
Nº 160629

CNAE – 7020-4 – Assessoria às empresas em questões financeiras

CNAE – 7020-4 – Consultoria financeira a empresas.

CNAE – 7020-4 – Consultoria na área econômica.

CNAE – 7020-4 – Consultoria em Controle orçamentário.

CNAE – 7740-3/00 – Gestão de Ativos Intangíveis não Financeiros.

CNAE – 6462-0/00 – Holdings de Instituições não Financeiras.

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO REGISTRO MICROFILMADO
LEAL Nº 000030

TERCEIRA – Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato social que, especificamente, não foram alteradas por este Aditivo.

Após as mudanças acima a sociedade resolve consolidar o referido contrato com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE E FILIAIS

MARIO AUGUSTO PARENTE MONTEIRO, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, economista, inscrito no CPF(MF) sob o nº 228.319.163-72 e RG nº 1.305.87 SSP-CE, inscrito no Conselho Regional de Economia 8ª Região – Ceará – CORECON/CE sob o número 1.691, residente e domiciliado à Av. Rui Barbosa, nº 757 – apto. 102 – Meireles – Fortaleza – Ce – CEP 60.115-220, **ROBERTO GIOVANI DE MATTOS PEREIRA,** brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, engenheiro civil inscrito no CREA – MG sob o número 107083/D e RNP 140639711-3, inscrito no CPF(MF) sob o nº 069.879.936-45 e RG nº 12176338 SSP-MG, residente e domiciliado à Rua Monsenhor Gustavo Freire, nº 21 – apto. 205 – São Mateus – Juiz de Fora – MG – CEP 36.016-470, **ALCEU DE CASTRO GALVAO JUNIOR,** brasileiro, divorciado, engenheiro civil, inscrito no CPF(MF) sob o nº 377.922.533-68 e RG nº 2003009000912 SSP-CE, inscrito no CREA – Ceará sob o número 10089/D e RNP 060089161-5, residente e domiciliado à Rua Canuto de Aguiar, nº 1077 – apto. 1400 – Meireles – Fortaleza – Ce – CEP 60.160-120, **ANDRÉ GIMENIZ GALVÃO,** brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, engenheiro de telecomunicações inscrito no CREA – CE sob o número 343463, inscrito no CPF(MF) sob o nº 672.107.593-87 e RG nº 20075347479 SSP-CE, residente e domiciliado à Rua Maria Tomásia nº 855 – apto. 1201 – Aldeota – Fortaleza – Ce – CEP 60.150-170, **ALINE MARIA BALDEZ CUSTÓDIO,** brasileira, solteira, maior Engenheira Ambiental e Sanitarista, inscrito no CREA – Ceará sob o número 54869 e RNP 0613966120, RG nº. 2006010223983 SSP/CE e CPF/MF nº. 049.905.744-94, residente e domiciliada na Rua Visconde de Cairu, nº. 720 Apto. 402 – Vicente Pinzon – Fortaleza – Ce, CEP: 60.182-130, **ANDRE SARMANHO DE LIMA,** brasileiro, solteiro, engenheiro Sanitarista, inscrito no CREA – PA sob o número 9668, inscrito no CPF(MF) sob o nº 424.568.602-

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Registro Microfilmado
Nº 160629

25 e RG nº 2001997 SSP-PA, residente e domiciliado à LT Barra Mar, s/n – Loteamento Gleba – Cascavel – Ce – CEP 62.850-000 **e RPG BRASIL – SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM REGULAÇÃO, PERFORMANCE E GESTAO DE INFRAESTRUTURA ECONOMICA LTDA, representado neste ato por seu administrador ANDRÉ GIMENIZ GALVÃO**, brasileiro, casado, engenheiro de telecomunicações inscrito no CREA – CE sob o número 343463, inscrito no CPF(MF) sob o nº 672.107.593-87 e RG nº 20075347479 SSP-CE, residente e domiciliado à Rua Maria Tomásia nº 855 – apto. 1201 – Aldeota – Fortaleza – Ce – CEP 60.150-170 , inscrita no CNPJ 36.697.490/0001-56., únicos sócios da Sociedade Simples limitada **RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA**, CNPJ (MF) 10.648.067/0001-90 com Contrato Social registrado no 1º Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Fortaleza – Pergentino Maia – nº 143657 resolvem alterar o Contrato Social e o fazem mediante as seguintes clausulas e condições:

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO REGISTRO MICROFILMADO
LEAL Nº 00030

PRIMEIRA - A sociedade girará sob a denominação social de **RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA.**

SEGUNDA – A sede e domicílio em Eusébio - CE na Av. Eusébio de Queiroz, 4569 - A – Centro – Eusébio – Ce – CEP 61.760-000.

TERCEIRA – Mediante deliberação de sua administração, a sociedade poderá instalar, extinguir ou relocalizar filiais e escritórios, ou exercer suas atividades em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

CAPÍTULO II – PRAZO DE DURAÇÃO

QUARTA – O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

QUINTA – A sociedade iniciará suas atividades com o arquivamento deste instrumento no cartório competente

CAPÍTULO III – DO OBJETO SOCIAL

SEXTA – A sociedade é uma "Sociedade Simples Limitada" que tem por Objeto social a prestação de serviços de consultoria e assessoria nas áreas de Economia, Finanças e Regulação e Infraestrutura a saber:

01 – CNAE – 7112-0/00 – Serviços de Engenharia
02 – CNAE – 6619-3/99 – Outras Atividades dos Serviços Financeiros não especificados anteriormente e:

A) Assessoria, consultoria e análise econômica e financeira de empresas e projetos empresariais;
B) Consultoria especializada na concepção e elaboração de projetos econômico-financeiros e de suporte a gestão empresarial e gerenciamento de produtos e serviços;
C) Financiamento para executivos e gerentes em modelo de gestão empresarial e gerenciamento de produtos e serviços;

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO 1º ERCENTUNO MAIA
Registro Microfilmado
Nº 160629

D) Avaliação do desempenho das entidades e exame das causas de insolvência ou incapacidade de geração de resultados;
E) Assessoria no desenvolvimento e implantação de sistemas financeiros em geral;
F) Avaliação dos fundos de comercio;
G) Análise e avaliação de investimentos;
H) Assessoria na captação de recursos nacionais e internacionais; e
I) Elaboração de Laudos Periciais técnico-econômicos.

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO REGISTRO MICROFILMADO
LEAL Nº 000330

CNAE – 7490-1/99 – Consultoria em questões de sustentabilidade do meio ambiente.

CNAE – 7490-1/99 – Serviços de Consultoria, assessoria em projetos de meio ambiente.

CNAE – 8599-6/04 – Presencial e à Distância Curso de Aprendizagem e treinamento gerencial.

CNAE – 8599-6/04 – Serviços de Palestrante.

CNAE – 8599-6/04 – Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

CNAE – 7020-4 – Assessoria às empresas em questões de gestão.

CNAE – 7020-4 – Assessoria às empresas em questões financeiras

CNAE – 7020-4 – Consultoria financeira a empresas.

CNAE – 7020-4 – Consultoria na área econômica.

CNAE – 7020-4 – Consultoria em Controle orçamentário.

CNAE – 7740-3/00 – Gestão de Ativos Intangíveis não Financeiros.

CNAE – 6462-0/00 – Holdings de Instituições não Financeiras.

SÉTIMA – O objetivo social poderá ser modificado, ampliado ou reduzido, mediante deliberação dos sócios, na forma prevista neste contrato.

CAPÍTULO IV – DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

OITAVA - O capital social é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas, no valor nominal de R$ 2,00 (dois reais) cada uma, integralizado neste ato, em moeda legal e corrente do País e está assim distribuido entre os sócios:

Sócio	Quotas	Subscrito	Integralizado	%
Mario Augusto Parente Monteiro	25.000	50.000,00	50.000,00	25,00
Alceu de Castro Galvão Junior	35.000	70.000,00	70.000,00	35,00
Roberto Giovani de Mattos Pereira	11.000	22.000,00	22.000,00	11,00

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Registro Microfilmado
CARTÓRIO 1º OFÍCIO MAIA Nº 160629

Aline Maria Baldez Custódio	5.000	10.000,00	10.000,00	5,00
André Gimeniz Galvão	3.000	6.000,00	6.000,00	3,00
André Sarmanho de Lima	1.000	2.000,00	2.000,00	1,00
RPG BRASIL-Serviços de consultoria em Regulação, Performance e Gestão de Infraestrutura Econômica Ltda	20.000	40.000,00	40.000,00	20,00
Total	**100.000**	**200.000,00**	**200.000,00**	**100,00**

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO REGISTRO MICROFILMADO
LEAL Nº 000030

NONA - O capital poderá ser aumentado, mediante subscrição de novas quotas a serem realizadas em moeda legal e corrente do País ou pela incorporação de bens passíveis de avaliação pecuniária, ou, ainda, através da conversão do passivo e da apropriação de reservas inscritas na contabilidade.

DÉCIMA - Nos aumentos do capital social, a preferência para subscrição das quotas novas será atribuída aos sócios, na exata proporção da sua participação de cada um deles no capital da sociedade

DÉCIMA PRIMEIRA - A responsabilidade dos sócios limita-se ao valor de suas quotas; entretanto, todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Art. 1.052, da Lei n.º 10.406/02, não respondendo os sócios subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CAPÍTULO V - DAS QUOTAS SOCIAIS

DÉCIMA SEGUNDA – Aos sócios é conferido o direito de preferência a aquisição de quotas do sócio que, por acaso, pretenda vende-las, devendo este sócio informa por escrito aos demais, declarando o nome de quem se acha interessado a comprá-las e o preço que foi ofertado pelas suas quotas sociais.

DÉCIMA TERCEIRA – Aos sócios remanescentes caberá o direito de preferência para comprarem as quotas oferecidas, pelo preço e condições previstas na Clausula Vigésima Oitava deste contrato observada, para tal exercício, a exata proporção de cada sócio no capital social, certo de que, se qualquer dos sócios não o fizer, esse direito se acrescerá ao direito dos sócios que o fizerem ou o exercitarem.

DÉCIMA QUARTA – Caso os sócios não exerçam o direito de preferência, acima estabelecido, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que ocorrer a recepção da correspondência expedida pelo sócio que pretender alienar suas quotas, ficará este último inteiramente liberado para concluir o negócio com o terceiro interessado, entretanto condicionada, a cessão e transferência das referidas quotas ao terceiro, após prévia aprovação da admissão do interessado cessionário na sociedade, pelos demais sócios.

DÉCIMA QUINTA - O direito de preferência dos sócios será exercitável através de carta dirigida ao sócio ofertante, o qual, recebendo o escrito que corporificar o exercício da preferência, ficará vinculado automaticamente, bem como impedido de realizar qualquer negócio com terceiro interessado.

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO ARGENTINO MAIA
Registro Microfilmado
Nº 160629

CAPÍTULO VI - DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

DÉCIMA SEXTA – A administração da sociedade caberá ao sócio, **ANDRÉ GIMENIZ GALVÃO**, já qualificado, isoladamente, com poderes e atribuições amplas, para praticar todos os atos necessários à realização do objeto da sociedade, podendo a mesma, representar a sociedade em juízo ou fora dele, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar, fazer acordos, contrair obrigações, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, irrestritivamente, outorgar procuração em nome da sociedade, bem como assinar escrituras, abrir e movimentar contas bancárias, enfim praticar todos os atos de administração financeira, comercial, patrimonial e operacional, respeitadas as restrições previstas neste contrato.

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO LEAL
REGISTRO MICROFILMADO
Nº 000330

Parágrafo Primeiro – O sócio e administrador é impedido de, em nome da sociedade, concederem avais, fianças ou quaisquer tipos de garantias que, alheias aos interesses sociais, possam acarretar ônus ou suscitar responsabilidade à empresa.

Parágrafo Segundo – Caso sejam praticados quaisquer dos atos compreendidos no parágrafo anterior, com inobservância das estritas regras proibitivas nela editadas, serão esses atos absolutamente inválidos e ineficazes com respeito à sociedade e, portanto, não a vincularão, porém obrigará, pessoal e ilimitadamente, o sócio ou quem infringi-la, sem prejuízo ainda das cominações legais aplicáveis à espécie.

Parágrafo Terceiro – O administrador poderá constituir procurador em nome da sociedade, cujos poderes deverão estar expressamente delimitados no instrumento, que terão vigência limitada a 01(um) ano, exceto aquelas que venham a ser outorgadas a advogado, para propositura e ou a acompanhamento de demandas judiciais ou procedimentos administrativos, as quais, a critério dos outorgantes, terão vigência até o término do respectivo processo.

Parágrafo quarto – A responsabilidade técnica da empresa caberá aos sócios **ALINE MARIA BALDEZ CUSTÓDIO, ANDRÉ GIMENIZ GALVÃO e ROBERTO GIOVANI DE MATTOS PEREIRA**, já qualificados.

DÉCIMA OITAVA – As procurações outorgadas em nome da sociedade, qualquer que seja a sua finalidade deverão ter os poderes expressamente conferidos no instrumento e terão vigência limitada a 01 (um) ano, exceto aquelas que venham a ser outorgadas a advogado, com cláusula "as judicia et extra" para a propositura e ou acompanhamento de demandas judiciais aos procedimentos administrativos, cujos poderes, a critério dos outorgantes, poderão ter vigência até o término do respectivo processo.

DÉCIMA NONA – Os quotistas administradores são impedidos de, em nome da sociedade conceder avais, fianças ou quaisquer tipos de garantia que, alheias ao interesse sociais, possam acarretar ônus ou suscitar responsabilidade à empresa.

VIGÉSIMA – Caso sejam praticados quaisquer dos atos compreendidos com inobservância das estritas regras proibitivas nela editadas, serão esses atos absolutamente inválidos e ineficazes com respeito à sociedade e, portanto, não a vincularão, porém obrigará, pessoal e ilimitadamente, o sócio ou quem infringi-la, sem prejuízo ainda das cominações legais aplicáveis à espécie.

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Registro Microfilmado
CARTÓRIO 1º OFÍCIO
MIAIA
Nº 160629

VIGÉSIMA PRIMEIRA – As proibições aos atos contidos na Cláusula Décima Nona, não terão eficácia se praticadas pelos dois sócios-gerentes em conjunto.

CAPÍTULO VII - DO EXERCÍCIO SOCIAL

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO REGISTRO MICROFILMADO
LEAL Nº 000030

VIGÉSIMA SEGUNDA - O exercício social terá seu termo inicial fixado em primeiro (1°) do mês de janeiro e o final em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, quando serão levantados o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, para verificação do estado patrimonial e financeiro da sociedade e apuração dos resultados.

VIGÉSIMA TERCEIRA - Por deliberação dos quotistas, representando a maioria do capital social o lucro, apurado será:

a) distribuído entre os quotistas, de acordo com a participação de cada um deles no capital social;

b) retido, no todo ou em parte, em conta de lucros acumulados ou reserva de lucro;

e/ou c) capitalizado.

VIGÉSIMA QUARTA - Os prejuízos, se houver, serão suportados pelos quotistas na mesma proporção de suas participações no capital social.

VIGESIMA QUINTA – A assinatura do Balanço e demais documentos financeiros, por qualquer dos administradores, representará sua integral e irretratável aprovação, não apenas no que diz respeito ao resultado do exercício. mas também, em relação a cada um dos elementos das contas e valores da sociedade.

VIGÉSIMA SEXTA - A sociedade poderá, a critério dos quotistas, levantar Balanços Intermediários em qualquer época do ano.

CAPÍTULO VIII - DA CONTINUIDADE DA EMPRESA

VIGÉSIMA SÉTIMA – A sociedade não entrará em dissolução e, consequentemente, em liquidação, em virtude da retirada, morte, interdição, falência, concordata, ou incapacidade de qualquer dos sócios.

VIGÉSIMA OITAVA - Ocorrendo quaisquer dos fatos indicados na Cláusula anterior, excetuada as situações previstas neste instrumento, o valor dos haveres daquele sócio será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado e será pago em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas, devidamente corrigidas pelo índice de caderneta de poupança, sendo que a primeira prestação será paga dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contado do fato ou do ato jurídico determinante.

VIGÉSIMA NONA – A falência, recuperação ou impedimento legal de qualquer dos sócios, será motivo para sua exclusão imediata da sociedade, sendo seus direitos e

Atividades realizadas: Coordenação Executiva e interlocução com o cliente.

Especificação do serviço ou projeto: Revisão.e atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de São João do Manhuaçu, apoio técnico para a criação do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB) e habilitação junto à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG) para obtenção de repasse de recursos

Ano: 08/2020-12/2020 Local: São João do Manhuaçu /MG Função: Coordenador Geral

Cliente: Prefeitura Municipal de São João do Manhuaçu

Principais características do projeto: Reestruturação do PMSB do município de São João do Manhuaçu. Apesar de inicialmente ter sido contratada a revisão do Plano, observou-se que o mesmo não estava adequado às normas vigentes e apresentava muitas lacunas, tendo sido, portanto, estruturado um PMSB mais simplificado, porém sem deixar de atender a todos os requisitos e diretrizes das normativas legais em vigência no país a respeito do saneamento básico. Itens apresentados: Diagnóstico da situação do saneamento básico, Prognóstico e alternativas de universalização dos serviços de saneamento básico, Programas, projetos e ações, Viabilidade econômica dos serviços de saneamento básico, Mecanismos e procedimentos para avaliação sistemática do PMSB, Ações para emergências e contingências, Controle social e processo participativo no PMSB. Além disso foi dado apoio ao município para conseguir habilitação do FMSB junto à ARSAE-MG para obtenção de repasse de recursos da tarifa da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA).

Atividades realizadas: Coordenação geral e interlocução com o cliente.

Especificação do serviço ou projeto: Estudo de concepção e viabilidade técnica, econômica para estruturação de Parceria Público-Privada para solução do manejo e destinação final dos resíduos sólidos dos municípios consorciados

Ano: 2019-2021 Local: Minas Gerais Função: Coordenador geral e responsável técnico

Cliente: CORESAB

Principais características do projeto: Elaboração dos seguintes cadernos: Caderno I – Abordagem Tecnológica, Caderno II – Síntese da Proposta, Caderno III – Projeto de Implantação, Caderno IV – Modelo Operacional, Caderno V – Modelo Econômico-Financeiro e Plano de Negócios, Caderno de Consolidação, Adendo dos estudos – Avaliação preliminar de viabilidade econômica do tratamento térmico de resíduos sólidos urbanos.

Atividades realizadas: Coordenação geral e desenvolvimentos dos Cadernos I a V, Consolidação e Adendo.

Link do trabalho: https://coresab.com.br/servicos/

Projeto: Elaboração de Programa de Racionalização do Uso da Água do Município de Lençóis Paulista

Ano: 01/2020-01/2021 Local: Lençóis Paulista/SP Função: Coordenador Geral

Cliente: SAAE Lençóis Paulista

Principais características do projeto: Elaboração de 4 produtos: Produto 1 – Relatório de Visitas Técnicas; Produto 2 – Relatório de Diagnóstico, realizado a partir do levantamento da situação com coleta e estudo de dados, tanto das visitas como de outras fontes de informação; Produto 3 – Relatório de Metas e Objetivos, que visa apresentar as melhorias que podem ser alcançadas a partir do diagnóstico; Produto 4 – Relatório Final, que contém o programa completo com as ações a serem realizadas e o respectivo cronograma físico-financeiro.

Especificação do serviço ou projeto: Elaboração de Diagnóstico e Projeto Básico de Conservação de Recursos Hídricos em uma Parcela da Bacia Hidrográfica do Rio Juramento, Juramento – Minas Gerais

Ano: 11/2019-10/2020 Local: Juramento/MG Função: Coordenador Geral

Cliente: Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo

Principais características do projeto: Elaboração dos Produtos: Plano de Trabalho, Mapas Temáticos, Cadastro Fundiário das Propriedades, Proposta de Projeto Produtor de Água e Relatório de passivos ambientais e das áreas com aptidão para conservação de solo, Relatório Final – Diagnóstico e Projeto Básico de Conservação de Recursos Hídricos em uma parcela da Bacia Hidrográfica do Rio Juramento.

Período	Empresa/Instituição	Cargo Ocupado
	Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG)	
Abril/2014-outubro/2015	Faculdade Kennedy	Professor Universitário – Disciplinas Lecionadas no curso de Engenharia Civil: Hidráulica, Saneamento e Limpeza Urbana
Março/2011-abril/2014	Carvalho Queiroz Engenharia	Diretor Técnico/Comercial
Junho/2012-maio/2014	CREA-MG	Assessor Técnico Especializado; Coordenador de projeto de capacitação de profissionais e apoio na elaboração de planos municipais de saneamento. Experiência com criação, cálculo e avaliação de indicadores; Gerenciamento de equipe multidisciplinar composta por engenheiros, cientistas sociais, administradores e advogados; Coordenação Técnica dos eixos de Meio Ambiente e Impacto das Chuvas em um projeto de capacitação de profissionais da área tecnológica e elaboração de diagnóstico regional no Estado de Minas Gerais a partir da visão dos profissionais de engenharia
Novembro/2011-junho/2012	Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA)	Engenheiro concursado; Gerenciamento e fiscalização de obras de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado de Minas Gerais
Setembro/2009-agosto/2010	Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)	Analista Ambiental

Projetos e Atividades relevantes ao tema

Projeto: Avaliação mensal dos serviços de ampliação, manutenção e operação do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Serra executados pela concessionária de saneamento Serra Ambiental S/A, na função de verificador independente
Ano: 01/2021-Atual Local: Serra/ES Função: Coordenador
Cliente: Companhia Espírito-Santense de Saneamento (CESAN)
Principais características do projeto: Acompanhamento mensal de reuniões entre CESAN e Serra Ambiental; Verificação trimestral de indicadores operacionais e de desempenho; Elaboração de pareceres técnicos.

Especificação do serviço ou projeto: Tarifa de saneamento e proteção de mananciais
Ano: 12/2020-Atual Local: Belo Horizonte/MG Função: Pesquisador Sênior
Cliente: Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS
Principais características do projeto: Auxiliar a revisão tarifária da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), conduzida pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp), no sentido de incorporar no cálculo da tarifa da Companhia os investimentos necessários para a estruturação de uma estratégia de proteção de mananciais, contribuindo, assim, para uma maior segurança hídrica
Atividades realizadas: Desenvolvimento dos estudos e interlocução com o cliente.

Especificação do serviço ou projeto: Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos municípios do Consórcio Regional de Saneamento Básico Central de Minas
Ano: 11/2020-Atual Local: Belo Horizonte/MG Função: Coordenador Executivo
Cliente: Consórcio Regional de Saneamento Básico Central de Minas – CORESAB
Principais características do projeto: Três etapas: (i) Consolidação dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios do CORESAB; (ii) Prognóstico e Proposta de manejo e disposição final adequada dos resíduos sólidos gerados nos municípios do CORESAB; e (ii) Estratégias de implementação da proposta de manejo e disposição final adequada dos resíduos sólidos gerados nos municípios do CORESAB e acompanhamento.

3. 29º Congresso Brasileiro de Manutenção e Gestão de Ativos. 2014. (Congresso).
4. 1ª Conferência Intermunicipal do Consórcio 4 ambiental.Resíduos da Construção Civil. 2013. (Outra).
5. 3ª Conferência Municipal de Saneamento. 2012. (Outra).
6. Conferência WATERLAT "Tensão entre justiça ambiental e justiça social na América Latina. 2010. (Outra).
7. I Simpósio de engenharia sanitária e ambiental da zona da mata mineira.Sistemas de Alerta de Enchentes no Estado de Minas Gerais. 2010. (Simpósio).
8. Diálogos: Água e Economia. 2009. (Seminário).
9. III Conferência Municipal de Política Urbana. 2009. (Outra).
10. XVIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. 2009. (Simpósio).
11. World Engineer's Convention. 2008. (Outra).

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 28/04/2022 às 11:38:13

Imprimir currículo

Idiomas

Inglês	Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.
Espanhol	Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. MELO, M. C. ; QUEIROZ, V. C. ; FORMIGA-JOHNSSON, R. M. ; AZEVEDO, J. P. S. ; NASCIMENTO, N. O. ; MACHADO, F. L. V. ; SA, R. V. ; RIMULO, B. A. . AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA HÍDRICA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: ESTUDO DA CRISE HÍDRICA 2014-2015. Revista Brasileira de Climatologia, v. 27, p. 680, 2020.
2. QUEIROZ, V. C.; OLIVEIRA, M. V. C. E. ; NASCIMENTO, N. O. . Financing water and sanitation services: two types of funds for facing investment challenges in Brazil. JOURNAL OF THE INTERNATIONAL HYDROLOGIC PROGRAM FOR LATIN AMERICA AND CARIBBEAN (AQUALAC), v. 12, p. 22-31, 2020.
3. QUEIROZ, V. C.; CARVALHO, R. C. ; Heller, L. . New Approaches to Monitor Inequalities in Access to Water and Sanitation: the SDGs in Latin America and the Caribbean.. WaterJCR, v. 12, p. 931, 2020.

   Citações: 4
4. QUEIROZ, V. C.. Universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário em Minas Gerais: subsídios para a criação de um fundo estadual. Vértice Técnica, v. 2, p. 10, 2016.
5. QUEIROZ, V. C.; NASCIMENTO, N. O. . Estimativa do déficit de investimentos em saneamento em Minas Gerais. REGA - REVISTA DE GESTÃO DE ÁGUA DA AMÉRICA LATINA, v. 13, p. 186-197, 2016.

Livros publicados/organizados ou edições

1. Heller, L. ; CARVALHO, R. C. ; QUEIROZ, V. C. . Agenda 2030 para abastecimento de água, esgotamento sanitário e higiene na América Latina e Caribe: Um olhar a partir dos direitos humanos. 1ª. ed. Washington D.C.: OPAS, 2019.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. QUEIROZ, V. C.. Desafios no planejamento do saneamento. Regulação em foco, 18 abr. 2022.
2. CHECCO, G. ; QUEIROZ, V. C. . Nova tarifa da Sabesp: os avanços e os desafios. Nexo Jornal, 22 maio 2021.
3. QUEIROZ, V. C.; MELO, M. C. . O papel da engenharia na universalização do saneamento. Estado de Minas, 24 fev. 2021.
4. QUEIROZ, V. C.. Prioridade ao Saneamento. Estado de Minas, 17 set. 2013.
5. QUEIROZ, V. C.. Redução do Impacto das Chuvas. O Tempo, 10 set. 2013.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. QUEIROZ, V. C.; OLIVEIRA, M. V. C. E. . Regulação e direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário. In: 47º Congresso Nacional de Saneamento da Assemae, 2017, Campinas. 21ª Exposição de Experiência Municipais em Saneamento, 2017.
2. MELO, B. A. C. ; OLIVEIRA, M. V. C. E. ; QUEIROZ, V. C. . ENFRENTANDO A CRISE HÍDRICA COM NOVOS INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS: A DESTINAÇÃO ESPECÍFICA DA ARSAE-MG. In: 20ª Exposição de Experiências Municipais em Saneamento, 2016, Jaraguá do Sul. Exposição de Experiências Municipais em Saneamento, XX. Jaraguá do Sul, 2016.
3. QUEIROZ, V. C.; Souza, G.A. ; Bortolini, R. . Metodologia para identificação de necessidade de investimentos em expansão e reposição em sistemas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário. In: IX Congresso Brasileiro de Regulação, 2015, Brasília. 9º Congresso Brasileiro de Regulação, 2015.
4. Milograna, J. ; QUEIROZ, V. C. ; CAMPANA, N. A. ; BAPTISTA, M. B. . INFRASTRUCTURE URBAN FLOOD DAMAGES ? PROPOSAL FOR ASSESSMENT SYSTEMATICS. In: Proceedings of Conference on, 2009, Paris. Proceedings of Conference on, 2009.

Resumos publicados em anais de congressos

1. Fonseca, G.A.B ; QUEIROZ, V. C. ; Oliveira, M.D. ; Souza, S.L. ; SOUZA, W. L. Z. M. ; Hamdam, O.H.C. . Proposta de metodologia para monitoramento da disponibilidade hídrica para abastecimento público por meio de indicadores. In: Congresso Internacional de Segurança da Água: Menos Risco, Mais Saúde. In: Congresso Internacional de Segurança da Água, 2015, Brasília. Congresso Internacional de Segurança da Água, 2015.

Atuação Profissional

HIDROBR Consultoria, HIDROBR, Brasil.

Vínculo institucional
2017 - Atual
Outras informações

Vínculo: Sócio, Enquadramento Funcional: Diretor, Carga horária: 30
Sócio Diretor da HIDROBR Consultoria, responsável pela gestão e coordenação de projetos nas áreas de saneamento, meio ambiente e recursos hídricos.

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais, CREA MG, Brasil.

Vínculo institucional
2021 - Atual
Outras informações

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Conselheiro
Conselheiro Coordenador GT Saneamento 2021 Coordenador GT Saneamento e Recursos Hídricos 2022

Vínculo institucional
2012 - 2014

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Assessor Técnico da Presidência

Atividades
06/2012 - 05/2014

Serviços técnicos especializados , Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.
Serviço realizado
Coordenação projeto de capacitação de municípios em Planos Municipais de Saneamento; Participação no projeto "Encontros Regionais" ; Assessoria técnica diversa nas áreas de meio ambiente, saneamento e recursos hídricos; Representação em conselhos institucionais.

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), ABES MG, Brasil.

Vínculo institucional
2021 - Atual
Outras informações

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Diretor
Diretor ABES Seção MG - eleito mandato 2021-2023

Fundação Christiano Ottoni, FCO, Brasil.

Vínculo institucional
2020 - 2021
Outras informações

Vínculo: Consultor, Enquadramento Funcional: Consultor, Carga horária: 12
Consultor nos aspectos econômico-financeiros de elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico no projeto Sanbas, fruto de parceria entre FUNASA e DESA/UFMG

Sicoob Engecred, ENGECRED, Brasil.

Vínculo institucional
2016 - 2020
Outras informações

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Conselheiro
Conselheiro de Administração Cooperativa de Crédito

Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde, FIOTEC, Brasil.

Vínculo institucional
2018 - 2018
Outras informações

Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Pesquisador Bolsista, Carga horária: 40
Pesquisador bolsista contratado para elaborar informe Agenda 2030 para abastecimento de água, esgotamento sanitário e higiene na América Latina e Caribe: um olhar a partir dos direitos humanos

Agência Reguladora dos serviços de água e esgoto MG, ARSAE-MG, Brasil.

Vínculo institucional
2014 - 2017

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Chefe de Gabinete

Atividades
11/2015 - Atual

Direção e administração, Arsae-MG.
Cargo ou função
Chefe de Gabinete.

05/2014 - 02/2016

Direção e administração, Arsae-MG.
Cargo ou função
Gerente de Ativos Regulatórios.

Faculdades Kennedy, KENNEDY, Brasil.

Vínculo institucional
2014 - 2015

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professor Auxiliar

Atividades
04/2014 - 10/2015

Ensino, Engenharia Civil, Nível: Graduação

Projeto: Elaboração do processo de licenciamento ambiental e outorga da canalização do córrego do Virgílio em Capitólio/MG
Ano: 03/2018-06/2018 Local: Capitólio/MG Função: Coordenador Geral e Responsável Técnico
Cliente: Prefeitura Municipal de Capitólio
Principais características do projeto: Elaboração do processo de licenciamento ambiental junto aos órgãos competentes para a obra de canalização no córrego Virgílio, curso de água natural, em um trecho de 778 metros. Estudos hidrológicos e hidráulicos. Estudos ambientais para o licenciamento: Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS), Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental (DAIA) e Outorga de Canalização de Cursos de Água.

Projeto: Projeto Básico, Executivo e Estudos Ambientais de Saneamento – Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Olaria-MG
Ano: 01/2018-03/2018 Local: Olaria/MG Função: Engenheiro Civil
Cliente: Prefeitura Municipal de Olaria
Principais características do projeto: Estudo populacional; Estudo de concepção; Especificação do Plano de Amostragem e Sondagem Geotécnica; Projeto de rede coletora (5.200 m); Projeto de interceptor (2.800 m); Projeto de travessias sobre córregos e estrada de acesso (3 unid.); Projeto de estação elevatória final de esgotos; Projeto de linha de recalque; estudo de autodepuração do corpo hídrico receptor; Projeto de Estação de Tratamento de Esgotos (tratamento preliminar, tratamento secundário por UASB, com pós-tratamento em filtro biológico percolador, disposição no solo por escoamento superficial, unidade de leitos de secagem e área para disposição de lodo desidratado); Orçamento; Especificação Técnica e de Obra; Estudo e subsídios para licenciamento ambiental.

Especificação do serviço ou projeto: Modelagem de regulação econômica
Ano: 2017 Local: Belo Horizonte/MG Função: Coordenador de Projetos
Cliente: Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico Região Central (CISAB-RC)
Atividades realizadas: Modelagem de regulação econômica para o Cisab-RC, consórcio de regulação de 20 municípios de Minas Gerais

Especificação do serviço ou projeto: Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil na Obra de Urbanização e Edificação Jardim do Vale
Ano: 08-09/2017 Local: Belo Horizonte/MG Função: Coordenador Geral e Responsável Técnico
Cliente: Carvalho Queiroz Engenharia
Atividades realizadas: Elaboração do PGRCC

Especificação do serviço ou projeto: Coordenação de estudo de saneamento
Ano: 2016 Local: Belo Horizonte/MG Função: Coordenador
Empregador: ARSAE-MG
Atividades realizadas: Elaboração do estudo "Diagnóstico da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – Copanor"
Link trabalho: http://www.arsae.mg.gov.br/audiencia-publica/page/509-11-2016-revisao-tarifaria-da-copanor

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
2º Ofício de Notas de Belo Horizonte
Autentico este documento, composto de 1 folhas, por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou-fé. Belo Horizonte 25/04/2022.
Selo de Consulta: // EQL00417
Cód. Seg.: 1554.3401.4293.9599
Quantidade de Atos Praticados: 00001
Ato(s) praticado(s) por NILZA DAS GRAÇAS MARTINS - Escrevente Autorizada
Emol.: R$7,04 - TFJ: R$ 2,19 - Valor Final: R$ 9,23 - [illegible] 33
Consulte a validade deste Selo no site https://selos.tjmg.jus.br
Nº DA ETIQUETA ABQ726783
CARTÓRIO JAGUARÉ - 2º TABELIONATO DE NOTAS
Bernardo Magela Bruno
Esc. Autorizado

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Professor **Ronaldo Tadêu Pena**, no uso de suas atribuições, tendo em vista que **Vitor Carvalho Queiroz**

nascido(a) em **Belo Horizonte - MG** em **21** de **setembro** de **1985**

filho(a) de **Gilson de Carvalho Queiroz Filho e Luiza Maria de Carvalho**

concluiu o curso de **Engenharia Civil** em **31 de julho de 2009**

confere-lhe o título de **Engenheiro Civil** e outorga-lhe o presente diploma

para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Belo Horizonte, **25** de **janeiro** de **2010**

Reitor

Diretor(a) da Unidade

Diplomado(a)

República Federativa do Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Professor Jaime Arturo Ramírez, no uso de suas atribuições, confere a

Vitor Carvalho Queiroz

o grau de Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos,

área de concentração Hidráulica e Recursos Hídricos

e outorga-lhe o presente diploma, nos termos da legislação vigente.

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2017.

Reitor

Diretor da Unidade

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Diplomado

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INCIPIT VITA NOVA
7 DE SETEMBRO DE 1927

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2893970/2022
Emissão: 17/03/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: dY3C7

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: VITOR CARVALHO QUEIROZ
Registro: 1407586432
CPF: 078.201.256-67
Endereço: RUA SAGARANA, 180, 501, SAO PEDRO, BELO HORIZONTE, MG, 30330210

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 03/08/2009

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.
Data de Formação: 31/07/2009

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: HIDROBR CONSULTORIA LTDA
Registro: 0000042420
CNPJ: 19.368.145/0001-78
Data Início: 26/06/2017
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2775332/2021

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **VITOR CARVALHO QUEIROZ** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **VITOR CARVALHO QUEIROZ**
Registro: **MG0000117630D MG** RNP: **1407586432**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **14202000000006470521** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: Baixada em: 18/03/2021
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **HIDROBR CONSULTORIA LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU** CPF/CNPJ: **66.232.521/0001-82**
Endereço do contratante: Rua VEREADOR GERALDO GARCIA MALCATE Nº: 100
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: São João do Manhuaçu UF: MG CEP: 36918000
Contrato: Celebrado em: 31/08/2020
Valor do contrato: R$ 30.000,00 Tipo de contratantee: Pessoa Juridica de Direito Público
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: Rua VEREADOR GERALDO GARCIA MALCATE Nº: 100
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: São João do Manhuaçu UF: MG CEP: 36918000
Data de início: 31/08/2020 Conclusão efetiva: 31/12/2020
Finalidade: SANEAMENTO BÁSICO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU CPF/CNPJ: 66.232.521/0001-82

Atividade Técnica: **20 - ELABORAÇÃO** #1016-1050 - PARA OUTROS FINS 41 - PLANEJAMENTO 1 unidade; **5 - COORDENAÇÃO** #1016-1050 - PARA OUTROS FINS 41 - PLANEJAMENTO 1 unidade;

Observações

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU E ASSESSORIA PARA HABILITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO JUNTO A ARSAE

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2775332/2021
12/04/2021, 10:17
96W3c

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: 96W3c

Atestamos para os devidos fins que a **HIDROBR CONSULTORIA LTDA**, com registro no CREA/MG 62.153 e inscrita no CNPJ nº 19.368.145/0001-79, com sede na rua Marília de Dirceu, 199, 6º Andar, Bairro de Lourdes, em Belo Horizonte, Minas Gerais, executou para a **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO MANHUAÇU/MG**, CNPJ sob o nº 66.232.521/0001-82, com sede à Rua Vereador Geraldo Garcia Malcate, nº 100 – Centro – São João do Manhuaçu/MG CEP: 36.915-000, a **Revisão e atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), bem como apoio técnico para a criação do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB) e habilitação junto a Arsae para obtenção de repasse de recursos, conforme Resolução Arsae nº 110/2018.** Os trabalhos cumpriram integralmente o escopo contratado, tendo como Coordenador Geral e Responsável Técnico o engenheiro civil Vitor Carvalho Queiroz, CREA/MG nº 117.630.

Os trabalhos foram desenvolvidos dentro do contrato S/N do Processo Nº 060/2020 Dispensa Nº 039/2020 celebrado em 31/08/2020, no valor total de R$ 30.000,00 Os trabalhos se desenvolveram entre 31/08/2020 e 31/12/2020.

ESCOPO

O escopo dos trabalhos correspondeu no desenvolvimento de revisão e atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de São João do Manhuaçu (caraterísticas na Tabela) contemplando os quatro componentes do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo das águas pluviais, em conformidade com as diretrizes da Lei Federal nº 11.445/2007, Lei Federal nº 14.026/2020, Decreto nº 7.217/2010, Lei Federal nº 12.305/2010 e Decreto nº 7.404/2010, abrangendo, também, o conteúdo dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO:

Município	População início de Plano (2020)			População final de Plano (2035)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
São João do Manhuaçu	11.677 hab.	6.938 hab.	6.729 hab.	12.854 hab.	7.565 hab.	5.289 hab.

Além disso, constou o apoio técnico para a criação do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB) e habilitação junto a Arsae para obtenção de repasse de recursos, conforme Resolução Arsae nº 110/2018.

Para isso foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Caracterização Geral do Município
- Situação Institucional
  - Legislação Relacionada ao Saneamento
  - Estrutura e Capacidade Institucional
    - Gestão do Saneamento Básico em São João do Manhuaçu/MG

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2775332/2021, emitida em 12/04/2021

Certidão nº 2775332/2021
12/04/2021, 11:20
Chave de Impressão: 96W3c
O documento neste ato registrado foi emitido em 18/03/2021 e contém 3 folhas

        - Impactos da Aprovação da Lei Federal nº 14.026 de 2020
    - Identificação e Caracterização dos Contratos
        - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
        - Manejo de Resíduos Sólidos
    - Análise da Política Tarifária
        - Estrutura Tarifária
        - Capacidade de Pagamento da População
    - Ações Previstas no Orçamento Municipal (PPA)
- Diagnóstico da Situação do Saneamento
    - Serviços de Abastecimento de Água
    - Serviços de Esgotamento Sanitário
    - Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
    - Serviços de Drenagem e Manejo das águas pluviais urbanas
    - Gestão dos Serviços de Saneamento
- Prognóstico e alternativas de universalização dos serviços de saneamento básico
    - Projeção Populacional
    - Cenário para Identificação das demandas e viabilidade econômica
    - Serviços de Abastecimento de Água
    - Serviços de Esgotamento Sanitário
    - Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
    - Serviços de Drenagem e Manejo das águas pluviais urbanas
    - Gestão dos Serviços de Saneamento
- Programas, Projetos e Ações
    - Gestão dos Serviços de Saneamento
    - Serviços de Abastecimento de Água
    - Serviços de Esgotamento Sanitário
    - Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
    - Serviços de Drenagem e Manejo das águas pluviais urbanas
    - Consolidação dos Programas, Projetos e Ações do PMSB de São João do Manhuaçu
- Viabilidade Econômica dos Serviços de Saneamento Básico
    - Investimentos Necessários
    - Viabilidade da atual prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário
    - Viabilidade da atual prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos
    - Fontes de Financiamento
- Mecanismos e procedimentos para avaliação sistemática do PMSB
    - Avaliação dos objetivos e metas do PMSB e da eficiência, eficácia e efetividade das ações
    - Avaliação da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico
    - Atividades para a divulgação das ações e mecanismos de controle social
- Ações para Emergências e Contingências

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2775332/2021, emitida em 12/04/2021

Certidão nº 2775332/2021
12/04/2021, 11:20
Chave de Impressão: 96W3c
O documento neste ato registrado foi emitido em 18/03/2021 e contém 3 folhas

- Planos de Racionamento e atmento da demanda temporária
- Regras para atendimento e funcionamento operacional para situação crítica na prestação dos serviços e mecanismos tarifários de contingência

* Controle Social e Participativo no PMSB

EQUIPE TÉCNICA

Os trabalhos foram desenvolvidos pela equipe técnica listada abaixo.

Profissional	Categoria Profissional	Função
Vitor Carvalho Queiroz	Engenheiro Civil	Coordenação Geral e desenvolvimento dos aspectos institucionais, econômicos e técnicos dos quatro eixos
Fabiana de Cerqueira Martins	Bióloga	Coordenadora Técnica
Lucas Martins Machado	Engenheiro Civil	abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais
Fabiano Pereira e Ferreira	Engenharia Civil	abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais
Stella Braga de Andrade	Engenheira Ambiental	Geoprocessamento
Guilherme Araújo de Vasconcelos e Almeida	Engenheiro Civil	Geoprocessamento
Amanda Florentino de Oliveira	Geógrafa	Geoprocessamento
Isabella Lorrany Souza Carvalho	Auxiliar Administrativo	Auxiliar Administrativo

São João do Manhuaçu/MG, Brasil, 05 / 03 / 2021

Nome: Egídio Garcia de Almeida
Cargo: CPF: 532.829.846-04 Secretário Mun. de Agricultura

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2775332/2021, emitida em 12/04/2021

Certidão nº 2775332/2021
12/04/2021, 11:20
Chave de Impressão: 96W3c
O documento neste ato registrado foi emitido em 18/03/2021 e contém 3 folhas

Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
1420200000315
Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional VITOR CARVALHO QUEIROZ referente à(s) Anotação(ões) Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: VITOR CARVALHO QUEIROZ
Registro: 04.0.0000117630 RNP: 1407586432
Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número ART: 14201900000004997021 Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART
Registrada em: 14/1/2019 Baixada em: 11/1/2020
Forma de Registro: Inicial Participação Técnica: Individual
Empresa Contratada: HIDROSIR CONSULTORIA LTDA

Contratante: AGÊNCIA PEIXE VIVO CPF/CNPJ: 09226288000191
Logradouro: RUA CARIJÓS Nº: 166
Complemento: 5 ANDAR Bairro: CENTRO
Cidade: BELO HORIZONTE UF: MG CEP: 30120-060
Contrato: 14/2018 celebrado em Vinculado à ART:
Valor do contrato: R$ 299059,85 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO
Ação Institucional:
Endereço da obra/serviço: RUA CARIJÓS Nº: 166
Complemento: 5 ANDAR Bairro: CENTRO
Cidade: BELO HORIZONTE UF: MG CEP: 30120-060
Data Início: 12/11/2018 Conclusão efetiva: 11/1/2020 Coord. Geográficas:
Finalidade: SANEAMENTO BÁSICO Código:
Proprietário: AGENCIA PEIXE VIVO CPF/CNPJ: 09226288000191
Atividade Técnica: COORDENAÇÃO PLANEJAMENTO SANEAMENTO PARA OUTROS FINS , Quantidade 3,00 , Unidade un; ELABORAÇÃO PLANEJAMENTO SANEAMENTO PARA OUTROS FINS , Quantidade 3,00 , Unidade un

Observações

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO DOS MUNICIPÍOS DE DATAS, GOUVEIA E LASSANCE

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0443031 a 0443034, o documento contendo 4 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1420200000315/2020
23/01/2020, 09:16:55
1420200000315

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou vier a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é válida em todo o território nacional.
A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Selo de Controle
443031

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de direito, que a empresa contratada HIDROBR Consultoria Ltda. – EPP, CREA MG nº 62163, CNPJ: 19.368.145/0001-78, localizada na Rua Marília de Dirceu, nº 199, 6º andar, Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.170-090, executou para a empresa contratante Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo, CNPJ: 09.226.288/0001-91, localizada na Rua Carijós, nº 166, 5º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.120-060, os serviços de **Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico para os Municípios de Datas-MG, Gouveia-MG e Lassance-MG**, conforme discriminado abaixo:

CARACTERISTÍCAS DO CONTRATO:

- **Contratante dos Serviços:** Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.226.288/0001-91, com sede na Rua Carijós, nº 166 – 5º andar – Centro – Belo Horizonte – MG – 30120-060. Telefone: (31) 3207-8500. - E-mail: agbpeixevivo@agbpeixevivo.org.br.
- **Contrato** nº 014/2018
- **Objeto:** Contratação de empresa especializada para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico para os municípios de Datas, Gouveia e Lassance, na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas
- **Período:** 12/11/2018 a 11/01/2020
- **Percentual contratual realizado:** 100% (cem por cento)
- **Valor do Contrato:** R$ 299.059,85 (Duzentos e noventa e nove mil, cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)
- **Ato Convocatório** nº 002/2018
- **Contrato de Gestão** nº 003/IGAM/2017
- **Responsável Técnico:** Vitor Carvalho Queiroz – Engenheiro Civil – CREA/MG 117.630

CARTÓRIO JAGUARIÚNA - 2º TABELIONATO DE NOTAS - Bernardo Moreira Brusch, Esc. Autorizado

CONFERE COM O ORIGINAL 1894 Jaguariúna CREA MG

CARACTERÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS:

Município	População Início de Plano (2020)			População Final de Plano (2040)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Datas	5.509 hab.	3.649 hab.	1.860 hab.	5.499 hab.	4.272 hab.	1.227 hab.
Gouveia	12.065 hab.	8.956 hab.	3.109 hab.	11.804 hab.	9.505 hab.	2.299 hab.
Lassance	6.641 hab.	4.573 hab.	2.069 hab.	6.344 hab.	5.231 hab.	1.113 hab.
Total	**24.215 hab.**	**17.178 hab.**	**7.038 hab.**	**23.647 hab.**	**19.008 hab.**	**4.639 hab.**

SERVIÇOS/PRODUTOS DESENVOLVIDOS:

O serviço desenvolvido abrangeu a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, contemplando os quatro componentes do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo das águas pluviais, em conformidade com as diretrizes da Lei Federal nº 11.445/2007, Decreto nº 7.217/2010, Lei Federal nº 12.305/2010 e Decreto nº 7.404/2010, abrangendo, também, o conteúdo dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Os produtos entregues e aprovados pela Agência Peixe Vivo são descritos na tabela a seguir:

Produto	Descrição dos produtos e atividades
Produto 1 – Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB	Esse produto abordou o planejamento das ações e as metodologias que seriam empregadas durante a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do município. O produto descreveu a abordagem metodológica proposta para ser empregada na construção do Plano, as atividades previstas e o cronograma de execução das mesmas, a proposta de envolvimento da população no processo participativo, sendo propostas as seguintes atividades: (1) Reunião de nivelamento com gestores municipais e prestadores de serviços; (2) Audiência Pública de apresentação do Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico; (3) Audiência Pública de apresentação do Prognóstico, Programas, Projetos e Ações do PMSB; (4) Conferência Municipal de Saneamento Básico – Solenidade de entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico, (5) Reuniões interativas com o Grupo de Trabalho de acompanhamento do PMSB (GT-PMSB): (i) apresentação e discussão do Produto 1; (ii) apresentação e discussão do Produto 2; (iii) apresentação e discussão do Produto 3; (iv) apresentação e discussão dos Produtos 4 a 5.
Produto 2 – Diagnóstico da situação do saneamento básico	Esse relatório englobou o diagnóstico das áreas urbanas e rurais, elaborado a partir do levantamento de dados primários (reuniões, questionários, entrevistas e visitas a campo) e secundários. As visitas técnicas ao município foram realizadas pelos profissionais da HIDROBR, sendo estes acompanhados por técnicos da Prefeitura Municipal e de prestadores de serviços relacionados ao saneamento, com o intuito de colher dados e informações para compor o diagnóstico, incluindo o registro fotográfico das estruturas existentes. O produto final contemplou a caracterização geral do município (aspectos físicos, ambientais, socioeconômicos, institucionais e legais), do saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana

Produto	Descrição dos produtos e atividades

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
Selo de Controle
443032

e manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana e manejo das águas pluviais) e dos setores inter-relacionados com o mesmo (desenvolvimento urbano e habitação, situação ambiental e dos recursos hídricos, situação da saúde). O diagnóstico avaliou a prestação dos serviços de saneamento do município a partir do conhecimento dos sistemas implantados e dos seus operadores e prestadores de serviços, descrevendo as características técnicas, operacionais, gerenciais e administrativas, assim como os projetos e estudos existentes ou em andamento para os quatro eixos do saneamento. Para esse diagnóstico, além da visão técnica dos funcionários da HIDROBR, contou-se também com as contribuições da população, de forma que o mesmo tivesse visão técnica e participativa.

Cartório Jaguaré 2 Bernardo Moreira Bruschi Est. Autorizado Reconhecimento de Firma

Produto 3 – Prognóstico, Programas, Projetos e Ações	Nesse produto foram elaboradas as projeções populacionais para as populações urbana e rural de cada município, para o horizonte de planejamento de 20 anos. Com base nessa projeção foram criados dois cenários (um de manutenção das condições atuais e variação da população e outro com propostas de metas intermediárias visando à universalização dos serviços) para identificação das demandas e de prestação dos serviços, com suas respectivas metas, para cada eixo do saneamento básico. Foram também sistematizadas as carências dos serviços e sua gestão, avaliadas as alternativas de gestão dos serviços de saneamento, definidos os objetivos, proposições e metas do PMSB, que embasaram a proposição de programas e ações. A partir dos objetivos e metas e do cenário escolhido (que visa à universalização dos serviços), foram elaborados programas e ações para permitir o alcance desses objetivos e atingimento das metas propostas. Foram elaboradas propostas para os quatro eixos do saneamento, além de propostas para a gestão dos serviços de saneamento. As ações propostas, compostas por medidas estruturais e estruturantes, foram organizadas dentro do horizonte de planejamento de 20 anos, sendo divididas em Prazo Imediato (até dois anos), Curto prazo (de 2 a 4 anos), Médio prazo (de 4 a 8 anos) e Longo prazo (de 8 a 20 anos). Todos os programas contaram com uma série de componentes e os mesmos com uma série de ações a serem cumpridas, sendo para cada uma delas definidos os prazos, responsáveis pela execução de cada ação, recursos materiais e humanos necessários, custos estimados e memória de cálculo. Sabendo-se que os recursos dos municípios muitas vezes não são suficientes para o financiamento de todas as propostas, nesse produto também foram apresentadas as possíveis fontes de financiamento de projetos existentes no Brasil e também no exterior. A fim de complementar a análise dos cenários propostos e auxiliar o município na tomada de decisão e implementação das ações propostas, foi realizado o estudo de viabilidade econômica para os dois cenários propostos considerando diferentes tipos de prestadores dos serviços a partir da capacidade de arrecadação, investimento e outras características para cada um. Dessa forma, somado a eles, uma terceira avaliação foi realizada com o objetivo de alcançar a viabilidade econômica, baseando-se no Cenário 2, alterando prazos de algumas ações e tarifas praticadas, mantendo a premissa da universalização dos serviços.
Produto 4 – Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB e Ações para Emergências e Contingências	Nesse produto foram propostos indicadores que permitissem o acompanhamento e avaliação da eficácia, eficiência e efetividade dos programas e ações propostos, abrangendo os aspectos técnico, operacional, econômico-financeiro, ambiental, social, institucional e de saúde. Os indicadores apresentados procuraram indicar meios de avaliação no que diz respeito ao Planejamento, Prestação de serviços, Regulação, Fiscalização e Controle social. O produto contemplou alguns dos principais mecanismos de divulgação da implementação do Plano e os mecanismos de controle social, ou seja, instrumentos que garantam que a população tenha participação no desenvolvimento do PMSB e que esteja devidamente informada sobre o andamento da execução das ações propostas, apresentando as atividades para a divulgação das ações e mecanismos de controle social para o município. Este produto também apresentou as orientações para a revisão do Plano. Além da elaboração de um conjunto de indicadores para monitoramento e avaliação dos resultados do PMSB, o produto abordou também as ações para emergência e contingência em imprevistos de riscos de contaminação, incômodos a população, interrupções dos serviços, casos de racionamento e aumento de demanda temporária, assim como para solucionar problemas em função de falhas operacionais. O produto apresentou os planos de Racionamento e Atendimento a Aumentos de Demanda Temporária; regras de atendimento e funcionamento operacional para situação crítica na prestação de serviços públicos de saneamento básico em suas 4 (quatro) vertentes, inclusive com adoção de mecanismos tarifários de contingência para cada uma delas; diretrizes para a articulação com os Planos Municipais de Redução de Risco e para a formulação do Plano de Segurança da Água. Junto ao Produto foi entregue um arquivo em formato *.xlsx* contendo a proposta de avaliação da eficácia, eficiência e efetividade de cada uma das ações apresentadas no Plano, para os quatro eixos do saneamento e sua gestão, já com os indicadores apontados, prazos e custos estimados, e as respectivas fórmulas para cálculo.
Produto 5 – Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico	O sistema de informações é uma exigência legal da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007). Dessa forma, o produto apresentou as diretrizes necessárias para elaboração e implantação desse sistema, contendo a descrição e especificação do sistema de informações desejado, os processos que o sistema deverá abranger, as funcionalidades e limitações esperadas, sendo um sistema capaz de armazenar, processar e atualizar dados com o objetivo de produzir informações que permitam o monitoramento da situação do saneamento no município e, principalmente, a ser utilizado como insumo nas tomadas de decisão que nortearão o planejamento municipal do saneamento básico. Ainda, foi apresentado em anexo ao Produto, um arquivo em formato *.xlsx*, com a sistematização dos dados técnicos coletados para os quatro eixos do saneamento básico e sua gestão durante a elaboração do plano, incluindo planilhas com o cálculo dos indicadores propostos e seus valores iniciais, sendo assim criado um sistema simplificado para sistematização das informações sobre o saneamento no município.

CONFERE COM O ORIGINAL 0804 Matrícula

Produto 6 – Relatório Final do PMSB – Documento Síntese	Este relatório contemplou uma síntese dos produtos previamente descritos, configurando-se na materialização do PMSB de cada município. Seu conteúdo apresentou linguagem acessível e abrangência dos assuntos.
Produto 6A – Minutas de Lei da Política Municipal de Saneamento Básico e de Regulamento dos Serviços	Apresentou, ainda, a minuta de lei de aprovação do plano e instituição da Política Municipal de Saneamento Básico, e as minutas de regulamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem urbana e manejo das águas pluviais.

Foram apresentados os seguintes quantitativos de produtos e atividades de mobilização:

Produtos	Quantitativo total	Quantitativo por município
Produto 1 – Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB	3 (três)	1 (um)
Produto 2 – Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico	3 (três)	1 (um)
Produto 3 – Prognóstico, Programas, Projetos e Ações	3 (três)	1 (um)
Produto 4 - Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB e Ações para Emergências e Contingências	3 (três)	1 (um)
Produto 5 – Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico	3 (três)	1 (um)
Produto 6 – Relatório Final do PMSB – Documento Síntese	3 (três)	1 (um)
Produto 6A – Minutas de Lei da Política Municipal de Saneamento Básico e de Regulamento dos Serviços	3 (três)	1 (um)

Atividades de mobilização	Quantitativo total	Quantitativo por município
1ª Audiência Pública – Apresentação do Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico	3 (três)	1 (um)
2ª Audiência Pública – Apresentação do Prognóstico, Programas, Projetos e Ações	3 (três)	1 (um)
Conferência Municipal de Saneamento Básico – Solenidade de entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico	3 (três)	1 (um)
Reunião de nivelamento com gestores municipais e prestadores de serviços	3 (três)	1 (um)
Reuniões interativas com o GT-PMSB: (i) apresentação e discussão do Produto 1; (ii) apresentação e discussão do Produto 2; (iii) apresentação e discussão do Produto 3; (iv) apresentação e discussão dos Produto 4 a 6	12 (doze)	4 (quatro)

EQUIPE TÉCNICA:

Para a realização dos trabalhos, a HIDROBR reuniu a equipe técnica apresentada abaixo:

EQUIPE-CHAVE		
Nome	Formação/Área de especialização	Atribuição de Tarefas
Vitor Carvalho Queiroz	Engenheiro Civil; Mestre e Doutorando em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Coordenador Geral e elaboração dos Produtos 1 a 6
Leonardo Augusto Teixeira dos Santos	Engenheiro Civil; Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Profissional Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

EQUIPE CHAVE

Nome	Formação/Área de especialização	Atribuição de Tarefas
José Alberto da Mata Mendes	Engenheiro Civil; Especialista em Engenharia Sanitária e Ambiental e Administração Financeira	Profissional Manejo e Disposição Final de Resíduos Sólidos
Vitor Lages do Vale	Engenheiro Civil; Mestre e Doutorando em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Profissional Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana
Bruno Aguiar Carrara de Melo	Economista; Mestre em Economia	Profissional Avaliação dos Aspectos Econômico-Financeiros da Implantação do PMSB
Paulo Sérgio Mendes César	Advogado e Administrador Público; Mestre em Administração Pública e Doutorando em Ciência Política	Profissional Aspectos Jurídico-Institucionais para elaboração de PMSB
Marco Túlio Ferreira Eduvige	Sociólogo; Especialista em Filosofia e Avaliação de Impacto Ambiental	Profissional Mobilização e Comunicação Social
Guilherme Gandra Franco	Geógrafo; Engenheiro de Agrimensura; Especialista em Geoprocessamento	Profissional Geoprocessamento

EQUIPE DE APOIO

Nome	Atribuição de Tarefas
Adriana Maria da Fonseca Rodrigues	Auxiliar Audiência Pública
Diogo Henrique Oliveira Gonçalves	Técnico de Campo
Fernando Sales Gonçalves	Profissional de Letras
Gustavo Luiz Souza da Conceição	Profissional de Comunicação

EQUIPE DE APOIO

Nome	Formação/Área de especialização
Amanda de Amorim Alves	Geógrafa
Bárbara Alaia Silva	Engenheira Ambiental; Mestranda em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Fabiana de Cerqueira Martins	Bióloga; Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Especialista em Engenharia Ambiental e Gestão de Resíduos Sólidos
Fernando Sales Gonçalves	Graduado em Letras
João Paulo Costa Andrade	Engenheiro Civil; Pós-Graduado em Gestão de Projetos
Lucas Martins Machado	Engenheiro Civil; Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Stella Braga de Andrade	Engenheira Ambiental; Mestranda em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Tiago Rafael Marques	Graduado em Comunicação Social

Atestamos ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Belo Horizonte – MG, 20 de janeiro de 2020.

Célia Maria Brandão Fróes
Diretora Geral da Agência Peixe Vivo

RPG-REINFRA
CONSULTORIA

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.648.067/0001-90, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º 627.107.593-87, DECLARA, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio à Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Vitor Carvalho Queiroz**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Vitor Carvalho Queiroz**, inscrita no CPF sob o nº 078.201.256-67, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

Vitor Carvalho Queiroz

6º Tab. de Notas

Vitor Carvalho Queiroz

Aline Maria Baldez Custódio

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/9041479626423874
ID Lattes: **9041479626423874**
Última atualização do currículo em 28/04/2022

Bacharel em Engenharia Ambiental e Sanitária pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE (2014). Especialista em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo - USP (2016). Especialista em Gestão de Recursos Hídricos, Ambientais e Energéticos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB (2018). Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Experiência em licenciamento ambiental, estudos e pesquisas ambientais e em saneamento básico. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Aline Maria Baldez Custódio
Nome em citações bibliográficas	CUSTÓDIO, A. M. B.
Lattes iD	http://lattes.cnpq.br/9041479626423874

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2020
Mestrado em andamento em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Conceito CAPES 5).
Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil. Orientador: Dr. Fabio Maia Sobral.

2016 - 2018
Especialização em Gestão de Recursos Hídricos, Ambientais e Energéticos. (Carga Horária: 480h).
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, Brasil.
Título: Panorama do saneamento básico no Ceará: desafios ambientais e à saúde da população.
Orientador: Dra. Rita Karolinny Chaves de Lima.

2015 - 2016
Especialização em Saude Publica. (Carga Horária: 400h).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Um olhar sobre a saúde pública no município de Maracanaú no Ceará.
Orientador: Profa. Me. Sonia Regina Cardim de Cerqueira.

2009 - 2014
Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária.
Instituto Federal do Ceará - Campus Maracanaú, IFCE, Brasil.
Título: A informação na etapa do diagnóstico do planejamento em resíduos sólidos: foco em coleta seletiva e reciclagem..
Orientador: Dr. Alceu de Castro Galvão Junior.

Formação Complementar

2021 - 2021
Extensão universitária em Curso de Extensão: Direitos Humanos à Água e ao Saneamento - DHAS. (Carga horária: 46h).
Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento, ONDAS, Brasil.

2021 - 2021
Extensão universitária em Proteção Social. (Carga horária: 120h).
Fundação Demócrito Rocha, FDR, Brasil.

2020 - 2021
Extensão universitária em Gestão e Liderança: empreender em tempos de crise. (Carga horária: 160h).
Fundação Demócrito Rocha, FDR, Brasil.

	Participação Social e Cidadania Ambiental: Fortalecer a Democracia para Pro. (Carga horária: 60h). Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará, EGP-CE, Brasil.
2018 - 2018	Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotament. (Carga horária: 80h). Ministério das Cidades, MC, Brasil.
2017 - 2017	Extensão universitária em Cidadania ParticipATIVA: controle social ao alcance de todos. (Carga horária: 90h). Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil.
2017 - 2017	Extensão universitária em Gestão Social. (Carga horária: 120h). Fundação Demócrito Rocha, FDR, Brasil.
2017 - 2017	Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). (Carga horária: 30h). Ministério das Cidades, MC, Brasil.
2017 - 2017	Impactos da Mudança do Clima para a Gestão Municipal. (Carga horária: 20h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.
2017 - 2017	Liderando o Desenvolvimento Sustentável das Cidades. (Carga horária: 30h). Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, Estados Unidos.
2017 - 2017	Qualidade, saúde, meio ambiente e segurança em estações de tratamento de es. (Carga horária: 16h). Ministério das Cidades, MC, Brasil.
2017 - 2017	Controles Institucional e Social dos Gastos Públicos. (Carga horária: 20h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.
2017 - 2017	Tratamento de Esgotos Domésticos. (Carga horária: 120h). Associação Brasileira de Engenharia Sanitaria e Ambiental, ABES, Brasil.
2017 - 2017	Introdução à Vigilância Sanitária. (Carga horária: 100h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.
2016 - 2016	Estruturação da Gestão Ambiental Municipal. (Carga horária: 60h). Ministério do Meio Ambiente e da Amazonia Legal, MMA, Brasil.
2016 - 2016	Estilos de Vida Sustentável. (Carga horária: 30h). Ministério do Meio Ambiente e da Amazonia Legal, MMA, Brasil.
2016 - 2016	Sustentabilidade na Administração Pública. (Carga horária: 12h). Ministério do Meio Ambiente e da Amazonia Legal, MMA, Brasil.
2016 - 2016	O Empresário do Terceiro Milênio. (Carga horária: 12h). SESI - Departamento Regional do Estado do Paraná, SESI/PR, Brasil.
2016 - 2016	Controle Social. (Carga horária: 20h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.
2016 - 2016	Produção e Consumo Sustentável. (Carga horária: 40h). Ministério do Meio Ambiente e da Amazonia Legal, MMA, Brasil.
2016 - 2016	Estatística para avaliação socioeconômica de projetos. (Carga horária: 20h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.
2016 - 2016	Introdução à Mudança do Clima. (Carga horária: 20h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.
2016 - 2016	Doenças Transmissíveis e Saneamento Básico. (Carga horária: 20h). Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - DF, SENAR - DF, Brasil.
2015 - 2015	Regras Gerais para Acesso aos Recursos de Saneamen. (Carga horária: 50h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.
2015 - 2015	Água em Curso. (Carga horária: 12h). Agência Nacional de Águas, ANA, Brasil.
2015 - 2015	Introdução ao Gerenciamento de Projetos no Setor P. (Carga horária: 20h). Tribunal de Contas do Estado do Ceará, TCE/CE, Brasil.
2015 - 2015	Introdução ao estudo do SNIS - Série Histórica. (Carga horária: 15h). Ministério das Cidades, MC, Brasil.
2015 - 2015	Orçamento Público: conceitos básicos. (Carga horária: 30h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.
2015 - 2015	Introdução ao Orçamento Público. (Carga horária: 40h). Instituto Legislativo Brasileiro, ILB, Brasil.
2015 - 2015	Curso VIII - Projetos em Saneamento. (Carga horária: 12h). Ministério das Cidades, MC, Brasil.
2015 - 2015	Introdução à Gestão de Processos. (Carga horária: 20h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.
2015 - 2015	Curso VI - Básico: Gestão de Projetos Urbanos. (Carga horária: 24h). Ministério das Cidades, MC, Brasil.
2015 - 2015	Diagnóstico e Solução de Problema. (Carga horária: 16h). SENAI - Departamento Regional de Goiás, SENAI/DR/GO, Brasil.
2015 - 2015	POLÍTICA CONTEMPORÂNEA. (Carga horária: 60h). Instituto Legislativo Brasileiro, ILB, Brasil.
2015 - 2015	Instrumentos do Estatuto da Cidade. (Carga horária: 70h). Ministério das Cidades, MC, Brasil.
2014 - 2014	Planos de Saneamento Básico. (Carga horária: 40h). Ministério das Cidades, MC, Brasil.
2013 - 2013	Redução de Perdas em Sistemas de Saneamento. (Carga horária: 32h). Fundação Nacional de Saúde, FUNASA, Brasil.

Lotada na Secretaria das Cidades do Estado do Ceará, integrante da equipe técnica do Programa de Saneamento Básico em Localidades Rurais do Estado do Ceará: Adaptação a Mudanças Climáticas - Programa Águas do Sertão.Desenvolvimento de atividades relacionadas a solicitação e acompanhamento do licenciamento ambiental e suas condicionantes, de outorga de recursos hídricos de projetos e obras de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de comunidades rurais do Ceará, elaboração e acompanhamento de diagnósticos socioambientais, termos de referência, indicadores de cobertura dos serviços de água e esgoto, fluxograma de processos, visitas técnicas, memoriais descritivos ambientais de projetos, relatórios e estudos técnicos relacionados à esfera ambiental do saneamento rural.

Reinfra Consultoria Econômica e de Regulação e Infraestrutura S/S LTDA, REINFRA, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - 2020 Vínculo: Responsável Técnico, Enquadramento Funcional: Engenheira Ambiental e Sanitarista

Outras informações Responsável técnica e consultora. Diretora administrativa da empresa no período de 2014-2019. Trabalhou na elaboração de estudos e relatórios técnicos sobretudo nos setores de saneamento básico e meio ambiente, participou da equipe técnica de diversos estudos, ministrou palestras e capacitações. Site da empresa: http://www.reinfraconsultoria.com.br/

Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará, ARCE, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2013 Vínculo: Estágio, Enquadramento Funcional: Estagiária da Coordenadoria de Saneamento Bás, Carga horária: 20

Outras informações Descrição das atividades: Elaboração de Relatórios Técnicos; Elaboração de Pareceres Técnicos e Análise e Elaboração de Estudos Técnicos.

Instituto Federal do Ceará, IFCE, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - 2012 Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Aluno bolsista de iniciação científica

Outras informações Bolsista de iniciação científica de projeto de formação de Agenda 21 em instituição de ensino superior.

Instituto Centro de Ensino Tecnológico, CENTEC, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2011 Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Educador Social, Carga horária: 30

Outras informações Educadora social em projeto E-Jovem do Estado do Ceará, ministrando aulas sobre empreendedorismo social para alunos de escola pública estadual e orientando na elaboração e apresentação de projetos de empreendedorismo social.

Projetos de pesquisa

2011 - 2012 Agenda 21 local em IES: Uma proposta sustentável para a formação humana
Descrição: Projeto de Iniciação científica cujo objetivo era o desenvolvimento de Agenda 21 no campus Maracanaú. Bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico ? PIBICT/FUNCAP.
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (2) .

Integrantes: Aline Maria Baldez Custódio - Integrante / Adelle Azevedo Ferreira - Integrante / Rossana Barros Silveira - Coordenador.

Áreas de atuação

1. Grande área: Engenharias / Área: Engenharia Sanitária / Subárea: Ambiental.
2. Grande área: Engenharias / Área: Engenharia Sanitária / Subárea: Saneamento Básico.
3. Grande área: Engenharias / Área: Engenharia Sanitária.
4. Grande área: Engenharias / Área: Engenharia Sanitária / Subárea: Saneamento Ambiental/Especialidade: Legislação Ambiental.
5. Grande área: Outros / Área: Ciências Ambientais / Subárea: Educação ambiental.
6. Grande área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Saúde Pública.

GALVAO JUNIOR, A. C. ; Frederico Araújo Turolla ; Cleveland Prates Teixeira ; NASCIMENTO, R. M. P. ; CUSTÓDIO, A. M. B. . Diagnóstico da situação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e da Regulação dos Serviços nas 100 maiores cidades brasileiras. 2014.

13. Wanderley Marques de Souza ; ANDRADE, M. C. S. ; GARCIA, M. G. R. ; GALVAO JUNIOR, A. C. ; BASILIO SOBRINHO, G. ; CUSTODIO, A. M. B. ; Carlos Felipe Saraiva Bezerra ; Antonio Mauro Rodrigues Soares ; CUSTÓDIO, A. M. B. . Coleta Seletiva no Município de Crateús - Ceará. Desafios e Perspectivas. 2013. 2013.

Demais tipos de produção técnica

1. CUSTÓDIO, A. M. B.. Instrutora no Curso VIII.1 - Normativos e Instrumentos Regulatórios, Governança e Transparência, Participação e Controle Social. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
2. GALVAO JUNIOR, A. C. ; CUSTÓDIO, A. M. B. ; CARLOS, E. ; CARDOSO, E. ; FILHO, R. ; VASCONCELOS, Y. M. ; OURIQUE, A. ; SIMOKOMAKI, G. Y. Z. ; SIMPLICIO, G. M. C. . Pesquisa Saneamento Básico em Áreas Irregulares - Relatório Brasil. 2016. (Relatório de pesquisa).
3. GALVAO JUNIOR, A. C. ; CUSTÓDIO, A. M. B. ; CARLOS, E. ; FILHO, R. ; VASCONCELOS, Y. M. ; DUARTE, C. S. . Saúde e Saneamento Básico nos 15 maiores municípios do Estado de Rondônia. 2016. (Relatório de pesquisa).
4. CUSTODIO, A. M. B.; CUSTÓDIO, A. M. B. . SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA-SIDRA. 2015. .
5. CUSTODIO, A. M. B.; CUSTÓDIO, A. M. B. . Sistema IBGE de recuperação Automática - SIDRA. 2014. .
6. CUSTODIO, A. M. B.; CUSTÓDIO, A. M. B. . Sistema IBGE de recuperação Automática - SIDRA. 2014. .
7. CUSTÓDIO, A. M. B.; FERREIRA, A. A. . Fórum Agenda 21. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. Encontro Nacional pelos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento.Direitos Humanos, Pobreza e Acesso ao Saneamento Básico no Brasil: Retrocessos e Perspectivas. 2021. (Encontro).
2. Evento online do Observatório de PolíticasPúblicas - UFC - Cúpula Mundial do Clima e Brasil: Resultados e Condicionantes. 2021. (Outra).
3. Evento online do Observatório de PolíticasPúblicas - UFC - De Getúlio a Dilma: lições paraa economia brasileira atual. 2021. (Outra).
4. Seminário 100 anos de Celso Furtado: que desenvolvimento queremos para o Brasil?. 2020. (Seminário).
5. VIII Encontro de Desenvolvimento e Meio Ambiente (VIII EDMA). 2020. (Encontro).
6. WEBINAR ?Análise Regional: será diferente após a pandemia??. 2020. (Outra).
7. XXIV Seminário Internacional Integrador da Rede PRODEMA.Acesso ao saneamento básico à luz dos conceitos multidimensionais de desenvolvimento e pobreza: o caso do Ceará. 2020. (Seminário).
8. Seminário Diálogos Ambientais - Saneamento Básico - Semace. 2019. (Seminário).
9. 2º Seminário Interação da Superintendência Estadual de Meio Ambiente. 2018. (Seminário).
10. Evento em Comemoração ao 15º Aniversário do IPECE. 2018. (Outra).
11. IV Encontro Latino-Americano de Saneamento Rural. 2018. (Encontro).
12. IX Seminário de Gestão dos SISARS e CENTRAIS. 2018. (Seminário).
13. IX Seminário Nacional de Saneamento Rural. 2018. (Seminário).
14. Workshop Avaliação de Impacto de Políticas Públicas. 2018. (Outra).
15. I Encontro Nacional de Gestores Comunitários de Água. 2017. (Encontro).
16. VIII Seminário de Gestão dos SISAR'S e CENTRAIS. 2017. (Seminário).
17. 2º Seminário Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2015. (Seminário).
18. Palestra "Desafios da nova Lei municipal de resíduos sólidos". 2015. (Outra).
19. Encontro Intercontinental sobre a Natureza. 2013. (Encontro).
20. VIII Congresso Brasileiro de Regulação. 2013. (Congresso).
21. 1 Seminário Cearense sobre Iniciativas de Reciclagem - Recicia. 2012. (Seminário).
22. Seminário Conflitos Socioambientais e Direitos Humanos no Ceará. 2012. (Seminário).
23. VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental.AGENDA 21 LOCAL EM IES: UMA PROPOSTA SUSTENTÁVEL PARA A FORMAÇÃO HUMANA. 2012. (Outra).
24. Encontro Intercontinental sobre a Natureza. 2011. (Encontro).
25. Hidrogênio e o Futuro Energético do Estado do Ceará. 2011. (Outra).
26. II Seminário de Reciclagem e Meio Ambiente. 2011. (Seminário).
27. VII Simpósio de Saneamento Ambiental - As Novas Configurações do Meio Rural e Urbano. 2011. (Simpósio).
28. V Simpósio de Inovação Tecnológica do IFCE. 2011. (Simpósio).
29. X Encontro de Iniciação Científica e Tecnológica do IFCE. 2011. (Encontro).
30. X Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação IFCE. 2011. (Encontro).
31. 2ª Conferência Internacional: Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas. 2010. (Outra).
32. XII Encontro Nacional de Comitês de Bacias HIdrográficas. 2010. (Encontro).
33. 1º Encontro de Química e Meio Ambiente do IFCE Maracanaú. 2009. (Encontro).
34. Encontro Intercontinental sobre a Natureza. 2009. (Encontro).
35. Seminário Empreender. 2008. (Seminário).

Aline Maria Baldez Custódio

Brasileira, solteira, 38 anos
Fortaleza – Ceará
Telefone: (85) 981892975
Email: alinebaldez_web@hotmail.com
Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/9041479626423874

Formação Acadêmica

Bacharel em Engenharia Ambiental e Sanitária – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE, 2014). Especialista em Saúde Pública – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, (USP, 2016). Especialista em Gestão de Recursos Hídricos, Ambientais e Energéticos – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB, 2018). Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Universidade Federal do Ceará (UFC).

Atuação Profissional

Experiência em licenciamento ambiental, estudos e pesquisas ambientais e em saneamento básico. Consultora de planos de saneamento básico. Integrante de equipe técnica de elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico no Bahia. Participante em diversas pesquisas do setor, com destaque para: Regulação e planejamento dos 100 maiores municípios do País; Ociosidade das redes de esgotamento sanitário; Saneamento básico em Áreas Irregulares – Pesquisas Brasil e São Paulo; Estudo saneamento básico e eleições municipais 2016 e 2020; estudo sobre a Relação saúde e saneamento nos 100 maiores municípios do País; Saúde e saneamento no Estado de Rondônia; Acesso à água nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, Saneamento Rural e Estudo de Quantificação Hídrica do Programa Água +Acesso, todas em parceria com o Instituto Trata Brasil.

Empregos

Instituto Agropolos do Ceará, AGROPOLOS, Brasil. 2017 – 2021.
Vínculo: Técnico de Nível Superior Pleno II. Enquadramento Funcional: Engenheira Ambiental e Sanitarista.
Descrição das atividades: Trabalhou no desenvolvimento de atividades relacionadas a solicitação e acompanhamento do licenciamento ambiental e suas condicionantes e de outorga de recursos hídricos de projetos e obras de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de comunidades rurais do Ceará, elaboração e acompanhamento de diagnósticos socioambientais, termos de referência, indicadores de cobertura dos serviços de água e esgoto, fluxograma de processos, visitas técnicas, memoriais descritivos ambientais de projetos, relatórios e estudos técnicos relacionados à esfera ambiental do saneamento rural do Programa Águas do Sertão, executado pela Secretaria das Cidades do Estado do Ceará.

execução de obras, no que se refere aos aspectos ambientais; solicitação de propostas e orçamentos de serviços de consultoria de elaboração de PGRCC; integrou equipe técnica da Secretaria das Cidades na elaboração de minuta de resolução que dispõe sobre os procedimentos e critérios para o licenciamento ambiental do Saneamento Rural no âmbito do Estado do Ceará; contribuiu com a elaboração do documento técnico denominado "Padrão Rural de Sistemas de Abastecimento de Água"; participou do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do Pacto pelo Saneamento Básico da Assembleia Legislativa do Ceará, representando a Secretaria das Cidades; trabalhou no auxílio a coleta, tabulação, tratamento, análise e divulgação dos dados do índice de cobertura de abastecimento de água e esgotamento do Ceará, referente aos anos de 2017, 2018 e 2019, para os 184 municípios do estado, seus distritos e sedes, em suas áreas urbanas e rurais; realização de visitas técnicas nas comunidades a serem beneficiadas pelo programa; criação de fluxogramas dos procedimentos de licenciamento ambiental, outorga de recursos hídricos e licitação utilizando o programa de modelamento de processos Bizagi Modeler; exerceu a função de fiscal de convênio entre Scidades e Fastef, referente ao Convênio n. 00069/2012 SICONV n. 776048/2012, no período de setembro/2020 em diante, participou de reuniões com o Banco KfW, órgãos e parceiros, elaborou relatórios técnicos e de acompanhamento.

Estudos Técnicos de Fundamentação dos Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 (quinze) Microrregiões da Bahia – Consultora contratada pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Consultoria técnica no apoio à elaboração de estudos técnicos de fundamentação dos Planos Regionais de Saneamento Básico das do Estado da Bahia, compreendendo 15 Microrregiões e 296 municípios. A consultoria técnica teve por objetivo o apoio na elaboração dos Estudos Técnicos para Fundamentação dos Planos Regionais de Saneamento Básico (PRSB), referente aos componentes abastecimento de água e esgotamento sanitário, de 15 (quinze) Microrregiões de Saneamento Básico da Bahia e seus 296 municípios integrantes. O trabalho consistiu na elaboração de estudos, organizados em âmbito municipal e regional, referente aos Diagnósticos da Situação do Saneamento Básico, com a apresentação da situação dos serviços e análise das componentes de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios e das Microrregiões, dos estudos de Prognósticos dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios e das Microrregiões, bem como os Programas, Projetos e Ações e as respectivas estimativas para os investimentos necessários para o alcance da universalização do acesso aos serviços e dos Indicadores de Desempenho dos Planos Regionais de Saneamento Básico..

Planos Regionais de Saneamento Básico de 4 (quatro) Microrregiões da Bahia – Consultora contratada pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Consultoria técnica no apoio ao desenvolvimento dos Planos Regionais de Saneamento Básico (PRSB) do Estado da Bahia, compreendendo 4 microrregiões e 108 municípios. A consultoria técnica teve por objetivo o apoio na elaboração de 4 Planos Regionais de Saneamento Básico das MSB, em relação aos serviços de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais urbanas, para as Microrregiões de Saneamento Básico do Litoral Sul e Baixo Sul, Extremo Sul, Médio Sudoeste da Bahia e Terra do Sol da Bahia. O

Pesquisa desenvolvida pela Reinfra em conjunto com o Instituto Trata Brasil. Pesquisadora integrante da equipe técnica do estudo, cujo objetivo principal foi desenvolver estudo sobre a situação da ociosidade das redes de esgotamento sanitário nos 10 maiores municípios do Estado de São Paulo (São Paulo, Guarulhos, Campinas, São Bernardo do Campo, Santo André, São José dos Campos, Osasco, Ribeirão Preto, Sorocaba e Mauá). Para isso, elaborou e aplicou questionários juntos aos prestadores de serviços dos referidos municípios, tabulou e analisou as informações recebidas. Foram aplicados questionários também junto às agências de regulação com atuação no conjunto de municípios. Analisou instrumentos legais e normativos referentes à ociosidade das redes de esgotamento sanitário existente no conjunto dos 100 maiores municípios do País. Coletou, tabulou e analisou dados e informações referentes ao escopo do trabalho, bem como participou da elaboração dos relatórios final e do sumário executivo. Estudo disponível em: https://tratabrasil.org.br/pt/estudos-completo/itb/ociosidade-das-redes-de-esgoto

Projeto Regulasan – IICA/Ministério das Cidades.
Consultoria em ações de assistência técnica, elaboração de estudos e capacitação técnica em regulação e fiscalização de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Contratado pela MCidades/Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e desenvolvido pela Reinfra em consórcio com as empresas Inecon, Pezco, Fey Prost & Brustolin e Macroconsulting. A consultora trabalhou na Ação III - Adequação e formulação de modelo e instrumentos de participação e controle social. Para tanto, realizou levantamento bibliográfico e análise de informações nos temas de participação e controle social em âmbito nacional; realizou oficina de trabalho em uma das agências beneficiadas com a ação; elaborou e aplicou de questionários, bem como realizou a tabulação e análise dos dados resultantes sobre participação e controle social nas agências beneficiadas; elaborou um panorama dos distintos modelos e instrumentos de participação e controle social na regulação dos serviços de água e esgotos no País; realizou diagnóstico da situação atual do modelo e dos instrumentos de participação e controle social das cinco agências beneficiadas; e elaborou propostas gerais e específicas para os diferentes modelos e instrumentos de participação e controle social. Além disso, o trabalho originou uma publicação sobre o tema e um curso de capacitação para técnicos de entidades reguladoras e de prestadores de serviços de diversos locais do País. Participou também como palestrante convidada para apresentar o Projeto Regulasan durante a reunião da Câmara Técnica de Saneamento da Associação Brasileira de Agências de Regulação - ABAR, em Fortaleza-Ce, entre os dias 8 e 9 de junho de 2017, bem como de reuniões com o Ministério das Cidades e do IICA em Brasília, durante o desenvolvimento do projeto. Projeto Regulasan disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/saneamento/projeto-interaguas/regulacao

Estudo saúde e saneamento básico nos 15 maiores municípios do estado de Rondônia – Estado de Rondônia – Instituto Trata Brasil.
Pesquisa contratada pelo Instituto Trata Brasil e desenvolvida pela Reinfra. Pesquisadora do estudo (2016 – 2016), cujo objetivo principal foi diagnosticar a situação de saúde e saneamento dos 15 maiores municípios de Rondônia, e identificar a possível relação entre o acesso aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e os eventuais impactos na saúde pública da população nos 15 maiores municípios do Estado de Rondônia, com base em dados

- Integrando a Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (Carga horária: 12h). Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, PNUD BRASIL, Brasil.
- Elaboração de Projetos Sociais. (Carga horária: 20h). Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará, EGP-CE, Brasil.
- Introdução à Gestão de Projetos. (Carga horária: 20h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.
- Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. (Carga horária: 80h). Ministério das Cidades, MC, Brasil.

Participação recente em eventos e seminários

- Encontro Nacional pelos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento – realizado entre os dias 9 e 11 de dezembro de 2021 (ENDHAS).
- 31º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, evento híbrido, realizado no período de 18 a 20 de outubro de 2021.
- Pacto pelo Saneamento Básico e Seminários Regionais. Assembleia Legislativa do Ceará. 2020. (Seminário).
- VIII Encontro de Desenvolvimento e Meio Ambiente (VIII EDMA). 2020. (Encontro).
- WEBINAR "Análise Regional: será diferente após a pandemia?". 2020. (Outra).
- Seminário Diálogos Ambientais - Saneamento Básico - Semace. 2019. (Seminário).
- 2º Seminário Interação da Superintendência Estadual de Meio Ambiente. 2018. (Seminário).
- IV Encontro Latino-Americano de Saneamento Rural. 2018. (Encontro).
- VIII Seminário Sisars e Centrais e I Encontro Nacional de Gestores Comunitários de Água. Guaraciaba do Norte, Ceará. 2017.

Cartório Antonio Torres - 2º Ofício
Avenida Pontes Vieira, 2410 - Fortaleza - CE
CÓPIA EXTRAÍDA COM SELO DE AUTENTICIDADE
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Fortaleza - CE
22 NOV 2022
ROBERTO FELIPE MAIA TABELIÃO
THIAGO FERNANDES ARAÚJO - TABELIÃO SUBSTITUTO
ARIANDA OLIVEIRA DA SILVA - ESCREVENTE AUTORIZADO
MAEL MARQUES DA SILVA - ESCREVENTE AUTORIZADO
SELO DE AUTENTICIDADE 2021
PRJI 03
AUTENTICAÇÃO
IO978049

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

(Decreto Nº 7.566 de 23 de setembro 1909 / Lei Nº 8.948 de 08 de dezembro de 1994 / Decreto de 22 de março de 1999 / Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008)

Diploma

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, no uso de suas atribuições e considerando a conclusão do **Curso Superior de BACHARELADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA,** em 28 de agosto de 2014, confere o título de **Engenheira Ambiental e Sanitarista** a

ALINE MARIA BALDEZ CUSTÓDIO

Nacionalidade: brasileira, naturalidade: Porto Alegre - RS, nascida em 27 de janeiro de 1984, RG 2006010223983 SPSP/CE, CPF 049.905.744-94 e outorga-lhe o presente **Diploma**, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Maracanaú, 22 de dezembro de 2016.

Reitor

Diplomada

Diretor-geral

Datilografado

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

O PRÓ-REITOR DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
NOS TERMOS DO ARTIGO 74, PARÁGRAFO ÚNICO,
INCISO 5, ALÍNEA "B", DO
ESTATUTO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO,
CERTIFICA QUE

ALINE MARIA BALDEZ CUSTODIO

DE NACIONALIDADE BRASILEIRA,
PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE
RG Nº 2006010223983 CE,
NASCIDA EM 27 DE JANEIRO DE 1984
E NATURAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,

CONCLUIU O

CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA MODALIDADE DE ESPECIALIZAÇÃO: EM SAÚDE PÚBLICA

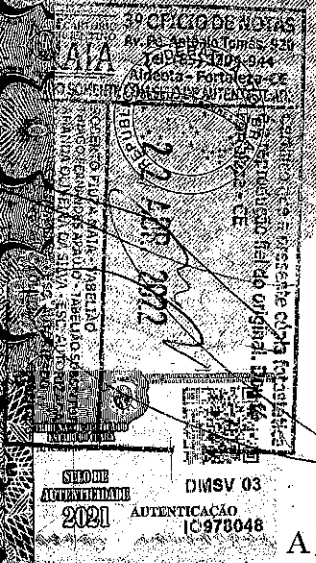
E, PARA QUE POSSA GOZAR DE TODOS OS
DIREITOS E PRERROGATIVAS LEGAIS,
OUTORGA-LHE O PRESENTE CERTIFICADO.

SÃO PAULO, 17 DE ABRIL DE 2017.

Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé
Fortaleza - CE
22 ABR. 2022
3º OFÍCIO DE NOTAS
Av. Pe. Antônio Tomás, 929
Tel.: (85) 3384-944
Aldeota - Fortaleza - CE
SELO DE AUTENTICIDADE
2021
AUTENTICAÇÃO
IO978044

DIRETOR
VICTOR WUNSCH FILHO

PRÓ-REITOR DE CULTURA E
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
PROF. DR. MARCELO DE
ANDRADE ROMÉRO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE ENGENHARIAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UNILAB
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

CERTIFICADO

A PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO da UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, credenciada pela lei N.º 12.289 de 20 de julho de 2010, publicada no DOU de 21/07/2010, no uso de suas atribuições, confere o presente certificado de pós-graduação lato sensu em nível de ESPECIALIZAÇÃO a ***ALINE MARIA BALDEZ CUSTÓDIO***, nacionalidade brasileira, natural do Rio Grande do Sul, nascida em 27 de Janeiro de 1984, portadora da Cédula de Identidade nº2006010223983 SSPDS/CE, que concluiu o curso de GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, AMBIENTAIS E ENERGÉTICOS - 2016.2 com carga horária de 480 horas/aula, realizado no período de 17/12/2016 a 31/05/2018, estando autorizada a gozar de todos os direitos e prerrogativas legais, da forma da **Resolução Nº 001/2007-CNE/CES de 08/06/2007**.

Redenção/CE, 17 de Julho de 2019.

ALBANISE BARBOSA MARINHO
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

ALINE MARIA BALDEZ CUSTÓDIO
Aluna

JOSE CLEITON SOUSA DOS SANTOS
Coordenador(a) do Curso

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-CE

Nº 270336/2022
Emissão: 22/04/2022
Validade: 31/12/2022
Chave: ZZw75

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-CE.

Interessado(a)

Profissional: ALINE MARIA BALDEZ CUSTÓDIO
Registro: 0613966120
CPF: 049.905.744-94

Tipo de Registro: REGISTRO DEFINITIVO
Data de registro: 27/01/2015

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO SANITARISTA E AMBIENTAL
Atribuição: O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES CONSTANTES NAS RESOLUÇÕES 310/1986 E 447/2000 - CONFEA.
Instituição de Ensino: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA/ CAMPOS MARACANAU
Data de Formação: 28/08/2014

ANOTAÇÕES DE CURSOS

ESPEC. EM GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, AMB. E ENERGÉTICOS
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
Data de Formação: 31/05/2018

ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA
Instituição de Ensino: FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Data de Formação: 21/11/2016

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Documento válido em todo território nacional.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S.S LTDA - ME
Registro: 0010408711
CNPJ: 10.648.067/0001-90
Data Início: 15/06/2018
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: ACQUASAM ENGENHARIA E CONSULTORIA EM SANEAMENTO, AGRONOMIA E MEIO AMBIENTE LTDA
Registro: 0010469478
CNPJ: 40.022.005/0001-30
Data Início: 13/01/2021
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-ce.sitac.com.br/publico/, com a chave: ZZw75
Impresso em: 28/04/2022 às 15:07:17 por: adapt, ip: 45.6.217.98

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria das Cidades

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

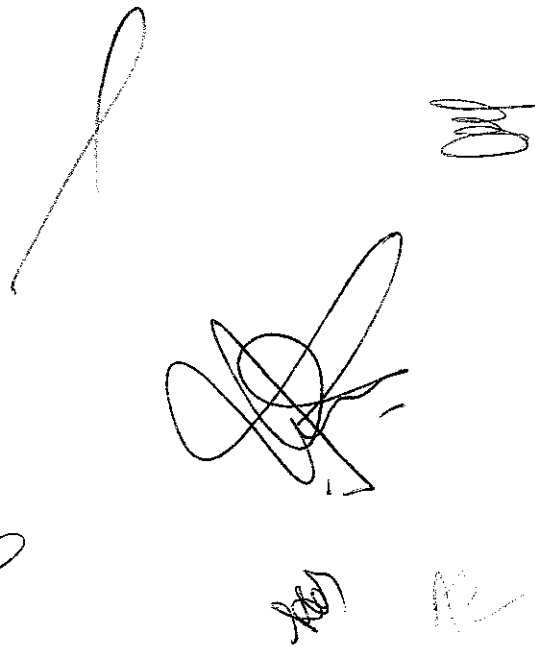
Pelo presente instrumento, a **Secretaria das Cidades do Estado do Ceará**, com sede na Av. Gal Afonso Albuquerque Lima, s/n, Ed. Seplag, 1º Andar, Cambeba, Fortaleza - CE, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.541.424/0001-87, neste ato representado pelo seu Secretário Executivo de Saneamento, Sr. Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa, atesta, para os devidos fins que a Engenheira Ambiental e Sanitarista **Aline Maria Baldez Custódio** (inscrita no CREA-CE sob o nº 54.869 e RNP: 061396612-0), contratada pelo Instituto Agropolos do Ceará, com o cargo de Técnico de Nível Superior Pleno II, prestou serviços técnicos profissionais especializados para a Secretaria das Cidades, no período de 01/12/2017 a 30/07/2019, desempenhando, com desvelo e eficiência, diversas atividades atinentes a preparação do Programa Águas do Sertão, que tem por objetivo investir em obras de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em comunidades rurais do Estado, bem como na preparação de documentos e relatórios relacionados ao licenciamento ambiental, outorga e demais atividades, descritas em mais detalhes a seguir.

Atividades desenvolvidas

Gerenciamento de Projeto – ferramenta dotProject:
Auxilio à equipe de trabalho no gerenciamento do projeto de preparação do Programa Águas do Sertão, através da alimentação das atividades, etapas, metas e acompanhamento por meio do aplicativo de gerenciamento de projeto "dotProject" da Secretaria das Cidades;

Elaboração de minuta de resolução de licenciamento de saneamento rural:
Integrante da equipe técnica responsável pela elaboração de minuta de resolução que dispõe sobre os procedimentos e critérios para o licenciamento ambiental do Saneamento Rural no âmbito do Estado do Ceará. Para execução dessa atividade, além das contribuições ao texto da minuta, participou de

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora • Ed. SEPLAG, 1º andar - Cambeba
Cep: 60.822-325 • Fortaleza, Ceará • Fone: +55 (85) 3101.4448 • Fax: +55 (85) 3101.4450



diversas reuniões com equipes técnicas da Secretaria das Cidades, CAGECE, SISAR, SEMACE e SEMA, entidades interessadas e que participaram da elaboração do texto da resolução que deverá ser apresentada e votada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente;

Licenciamento ambiental dos projetos:
Desenvolveu atividades relacionadas ao levantamento e análise dos condicionantes, estudos, documentos e demais exigências dos órgãos ambientais para o licenciamento ambiental dos projetos de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário a serem realizados pelo Programa Águas do Sertão, tais como: preenchimento do *check list* de licença prévia dos projetos, modelo de anuência municipal, elaboração dos memoriais descritivos dos projetos, fichas ambientais, simulação de custos das licenças, levantamento de documentos e estudos necessários, entre outros. Além disso, elaborou um guia de visita de campo para o levantamento dos aspectos ambientais dos projetos. Também participou de reuniões e realizou consultas junto aos órgãos ambientais do estado e municípios;

Solicitação de outorga de recursos hídricos dos projetos:
Foi responsável pela solicitação de outorga dos recursos hídricos necessária aos projetos de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário a serem realizados pelo Programa Águas do Sertão, realizou atividades de preenchimento dos dados de demanda, vazão, mananciais e demais solicitados nas fichas de outorga, realizou consultas e participou de reuniões junto aos órgãos responsáveis, para o levantamento das informações necessárias a solicitação de outorga de recursos hídricos dos projetos;

Indicadores de saneamento – índice de cobertura:
Auxílio na coleta, tabulação, tratamento, análise e divulgação dos dados do índice de cobertura de abastecimento de água e esgotamento do Ceará, referente aos anos de 2017 e 2018, para os 184 municípios do estado, seus distritos e sedes, em suas áreas urbanas e rurais, operados pela CAGECE,

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora • Ed. SEPLAG, 1º andar • Cambeba
Cep: 60.822-325 • Fortaleza, Ceará • Fone: +55 (85) 3101.4448 • Fax: +55 (85) 3101.4450

SAAE's, Prefeituras e/ou SISAR. Esse índice de cobertura é monitorado pela Secretaria das Cidades para o acompanhamento da universalização do saneamento no estado. Ademais, para o desenvolvimento dessa atividade, realizou projeções demográficas, cálculo de população atendida, em termos absolutos e percentuais, urbanos e rurais, com abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como comparou dados de anos anteriores, sugeriu melhorias e participou de reuniões com equipe técnica da Coordenadoria de Saneamento da Secretaria das Cidades;

Pesquisa de Avaliação de Impacto:

Integrante da equipe técnica responsável pela elaboração de modelo de pesquisa de avaliação de impacto (*ex-ante* e *ex-post*) a ser aplicada junto às comunidades rurais a serem beneficiadas com os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário previstos no Programa Águas do Sertão. Para execução dessa atividade, além das contribuições ao texto da pesquisa, sobretudo referente aos dados dos eixos de sustentabilidade e saúde, participou de diversas reuniões com equipes técnicas da Secretaria das Cidades e CAGECE, que participaram da elaboração do modelo da pesquisa de avaliação de impacto;

Padrão Rural de Sistemas de Abastecimento de Água:

Integrante da equipe técnica responsável pela elaboração do Padrão Rural para projetos de sistemas de abastecimento de água. Esse padrão rural se propõe ser uma referência de especificações técnicas adequadas à realidade das comunidades rurais a serem beneficiadas pelo programa, bem como de parâmetros de qualidade e normas técnicas específicas para projetos dessa natureza. Para o desenvolvimento do padrão rural dos projetos de sistemas de abastecimento de água no contexto do Programa Águas do Sertão, foram executadas uma série de atividades, descritas a seguir: revisão bibliográfica de normas técnicas e literatura especializada; análise de projetos de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) existentes; elaboração, em conjunto entre

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora • Ed. SEPLAG, 1º andar - Cambeba
Cep: 60.822-325 • Fortaleza, Ceará • Fone: +55 (85) 3101.4448 • Fax: +55 (85) 3101.4450

Secretaria das Cidades, técnicos do Instituto Agropolos, CAGECE e SISAR, do padrão rural para projetos de sistema de abastecimento de água, previstos no programa; e participação de reuniões junto ao banco KfW e demais atores do programa e revisão do padrão com base nas contribuições recebidas;

Visitas técnicas a comunidades beneficiadas:

Participou, junto aos demais integrantes da equipe técnica de preparação do Programa Águas do Sertão, de visitas técnicas a localidades e sistemas rurais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, visando ao levantamento de informações, diagnósticos dos sistemas, com o objetivo de identificar as principais demandas e aspectos a serem observados nos projetos;

Participação de reuniões, eventos, missões e elaboração de relatórios:

Além das atividades anteriores, durante o desenvolvimento das atividades no Programa Águas do Sertão, participou de diversas reuniões, eventos e missões do Banco KfW, bem como, para fins de atesto e comprovação dos trabalhos, elaborou relatórios mensais com a descrição detalhada das atividades desenvolvidas.

Fortaleza, 30 de julho de 2019.

Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa
Secretário Executivo de Saneamento
Secretaria das Cidades do Estado do Ceará

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora • Ed. SEPLAG, 1º andar - Cambeba
Cep: 60.822-325 • Fortaleza, Ceará • Fone: +55 (85) 3101.4448 • Fax: +55 (85) 3101.4450

Trata Brasil
Saneamento é saúde

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins que a Reinfra Consultoria Econômica e de Regulação e Infraestrutura S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 10.648.067/0001-90, prestou serviços técnicos profissionais especializados para o Instituto Trata Brasil, inscrito no CNPJ sob nº 09.032.648/0001-14, através dos técnicos Alceu de Castro Galvão Junior (inscrito no CREA-CE sob o nº 10.089-D), Aline Maria Baldez Custódio (inscrita no CREA-CE sob o nº 54869) e Roberto Giovani de Mattos Pereira (inscrito no CREA-MG-107.083/D), com desvelo e eficiência, para elaboração do estudo técnico "Diagnóstico dos desafios da universalização do saneamento nos municípios do subcomitê do Ribeirão Jequitibá", que teve como objetivo analisar e diagnosticar a situação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos cinco municípios do Subcomitê do Ribeirão Jequitibá, bem como os desafios à universalização e os impactos à saúde pública.

ESCOPO

Elaboração de estudo técnico acerca do diagnóstico dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e dos eventuais impactos na saúde pública da população, bem como para identificação dos desafios à universalização dos serviços, nos municípios mineiros de Sete Lagoas, Capim Branco, Jequitibá, Prudente de Morais e Funilândia.

PERÍODO

Essa pesquisa teve duração de 141 dias, de 16/04/2015 à 03/09/2015.

Instituto Trata Brasil
Av. Eng. Pena Leite, 1371 – Conj. 13 C
São Paulo | SP | CEP 01453-918
Tel/Fax: (11) 3021-0743
e-mail: contato@tratabrasil.org
www.tratabrasil.org

Trata Brasil
Saneamento é saúde

ETAPAS

A realização do escopo proposto, se deu com base nas seguintes etapas:

1ª Etapa – Levantamento das informações primárias e secundárias.

Nesta etapa, foi realizado levantamento de dados e informações, através de consulta de dados secundários (disponíveis na internet) dos seguintes aspectos:

- Marco regulatório setorial estadual e municipal;
- Diagnóstico da infraestrutura e da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios;
- Caracterização socioeconômica dos municípios, com informações sobre saúde, renda, população, etc.;
- Investimentos realizados em saneamento básico nos municípios.

Ademais, também foi realizada visita de campo aos municípios do Ribeirão Jequitibá, para a coleta de dados primários e informações acerca da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

2ª Etapa – Análise e Discussão dos dados.

Essa etapa teve como objetivo analisar, tabular e discutir os dados levantados, assim como identificar os desafios e a correlação com os impactos na saúde da população dos municípios. Também foram feitos contatos com as Prefeituras Municipais e os Prestadores de Serviço dos municípios, a fim de que se possa conhecer quais as principais demandas e soluções enfrentadas para a realidade existente nessas localidades.

Instituto Trata Brasil
Av. Eng. Paulo Luna, 1871 – Conj 13 C
São Paulo / SP / CEP 01452-914
Telefax (11) 3021-3142
contato.tratabrasil@tratabrasil.org
www.tratabrasil.org

Trata Brasil
Saneamento é saúde

3ª Etapa – Elaboração do Relatório.

Após o diagnóstico da situação e da identificação dos impactos à saúde e dos desafios a serem enfrentados pelos municípios, foi elaborado um relatório técnico, bem como sumário executivo, com recomendações às Prefeituras Municipais e para o Subcomitê do Ribeirão Jequitibá para enfrentar os desafios para o alcance universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

São Paulo, 14 de outubro de 2015.

Édison Carlos
Presidente Executivo
Instituto Trata Brasil

Instituto Trata Brasil
Av. Brig. Faria Lima, 1572 - Cj. 1510
São Paulo | SP | CEP 01452-919
Telefax (11) 3032 1545
e-mail: tratabrasil@tratabrasil.org
www.tratabrasil.org

RPG-REINFRA
CONSULTORIA

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, DECLARA, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Aline Maria Baldez Custódio**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

André Gimeniz Galvão

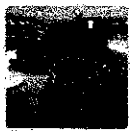
RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Aline Maria Baldez Custódio**, inscrita no CPF sob o nº 049.905.744-94, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

Aline Maria Baldez Custódio

Currículo Lattes



Andre Sarmanho de Lima

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/5846338081235486

Última atualização do currículo em 26/04/2022

Resumo informado pelo autor

Possui graduação em Engenharia Sanitária pela Universidade Federal do Pará (UFPa), Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos pela Universidade de Brasília (UnB) e Doutorado em Ciências da Terra e do Meio Ambiente pela Universidad Autónoma de Madrid (UAM) - Espanha. Com ampla experiência na área de Engenharia Ambiental e auditoria ambiental. Tendo a formação multidisciplinar como um dos principais critérios que compõe sua trajetória profissional/acadêmica na área do saneamento e meio ambiente. Atua na área de saneamento e meio ambiente há mais 20 anos, onde realizou inúmeros projetos.
(Texto informado pelo autor)

Nome civil

Nome Andre Sarmanho de Lima

Dados pessoais

Filiação Miltom Benedito Farias de Lima e Maria Lúcia Sarmanho de Lima

Nascimento 12/09/1972 - FORTALEZA/CE - Brasil

Carteira de Identidade 2001597 SSP-PA - PA - 02/01/1998

CPF 424.568.602-25

Formação acadêmica/titulação

2005 - 2008 Doutorado em Ciências da Terra e Meio Ambiente.
Universidade Autónoma de Madrid, UAM, Espanha
Título: Origen de la Contaminación por Nitratos en la Massa de Agua subterránea del Campo de Montiel.
Ano de obtenção: 2008
Orientador: Fernando López Vera

1996 - 1998 Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos.
Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil
Título: Análise de Desempenho de Reator Anaeróbio (UASB) Associado a leito Cultivado de Fluxo Subsuperficial para Tratamento de Esgoto Doméstico, Ano de obtenção: 1998
Orientador: Ricardo Silveira Bernardes
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

1991 - 1995 Graduação em Engenharia Sanitária.
Universidade Federal do Pará, UFPA, Belem, Brasil
Título: Doenças de Veiculação Hídricas: Estudo de Casos
Orientador: Paulo Norat

1988 - 1991 Ensino Profissional de nível técnico.
Escola Técnica Federal do Pará, ETFPA, Brasil

Livre-docência

2000 Livre Docência.
Universidade do Estado do Pará, UEPA, Belem, Brasil
Título: Professor de Graduação, disciplina: Engenharia Ambiental, Ano de obtenção: 2000

2000 Livre Docência.
Universidade do Estado do Pará, UEPA, Brasil
Título: Professor de Graduação, disciplina, Expressão Gráfica II, Ano de obtenção: 2000

2001 Livre Docência.
Universidade do Estado do Pará, UEPA, Brasil
Título: Professor de Graduação, disciplina: Microbiologia Geral, Ano de obtenção: 2001

2001 Livre Docência.
Universidade do Estado do Pará, UEPA, Brasil
Título: Professor de Graduação, disciplina: Introdução à Tecnologia Agroindustrial, Ano de obtenção: 2001

2013 Livre Docência.
Instituto de Pós-Graduação CV & C Ateneu, IGP, Fortaleza, Brasil
Título: Saneamento Ambiental, Ano de obtenção: 2013

2013 Livre Docência.
Centro de Educação Tecnológica Darcy Ribeiro, FDC, Brasil
Título: Turismo e Ambiente, Ano de obtenção: 2013

2002 Livre Docência.
Faculdade Integrada da Grande Fortaleza, FGF, Fortaleza, Brasil
Título: Professor de Pós-Graduação, disciplina: Biologia Aplicada a Saneamento, Ano de obtenção: 2002

Atuação profissional

1. QUANTA Consultoria Ltda - QUANTA

7. Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB

Vínculo institucional

1998 - 1999 Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Engenheiro Sanitarista , Carga horária: 40, Regime: Integral
Outras informações:
Elaboração de projetos na Superintendência da Expansão de Esgotos.

8. Secretaria de Estado da Saúde Pública - SESPA

Vínculo institucional

1994 - 1995 Vínculo: Outro , Enquadramento funcional: Auxiliar Técnico , Carga horária: 20, Regime: Parcial

Atividades

12/1994 - 12/1995 Serviço Técnico Especializado, Departamento de Engenharia Sanitária

Especificação:
Elaboração de projetos de tratamento de água e esgotos

Produção

Produção Bibliográfica

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. **LIMA, A. S.**; SANTIAGO, Rejânia Gomes; SILVA, Fernando José Araújo da
Cinética de Remoção de Matéria Orgânica em Filtros de Leito Fixo nos Pós-Tratamento de Efluente de Lagoa de Maturação In: XXII Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2003, Joinville.
., 2003.

2. **LIMA, A. S.**; SILVA, Fernando José Araújo da; SANTIAGO, Rejânia Gomesa
Nitrogênio, Fósforo e Enxofre em Filtros de Pós-tratamento de Efluentes de Lagoas de Maturação In: XXII Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2003, Joinville.
., 2003.

3. **LIMA, A. S.**; BERNARDES, Ricardo Silveira
Estudo epidemiológico da qualidade da água dos sistemas de abastecimento da cidade da Redenção-PA In: XXI Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2001, João Pessoa.
., 2001.

4. **LIMA, A. S.**; CAR, Lindeon
Educação Ambiental: Uma Experiência na Escola Agrotécnica Antonieta de Lourdes, Redenção-PA In: V Exposição Nacional de Experiências Municipais em Saneamento, promovido pela Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento-ASSEMAE, 2000, Belém.
., 2000.

5. **LIMA, A. S.**; BERNARDES, Ricardo Silveira
Análise respirometrica na avaliação do impacto na desnitrificação da sedimentabilidade de lodo de ETE In: XX Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 1999, Rio de Janeiro.
., 1999.

6. **LIMA, A. S.**; BERNARDES, Ricardo Silveira
Estudo do potencial do brejo cultivado como pós-tratamento de esgotos sanitários In: VIII Simpósio Luso-brasileira de Engenharia Sanitária(SILUBESA), 1998, João Pessoa.
., 1998.

Bancas

Bancas

Participação em banca de trabalhos de conclusão

Graduação

1. **LIMA, A. S.**
Participação em banca de Luis Antônio Leite Braga Filho. **Discussão sobre aplicação do conceito de reuso de água cinza em edificações multifamiliares**, 2005
(Engenharia Civil) Universidade de Fortaleza

2. **LIMA, A. S.**
Participação em banca de Alina Araújo Moura. **Demanda de água no Campus da UNIFOR**, 2004
(Engenharia Civil) Universidade de Fortaleza

3. **LIMA, A. S.**
Participação em banca de Fernando V. P. de Galliza. **Determinação das características de leito filtrante para melhoria da qualidade da água no campus da UNIFOR**, 2004
(Engenharia Civil) Universidade de Fortaleza

4. **LIMA, A. S.**
Participação em banca de Raimundo Albuquerque Filho. **Tratamento de esgotos no campus da UNIFOR**, 2004
(Engenharia Civil) Universidade de Fortaleza

5. **LIMA, A. S.**; SILVA, Fernando José Araújo da
Participação em banca de Wagner Alves Maia. **A importância do cobre em sua utilização como tubulações de incêndio e gás para edificações**, 2003
(Engenharia Civil) Universidade de Fortaleza

6. **LIMA, A. S.**
Participação em banca de Márcio Nascimento Galliza. **A influência do tratamento de efluentes líquidos para Certificação ISO 14000 em uma indústria têxtil no Estado do Ceará**, 2003
(Engenharia Civil) Universidade de Fortaleza

7. **LIMA, A. S.**
Participação em banca de André Pimentel Machado. **Prospecto recente de água subterrânea no Estado do Ceará**, 2003
(Engenharia Civil) Universidade de Fortaleza

8. **LIMA, A. S.**

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO — SEPS

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARÁ

AVENIDA ALMIRANTE BARROSO No. 1155

DECRETO No. 7.566, DE 23 SETEMBRO DE 1909 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- Diploma -

O Diretor da Escola Técnica Federal do Pará, confere a: ANDRÉ SARMANHO DE LIMA

portador da Carteira de Identidade nº. 2001997/PA Natural de: BELÉM

Unidade da Federação ESTADO DO PARÁ Nascid O em: 12 de SETEMBRO

de 1972, o presente Diploma por haver concluido em 16 de MARÇO

de 1992, habilitação profissional plena de Técnico em: SANEAMENTO

do Ensino de 2º. grau.

Título profissional conferido: Técnico em " SANEAMENTO "

Fundamentação legal: " DE ACORDO COM OS ARTS. 22 E 16, COMBINADOS COM OS ARTS. 4º E 6º DA LEI 7.044 DE 18.10.1982."

Belém, Pa. ___, ___ de MAIO de 1992

DIRETOR

Daniel Henderson Guedes de Oliveira

Vice Diretor

Port. nº 1069-GAB

COORD. REG. ESCOLARES

TITULAR DO DIPLOMA

CARTÓRIO Queiroz Santos

Confere com o original que foi apresentado para fé.

Belém-Pará, 24 de Outubro de 1995

Em testemunho da verdade

Dra. Stodart Fontenele

Tabeliã Substituta

PARÁ

QUEIROZ SANTOS

3º Tabelião

Av. Pedro Miranda

Fone: (91)-233-2749

Reconheço e dou fé, a(s) FIRMA(S) de:

Em Testemunho

Belém-Pará, 24-OUT-95

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE SEGURANÇA

M.R.E. D.A.C.

M.E.C. D.A.C.

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) com a(s) de:

Belém-Pará, 24-OUT-95

Em Testemunho da verdade

Selo de Segurança

República Federativa do Brasil
Ministério da Educação e do Desporto
Universidade Federal do Pará

O Reitor da Universidade Federal do Pará no uso das suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de **ENGENHARIA** *em 05 de setembro de 1995, confere o título de*

ENGENHEIRO

a ANDRÉ SARMANHO DE LIMA

CARTEIRA DE IDENTIDADE N. 2001997 SEGUP-PA, BRASILEIRO, NASCIDO EM 12 DE SETEMBRO DE 1972 NATURAL DO ESTADO DO PARÁ

e outorga-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Belém(PA), 04 *de* outubro *de 19* 95

Zélio Amador de Deus
Reitor

Diretor do Centro

André Sarmanho de Lima
Diplomado

Ma de Valdivia Norat Gomes
Coordenador do Curso

CERTIFICO que a presente cópia confere com o original que foi apresentado. Dou fé.
Pindoretama-CE 27/04/22
Em test. da verdade
Luma Studart Fontenele
Tabeliã Substituta

Cartório Goiana Carneiro
Provimento nº 213 de 1º de Fevereiro de 2013

SELO DE AUTENTICIDADE 2016

República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Universidade de Brasília

O Reitor da Universidade de Brasília confere o grau de

Mestre

a

Andre Sarmanho de Lima

de nacionalidade brasileira, nascido no Estado do Pará,
no dia 12 de setembro de 1972, documento de identificação nº 2001997 SEP PA,
tendo em vista a conclusão do Curso de Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos,
em nivel de Mestrado, no dia 19 de junho de 1998,
e lhe outorga o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Brasilia, 09 de setembro de 1998.

Diplomado

Reitor

CERTIFICO que a presente cópia confere com o original que foi apresentado. Dou fé.
Pindoretama-CE 22/04/22
Em test. da verdade
Getúlio Goiana Carneiro
Escrevente autorizado na Forma do Art. 20 § 1º da Lei 8935/94
Luma Studart Fontenele
Tabeliã Registradora
SELO DE AUTENTICIDADE

Juan Carlos I, Rey de España

y en su nombre el

Rector de la Universidad Autónoma de Madrid

UAM
UNIVERSIDAD AUTONOMA
DE MADRID

Considerando que, conforme a las disposiciones y circunstancias prevenidas por la legislación vigente,

Don André Sarmanho de Lima

nacido el día 12 de septiembre de 1972 en Belém (Brasil), de nacionalidad brasileña,

ha superado los estudios de Doctorado en el Departamento de Geología y Geoquímica, dentro del Programa de Doctorado en Ciencias de la Tierra y del Medio Ambiente, en las condiciones establecidas por la legislación vigente para los poseedores de títulos extranjeros no homologados a un título español de segundo ciclo, y ha hecho constar su suficiencia en esta Universidad, con la calificación de SOBRESALIENTE "CUM LAUDE", el día 21 de julio de 2008, expide el presente título de

Doctor por la Universidad Autónoma de Madrid

con carácter oficial y validez en todo el territorio nacional, que faculta al interesado para disfrutar los derechos que a este título otorgan las disposiciones vigentes.

Dado en Madrid, a 23 de julio de 2008

El interesado,

André Sarmanho de Lima

El Rector,

ÁNGEL GABILONDO PUJOL

La Jefa del Área de Títulos,

Mª ÁNGELES ÁLVAREZ OCHANDO

CARTÓRIO ALEXANDRE ROLIM
1º Ofício de Notas e Protestos
Av. Santos Dumont, 2677-Fone:3462-6400
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas notas. Dou fé.
Fortaleza,
04 MAR 2010
SOLANGE GRACE MOURA ROLIM - Tabeliã
ALEXANDRA JACKELINE MOURA ROLIM - Substituta
ROCIOLÉA PAULO DA SILVA
CAMILA MAIA
MARIA FRANCILENE
FRANCISCA HELENA TAVARES
SIMONE REGIANE DE

FUNDO ESPECIAL PARA O REGISTRO CIVIL
AUTENTICAÇÃO
03 DT 278283

1-BD-502174

Registro Nacional de Títulos	Código de CENTRO	Registro Universitario de Títulos
2008/193541		100658

SIGNE, S.A.

MECD-FNMT Mod. 41/00

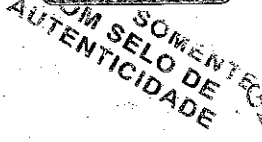
CERTIFICO que a presente cópia confere com o original que foi apresentado. Dou fé.

Pindoretama-CE 22/04/22

Em test. da verdade

Luma Studart Fontenele

Tabeliã Substituta



JOSÉ MARIA MCCALL ZANOCCHI

Tradutor Público e Intérprete Comercial

Tradução: 037-2016 Livro: 6 Folhas: 220-222

Eu, abaixo assinado, José Maria McCall Zanocchi, Tradutor Público e Intérprete Comercial do idioma inglês, matriculado na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o nº 0280511, certifico que recebi um **DIPLOMA** no idioma espanhol, o(a/s) qual(ais) traduzi para o português em cumprimento de meu ofício conforme segue:

[ANVERSO] O diploma é expedido pela Universidade Autônoma de Madri, constando o respectivo logotipo, além do brasão de armas do Reino da Espanha, e tem o seguinte teor:-

JUAN CARLOS I, REI DA ESPANHA

e em seu nome o

Reitor da Universidade Autônoma de Madri

Considerando que, conforme as disposições e circunstâncias previstas pela legislação vigente,

Sr. André Sarmanho de Lima

nascido em 12 de setembro de 1972 em Belém (Brasil), de nacionalidade brasileira, superou os estudos de Doutorado no Departamento de Geologia e Geoquímica, dentro do Programa de Doutorado em Ciências da Terra e do Meio Ambiente, nas condições estabelecidas pela legislação vigente para os possuidores de títulos estrangeiros não homologados a um título espanhol de segundo ciclo, e fez constar sua suficiência nesta Universidade, com a qualificação de Excepcional "*CUM LAUDE*", no dia 21 de julho de 2008, expede o presente título de

Doutor pela Universidade Autônoma de Madri

em caráter oficial e validade em todo o território nacional, que faculta ao interessado a desfrutar dos direitos que a este título outorgam as disposições vigentes.

Dado em Madri, em 23 de julho de 2008

av. dom luís, 500 sl. 1925 | aldeota
cep: 60160-230 | fortaleza | ceará | brasil
fone +55 85 4006.5800 | fax + 55 85 4006.5877
www.verbotradutores.com.br | jose.zanocchi@mzg.com.br

Seguem as assinaturas identificadas como sendo da pessoa interessada, André Sarmanho de Lima, o reitor, Ángel Gabilondo Pujol e a chefe da área de títulos, Ma. Ángeles Álvarez Ochando.

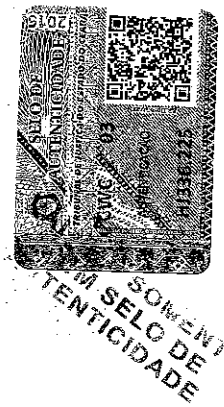
Chave Alfanumérica: 1-BD-502174

Registro Nacional de Títulos: 2008/193541, Código de Centro: N/C, Registro Universitário de Títulos: 100658.

[VERSO] Chave Alfanumérica: 1-BD-502174. Nr. Registro Nacional de Títulos: 2008/193541, Código de Centro: N/C, Registro Universitário de Títulos: 100658. Nr. Exp. Univ. 0114754077110, com código de barras.

Consta visto do Ministério de Educação, Cultura e Desporte para legalizar a firma de Ma. Ángeles Álvarez Ochando, chefe da área de títulos da Universidade Autônoma de Madri, por ser, ao que parece, a sua. Em Madri, 15-05-2009. O.M. 16 de abril de 1990, - Art. 3º.- (B.O.E. 19) pela Seção de Títulos, assinado por Josefina Vazquez Martín, Chefe de Seção. Consta legalização do Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação; visto para legalizar a firma que antecede por, ser, ao que parece, autêntica, sem prejudicar a veracidade do conteúdo do documento, nem ulterior destinação que se possa dar a este. Em Madri, 18 de maio de 2009. Consta assinatura pelo Subsecretário, de José Lucio Sanz Casillas, Chefe de Negociado. Constam, ainda, *carimbo e selo do Consulado-Geral do Brasil em Madrid, bem como Apostila da UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ que, por estarem em idioma vernáculo, não precisam de tradução.*

[Fim da tradução]



SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CERTIFICO que a presente cópia confere com o original que foi apresentado. Dou fé.

Pindoretama/CE 22/04/22

Em test. da verdade

Luma Studart Fontenele
Tabeliã Registradora
Getúlio Goiana Carneiro
Escrevente autorizado na Forma do
Art. 20 § 1º da Lei 8.935/94

CERTIDÃO

Nada mais continha(m) o(s) referido(s) documento(s), que fielmente traduzi para o português, conferi, achei conforme e dou fé.

Fortaleza, CE, 27 de setembro de 2016

José Maria McCall Zanocchi
Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula JUCEC nº 0280511

RESSALVA

Esta tradução não implica julgamento sobre a forma, a autenticidade e/ou o conteúdo do(s) documento(s) traduzido(s), nem assume o tradutor qualquer responsabilidade por qualquer dessas características.

CERTIFICO que a presente cópia confere com o original que foi apresentado. Dou fé.
Pindoretama, CE 22/04/22
Em test. da verdade
Luma Studart Fontenele
Tabeliã Registradora
Getúlio Goiana Carneiro
Escrevente autorizado na Forma do Art. 20 § 1º da Lei 8.935/94

SELO DE AUTENTICIDADE

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-CE

Nº 270922/2022
Emissão: 28/04/2022
Validade: 31/12/2022
Chave: 8339x

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-CE.

Interessado(a)

Profissional: ANDRE SARMANHO DE LIMA
Registro: 1507725930
CPF: 424.568.602-25

Tipo de Registro: VISTO PROFISSIONAL
Data Inicial: 11/09/2009
Data Final: Indefinido
Número do Visto: 40307

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO SANITARISTA
Atribuição: ART. 18 E 25 DA RES. 218/73, DO CONFEA
Data de Formação: 05/09/1995

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Documento válido em todo território nacional.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S.S LTDA - ME
Registro: 0010408711
CNPJ: 10.648.067/0001-90
Data Início: 25/06/2020
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-ce.sitac.com.br/publico/, com a chave: 8339x
Impresso em: 28/04/2022 às 18:47:16 por: adapt, ip: 201.20.124.49

nexa
resources

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Pelo presente instrumento, a **Nexa Resources - Mineração Dardanelos LTDA,** com sede à esquerda do Rio Aripuanã, s/n – Garimpo do Maranhão, CEP 78.325-000, Aripuanã – MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.686.720/0002-21, neste ato representado pelo Consultor de Relações Institucionais Sergio Augusto Carvalho de Oliveira, **atesta**, para os devidos fins que a **RPG-Reinfra Consultoria Econômica e de Regulação e Infraestrutura S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 10.648.067/0001-90, localizada na Av. Dom Luís, 1200 – sala 811 – Condomínio Pátio Dom Luís – Torres Business, Aldeota, CEP: 60.160-230, Fortaleza (CE), através dos técnicos Alceu de Castro Galvão Junior (inscrito nº CREA-CE sob o nº 10.089-D), Roberto Giovani de Mattos Pereira (inscrito no CREA-MG sob o nº 107.083/D), André Sarmanho de Lima(inscrito no CREA-CE sob o nº 9.668) e Mario Augusto Parente Monteiro (inscrito no CORECON-CE 8a Região, nº 1.691), realizou com êxito todas as atividades referentes ao Projeto intitulado **Gerenciamento das medidas de melhorias operacionais no SAA – sistema de abastecimento de água, de Aripuanã – MT**, o qual consistiu no gerenciamento e na supervisão das medidas imediatas (investimento, manutenção e operação) para melhoria do SAA da sede municipal de Aripuanã.

ESCOPO

GERENCIAMENTO DAS MEDIDAS DE MELHORIAS OPERACIONAIS DO SAA

Compreendeu o gerenciamento e a supervisão das medidas imediatas (investimento, manutenção e operação) para melhoria do SAA da sede municipal de Aripuanã e incluiu:

– **Planejamento e hierarquização das medidas imediatas a serem realizadas no SAA:** haja vista se tratar de muitas ações e que não poderiam ser executadas de forma concomitante, o planejamento teve como objetivo priorizar a execução das medidas de maior efetividade (proporcionar melhoria nos serviços prestados) e de maior impacto para a população;

– **Assessoramento na contratação de empresas executores de serviços e fornecedores de equipamentos:** consistiu no detalhamento das contratações a serem realizadas para a reforma da Estação de Tratamento de Água - ETA, identificação de fornecedores e apoio à área de suprimentos da NEXA, na seleção da proposta que traga a melhor relação custo-benefício;

– **Acompanhamento e supervisão das obras, instalações e todas as ações necessárias para o fiel cumprimento das medidas de prazo imediato apontadas na Matriz de Responsabilidade e Custos:** consistiu no acompanhamento presencial de um engenheiro residente sênior, André

Sarmanho de Lima, com experiência profissional na área, o qual esteve presente em Aripuanã durante 20 dias por mês, no período de agosto/2020 a maio/2021;

– Análise e validação de medição dos contratados para implementação das medidas imediatas: consistiu no ateste de execução dos serviços relacionados a reforma da ETA, com base em documentação e registros, e em atendimento ao contrato de execução de fornecimento com a NEXA;

– Participação em reuniões de avaliação da implementação das medidas imediatas: consistiu na participação de reuniões presenciais e virtuais com a NEXA, Prefeitura Municipal de Aripuanã e Departamento de Água e Esgoto – DAE, para planejamento e avaliação das medidas imediatas;

- Assessoria ao DAE na implantação das medidas de natureza operacional: Apoio técnico à administração do DAE na implantação das medidas operacionais sob sua responsabilidade, conforme Matriz de Responsabilidade. Entre as ações de assessoria, cabe destacar a elaboração do:

1. Projeto de setorização do bairro Mangueiral;
2. Termo de referência para cadastramento da rede de abastecimento de água;
3. Plano de manobras.

GESTÃO COMERCIAL

Compreendeu o gerenciamento das medidas imediatas para melhoria da gestão comercial do DAE, a saber:

1. Acompanhamento da implementação da micromedição;
2. Apoio na melhoria dos processos de gestão comercial;
3. Apoio na implementação do regulamento da prestação dos serviços;
4. Apoio na implementação do recadastramento comercial.

GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O apoio à gestão econômico-financeira consistiu na análise de medidas mais arrojadas relacionadas à recuperação de receitas correntes. Desta forma, esse escopo compreendeu estudos para:

RECUPERAÇÃO DE RECEITAS CORRENTES

Ações:

1. Revisão/aperfeiçoamento dos relatórios gerenciais de faturamento;
   1.1 Ênfase na análise dos valores/volumes por categorias de usuários;
2. Estruturação de procedimentos/rotinas de leitura e faturamento dos consumos presentes;
   2.1 Manualização de rotinas e procedimentos;
   2.2 Formação e treinamento do pessoal necessário;

RMS
ENGENHARIA
Soluções inteligentes, parcerias sólidas.

Fortaleza, 29 de Novembro de 2012.

A RMS ENGENHARIA LTDA, inscrita sob o CNPJ n° 00.816.568/0001-85, declara para os devidos fins que o Engenheiro André Sarmanho de Lima foi funcionário desta empresa no período de 03/11/2008 até 31/10/2012, desenvolvendo atividades atinentes à área de saneamento, tais como: Planos municipais de saneamento ambiental dos municípios de Limoeiro do Norte (CE), Morada Nova (CE), Ariquemes (RO); fiscalização da companhia de Água e Esgoto do estado do Ceará - CAGECE e diagnóstico e planos de gestão dos abatedouros públicos do Ceará, não tendo nada a declarar que desabone sua conduta e desempenho profissional.

Juliano Fernandes Filgueiras Bastos

CERTIFICO que a presente cópia confere com o original que foi apresentado. Dou fé.
Pindoretama-CE 22/04/22
Em test da verdade
Luma Studart Fontenele
Tabeliã Registradora
Cartório Goiana Carneiro
Serventia autorizada na forma do Art. 25 § 1º da Lei [illegible]

SELO DE AUTENTICIDADE

Av. Santos Dumont, 1789 – Conj. 501 – Aldeota
Fortaleza-CE – CEP: 60.150-160 - PABX: (85) 3457.2715
www.rmsengenharia.com.br

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que André Sarmanho de Lima, CPF 424.568.602-25, CREA-PA n° 9.668, atuou como engenheiro entre novembro de 2008 e fevereiro de 2009, sob minha coordenação, na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico de Ariquemes-RO, Limoeiro do Norte-CE e Morada Nova-CE, no âmbito dos contratos firmados entre os referidos municípios e a empresa Frota Fortes Engenharia Ltda. (RMS Engenharia), com base em convênios consolidados com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Ressalto que o mesmo exerceu suas atividades de forma satisfatória.

Fortaleza, 7 de novembro de 2012

Engº Iran Eduardo Lima Neto
CREA-CE nº 41.911D

CERTIFICO que a presente cópia confere com o original que foi apresentado. Dou fé.
Pindoretama-CE 22 / 04 / 12
Em test da verdade
Luma Studart Fontenele
Cartório Batista Carneiro
Escrevente autorizado na Forma do
Art. 20 § 1º da Lei 8.935/94

nexa
resources

3. Aperfeiçoamento das rotinas e procedimentos de cobrança dos consumos presentes;
4. Avaliação/aperfeiçoamento da Estrutura Tarifária;
   4.1 Avaliação da estrutura atual (construção do histograma de consumo);
   4.2 Avaliação do desenho e impacto (sobre a receita do DAE) de estruturas alternativas;

5 Avaliação da Tabela de Serviços vigente;
   5.1 Composição;
   5.2 Valores.

CARGA HORÁRIA
O trabalho foi realizado no período de agosto de 2020 a maio de 2021

Aripuanã, 20 de setembro de 2021.

Sergio A. C. de Oliveira
Relações Institucionais
Nexa Resources

RPG-REINFRA
CONSULTORIA

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, **DECLARA**, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação do profissional **André Sarmanho de Lima**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1 - Coordenador Setorial**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

ANDRÉ GIMENIZ GALVÃO

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA

Eu, **André Sarmanho de Lima**, inscrito no CPF sob o nº 424.568.602-25, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1 - Coordenador Setorial**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 22 de Abril de 2022

NO VERSO

CARTÓRIO AGENOR STUDART

André Sarmanho de Lima

Alceu de Castro Galvão Junior

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/2901920124488864
ID Lattes: **2901920124488864**
Última atualização do currículo em 18/02/2022

Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Ceará (1990), Mestre em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (1994) e Doutor em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (2008). Atuou na Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (1992-2001). Prof. Visitante do Curso de MBA Saneamento Ambiental na FESPSP e Orientador no Programa de Mestrado em Saúde Pública da ENSP, da FIOCRUZ Brasília, de Gestão e Regulação. Coordenou pesquisas técnicas de saneamento básico no âmbito da Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR) e do Instituto Trata Brasil. É analista de regulação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE) . Autor de diversos artigos científicos divulgados em periódicos indexados. Publicou vários livros técnicos de grande impacto com Editoras Nacional e Internacional. Ganhador do ?Premio Jabuti?, em 2012, principal condecoração da literatura brasileira. Desenvolveu trabalho técnico com a UNICEF e Governo da Ethiopia (2015-atual). Editor adhoc em periódicos nacionais e internacionais. Tem experiência na área de Engenharia Sanitária, com ênfase em Saneamento Básico, atuando principalmente nos seguintes temas: regulação, planejamento e gestão, mais especificamente nos componentes abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Alceu de Castro Galvão Junior
Nome em citações bibliográficas	GALVÃO JR, A.C.;GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO;GALVÃO, ALCEU DE CASTRO
Lattes iD	http://lattes.cnpq.br/2901920124488864

Endereço

Endereço Profissional	Secretaria das Cidades do Estado do Ceará. Centro Administrativo Governador Virgílio Távora Cambeba 60822915 - Fortaleza, CE - Brasil Telefone: (85) 31014446 Fax: (85) 31014447 URL da Homepage: www.cidades.ce.gov.br

Formação acadêmica/titulação

2006 - 2008	Doutorado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Regulação e universalização dos serviços de água e esgoto: estudo do Nordeste Brasileiro, Ano de obtenção: 2008. Orientador: Wanderley da Silva Paganini. Bolsista do(a): Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, FUNCAP, Brasil. Palavras-chave: Universalização; Água; Esgoto; Companhias Estaduais; Regulação; Agência Reguladora. Grande área: Engenharias Setores de atividade: Captação, Tratamento e Distribuição de Água, Limpeza Urbana, Esgoto e Atividades Conexas.
1991 - 1994	Mestrado em Engenharia Hidráulica e Saneamento (Conceito CAPES 7). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Aspectos Operacionais Relacionados com Usinas de Reciclagem e Compostagem de Resíduos Sólidos Domiciliares no Brasil,Ano de Obtenção: 1994. Orientador: Valdir Schalch. Palavras-chave: Resíduos Sólidos; Usinas de Lixo. Grande área: Engenharias

Vínculo institucional

2001 - Atual	Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Servidor Público, Carga horária: 40

Vínculo institucional

2001 - 2015	Vínculo: , Enquadramento Funcional: Analista de Regulação, Carga horária: 40
Outras informações	No exercício das atividades na ARCE (2001-2006), o servidor foi responsável pela fiscalização da prestação dos serviços de água e esgoto em 149 dos 184 municípios do Estado do Ceará, análisou de processos de ouvidoria de usuários insatisfeitos com a prestação de serviços pela concessionária estadual, trabalhou na montagem do primeiro sistema de indicadores para regulação no país, emitiu pareceres técnicos sobre questões institucionais como projetos de lei e contratos de concessão, representou a agência em entrevistas e seminários nos temas ligados a regulação em saneamento. O trabalho realizado é considerado referência do setor pelas demais agências reguladoras do país. No período de mar/2008 a abr/2009, o servidor assessorou o Conselho Diretor da ARCE, retornando a função de Coordenador de Saneamento Básico a partir de mai/2009.

Atividades

06/2015 - Atual	Direção e administração, Secretaria das Cidades, Coordenadoria de Saneamento Básico. Cargo ou função Coordenador de Saneamento Básico.
05/2016 - 05/2016	Serviços técnicos especializados , Secretaria das Cidades, Coordenadoria de Saneamento Básico. Serviço realizado Implementação do Sistema de Informações de água e Saneamento Rural no Estado do Ceará.
2015 - 2015	Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria das Cidades, Coordenadoria de Saneamento Básico. Cargo ou função Participou com Juri da Comissão do Prêmio Sustentabilidade 2015.
01/2012 - 12/2012	Serviços técnicos especializados , Secretaria das Cidades, Coordenadoria de Saneamento Básico. Serviço realizado Coordenação Técnica da Pesquisa Saneamento Básico - Regulação 2013.
01/2011 - 12/2011	Serviços técnicos especializados , Secretaria das Cidades, Coordenadoria de Saneamento Básico. Serviço realizado Coordenação Técnica da Pesquisa Saneamento Básico - Regulação 2012.
06/2010 - 12/2011	Serviços técnicos especializados , Secretaria das Cidades, Coordenadoria de Saneamento Básico. Serviço realizado Coordenação Técnica da Pesquisa Saneamento Básico - Regulação 2011.
06/2009 - 05/2010	Serviços técnicos especializados , Secretaria das Cidades, Coordenadoria de Saneamento Básico. Serviço realizado Coordenação Técnica da Pesquisa Saneamento Básico - Regulação 2009.
09/2009 - 02/2010	Direção e administração, Secretaria das Cidades, Coordenadoria de Saneamento Básico. Cargo ou função Coordenador de Saneamento Básico.
01/2001 - 02/2010	Serviços técnicos especializados , Secretaria das Cidades, Coordenadoria de Saneamento Básico. Serviço realizado Análise de processos e pareceres de fiscalização e ouvidoria; Apoio técnico as ações e decisões do Conselho Diretor da ARCE; Assessoramento técnico nos processos de revisão tarifária da CAGECE; Desenvolvimento de metodoiogias e procedimentos para fiscalização direta e indireta (indicadores) e ouvidoria; Gestão de convênio Seinfra CAGECE 2001 e de e de contratos de consultorias de engenharia e serviços laboratoriais; Desenvolvimento de instrumentos normativos para o setor dos serviços de saneamento básico; Fiscalização de mais de 300 sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e serviços comerciais da CAGECE.
06/2008 - 05/2009	Serviços técnicos especializados , Secretaria das Cidades, Coordenadoria de Saneamento Básico. Serviço realizado Coordenação Técnica da Pesquisa Saneamento Básico - Regulação 2008.
03/2008 - 04/2009	Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria das Cidades, Coordenadoria de Saneamento Básico. Cargo ou função Assessor do Conselho Diretor da ARCE.
03/2001 - 02/2006	Direção e administração, Coordenadoria de Saneamento Básico, Csb. Cargo ou função Coordenador de Saneamento Básico.
03/2001 - 02/2006	Serviços técnicos especializados , Coordenadoria de Saneamento Básico, Csb.

9º colocado na II Mostra Paulista de Vídeos Ambientais, com o Vídeo Usinas de Reciclagem e Compostagem de Lixo no Brasil: Operação e Meio Ambiente, Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo.

Produções

Produção bibliográfica

Citações

Web of Science

Total de trabalhos:1Total de citações:9

GALVÃO JR, A.C;GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO;GALVÃO, ALCEU DE CASTRO Data: 16/08/2016

SciELO

Total de trabalhos:1Total de citações:12

GALVÃO JR, A.C;GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO;GALVÃO, ALCEU DE CASTRO Data: 16/08/2016

SCOPUS

Total de trabalhos:3Total de citações:8

GALVÃO JR, A.C;GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO;GALVÃO, ALCEU DE CASTRO Data: 16/08/2016

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. PEREIRA, R. G. M. ; PASSOS REZENDE, Ana Augusta ; BRAGA, G. B. ; **GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO** ; TEIXEIRA, J. C. . Proposta metodológica para avaliação da gestão municipal de saneamento básico. Revista DAE, v. 60, p. 146-162, 2021.

2. OLIVEIRA, THAIS BRITO DE ; **GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO** . Planejamento municipal na gestão dos resíduos sólidos urbanos e na organização da coleta seletiva. Engenharia Sanitária e Ambiental (Online) JCR, v. 21, p. 55-64, 2016.

   Citações: [illegible] 10 | SCOPUS 2

3. SOUZA, JOICE ANDREA DE ; **GALVÃO, ALCEU DE CASTRO** . Planos de saneamento básico da bacia do Vale do Itajaí. Revista DAE, v. 64, p. 19-25, 2016.

4. MELO, Álisson José Maia ; GALVÃO JR, A.C. . Regulação e universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água. P@ranoá (UnB), v. 2013, p. 49-58, 2013.

5. SILVA, Alexandre Caetano da ; **GALVÃO JR, A.C.** ; BASÍLIO SOBRINHO, Geraldo . Diretrizes para Regulação dos Serviços de Resíduos Sólidos. Marco Regulatório, v. 1, p. 101-122, 2011.

6. GALVÃO JR, A.C.. Evolução Institucional das Agências Reguladoras. Marco Regulatório, v. 1, p. 57-71, 2010.

7. PAGANINI, Wanderley da Silva ; **GALVÃO JR, A.C.** . Aspectos Conceituais da Regulação dos Serviços de Água e Esgoto no Brasil. Engenharia Sanitária e Ambiental JCR, v. 14, p. 79-88, 2009.

   Citações: [illegible] 3 | SCOPUS 8

8. GALVÃO JR, A.C.; NISHIO, Sandra Regina ; BOUVIER, Beatriz Baraúna ; TUROLLA, F. A. . Marcos Regulatórios Estaduais em Saneamento Básico no Brasil. Revista de Administração Pública (Impresso) JCR, v. 43, p. 207-227, 2009.

   Citações: SCOPUS 2

9. GALVÃO JR A.C.. Desafios para a universalização dos serviços de água e esgoto no Brasil. Revista Panamericana de Salud Publica (Print) JCR, v. 25, p. 548-556, 2009.

10.

10. XIMEMES, Marfisa Maria de Aguiar Ferreira ; **GALVÃO JR, A.C.** . A normatização e a construção da regulação do setor de saneamento no Brasil. In: Ximenes, Marfisa Maria de Aguiar Ferreira; Galvão Junior, Alceu de Castro. (Org.). Regulação, normatização da prestação dos serviços de água e esgoto. 1ed.Fortaleza: Pouchain Ramos, 2008, v. 1, p. 21-33.
11. GALVÃO JR, A.C.; XIMEMES, Marfisa Maria de Aguiar Ferreira . Desafios para os conselhos de saneamento básico. In: Alceu de Castro Galvão Junior; Marfisa Maria de Aguiar Ferreira Ximenes. (Org.). Regulação, controle social da prestação dos serviços de água e esgoto. 1ed.Fortaleza: Pouchain Ramos, 2007, v. , p. 69-93.
12. **GALVÃO JR, A.C.**. Regulação da qualidade e controle social. In: Alceu de Castro Galvão Junior; Alexandre Caetano da Silva. (Org.). Regulação: Indicadores para a prestação dos serviços de água e esgoto. 1ed.Fortaleza: Expressão Gráfica Ltda, 2006, v. 1, p. 161-178.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **GALVÃO JR, A.C.**. Planos Municipais de Saneamento Básico. Revista DAE, São Paulo, p. 6 - 15, 01 set. 2013.
2. **GALVÃO JR, A.C.**. Impactos da Regulação nos Serviços de Saneamento. Sanear - a revista do saneamento básico, Brasília/DF, p. 11 - 12, 01 set. 2010.
3. **GALVÃO JR, A.C.**. Planos de Saneamento Básico. ABES Informa, Rio de Janeiro, p. 5 - 5, 09 jun. 2010.
4. **GALVÃO JR, A.C.**. Os Impactos da Regulação no Setor de Saneamento. Revista DAE, São Paulo, p. 44 - 46, 01 maio 2010.
5. **GALVÃO JR, A.C.**. Saneamento para todos. PMSS, Brasília/DF, p. 27, 01 dez. 2009.
6. **GALVÃO JR, A.C.**. Desafios da Regulação no Saneamento. Instante, São Paulo, p. 2 - 2, 10 nov. 2008.
7. **GALVÃO JR, A.C.**. Mais Regulação, Mais Estado. Jornal O Povo, Fortaleza/CE, p. 5 - 5, 25 abr. 2008.
8. **GALVÃO JR, A.C.**. Papel da Regulação na Universalização dos Serviços Públicos. ARCE 10 anos, Fortaleza/CE, 28 mar. 2008.
9. **GALVÃO JR, A.C.**. Água e moralidade. Diário do Nordeste, Fortaleza/CE, 22 mar. 2008.
10. **GALVÃO JR, A.C.**. Lei Nacional de Saneamento - novos desafios no Estado de São Paulo. Revista Saneas, São Paulo, p. 06 - 09, 01 jul. 2007.
11. **GALVÃO JR, A.C.**. Questões contemporâneas para água e esgoto. JOrnal O Povo, Fortaleza-CE, , v. 1, p. 7 - 7, 25 mar. 2005.
12. **GALVÃO JR, A.C.**. A hora do saneamento. O Povo, Fortaleza, p. 6, 21 out. 2003.
13. **GALVÃO JR, A.C.**. Fiscalização dos serviços de água e esgoto do Ceará. Diário do Nordeste, Fortaleza, 23 mar. 2002.
14. **GALVÃO JR, A.C.**. Saneamento básico. Diário do Nordeste, Fortaleza, p. 3, 24 fev. 2002.
15. **GALVÃO JR, A.C.**. Regulação de serviços de água e de esgoto. Diário do Nordeste, Fortaleza, p. 3, 16 dez. 2001.
16. **GALVÃO JR, A.C.**. Serviço de água e de esgoto. Diário do Nordeste, Fortaleza, p. 3, 16 set. 2001.
17. **GALVÃO JR, A.C.**. Foco: seu município já tem um PMSB?. Pezco: pesquisa e consultoria.
18. **GALVÃO JR, A.C.**. O impacto da falta de água no saneamento básico e na geração de energia. Danfos, p. 5 - 5.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. CASTRO NETO, F. A. ; **GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO** . 10 Anos da Lei 11.445/2007 - Avanços e Desafios no Estado do Ceará. In: X Congresso Brasileiro de Regulação, 2017, Florianópolis/SC. X Congresso Brasileiro de Regulação. Brasília/DF: ABAR, 2017.
2. GALVÃO JR A.C.; SILVA, Alexandre Caetano da ; DUARTE, C. S. . Análise comparativa entre modelos internacionais de regulação de resíduos sólidos e a aplicabilidade no Brasil. In: XXXIV Congresso Interamericano de Ingenieria Sanitaria y Ambiental - AIDIS, 2014, 2014, Monterrey - México. XXXIV Congresso Interamericano de Ingenieria Sanitaria y Ambiental. São Paulo: AIDIS, 2014.
3. ALENCAR, A. L. S. ; **GALVÃO JR, A.C.** . Uso de indicadores para a gestão de resíduos sólidos urbanos. In: XXXIII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental AIDIS, 2012, Salvador. XXXIII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental AIDIS. Rio de Janeiro: AIDIS, 2012.
4. **GALVÃO JR, A.C.**; MELO, Álisson José Maia ; MONTENEGRO, M. H. F. ; PROBST, M. F. . Gestão da regulação do setor do saneamento básico. In: XXXIII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental AIDIS, 2012, Salvador. XXXIII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental AIDIS. Rio de Janeiro: AIDIS, 2012.
5. FREITAS, L. B. ; **GALVÃO JR, A.C.** . Tratamento de reclamações de usuários quanto ao serviço de abastecimento de água por uma agência reguladora. In: VII Congresso Brasileiro de Regulação, 2011, Brasília. VII Congresso Brasileiro de Regulação. Brasília: ABAR, 2011.
6. GALVÃO JR A.C.; XIMEMES, Marfisa Maria de Aguiar Ferreira . Estratégias para o Desenvolvimento de Planos de Saneamento Básico no Brasil. In: XXXII Congresso Interamericano de Ingenieria Sanitaria y Ambiental - AIDIS, 2010, Punta Cana - Rep. Dominicana. XXXII Congresso Interamericano de Ingenieria Sanitaria y Ambiental - AIDIS. Punta Cana: AIDIS, 2010.
7. XIMEMES, Marfisa Maria de Aguiar Ferreira ; Galvão Jr AC . Regulação dos serviços de água e esgoto no Brasil: desafios e perspectivas. In: XXXII Congresso Interamericano de Ingenieria Sanitaria y Ambiental - AIDIS, 2010, Punta Cana - Rep. Dominicana. XXXII Congresso Interamericano de Ingenieria Sanitaria y Ambiental - AIDIS. Punta Cana - Rep. Dominicana, 2010.
8. **GALVÃO JR, A.C.**; PAGANINI, Wanderley da Silva . A independência das agências reguladoras de saneamento básico. In: V Congresso Brasileiro de Regulação, 2007, Recife. V Congresso Brasileiro de Regulação, 2007.
9. **GALVÃO JR, A.C.**; PAGANINI, Wanderley da Silva . Desafios para as agências reguladoras de saneamento básico frente ao PL 7.361/2006. In: 24 Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2007, Belo Horizonte. 24 Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2007.
10. **GALVÃO JR, A.C.**; PAGANINI, Wanderley da Silva . Estado da Arte da Regulação da Prestação dos Serviços de Água e Esgoto no Brasil. In: XXX Congresso Interamericano de Ingenieria Sanitaria y Ambiental, 2006, Punta Del Leste, 2006.
11. **GALVÃO JR, A.C.**; PAGANINI, Wanderley da Silva . Avaliação dos Regulamentos da Prestação dos Serviços de Água e Esgoto das Companhias Estaduais de Saneamento Básico da Região Nordeste do Brasil. In: XXX Congresso Interamericano de Ingenieria Sanitaria y Ambiental, 2006, Punta del Leste, 2006.
12. BASÍLIO SOBRINHO, Geraldo ; **GALVÃO JR, A.C.** ; SILVA, Alexandre Caetano da . Educação para Regulação do Saneamento Básico. In: VIII Simpósio Ítalo-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2006, Fortaleza, 2006.

Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), 1993.

Resumos publicados em anais de congressos

1. STEFANUTTI, R. ; ARAUJO, D. F. ; **GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO** . Avaliação preliminar da atuação do SISAR quanto à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água nas comunidades rurais cearenses. In: XIV - Simpósio Ítalo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2018, Foz do Iguaçu/PR. XIV - Simpósio Ítalo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Rio do Janeiro: ABES, 2018.
2. STEFANUTTI, R. ; ARAUJO, D. F. ; **GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO** . Sistemas de esgotamento sanitário para comunidades rurais: uma análise da atuação do Sistema Integrado de Saneamento Rural no Ceará. In: XIV - Simpósio Ítalo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2018, Foz do Iguaçu/PR. XIV - Simpósio Ítalo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Foz do Iguaçu/PR: ABES, 2018.
3. GALVÃO JR, A.C.. Regulação da Prestação dos Serviços de Água e Esgoto do Estado do Ceará. In: III Seminário Internacional de Engenharia de Saúde Pública, 2006, Fortaleza, 2006.
4. GALVÃO JR, A.C.. Sistemas de Informações para Regulação do Saneamento. In: III Seminário Internacional de Engenharia de Saúde Pública, 2006, Fortaleza, 2006.
5. GALVÃO JR, A.C.. Componentes para Habitação em Ferrocimento. In: VIII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, 1989, Fortaleza. Resumos. Fortaleza: Pró-Reitoria de Pós-Graduação - UFC, 1989.
6. GALVÃO JR, A.C.. Estudo Comparativo das Diversas Soluções Individuais para Esgotamento Sanitário. In: VIII Encontro Universitário de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, 1989, Fortaleza. Resumos. Fortaleza: Pró-Reitoria de Pós-Graduação - UFC, 1989.

Apresentações de Trabalho

1. GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO. Diálogo Setorial 13 - Desafios da Governança das Agências Reguladoras. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
2. GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO. Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e Institucionais, Governança e Controle Social - CTJI - GSC. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).
3. GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO. Reunião da Câmara Técnica de Saneamento Básico, Recursos Hídricos e Saúde - CTSAN. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).
4. GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO. Diagnóstico e perspectivas para o saneamento decorrentes da aprovação do PL 4162/2019. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
5. GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO. Ciclo de Palestras em Gestão e Meio Ambiente. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).
6. GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO. Seminário Diálogos Ambientais - Saneamento Básico. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
7. GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO. Saneamento Básico - Ociosidade da Rede de Esgoto. 2018. (Apresentação de Trabalho/Outra).
8. GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO. Conexões entre meio ambiente, saneamento ambiental e recursos hídricos: o caso da Vila de Jericoacoara. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
9. GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO. I Seminário Regional Sobre Sustentabilidade dos Serviços de Resíduos Sólidos. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
10. GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO. A Política Estadual para o Saneamento Rural. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
11. GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO. Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
12. GALVÃO JR, A.C.. Política de resíduos sólidos e saneamento. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
13. GALVÃO JR, A.C.. Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua aplicação no Estado do Ceará. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
14. GALVÃO JR, A.C.. Aspectos institucionales para la operatividad del reuso del agua. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
15. GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO. O Saneamento Rural no Planejamento Municipal. 2016. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
16. GALVÃO JR, A.C.. Elaboração de planos municipais de saneamento básico - PMSB. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
17. GALVÃO JR, A.C.. Fazendo e defendendo o saneamento. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
18. GALVÃO JR, A.C.. Planos municipais de gestão integrada dos resíduos sólidos. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
19. GALVÃO JR, A.C.. Conceitos e experiência do Estado do Ceará na regulação e nos planos de saneamaneto. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
20. GALVÃO JR, A.C.. Palestra no Curso de Capacitação em planos municipais de saneamento básico. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
21. GALVÃO JR, A.C.. Panorama do saneamento básico do Brasil. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
22. GALVÃO JR, A.C.. RT4: Schistosomiasis, enviroment and sanitation. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
23. GALVÃO JR, A.C.. Como chegar a universalização e o desafio das áreas irregulares. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
24. GALVÃO JR, A.C.. Os planos municipais de saneamento: situação atual e participação de regulação. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
25. GALVÃO JR A.C.. Balanço da Regulação no Brasil sob a égide da Lei n. 11.445/2007: Perspectivas e Desafios. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
26.

Outras produções bibliográficas

1. MELAMED, C. ; DONDEYNAZ, C. ; CARMONA-MORENO, C. ; **GALVÃO JR, A.C.** . O projeto BraSIS - diálogo setorial UE – Brasil em saneamento básico. Luxembourg, 2015. (Prefácio, Pósfacio/Apresentação)>.
2. GALVÃO JR, A.C.. Experiências internacionais e nacionais de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Fortaleza, 2011. (Prefácio, Pósfacio/Apresentação)>.
3. GALVÃO JR, A.C.. Estudo do panorama do saneamento básico do Brasil 2010 (Artigo técnico).
4. **GALVÃO JR, A.C.**; SILVA, Alexandre Caetano da ; BASÍLIO SOBRINHO, Geraldo ; SILVA, Francisco Wagner Alves da ; NUNES, Vinícius Cordeiro ; GABRIEL, Jordelan . Qualidade no abastecimento de água: a Arce deixa tudo mais claro para você. Fortaleza: Arce, 2006 (Cartilha).
5. XIMEMES, Marfisa Maria de Aguiar Ferreira ; **GALVÃO JR, A.C.** ; MONTEIRO, Mario Augusto Parente ; BANDEIRA, Tatiana Ciria Lima Sampaio ; SILVA, Alexandre Caetano da . A Tarifa da Água Muito mais Transparênte para Você. Fortaleza: Arce, 2005 (Cartilha).
6. XIMEMES, Marfisa Maria de Aguiar Ferreira ; SOUSA FILHO, José Bonifácio de ; MACHADO, Hugo de Brito ; NASCIMENTO, Giovana Lopes Do ; MARTINS, Liduina Maria de Sousa ; VILAR FILHO, José Eduardo de Melo ; BEZERRA, Helga Maria Sabóia ; MAIA, Sérgio Cardoso Moreno ; **GALVÃO JR, A.C.** ; SILVA, Alexandre Caetano da ; BASÍLIO SOBRINHO, Geraldo ; QUEIROZ, Eveline Alves de ; MONTEIRO, Mario Augusto Parente ; MESQUITA, Arlan Mendes ; TRIANDÓPOLIS, Alexandre Jorge Oliveira . Resoluções da ARCE para o Setor de Saneamento Básico. Fortaleza: Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Ceará, 2003 (Resolução).
7. SOUSA FILHO, José Bonifácio de ; PICANÇO JÚNIOR, Jurandir ; MACHADO, Hugo de Brito ; NASCIMENTO, Giovana Lopes Do ; MAIA, Sérgio Cardoso Moreno ; **GALVÃO JR, A.C.** ; QUEIROZ, Eveline Alves de ; BASÍLIO SOBRINHO, Geraldo ; SILVA, Alexandre Caetano da ; MESQUITA, Arlan Mendes ; TRIANDÓPOLIS, Alexandre Jorge Oliveira . Contrato Padrão para Concessão da Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto. Fortaleza: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará, 2003 (Contrato).

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1. GALVÃO JR, A.C.. Consultor da Revista Engenharia Sanitária e Ambiental desde 2014. 2016.
2. GALVÃO JR, A.C.. Consultor da Revista Panamericana de Salud Pública/Pan American Journal of Public Health desde 2015. 2016.
3. GALVÃO JR, A.C.. Consultor da Revista DAE. 2016.
4. GALVÃO JR, A.C.. Consultor no VI Congresso Brasileiro de Regulação. 2009.
5. GALVÃO JR, A.C.. Consultor da Revista Econômica do Nordeste (REN) no período de 2002 a 2005. 2005.
6. GALVÃO JR, A.C.. Revisor da Revista de Iniciação Científica - Caderno de Engenharia Civil. 1995.

Programas de computador sem registro

1. XIMEMES, Marfisa Maria de Aguiar Ferreira ; **GALVÃO JR, A.C.** . Saneamento Básico 2008. 2008.
2. SILVA, Alexandre Caetano da ; **GALVÃO JR, A.C.** ; SILVA, Francisco Alves da ; BASÍLIO SOBRINHO, Geraldo ; NUNES, Vinícius Cordeiro ; GABRIEL, Jordelan . SIRAE-OffLine. 2006.

Trabalhos técnicos

1. **GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO**. Revista Ambiente & Sociedade. 2017.
2. GALVÃO JR, A.C.. Ministrou aula 'Saneamento e saúde' no Curso de pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará. 2016.
3. GALVÃO JR, A.C.. Mission to Ethiopia of South-South Cooperation Programme. 2015.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. GALVÃO JR, A.C.. Perda por falta de saneamento em favelas chega a R$ 2,5 bilhões ao ano. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
2. GALVÃO JR, A.C.. Esgoto não coletado em seis cidades de PE encheria 36 piscinas por dia. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
3. GALVÃO JR, A.C.. Crise hídrica, Lava-Jato e ajuste fiscal paralisam avanços no saneamento. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
4. GALVÃO JR, A.C.. Falta de saneamento em áreas carentes gera perda de R$ 2,5 bilhões ao ano. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
5. GALVÃO JR, A.C.. Desigualdade RPT-INSIGHT-Infra-estrutura é catalisador para a epidemia de Zika do Brasil. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
6. GALVÃO JR, A.C.; CARLOS, E. . A lei do saneamento em risco. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
7. GALVÃO JR, A.C.. Estudo: menos da metade dos brasileiros tem acesso à rede de esgoto. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
8. GALVÃO JR, A.C.. Ociosidade das redes de esgoto torna mais distante o saneamento básico no país. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
9. GALVÃO JR, A.C.. 10 dados chocantes sobre a condição de vida em assentamentos. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
10. GALVÃO JR, A.C.. Instituto conclui que ociosidade das redes de esgoto tornam mais distante a universalização do saneamento básico no país. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
11.

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. SANTOS, M. R. R.; **GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO**; FIGUEIREDO, I. C. S.. Participação em banca de Marcelle Maria Gois Lima. O PMSB e os Desafios da Universalização do Saneamento em Áreas Rurais. 2021. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Estadual de Campinas.
2. FARIAS FILHO, J. A.; CRUZ, D. M.; **GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO**. Participação em banca de Marcela Sousa Da Silva. Resíduos Sólidos Urbanos: Uma Avaliação da Política Pública do Ceará a Partir da Experiência com Consórcio Públicos.. 2021. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará.
3. STEFANUTTI, R.; LIMA, A. C. A.; MOTA, F. S. B.; **GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO**. Participação em banca de Roani Simões Veras. Compostagem de restos de alimentos e podas trituradas de árvores em restos de alimentos com aeração como mecanismo de regução de GEE. 2018. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil (Recursos Hídricos)) - Universidade Federal do Ceará.
4. GALVÃO JR, A.C.. Participação em banca de Luiz Neto Paiva e Silva Muller. Diagnóstico e proposições para a gestão do setor de resíduos sólidos no município de Juazeiro do Norte: uma abordagem a luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2016. Dissertação (Mestrado em Logística e Pesq. Operacional) - Universidade Federal do Ceará.
5. LIBANIO, M.; GALVÃO JR, A.C.. Participação em banca de Misael Dielmes de Oliveira. Desenvolvimento, aplicação e avaliação de sistema de indicadores de desempenho de estações de tratamento de água. 2014. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) - Universidade Federal de Minas Gerais.
6. SANTOS, S. M.; SILVA, M. N. M.; GALVÃO JR, A.C.. Participação em banca de Danielle e Silva Pinto. Governança regulatória nas agências estaduais de saneamento. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) - Universidade Federal do Ceará.
7. SANTOS, S. M.; SILVA, M. N. M.; GALVÃO JR, A.C.. Participação em banca de Josiany Melo Negreiros. Gestão financeira das agências reguladoras estaduais multissetoriais: análise, perspectivas e desafios. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) - Universidade Federal do Ceará.
8. MELAMED, C.; VEIGA, M. M.; GALVÃO JR, A.C.. Participação em banca de Cássio Leandro Cossenzo. Tarifa social dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Distrito Federal. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão e Regulação de Serviços Públicos de Saneame) - Fundação Oswaldo Cruz.
9. COHEN, S. C.; KLIGERMAN, D. C.; GALVÃO JR, A.C.. Participação em banca de Renato Monteiro. Os instrumentos utilizados pelas agências reguladoras podem contribuir para o aumento da eficiência das empresas prestadoras de serviço de saneamento?. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão e Regulação de Serviços Públicos de Saneame) - Fundação Oswaldo Cruz.
10. SCALIZE, P. S.; CUBA, R. M. F.; GALVÃO JR, A.C.. Participação em banca de Neemias Cintra Fernandes. Determinação do índice de qualidade da água tratada distribuída aos municípios do estado de Goiás. 2013. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Meio Ambiente) - Universidade Federal de Goiás.
11. GALVÃO JR, A.C.; MELAMED, C.; TUROLLA, F. A.. Participação em banca de Cristina de Saboya Gouveia Santos. Agências reguladoras de saneamento básico: uma análise a luz dos princípios regulatórios da Lei 11.445/2007. 2013. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz.
12. GALVÃO JR, A.C.; MELAMED, C.; TUROLLA, F. A.. Participação em banca de Thaís Brito de Oliveira. Avaliação dos instrumentos de planejamento para a gestão dos resíduos sólidos urbanos relacionados à coleta seletiva e reciclagem. 2013. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz.
13. BEZERRA, A. S.; LIMA NETO, I. E.; SILVA, A. C.; GALVÃO JR, A.C.. Participação em banca de Geraldo Basílio Sobrinhho. Planos Municipais de Saneamento (PMSB): Instrumento para Universalização do Abastecimento de Água e do Esgotamento Sanitário. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil (Recursos Hídricos)) - Universidade Federal do Ceará.
14. ARAUJO, J. C.; GALVÃO JR, A.C.; SALES, M. C. L.; LIMA, P. V. P. S.. Participação em banca de Laldiane de Souza Pinheiro. Proposta de índice de priorização de áreas para saneamento rural: estudo de caso assentamento 25 de maio - CE. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará.
15. GALVÃO JR, A.C.. Participação em banca de Francisco Wellington Ribeiro. Proposta de modelo tarifário de água bruta para estados do Nordeste Brasileiro. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará.
16. GALVÃO JR, A.C.. Participação em banca de Tiago Lages von Sperling. Estudo da utilização de indicadores de desempenho para avaliação da qualidade dos serviços de esgotamento sanitário. 2010. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) - Universidade Federal de Minas Gerais.

Teses de doutorado

1. MALHEIROS, T. F.; **GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO**; ANDREOLI, C. V.. Participação em banca de Heloisa Pimpão Chaves. Sistemas de Abastecimento de água e Esgotamento Sanitário na Região Norte Brasileira: Uso de Benchmarking com Foco na Universalização dos Serviços. 2021. Tese (Doutorado em Doutorado em Engenharia Civil) - Universidade de São Paulo.
2. NETTO, O. M. C.; MARQUES, R. D. R. C.; ALVES, C. M. A.; SIMOES, P. T. F.; **GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO**; OLIVEIRA FILHO, G. J.. Participação em banca de Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho. Regulatory Impact Assessment (RIA): improving governance on the water and sanitation agenda. 2018. Tese (Doutorado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos) - Universidade de Brasília.

GALVÃO JR, A.C.; SILVA, A. C.; LIMA NETO, I. E.. Participação em banca de Luciana Barbosa de Freitas.O papel de uma agência reguladora na proteção dos usuários dos serviços de saneamento básico. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Saneamento Ambiental) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

6. **GALVÃO JR, A.C.**; SILVA, A. C.; LIMA NETO, I. E.. Participação em banca de Camila Cassundé Sampaio.Diretrizes para elaboração de planos de saneamento básico em municípios do Estado do Ceará com população inferior a 20.000 habitantes. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Saneamento Ambiental) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.
7. AQUINO, Marisete Dantas de; **GALVÃO JR, A.C.**; RIBEIRO, Diego de Castro Maia. Participação em banca de Henrique Lopes Correia Lima.Análise econômica-financeira de uma concessão privada de saneamento no Estado do Ceará. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal do Ceará.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Outras participações

1. **GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO.** Seleção Pública de Candidatos para o Mestrado Acadêmico em Tecnologia e Gestão Ambiental. 2017. Instituto Federal do Ceará - Reitoria.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. 31º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambienta. 31º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambienta. 2021. (Congresso).
2. 4º Seminário Água Innovation - Soluções Inteligentes para Água, Energia e Produção.4º Seminário Água Innovation - Soluções Inteligentes para Água, Energia e Produção. 2021. (Seminário).
3. Câmara Técnica de Saneamento Básico, Recursos Hídricos e Saúde - CTSAN.Câmara Técnica de Saneamento Básico, Recursos Hídricos e Saúde - CTSAN. 2021. (Outra).
4. Câmara Técnica de Saneamento Básico, Recursos Hídricos e Saúde - CTSAN.Câmara Técnica de Saneamento Básico, Recursos Hídricos e Saúde - CTSAN. 2021. (Outra).
5. I Seminário Internacional de Regulação de Resíduos Sólidos.I Seminário Internacional de Regulação de Resíduos Sólidos. 2021. (Seminário).
6. 4º Seminário Água Innovation - Soluções Inteligentes para Água, Energia e Produção.4º Seminário Água Innovation - Soluções Inteligentes para Água, Energia e Produção. 2020. (Seminário).
7. Câmara Técnica de Saneamento Básico, Recursos Hídricos e Saúde - CTSAN.Câmara Técnica de Saneamento Básico, Recursos Hídricos e Saúde - CTSAN. 2020. (Outra).
8. Conhecendo os Prestadores de Resíduos Sólidos: Consorciamento de Resíduos Sólidos..Conhecendo os Prestadores de Resíduos Sólidos: Consorciamento de Resíduos Sólidos.. 2020. (Encontro).
9. Política Nacional de Resíduos Sólidos: cenários pós-pandemia.Política Nacional de Resíduos Sólidos: cenários pós-pandemia. 2020. (Encontro).
10. Regulação ambiental e saneamento básico em comunidades isoladas - Brasil e Japão. 2020. (Congresso).
11. VIII Seminário de Gestores Públicos - Prefeitos Ceará 2020.VIII Seminário de Gestores Públicos - Prefeitos Ceará 2020. 2020. (Seminário).
12. 2º Seminário Nacional ETEs Sustentáveis: Recuperação de recursos em ETEs e produção de Água para reúso.2º Seminário Nacional ETEs Sustentáveis: Recuperação de recursos em ETEs e produção de Água para reúso. 2019. (Seminário).
13. 30º CBESA. 30º CBESA. 2019. (Congresso).
14. 4º Encontro da Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão Ambiental.Os desafios do saneamento ambiental no Brasil. 2019. (Encontro).
15. 6º Seminário Política Nacional de Resíduos Sólidos.6º Seminário Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2019. (Seminário).
16. Pesquisas e Mecanismos para regularizar a destinação de resíduos como combustível alternativo para coprocessamento no estado do Ceará.Pesquisas e Mecanismos para regularizar a destinação de resíduos como combustível alternativo para coprocessamento no estado do Ceará. 2019. (Outra).
17. O papel dos prestadores de serviço de drenagem urbana e esgotamento sanitário sobre o controle da poluição de corpos hídricos. 2018. (Outra).
18. III Asamblea General del Sistema de Información de Agua y Saneamiento Rural - SIASAR. 2017. (Outra).
19. 3º Seminário Política Nacional de Resíduos Sólidos.3º Seminário Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2016. (Seminário).
20. I Seminário Justiça e Meio Ambiente.I Seminário Justiça e Meio Ambiente. 2016. (Seminário).
21. Rural Water Supply Network Forum.A experiência de saneamento rural no Ceará. 2016. (Outra).
22. VIII Seminário Nacional e III Encontro Latino-Americano de Saneamento Rural.Políticas Públicas para Saneamento Rural. 2016. (Seminário).
23. XIV Encuentro Técnico Interamericano de Alto Nivel.Aspectos institucionales para la operatividad del reuso del agua. 2016. (Encontro).
24. 14th International Symposium on Schistosomiasis.RT4: Schistosomiasis, enviroment and sanitation. 2015. (Simpósio).
25. 2º Seminário Política Nacional de Resíduos Sólidos.Planos municipais de gestão integrada dos resíduos sólidos. 2015. (Seminário).
26. Curso ?PPP em saneamento e outras alternativas para investimentos no Estado do Ceará?. 2015. (Outra).

83. Encontro por uma Nova Cultura de Água na América Latina. 2005. (Encontro).
84. II Seminário Nacional de Regulação em Saneamento. 2005. (Seminário).
85. I Colóquio Jurídico-Econômico de Saneamento Básico: Definindo o Marco Regulatório. 2004. (Simpósio).
86. Saneamento 2004. 2004. (Seminário).
87. V Fórum Temático: Ações Intersetoriais para Promoção do Uso Sustentável da Água.Regulamentação dos Serviços de Água e Esgoto durante a mesa-redonda Vigiar, Regular e Cuidar: O Encontro das Águas. 2004. (Outra).
88. XXIX Congresso Interamericano de Ingenieria Sanitaria y Ambiental. XXIX Congresso Interamericano de Ingenieria Sanitaria y Ambiental. 2004. (Congresso).
89. 22º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. 22º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, realizado em Joinville (SC), no período de 14 a 19 de setembro de 2003, promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). 2003. (Congresso).
90. 4ª Congresso Regional de Engenharia Sanitária e Ambiental da 4a Região da AIDIS/Cone Sul. 2003. (Congresso).
91. II Seminário Nacional de Reuso das Águas. 2003. (Seminário).
92. Seminário Brasileiro de Regulação do Setor de Saneamento Básico. 2003. (Seminário).
93. Seminário os Rumos do Saneamento Ambiental no Governo Lula. 2003. (Seminário).
94. Seminário Internacional sobre Programas de Redução e Controle de Perdas em Sistemas de Abastecimento de Água. 2002. (Congresso).
95. 21º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. 21º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. 2001. (Congresso).
96. Fórum Brasileiro de Investimentos na Infraestrutura de Saneamento e Meio Ambiente. 2001. (Outra).
97. II Congresso Brasileiro de Regulação de Serviços Públicos Concedidos. II Congresso Brasileiro de Regulação de Serviços Públicos Concedidos, realizado no período de 07 a 10 de outubro de 2001, em São Paulo, promovido pela Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR). 2001. (Congresso).
98. Seminário e 64ª Reunião do Comitê de Recursos Humanos da ABES. 2001. (Congresso).
99. Seminário sobre Programa de Redução de Perdas em Sistemas de Abastecimento de Água em Países da América Latina. 2001. (Seminário).
100. 20º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. 20º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, realizado no Rio de Janeiro (RJ), no período de 10 a 14.05.1999, promovido pela ABES. 1999. (Congresso).
101. 4º BIEMA - Bienal de Equipamentos para Proteção Ambiental. 1998. (Outra).
102. 17º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. 17º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, realizado em Natal (RN), no período de 17 a 23.09.1993, promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). 1993. (Congresso).
103. Fórum Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1992. (Congresso).
104. Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável. 1992. (Simpósio).
105. I Seminário Internacional de Gestão e Tecnologias de Tratamento de Resíduos. 1991. (Seminário).
106. Seminário Internacional de Engenharia de Resíduos Sólidos. 1991. (Seminário).
107. 15º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. 1989. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO. I Seminário Regional Sobre Sustentabilidade dos Serviços de Resíduos Sólidos. 2018. (Congresso).
2. GALVÃO JR, A.C.; XIMENES, Marlisa Maria de Aguiar Ferreira ; TRIANDÓPOLIS, Alexandre Jorge Oliveira . Coordenador Técnico da Exposição "Uma década de regulação no Brasil". 2007. (Exposição).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1. Thaís Brito de Oliveira. Avaliação dos instrumentos de planejamento para a gestão dos resíduos sólidos urbanos relacionados à coleta seletiva e reciclagem. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão e Regulação de Serviços Públicos de Saneame) - Fundação Oswaldo Cruz, . Orientador: Alceu de Castro Galvão Junior.
2. Cristina de Saboya Gouveia Santos. Agências Reguladoras de Saneamento Básico: uma análise à luz dos princípios regulatórios da Lei 11.445/2007. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão e Regulação de Serviços Públicos de Saneame) - Fundação Oswaldo Cruz, . Orientador: Alceu de Castro Galvão Junior.

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Edair do Amaral. Compatibilização entre os planos de saneamento básico e os orçamentos municipais. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Controle externo nas concessões de serv. públicos) - Fundação Escola de Governo. Orientador: Alceu de Castro Galvão Junior.
2. Joice Andrea de Souza. A Lei Federal n. 11.445/2007 e os planos municipais de saneamento. 2013. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Controle externo nas concessões de serv. públicos) - Fundação Escola de Governo. Orientador: Alceu de Castro Galvão Junior.
3.

República Federativa do Brasil
Ministério da Educação e Cultura

Universidade Federal do Ceará

CENTRO DE TECNOLOGIA

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão de Curso de Graduação, confere o título de ENGENHEIRO CIVIL, a

Alceu de Castro Galvão Junior

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Fortaleza, 22 de agosto de 1990

Diretor do Centro

Reitor

Alceu de Castro Galvão Junior
Diplomado

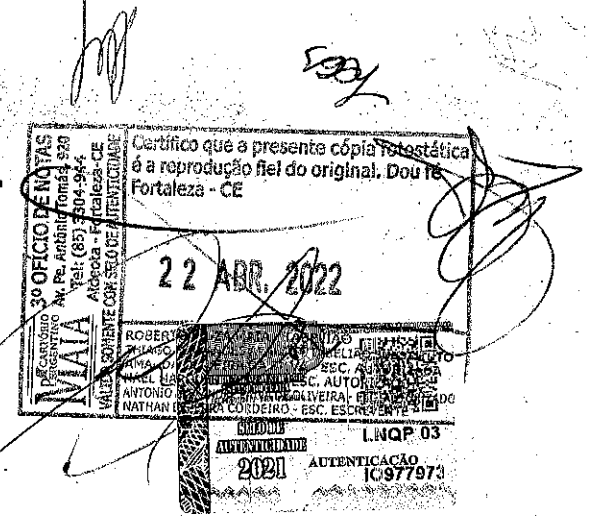
Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé
Fortaleza - CE
22 MAR 2022

AUTENTICIDADE 2021 AUTENTICAÇÃO 10977958

CIDADÃO
Rua Santo Tomás, 530
(85) 3391-3434
Fortaleza - CE
AUTENTICIDADE

® THOMAS DE LA RUE S.A. – BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



O Reitor da Universidade de São Paulo confere a

ALCEU DE CASTRO GALVÃO JUNIOR

o presente diploma de *Mestre em Engenharia Civil*

Área de concentração: *Hidráulica e Saneamento*

tendo em vista que satisfez todas as exigências pertinentes a este grau, estabelecidas no Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação da

Escola de Engenharia de São Carlos

para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas concedidas pela legislação vigente.

Reitoria da Universidade de São Paulo, aos 07 de novembro de 1994.

Prof. Dr. Flávio Fava de Moraes
Reitor

Prof. Dr. Adolpho José Melfi
Pró-Reitor

Profa. Dra. Lor Cury
Secretária Geral

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

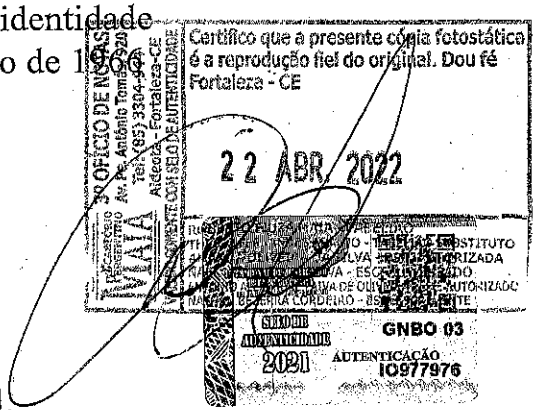
A Reitora da Universidade de São Paulo, no uso de suas atribuições, confere a

Alceu de Castro Galvão Junior

de nacionalidade brasileira, portador da cédula de identidade RG nº 2003009000912 - CE, nascido a 09 de julho de 1966 e natural do Estado do Ceará, o Título de

Doutor em Saúde Pública

obtido em 25 de abril de 2008,
Programa: Saúde Pública,
Área de Concentração: Saúde Ambiental.
E, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais outorga-lhe o presente Diploma.



Reitoria da Universidade de São Paulo, aos 06 de junho de 2008.

Profa. Dra. Suely Vilela
Reitora

Prof. Dr. Armando Corbani Ferraz
Pró-Reitor de Pós-Graduação

Alceu de Castro Galvão Junior
Diplomado

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-CE

Nº 270246/2022
Emissão: 20/04/2022
Validade: 31/12/2022
Chave: cZ5yW

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-CE.

Interessado(a)

Profissional: ALCEU DE CASTRO GALVAO JUNIOR
Registro: 0600891615
CPF: 377.922.533-68
Tipo de Registro: REGISTRO DEFINITIVO
Data de registro: 05/03/1991

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ART 7º RES.218/73 - CONFEA
Data de Formação: 19/07/1990

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Documento válido em todo território nacional.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S.S LTDA - ME
Registro: 0010408711
CNPJ: 10.648.067/0001-90
Data Início: 21/07/2021
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-ce.sitac.com.br/publico/, com a chave: cZ5yW
Impresso em: 28/04/2022 às 15:22:55 por: adapt, ip: 177.22.43.134

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que o **Consórcio ENCIBRA-PARALELA I**, CNPJ nº 18.695.074/0001-55, situado na Avenida das Nações Unidas, nº. 13.797, Bloco 03, 17° Andar, Vila Gertrudes, São Paulo-SP, formado pelas empresas **Encibra S.A. Estudos e Projetos de Engenharia**, CNPJ 33.160.102/001-23, com matriz na Avenida das Nações Unidas, nº. 13.797, Bloco 03, 17° Andar, Vila Gertrudes, São Paulo-SP e filial na Cidade do Rio de Janeiro na Av. Marechal Câmara, 160, sala 1331, Castelo e **Paralela I Consultoria em Engenharia Ltda**, CNPJ nº 02.799.269/0001-05, situada na Rua São José, 90, sala 1802, Centro, Rio de Janeiro-RJ executou, satisfatoriamente e dentro do prazo contratual, para a **Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro - SEA**, CNPJ 42.498.709/0001-09, os serviços de "**Elaboração de Estudos e Projetos para Consecução do Plano Regional de Saneamento Básico de Municípios Inseridos na Região Hidrográfica do Piabanha, Estado do Rio de Janeiro**", objeto do Contrato nº 20/2013.

1) OBJETIVO:

Elaboração de seis Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB para municípios inseridos na Região Hidrográfica IV do Estado do Rio de Janeiro – Bacia do Rio Piabanha e consolidação dos seis Planos em um relatório de Planejamento Regional.

2) SERVIÇOS EXECUTADOS:

2.1 - Abrangência

Desenvolvimento dos PMSBs em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal 11.445/2007 para os municípios de Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis, perfazendo uma população total de aproximadamente 295 mil habitantes. Foram contemplados os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial para as áreas urbanas e rurais dos municípios, considerando um horizonte de 20 anos.

2.2 - População Atendida por município

Município	População 2014 (hab.)	População 2034 (hab.)
Areal	12.041	14.423
Carmo	18.374	23.891
São José do Vale do Rio Preto	21.257	26.288
Sapucaia	15.959	16.650
Sumidouro	15.200	16.792
Teresópolis	211.780	277.864
População Total	**294.611**	**376.908**

2.3 - Etapas de Trabalho

2.3.1. Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho apresentou a metodologia proposta para desenvolvimento de cada etapa dos serviços.

2.3.2. Projeto de comunicação e mobilização social

O Projeto de Comunicação e Mobilização Social (PCMS) definiu metodologia, mecanismos e procedimentos que permitiram sensibilizar o maior numero possível de atores sociais, os mobilizando a contribuir e a participar da construção do Plano e posteriormente de seu acompanhamento.

Dentre as modalidades de participação e controle social destacaram-se as audiências públicas, seminários, oficina de capacitação, oficinas de trabalho locais e regionais, consultas, reunião com comitês, conselhos e representantes da sociedade civil organizada, visitas às associações de moradores e ao campo onde a população foi ouvida. Outros instrumentos utilizados foram à distribuição de jornal informativo impresso e disponibilização do material desenvolvido em um blog que também permitia o recebimento de críticas e sugestões.

Estes instrumentos foram utilizados na validação do diagnóstico, das proposições e da versão final do PMSB de maneira a contemplar as reais demandas de cada município.

Para as etapas de desenvolvimento seguintes foram gerados relatórios separados para cada um dos 6 municípios.

2.3.3. Caracterização municipal

De modo a subsidiar o planejamento dos serviços públicos de saneamento básico, foram levantados e analisados os seguintes elementos para cada município:

- Características geográficas, demográficas, político-administrativas, socioeconômicas e culturais;
- Descrição dos sistemas públicos existentes – saúde, educação, segurança e comunicação;
- Condições climáticas dos municípios e da região em que estão inseridos, bem como dados físicos, hidrológicos, topográficos e levantamento das bases cartográficas existentes;
- Características quantitativas e qualitativas dos mananciais e de sua bacia e condições das outorgas
- Dispositivos legais de zoneamento urbano e disciplinadores do uso e ocupação do solo com identificação das zonas urbanas e industriais existentes e planejadas;
- Leis e posturas em vigor relacionadas ao saneamento e às exigências ambientais;

2.3.4. Diagnósticos Setoriais

Foram realizados levantamentos de dados, diagnósticos e análises dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana quanto aos aspectos técnico e operacional, institucional, jurídico e econômico-financeiro. O levantamento destes dados foi realizado através de pesquisas dos cadastros existentes, de visitas de campo, de reuniões com os prestadores do serviço, com as Prefeituras, com a população e com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPE, contemplando os itens a seguir:

a. **Abastecimento de Água;**

- Índice de atendimento e identificação das áreas não atendidas;

- Panorama da situação existente; incluindo as estruturas integrantes do sistema, como: mananciais, captações, ETAs, poços, adutoras de água bruta e tratada, elevatórias, reservatórios, redes de distribuição, medição, automação, ligações domiciliares e hidrometração;
- Analise dos planos e projetos existentes e em elaboração;
- Levantamento das deficiências do sistema, como índice de perdas e frequência de paralisações;
- Definição do consumo per capita;
- Balanço entre o a produção e a demanda do sistema de abastecimento ao longo do tempo;
- Comercialização dos serviços: estrutura tarifária, valores de tarifa, número de ligações por categoria e por faixa de consumo, inadimplência, receita operacional e despesas de custeio e investimento;
- Principais problemas operacionais e de manutenção do sistema de abastecimento de água, com identificação de situações emergenciais;
- Descrição dos recursos disponíveis, para operação e manutenção tais como, recursos humanos, materiais, equipamentos e ferramentais, para a operação e o controle do sistema de abastecimento de água.

b. Esgotamento Sanitário

- Índice de atendimento e identificação das áreas não atendidas;
- Características dos corpos receptores dos efluentes;
- Identificação de áreas críticas de contaminação por esgoto;
- Análise da vazão de esgotos produzida e dos diversos destinos atualmente existentes;
- Balanço entre as vazões geradas de esgoto e as coletadas e tratadas pelo sistema;
- Avaliação da situação existente; incluindo a caracterização das estruturas integrantes do sistema: ligações domiciliares, redes coletoras, interceptores, estações elevatórias, estações de tratamento de esgoto e emissários;
- Avaliação do quantitativo dos sistemas individuais e de lançamentos em galerias de águas pluviais;
- Descrição dos principais problemas operacionais e de manutenção;
- Descrição dos recursos disponíveis, para operação e manutenção tais como, recursos humanos, materiais, equipamentos e ferramentais, utilizados para a operação e o controle do sistema de esgotamento sanitário;
- Analise dos planos e projetos existentes e em elaboração;
- Comercialização dos serviços: estrutura tarifária, valores de tarifa, número de ligações por categoria e por faixa de consumo/contribuição, inadimplência, receita operacional e despesas de custeio e investimento;

c. Drenagem Pluvial

Os sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas foram diagnosticados considerando sua adequabilidade e eventuais problemas. Nesse diagnóstico foram consideradas as seguintes informações:

- Sistema hidrográfico e condições hidrológicas;
- Caracterização física dos sistemas de drenagem dos municípios: macrodrenagem (rios e canais) e microdrenagem;
- Identificação dos principais problemas como alagamentos, transbordamentos, estrangulamentos, drenagem insuficiente e áreas de risco;
- Descrição do sistema de manutenção das redes de drenagem e dos recursos humanos e materiais disponíveis para isso;
- Caracterização do arranjo institucional de planejamento e gestão; identificação de planos, programa e projetos existentes e em desenvolvimento;
- Análise do Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo e seus rebatimentos sobre os sistemas de drenagem municipais, da legislação municipal de parcelamento do solo e outras abordagens sobre drenagem, verificando-se também se estão consideradas as APPs urbanas e as áreas de risco.

Os dados levantados dos sistemas de abastecimento, esgotamento e drenagem foram apresentados na forma de relatório com mapas, ilustrações, tabelas e fotos de forma a permitir o perfeito entendimento dos sistemas. Estas informações também foram inseridas no banco de dados. Além disso foram realizados seminários/oficinas locais para consolidação do diagnóstico em cada um dos seis municípios.

2.3.5. Prognósticos

Com base nos diagnósticos realizados, foram desenvolvidas proposições para a melhoria dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana em forma de intervenções estruturantes e estruturais para que seja atingida a universalização destes serviços.

A implementação destas proposições foi dividida em quatro períodos de execução distintos: prazo imediato (até 2 anos), curto prazo (de 2 a 5 anos), médio prazo (entre 5 e 10 anos) e longo prazo (entre 10 e 20 anos).

Para realizar as proposições foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Estudo Populacional para um horizonte de 20 anos;
- Proposição do aumento dos índices de atendimento ao longo do prazo de forma a atingir a universalização dos serviços;
- Definição das intervenções necessárias para ampliação do sistema de abastecimento de água e para melhoria operacional dos sistemas que foquem em redução das perdas, na distribuição contínua e no atendimento aos padrões de qualidade de água. Nas intervenções foram previstas a implantação/ampliação de captações, adutoras, ETAs, reservatórios, redes de distribuição e ligações domiciliares, a setorização dos sistemas com implantação de macromedição e a instalação/substituição de hidrômetros ;
- Definição das intervenções necessárias para ampliação do sistema de esgotamento sanitário e melhorias operacionais focadas na coleta e tratamento dos esgotos e na preservação ambiental e dos corpos d'água. Nas intervenções foram previstas a implantação/ampliação de ligações domiciliares, coletores, interceptores, estações elevatórias, estações de tratamento de esgoto e emissários;
- Definição de intervenções nos sistemas de drenagem urbana e previsão de melhorias operacionais. Nas intervenções foram previstas a implantação de rede de microdrenagem e intervenção/implantação de canais além de cadastramento das unidades existentes;
- Proposição das medidas estruturantes para os três sistemas;
- Estimativa de custos das intervenções e serviços proposto;
- Divisão/hierarquização das intervenções em etapas de implantação;
- Ações de emergência e contingência para o sistema de abastecimento, esgotamento e drenagem;
- Mecanismo de procedimentos de avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;
- Estudo de Viabilidade econômico-financeira dos sistemas;
- Identificação de fontes de financiamento possíveis para implementação das intervenções;
- Arranjos Institucionais, Jurídicos e Econômico-financeiros;
- Modelos de gestão e prestação dos serviços;
- Modelo de fiscalização e regulação dos serviços;
- Realização de seminário em cada um dos seis municípios para apresentação dos serviços e consolidação das proposições.

Após a definição das propostas e metas de cada um dos três serviços contemplados nos estudos, foram definidos programas, projetos e ações de gestão, vinculados a um cronograma de execução, para o efetivo alcance das metas estabelecidas. Estes contemplaram os principais recursos financeiros, necessários para sua implementação, bem como os responsáveis por sua implementação.

As metas propostas estão vinculadas a um conjunto de indicadores a fim de permitir o acompanhamento da implementação do PMSB. Foram também realizados seminários locais para consolidação do prognóstico em cada um dos seis municípios.

2.3.6. Banco de Dados

Foi desenvolvido um Sistema de Informação Geográfica (SIG) com o objetivo de auxiliar no processo de planejamento e gestão dos PMSBs, sendo este concebido com as informações do diagnóstico (estruturas existentes) e do prognostico (estruturas propostas), nos âmbitos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais, incluindo o registro georreferenciado de suas unidades assim como suas características.

O SIG foi elaborado a partir do desenvolvimento de seis geodatabases (bases de dados geográficos), uma para cada um dos municípios contemplados, cuja arquitetura geotecnológica utilizada está baseada na plataforma ArcGis/ArcInfo – Software da empresa ESRI, e cada uma das bases de dados foi elaborada em formato ESRI Personal Geodatabase (arquivos com extensão ".mdb") e utilizam como Sistema de Referência de Coordenadas o datum WGS84, em coordenadas geográficas.

Foram inseridos no banco de dados as estruturas existentes assim como aquelas que foram propostas com a etapa prevista para sua implantação, cada uma com as suas características (localização/extensão/ diâmetro/ vazão/volume /potência/área de abrangência, etc).

2.3.7. Versão Final do PMSB

A versão final do PMSB compilou os dados das fases anteriores consolidando um relatório para cada município que foi disponibilizado à Consulta Pública e submetido à Audiência Pública.

2.3.8. Relatório Regional

A partir do PMSB produzido para cada um dos municípios foi elaborado um relatório que apresenta um resumo regional da situação atual, bem como das metas, programas e ações, identificando também as questões intermunicipais.

2.3.9. Resumo dos quantitativos

Foram entregues: um plano de trabalho, um relatório de mobilização social, 6 relatórios de caracterização, 6 relatórios de diagnóstico, 6 relatórios de Prognóstico, 6 Planos Municipais de Saneamento Básico, 6 Relatórios resumo dos PMSBs, um relatório Regional Consolidado, 6 Bancos de Dados e um blog disponibilizando o material para consulta pública. Além disso foram realizadas 8 oficinas, 7 seminários e 6 audiências públicas.

3) DADOS CONTRATUAIS:

- Contrato nº 20/2013, Processo Administrativo nº E-07/000.491/2012;
- Valor do Contrato: R$ 1.452.290,30 (um milhão quatrocentos e cinquenta e dois mil duzentos e noventa reais e trinta centavos);
- Composição do Consórcio:

- Encibra S.A. Estudos e Projetos de Engenharia (Empresa Líder) - 50%
- Paralela I Consultoria em Engenharia Ltda – 50%

- Ordem de Início: 19/11/2013;
- Prazo de Vigência do Contrato de 08 (oito) meses;
- Primeiro Termo Aditivo de prazo de mais 04 (quatro) meses;
- Segundo Termo Aditivo de prazo de mais 77 (setenta e sete) dias;
- Período de Execução: 19/11/2013 a 03/02/2015;

4) RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

4.1 – Equipe Técnica da Encibra S.A. Estudos e Projetos de Engenharia

4.1.1 - Coordenação Geral

Eng. Civil José de Ribamar Jorge Nogueira da Cruz, CREA/DF 960/D, RNP 1973102809

4.1.2 - Responsáveis Técnicos pela Encibra

Eng. Civil Russell Rudolf Ludwig, CREA/SP 5061109356, RNP 2002519668; ART Nº IN01251068

Eng. Civil Alexandre Miguel López, CREA/SP 5060652792, RNP 2601778458; ART Nº IN01251092

Eng. Civil José de Ribamar Jorge Nogueira da Cruz, CREA/DF 960/D, RNP 1973102809 ; ART Nº IN01251081

Eng. Civil Cristiane Nunes Martins, CREA/SP 5062490561, RNP 260155415; ART Nº IN01251110

4.1.3 – Equipe Técnica

Arq. Gabriele Lennertz Almeida, CAU/RJ A53604-0

Eng. Johnny Landerson dos Santos Rangel, CREA-RJ 2014103910

Eng Civil Ariel Zocatelli, CREA – SP 5061088118 – RNP 260.481.074-3

Tec. Ed. Jorge Fernandes Moura, CREA-RJ 2012205304

Eng. Civil/Sanitarista Roberto Giovani de Mattos Pereira, CREA/MG 0000107083D

4.2 - Equipe Técnica da Paralela I Consultoria em Engenharia Ltda

4.2.1 - Coordenação Técnica:

Engª Civil/Sanitarista Sandra Lacouth Motta, CREA/RJ 1986-104224-8, RNP 200379778-5

4.2.2 - Responsáveis Técnicos pela Paralela I:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA

Engª Civil/Sanitarista Sandra Lacouth Motta, CREA/RJ 1986-104224-8, RNP 200379778-5 ; ART IN01231773

Engª Civil/Sanitarista Fátima Cristina Ferreira, CREA/RJ 1991-103031-0, RNP 200156251- 9; ART IN01231876

Eng. Civil/Sanitarista Werner Bess d'Alcantara, CREA/RJ 1987-103158-3, RNP 200345546 – 9; ART IN01231859

4.1.3 - Equipe Técnica:

Eng. Ambiental Willian Bernardo Coelho, CREA/RJ 2010-136073, RNP2008803333

Engª Agrícola Lívia Macedo Duarte Rangel, CREA/RJ 2013-100910, RNP2011872707

Engª Agrícola Elaine Chagas Silva Moreira, CREA/RJ 2011-109385, RNP 200980596-8

Arq.Urbanista Bárbara da Silva Rodrigues, CAU A50916-7

4.3 – Consultores:

Eng.Civil Alceu de Castro Galvão Junior, CREA/CE no10089D, RNP 060089161-5

Economista Mário Augusto Parente Monteiro, CORECON/CE, 8ª Região, n. 1.691

Geógrafo Caio Tentilhão Mascarenhas, CREA-RJ nº 2013103411, RNP 201190472-2.

Socióloga Cassiana Moreira Torres, MPE-RP1106/MG

Rio de Janeiro, 23 de março de 2016

Erika Leite de Souza Ferreira Soares
Matrícula nº 391.222-7

Diego Khouri Mota
Matrícula nº 500.7762-7

SEMASA

CERTIDÃO n.º 341/2013 de 31 de outubro de 2013

O Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André - SEMASA, **CERTIFICA**, a pedido da empresa **TCRE ENGENHARIA LTDA.**, com sede à Rua Capitão Macedo n.º 30 – Vila Mariana, São Paulo – SP, para fins de emissão de Atestado de Responsabilidade Técnica requerido por meio do processo administrativo nº 5258/2013 protocolado nesta autarquia em 18/10/2013, que nos termos do contrato nº 165/2010, constante do Processo de Compras n.º 56/2010, cujo objeto é a Prestação de Serviço Especializados de Assessoria e Consultoria Técnicas para a Elaboração de Estudos, Projetos Básico e Executivo e Laudos Relativos ao Programa de Saneamento Ambiental de Santo André, incluindo Abastecimento de Água, Esgoto Sanitário, Drenagem Urbana, Meio Ambiente e Controle de Prevenção de Riscos, executou os seguintes serviços: através da **Ordem de Serviço Específica - OSE DPO n. º 01/2011** cujo objeto é a **Elaboração do Plano de Saneamento Básico de Santo André** (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e limpeza e manejo de resíduos sólidos) em atendimento as exigências do artigo 19 da Lei 11.445/07 que determina, no conteúdo mínimo do Plano, o seguinte: **1.** Diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sócio econômicos e apontando as causas das deficiências detectadas; **2.** Objetivos e metas de curto prazo entre 1 e 4 anos, médio prazo entre 4 e 8 anos e longo prazo, acima de 8 e até 20 anos, para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais; **3.** Definir os programas, projetos e ações e os investimentos correspondentes, os mecanismos de monitoramento e avaliação do Plano e as ações para emergências e contingências; **4.** Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas. **Escopo:** A população final de planejamento foi de 709.730 habitantes para o ano de 2033. Na elaboração do PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico foram previstas quatro fases a seguir descritas: **FASE I** – Planejamento do processo de elaboração da política, do plano de saneamento básico, e definição dos canais de participação da sociedade e de comunicação social na elaboração do plano; **FASE II** – Elaboração de diagnóstico da situação do saneamento básico e de seus impactos nas condições de vida da população; **FASE III** - Elaboração de prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico. Objetivos e metas; **FASE IV** – Formulação do Plano Municipal de Saneamento Ambiental com a definição de programas, projetos e ações necessárias para atingir objetivos e metas. **Atividades desenvolvidas: Fase I – Planejamento dos trabalhos. Fase II – Diagnósticos:** a) Determinação dos elementos básicos para elaboração do plano de saneamento; **b)** Coleta de dados e inspeções de campo; **c)** Análise e preparação das bases cartográficas e topográficas; **d)** Definição das unidades territoriais de análise e planejamento; **e)** Aplicação dos indicadores do SNIS – Sistema

11º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO
SEL. PAULO AUGUSTO FIGUEIREDO DE CRUZ - TABELIÃO
R. Dianópolis, 1062 - SP - 5565-5755
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia reprográfica extraída nesta serventia conforme original que me foi apresentado.
São Paulo, 01 ABR. 2014
AUTENTICAÇÃO
1097 BIANCA [illegible] DE SOUZA - Escr. Autorizado
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

COPIA COLORIDA

Nacional de Informações sobre Saneamento, aos projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário; ações de emergência e contingência (abastecimento de água em situações de emergências, esgotamento sanitário em situações de emergências, drenagem urbana em situações de emergências, agência reguladora); **f)** Sistema de abastecimento de água: descrição e caracterização dos serviços de água e existentes - sistema principal (fornecimento de água da SABESP, sistema produtor próprio captação e elevação de água bruta, tratamento de água e disposição final de lodo, sistema de reservação, elevação e adução de água tratada, rede de distribuição) e isolado (sistema produtor próprio captação de água bruta, elevação e adução de água tratada, reservação, sistema de distribuição); estudo populacional por setor de abastecimento; relatório integrado de reclamações referentes ao abastecimento de água; condições operacionais de atendimento de água (setores de abastecimento: Camilópolis, Curuça, derivação Alemanha e Itamarati, ETA, Erasmo Assunção, Gonzaga, Iapi Novo, Paraíso, Parque das Nações, Progresso, Vila Vitória); **g)** Sistema de esgotamento sanitário: descrição e caracterização dos serviços de esgotamento sanitário (sistema principal, bacias isoladas e domicílios dispersos); caracterização das sub bacias de esgotamento sanitário da área urbana (sub bacias: Oratório 2, Nova Zelândia, Oratório 1, Almada, Guaixaya, Lavapés, do Meio, Bahamas, Maria Quitéria, Taubaté, São José, Capuava, Sorocaba, André Ramalho, TAM 1 e 2, Comprido, Jundiaí, Haia, TAM ME 1 e 2, Itrapoã, Cassaquera, Guarará, Apiaí, Carapetuba, Dona Laura, Cemitério, Beraldo, Utinga, Taióca, Lauro Gomes 1, 2 e 3, Bom Pastor 1 e 2, Itororó, Araçatuba, Prestes Maia, Sacadura Cabral, Meninos B1 e B2); estudo populacional das sub bacias de esgotamento; copilação das obras em andamento (obras do PAC e contratadas pelo SEMASA); coletores existentes e déficit por sub bacia de esgotamento; relatório integrado de reclamações referentes ao esgotamento sanitário; **h)** Sistema de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: caracterização das sub bacias identificadas; estudo hidrológico das bacias hidrológicas (do Oratório, do Tamanduateí margens Direita e Esquerda, dos Meninos); **i)** Sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: situação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de resíduos da construção civil e de resíduos dos serviços de saúde; contextualização da evolução urbana no município de Santo André; gestão dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos (estrutura organizacional do Departamento de Resíduos Sólidos, situação institucional da prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, análise dos indicadores de desempenho e de gestão da prestação de serviços); operação dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos (sistemas de: limpeza urbana, coleta e transporte e tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos, resíduos dos serviços de saúde, resíduos da construção civil, resíduos especiais - pneus, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes, materiais de amianto); **j)** Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, objeto da Lei n. 12.305/2010; **k)** Caracterização geral do município - situação físico-territorial; **l)** Diagnóstico dos setores que têm inter-relação com o saneamento básico; **m)** Aspectos socioeconômicos, principais programas de inclusão social, identificação de assentamentos precários, plano de habitação, estrutura da saúde, com utilização de sistema de indicadores sanitários.

11º TABELIÃO DE NOTAS SÃO PAULO
AUTENTICAÇÃO
01 ABR. 2014
AUTENTICAÇÃO
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos; **n)** Estudo demográfico: caracterização da área abrangida pelo projeto; projeções demográficas; população da área do projeto e caracterização das 42 (quarenta e duas) zonas homogêneas; **o)** Formas de regulação: agências reguladoras; desenho regulatório (independência da agência, mandatos dos dirigentes, participação e controle social, tecnicidade e quadro de pessoas) marco regulatório; agências reguladoras no Brasil; regulação dos serviços de saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário, limpeza e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas); a regulação na Lei 11.445/2007; decreto n° 7.217 de 21 de junho de 2010; modelos de agências reguladoras (agência reguladora estadual, municipal e consorciada); **p)** Aspectos jurídicos: propriedade das águas na Constituição Federal de 1988; utilização múltipla da água (tratamento constitucional das competências); a prestação de serviço de saneamento básico nos termos da constituição; conflito de competências potencial entre estado e município; saneamento básico nas normas federais infraconstitucionais, na legislação paulista e na legislação do município de Santo André; **q)** Aspectos institucionais: organização institucional; estrutura de remuneração e cobrança dos serviços de saneamento básico; atendimento ao público. **Fase III – Prognósticos e alternativas para a universalização, diretrizes, objetivos e metas: a)** Alternativas de gestão dos serviços públicos de saneamento básico; **b)** Necessidades de serviços públicos de saneamento básico; **c)** Prognósticos alternativos das demandas por serviços de saneamento básico; **d)** Sistema de abastecimento de água: diretrizes e estratégias; avaliação do sistema de abastecimento de água existente (valores dos sistemas produtores, critérios e parâmetros do projeto, cálculo de demandas necessárias, definição do cenário adotado na evolução de demandas para o sistema produtor e evolução de demandas e de reservação por setor de abastecimento); objetivos e metas para universalização; obras necessárias para melhorias e ampliação do sistema de abastecimento de água (novo sistema de produção de água, sistema de produção de água Pedroso, Recreio da Borda do Campo, Sitio dos Vianas, Setor IAPI velho, Setores derivação Adutora Alemanha e Itamarati, Setor Erasmo Assunção, Parque América, Parque Andreense, Setor de Abastecimento Paranapiacaba e Redução de Perdas); **e)** Sistema de esgotamento sanitário: diretrizes e estratégias; estudo populacional e demandas de prestação de serviços das sub bacias de esgotamento; objetivos e metas para universalização; planejamento das ações para implementação das diretrizes estabelecidas para o sistema de esgotamento sanitário (coletores tronco em andamento, projetados e planejados, medições de esgoto, rede coletora – interligação caça esgoto e sistemas isolados); **f)** Sistema de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: estudos hidrológicos; identificação das manchas de inundação; medidas de combate às enchentes; análise custo benefício; programas e projetos (programa de drenagem urbana, estimativas de custos e modalidades de financiamento para obras públicas); **g)** Sistema limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e demais resíduos. Gerenciamento de resíduos sólidos: planos setoriais (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano PDDU, Plano Plurianual exercício 2010-2013, Parceria Publico Privada - PPP); diretrizes para os serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos; prognósticos e alternativas para a limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos (crescimento populacional e

11º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO
AUTENTICAÇÃO Confere a presente cópia reprográfica com o documento original que me foi apresentado.
São Paulo 01 ABR. 2014
AUTENTICAÇÃO
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

CÓPIA COLORIDA

demandas de prestação de serviços, objetivos e metas para universalização; hierarquização de áreas e planejamento das ações para implementação das diretrizes estabelecidas para os resíduos sólidos). **Fase IV – Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico: a)** Sumário executivo; **b)** Princípios e diretrizes; **c)** Objetivos; **d)** Plano de metas; **e)** Programas, projetos e ações referentes ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos; **f)** Instrumentos de avaliação e monitoramento; **g)** Ações de emergências e contingências; **h)** Divulgação do plano – audiência pública; **i)** Compatibilização com a política e o plano estadual de recursos hídricos; **j)** Hierarquização das áreas de intervenção prioritária; **k)** Estudo de viabilidade econômico-financeira. **PRODUTOS: Produto 1** – Definição do processo de elaboração: Projeto para a elaboração da política e do plano, coordenação e diretrizes, consolidação do plano de trabalho e cronograma. **Produto 2** – Relatório contendo diagnóstico com a caracterização física das unidades territoriais de análise e planejamento. **Produto 3** – Relatório contendo o diagnóstico social. **Produto 4** – Relatório contendo o diagnóstico do sistema de abastecimento de água. **Produto 5** – Relatório contendo o diagnóstico do sistema de esgotamento sanitário. **Produto 6** – Relatório contendo o diagnóstico do sistema drenagem e manejo das águas – pluviais urbanas. **Produto 7** – Relatório contendo o diagnóstico do sistema de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos. **Produto 8** – Relatório contendo o prognóstico do sistema de abastecimento de água. **Produto 9** – Relatório contendo o prognóstico do sistema de esgotamento sanitário. **Produto 10** – Relatório contendo o prognóstico do sistema drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. **Produto 11** – Relatório contendo o prognóstico do sistema de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos. Desenhos cadastrais das áreas de atuação dos catadores/carrinheiros e pontos de venda de recicláveis (sucateiros); desenho cadastral dos pontos de acúmulo clandestinos de resíduos no município. **Produto 12** – Relatório contendo o Plano Municipal de Saneamento Básico contendo a hierarquização das áreas de intervenção prioritária com a metodologia de hierarquização e respectivos estudos dos indicadores ambientais e dos serviços de abastecimento de água. **Produto 13** – Relatório contendo o Plano Municipal de Saneamento Básico contendo a hierarquização das áreas de intervenção prioritária com a metodologia de hierarquização e respectivos estudos dos indicadores ambientais e dos serviços de esgotamento sanitário. **Produto 14** – Relatório contendo o Plano Municipal de Saneamento Básico contendo a hierarquização das áreas de intervenção prioritária com a metodologia de hierarquização e respectivos estudos dos indicadores ambientais e dos serviços do sistema drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. **Produto 15** – Relatório contendo o Plano Municipal de Saneamento Básico contendo a hierarquização das áreas de intervenção prioritária com a metodologia de hierarquização e respectivos estudos dos indicadores ambientais e dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos. **Produto 16** – Relatório contendo a versão final Plano Municipal de Saneamento Básico contendo a hierarquização das áreas de intervenção prioritária com a metodologia de hierarquização e respectivos estudos dos indicadores ambientais e dos serviços de saneamento. **Produto 17** – Relatório síntese contendo um resumo sobre a hierarquização das áreas de intervenção prioritária com a metodologia de hierarquização e

11º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO
AUTENTICAÇÃO
São Paulo, 01 AGO. 2014
AUTENTICAÇÃO
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
CÓPIA COLORID

respectivos estudos dos indicadores ambientais e dos serviços de saneamento, além do próprio estudo de viabilidade econômico – financeira das obras previstas. Apresentação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS de Santo André, em 24/07/2012, ao Conselho Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental de Santo Andre - COMUGESAN. Audiência Pública para conhecimento do Plano de Saneamento Básico de Santo André, pela população, em 05/10/2013. **CERTIFICA** ainda que a elaboração do Plano de Saneamento Básico de Santo André se deu no período de 03/01/2011 à 05/10/2013, e o valor dos serviços foi de R$ 2.839.397,16 (dois milhões, oitocentos e trinta e nove mil, trezentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos). **Equipe Técnica:** Coordenador - Marco Antônio Guardia CREA n° 0600600113; Responsável Técnico – Turibio Cezar Alves Filho CREA n° 0601395667; Carlos Augusto C. Magalhães CREA n° 5060577096; Alceu de Castro Galvão Junior CREA n° 10089/D; Márcio Luiz Bezerra de Menezes de Souza Pacheco CREA n° 0601393324; Eiko Ishida CREA n° 0600240370; Beatriz Farinazzi Vollet CREA n° 0600442691; Denis Rogerio Nakashima Vaz CREA n° 5063826923; Jane Kelly Marinho Lima CREA n° 5063949053; Lorimel Brandão dos Reis – Economista; José Carlos de Souza Alves – Demógrafo; Heli Alves de Oliveira – Advogada; Desenhista – Bruno Pineda; Economista – Mário Augusto Parente Monteiro. O referido é verdade. Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André, em 31 de outubro de 2013. Eu, _____, Vera Lucia Machado, Encarregada de Desenho no Departamento de Planejamento e Obras, a digitei. Eu, _____ Eng.º Aldo Gomes da Costa Filho – CREA n.º 0601479052, Assistente Técnico de Planejamento no Departamento de Planejamento e Obras, a conferi. Eu, _____ Eng.º Carlos Pedro Bastos – CREA n.º 0600872938, Diretor do Departamento de Gestão Ambiental, a validei. Eu, _____ Roberto Silveira Júnior – CREA n.º 0682494465. Diretor do Departamento de Planejamento e Obras, a subscrevo.

ENG.º SEBASTIÃO VAZ JUNIOR
Superintendente

1º TABELIÃO DE NOTAS SÃO PAULO
AUTENTICAÇÃO
ABR. 2014
São Paulo, 0
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
Valor cobrado conforme a lei

AUTENTICAÇÃO 10978Q1369945

FIRMA 2
FIRMA 1

COPIA COLORID

RPG-REINFRA
CONSULTORIA

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, DECLARA, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação do profissional **Alceu de Castro Galvão Junior,** que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **ENO-Coordenador Geral**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, CE de 22 de ABRIL 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA

Eu, **Alceu de Castro Galvão Junior**, inscrito no CPF sob o nº 377.922.533-68, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **ENO-Coordenador Geral**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, CE de 22 de ABRIL 2022

Alceu de Castro Galvão Junior

Roberto Giovani de Mattos Pereira

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/6090912116215283
ID Lattes: **6090912116215283**
Última atualização do currículo em 27/04/2022

Engenheiro Civil pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2008), Especialista em Engenharia Sanitária e Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013) e Mestre em Engenharia Civil, área de concentração Sanitária e Ambiental, pela Universidade Federal de Viçosa (2019). Atua como Engenheiro Consultor e Pesquisador na Reinfra Consultoria, desde 2015, participando de estudos do setor de Saneamento, Planos Municipais de Saneamento Básico e consultorias em regulação e gestão do setor. Trabalhou como Engenheiro na Encibra S/A (2013-2015), na coordenação de vários projetos de saneamento e Planos Municipais de Saneamento no Estado do Rio de Janeiro. Trabalhou como Engenheiro na EIT Engenharia (2008-2012), no planejamento e execução de obra de Saneamento no município de Itajaí-SC. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Roberto Giovani de Mattos Pereira
Nome em citações bibliográficas	MATTOS, R.G.;DE MATTOS PEREIRA, ROBERTO GIOVANI
Lattes ID	http://lattes.cnpq.br/6090912116215283

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2017 - 2019
Mestrado em Engenharia Civil (Conceito CAPES 4).
Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil.
Título: PROPOSTA METODOLÓGICA PARA AVALIAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO,Ano de Obtenção: 2019.
Orientador: Ana Augusta Passos Rezende.
Coorientador: Gustavo Bastos Braga.
Palavras-chave: Saneamento - Zona da Mata (MG:Mesorregião); Administração municipal; Participação social; Prestação de serviços.
Grande área: Engenharias

2012 - 2013
Especialização em Engenharia Sanitária e Ambiental. (Carga Horária: 360h).
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.
Título: Projeto hidráulico-sanitário de um sistema de abastecimento de água.
Orientador: Iene Christie Figueiredo.

2003 - 2008
Graduação em Engenharia Civil.
Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Brasil.
Título: Hidráulica e Saneamento.
Orientador: -.

Formação Complementar

2016 - 2016
Introdução ao Estudo do SNIS - Série Histórica. (Carga horária: 15h).
Ministério das Cidades, MC, Brasil.

2015 - 2015
Projetos em Saneamento. (Carga horária: 12h).
Ministério das Cidades, MC, Brasil.

2015 - 2015
Gestão de Projetos Urbanos. (Carga horária: 24h).
Ministério das Cidades, MC, Brasil.

2014 - 2014
Planos de Saneamento Básico. (Carga horária: 40h).
Ministério das Cidades, MC, Brasil.

Ordem Cronológica

1. DE MATTOS PEREIRA, ROBERTO GIOVANI; PASSOS REZENDE, ANA AUGUSTA ; BASTOS BRAGA, GUSTAVO ; DE CASTRO GALVÃO JÚNIOR, ALCEU ; TEIXEIRA, JÚLIO CÉSAR . Proposta metodológica para avaliação da gestão municipal de saneamento básico. REVISTA DAE, v. 69, p. 146-162, 2021.

Apresentações de Trabalho

1. MATTOS, R.G.. Seminário de Integração do CISAB-ZM e Assembléia Geral Ordinária. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1. GALVÃO JR, A.C. ; MATTOS, R.G. . Estudos Técnicos para fundamentação dos Plano Regionais de Saneamento Básico de 15 microrregiões do Estado da da Bahia. 2021.
2. MATTOS, R.G.; GALVÃO JR, A.C. . Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 4 microrregiões do Estado da Bahia. 2021.
3. MATTOS, R.G.; GALVÃO JR, A.C. ; LIMA, A. J. R. . PERDAS DE ÁGUA NOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO COMO AGRAVANTE À VULNERABILIDADE DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS. 2017.
4. MATTOS, R.G.; GALVÃO JR, A.C. . SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE PRATA - MG: Desafios e Oportunidades. 2016.
5. MATTOS, R.G.; GALVÃO JR, A.C. . SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE ESCADA - PE: Desafios e Oportunidades.. 2016.
6. MATTOS, R.G.; GALVÃO JR, A.C. . DESAFIOS E BENEFÍCIOS DO SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA / SP. 2015.

Trabalhos técnicos

Demais tipos de produção técnica

1. MATTOS, R.G.. Regulação Técnica do Saneamento Básico: Prática da Fiscalização Indireta. 2018. .
2. MATTOS, R.G.. A Regulação e o Planejamento. 2017. .
3. MATTOS, R.G.; GALVÃO JR, A.C. . Regulação e Fiscalização da Qualidade. 2017. .

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. Wetlands Construídos: Tratamento e aproveitamento de efluentes e lodos. 2017. (Seminário).
2. Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento Básico de Areal-RJ-RJ.Apresentação do Plano Municipal de Saneamento Básico de Areal-RJ. 2014. (Outra).
3. I Seminário Regional: Instalações Rurais e Aproveitamento de Resíduos. 2012. (Seminário).

Educação e Popularização de C & T

Artigos

Artigos completos publicados em periódicos

1. DE MATTOS PEREIRA, ROBERTO GIOVANI; PASSOS REZENDE, ANA AUGUSTA ; BASTOS BRAGA, GUSTAVO ; DE CASTRO GALVÃO JÚNIOR, ALCEU ; TEIXEIRA, JÚLIO CÉSAR . Proposta metodológica para avaliação da gestão municipal de saneamento básico. REVISTA DAE, v. 69, p. 146-162, 2021.

Outras informações relevantes

APROVADO EM 1º LUGAR NO PROCESSO SELETIVO (2017/1) DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ENGENHARIA CIVIL (NÍVEL MESTRADO), DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV), ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

O Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Engenharia Civil em 25 de julho de 2008, confere o título de

Engenheiro Civil
a
Roberto Giovani de Mattos Pereira

AUTENTICAÇÃO
É VÁLIDA PARA
ANVERSO E VERSO

filho de Audaberto Alves Pereira e Laudelina Mattos Pereira, nascido a 10 de maio de 1985, natural do Estado de Minas Gerais, e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Juiz de Fora, 25 de julho de 2008.

José Fonseca Marangon
Coordenador Acadêmico

Diplomado

Henrique Duque de Miranda Chaves Filho
Reitor

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabelionato do 1º Ofício de Notas
Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Juiz de Fora, 13/04/2022 16:30:04 21136

SELO DE CONSULTA: FPI90216
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 5422.3004.4248.1532
Quantidade de atos praticados: 1
Ato(s) praticado(s) por:
Paula Macedo Marquez - Escrevente Autorizada
Emol:R$7,04 TFJ:R$2,19 Total:R$9,23 ISS:R$0,35
Consulte a validade deste selo no site: https://selos.tjmg.jus.br

Nº DA ETIQUETA ABF404820

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

O Reitor da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Especialização em ***Engenharia Sanitária e Ambiental****, no período de 04/04/2012 a 03/04/2013, com carga horária total 360 horas, na Escola Politécnica, do Centro de Tecnologia por*

Roberto Giovani de Mattos Pereira

nascido em 10 de maio de 1985, natural de Minas Gerais, cédula de identidade nº MG-12.176.338, órgão expedidor PCEMG, outorga-lhe o presente Certificado, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2015.

DIRETOR

CONCLUINTE

REITOR

República Federativa do Brasil
Ministério da Educação

Universidade Federal de Viçosa

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais,
em 15 de abril de 2019, no uso de suas atribuições, confere o título de

Magister Scientiae

a

Roberto Giovani de Mattos Pereira

brasileiro, natural do Estado de Minas Gerais, nascido a 10 de maio de 1985,
portador da cédula de identidade número MG-12.176.338 - MG,

de acordo com as normas da Universidade e outorga-lhe o presente diploma para que possa usufruir de todos os direitos, honras e privilégios inerentes ao mencionado título, por haver satisfeito as exigências do Programa de

Mestrado em Engenharia Civil - Área de Concentração: Sanitária e Ambiental

Viçosa, 22 de abril de 2019

Reitora

Diplomado

Secretário de Órgãos Colegiados

Diretor de Registro Escolar

AUTENTICAÇÃO
É VÁLIDA PARA
ANVERSO E VERSO

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2910768/2022
Emissão: 28/04/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: 33z0D

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: ROBERTO GIOVANI DE MATTOS PEREIRA

Registro: 1406397113

CPF: 069.879.936-45

Endereço: RUA MONSENHOR GUSTAVO FREIRE, 21, APTO 205, SAO MATEUS, JUIZ DE FORA, MG, 36016470

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 01/08/2008

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

Data de Formação: 25/07/2008

ANOTAÇÕES DE CURSOS

ESPECIALISTA EM ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

Data de Formação: 03/04/2013

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: 33z0D
Impresso em: 28/04/2022 às 14:05:59 por: adapt, ip: 191.30.247.245

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-CE

Nº 270885/2022
Emissão: 28/04/2022
Validade: 31/12/2022
Chave: ZBcC3

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-CE.

Interessado(a)

Profissional: ROBERTO GIOVANI DE MATTOS PEREIRA
Registro: 1406397113
CPF: 069.879.936-45

Tipo de Registro: VISTO PROFISSIONAL
Data Inicial: 31/10/2016
Data Final: Indefinido
Número do Visto: 325125

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
Data de Formação: 25/07/2008

ANOTAÇÕES DE CURSOS

CURSO DE ESPECIALIZACAO EM ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Data de Formação: 03/04/2013

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Documento válido em todo território nacional.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S.S LTDA - ME
Registro: 0010408711
CNPJ: 10.648.067/0001-90
Data Início: 15/06/2018
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-ce.sitac.com.br/publico/, com a chave: ZBcC3
Impresso em: 28/04/2022 às 15:23:28 por: adapt, ip: 191.30.247.245

nexa

CERTIFICADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento, a **Nexa Resources - Mineração Dardanelos LTDA,** com sede a esquerda do Rio Aripuanã, s/n – Garimpo do Maranhão, CEP 78.325-000, Aripuanã – MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.686.720/0002-21, neste ato representado pelo Consultor de Relacionamento com Comunidades Sergio A. C. de Oliveira, atesta, para os devidos fins que a **Reinfra Consultoria Econômica e de Regulação e Infraestrutura S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob n. 10.648.067/0001-90, localizada na Av. Dom Luís, 1200 – sala 811 – Condomínio Pátio Dom Luís – Torres Business, Aldeota, CEP: 60.160-230, Fortaleza (CE), através dos Engenheiros Civis Alceu de Castro Galvão Junior (inscrito no CREA-CE sob o n. 10.089-D), Roberto Giovani de Mattos Pereira (inscrito no CREA-MG sob o n. 107.083/D) e José Moreno (inscrito no CREA-SP 1309724) e, o Economista Mario Augusto Parente Monteiro (inscrito no CORECON-8ª Região sob o n. 1.691), executou de acordo com o escopo, qualidade e entrega dentro do prazo, o Projeto intitulado **Diagnóstico do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) da sede urbana de Aripuanã/MT e melhoria do SAA**, que teve como objetivo realizar o diagnóstico, elaborar estudos de melhorias operacionais e de gestão comercial e financeira e prognóstico para o curto médio e longo prazo do Sistema de Abastecimento de Água de Aripuanã/MT.

ESCOPO

O escopo da consultoria contemplou as seguintes etapas:

1ª Etapa. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA)

✓ Análise dos seguintes relatórios operacionais do DAE:

- Volumes captado, tratado, medido e faturado;
- Capacidade atual e nominal de todo o sistema de tratamento de água urbano municipal.
- Quantidade de economias e ligações (reais, ativas e hidrometradas) por categoria de usuário;
- Volume por unidade de reservação;
- Tubulação de rede de distribuição e de adutoras por diâmetro, extensão e material;
- Histograma de consumo;
- Situação da macromedição do sistema;

- Situação do parque de hidrômetros;
- Situação de inadimplência.

✓ Croquis esquemático do sistema;

✓ Análise dos resultados dos laudos de qualidade da água distribuída e da saída da ETA do DAE;

✓ Análise dos relatórios de solicitações de serviços comerciais do DAE, inclusivedos registros de reclamações;

✓ Programas e projetos existentes e/ou em andamento;

✓ Principais indicadores da prestação dos serviços;

✓ Visita técnica em todas as unidades do sistema de abastecimento de água e reunião com gestores e técnicos do Departamento de Água e Esgotos de Aripuanã, Prefeitura Municipal de Aripuanã e Ministério Público do Estado do Mato Grosso.

2ª Etapa. PROPOSTAS DE MELHORIAS OPERACIONAIS

✓ Tratamento de Água: definição de medidas operacionais a serem adotadas para o processo de tratamento, treinamento dos operadores 4/horas, orçamento das alterações a serem realizadas no processo de tratamento e para adequação do laboratório da ETA;

✓ Elevatórias de Água Bruta e Tratada: estudo de otimização das 4 estações elevatórias do sistema com vistas ao aumento da oferta de água e redução do consumo de energia elétrica, incluindo o orçamento e especificação dos equipamentos;

✓ Sistema de Distribuição: projeto de setorização da rede de distribuição, com especificação de peças e tubulações, além de orçamento;

✓ Sistema Frei Canuto: análise de alternativas por meio de proposta para confinamento do sistema Frei Canuto; ou melhoria no "tratamento" ora existente; ou ativação da ETA Planalto. Elaboração de orçamento para a alternativa escolhida.

Os serviços foram executados conforme as recomendações das Normas de Procedimentos para elaboração de Projetos da ABNT para abastecimento público de água, entre as quais:

✓ NBR 12.211 – Estudos de Concepção de sistemas públicos de abastecimento de água;

✓ NBR 12.213 – Projeto de captação de água de superfície para abastecimento público;

✓ NBR 12.214 – Projeto de sistema de bombeamento de água para abastecimento público;

- ✓ NBR 12.215 – Projeto de adutora de água para abastecimento público;
- ✓ NBR 12.216 – Projeto de estação de tratamento de água para abastecimento público;
- ✓ NBR 12.217 – Projeto de reservatório de distribuição de água para abastecimento público;
- ✓ NBR 12.218 – Projeto de rede de distribuição de água para abastecimento público;

3ª Etapa. PROPOSTAS DE MELHORIAS NA GESTÃO COMERCIAL E FINANCEIRA DO DAE

✓ Regulamento da Prestação dos Serviços e Minuta do Decreto:

- Melhoria/Proposição de alterações e de nova redação dos dispositivos regulamentares;
- Suporte à revisão do regulamento (discussão/verificação da minuta proposta).

✓ Tarifa de Água:

I. Diagnóstico da situação atual:
- Levantamento/análise de informações contábil-financeiras do Departamento de Água e Esgoto - DAE (receitas, despesas e custos);
- Análise da legislação e dos normativos aplicáveis à cobrança dos serviços;
- Elaboração de *benchmarking* para análise comparativa da situação e desempenho do DAE;

II. Cálculo e proposição de novo valor para a tarifa de água:
- Cálculo do valor da tarifa de água;
- Proposição de nova estrutura tarifária, compatível com as necessidades do prestador dos serviços e capacidade de pagamento dos usuários.

✓ Parcelamento de Débitos do DAE:

I. Diagnóstico/avaliação dos valores a recuperar:
- Dimensão econômico-financeira: valor do passivo a receber; perfil dos devedores;
- Dimensão Legal: alternativas e limites legais à cobrança; pesquisa/análise de casos análogos (em outros municípios);

II. Proposição de medidas para recuperação dos valores a receber (débitos dos usuários)
- Iniciativas, procedimentos e critérios administrativos de cobrança;
- Elaboração/apresentação de minuta de projeto de lei para recuperação dos valores a receber dos usuários.

✓ Recadastramento dos Usuários:

I. Elaboração de questionário (coletado por meio do programa ODK) com base em critérios definidos no regulamento da prestação dos serviços;
II. Cruzamento das bases de dados de inscritos no ISS da Prefeitura Municipal de Aripuanã e do DAE;
III. Visita porta a porta dos usuários das categorias comercial, industrial e pública, em 303 unidades consumidoras;

nexa

IV. Apoio ao DAE na inserção de dados no sistema comercial do Departamento (COGESAN).

4ª ETAPA. PROGNÓSTICO PARA O CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

- ✓ Projeção populacional e crescimento da demanda dos serviços de abastecimento de água (20 anos). Contemplou informações sobre as demandas e impacto da implantação do projeto Aripuanã no SAA (população fixa e flutuante);
- ✓ Pré-dimensionamento das unidades de captação, tratamento, reservação, adução, distribuição e todas as demais unidades que compõem o sistema para o curto, médio e longo prazos;
- ✓ Avaliação das unidades existentes quanto ao seu aproveitamento ao longo dos 20 anos;
- ✓ Estimativa de investimentos no curto, médio e longo prazo das unidades concebidas para o período de 20 anos;
- ✓ Identificação das fontes de recursos disponíveis para o financiamento da prestação dos serviços de abastecimento de água e dos investimentos para expansão e melhoria desses serviços, conforme as estimativas de curto, médio e longo prazos;
- ✓ Orientação da gestão pública municipal para o atendimento dos requisitos necessários à captação de recursos financeiros para o financiamento da prestação dos serviços de abastecimento de água e dos investimentos para expansão e melhoria desses serviços;
- ✓ Indicadores para a gestão técnica e comercial do DAE.

PERÍODO DE EXECUÇÃO

O trabalho foi realizado no período de setembro de 2019 a março de 2020.

Aripuanã, 13 de março de 2020.

Sergio A. C. de Oliveira
Relacionamento com Comunidades
Nexa Resources

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que o **Consórcio ENCIBRA-PARALELA I**, CNPJ n° 18.695.074/0001-55, situado na Avenida das Nações Unidas, n°. 13.797, Bloco 03, 17° Andar, Vila Gertrudes, São Paulo-SP, formado pelas empresas **Encibra S.A. Estudos e Projetos de Engenharia**, CNPJ 33.160.102/001-23, com matriz na Avenida das Nações Unidas, n°. 13.797, Bloco 03, 17° Andar, Vila Gertrudes, São Paulo-SP e filial na Cidade do Rio de Janeiro na Av. Marechal Câmara, 160, sala 1331, Castelo e **Paralela I Consultoria em Engenharia Ltda.** CNPJ n° 02.799.269/0001-05, situada na Rua São José, 90, sala 1802, Centro, Rio de Janeiro-RJ executou, satisfatoriamente e dentro do prazo contratual, para a **Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro - SEA,** CNPJ 42.498.709/0001-09, os serviços de "**Elaboração de Estudos e Projetos para Consecução do Plano Regional de Saneamento Básico de Municípios Inseridos na Região Hidrográfica do Piabanha, Estado do Rio de Janeiro**", objeto do Contrato nº 20/2013.

1) OBJETIVO:

Elaboração de seis Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB para municípios inseridos na Região Hidrográfica IV do Estado do Rio de Janeiro – Bacia do Rio Piabanha e consolidação dos seis Planos em um relatório de Planejamento Regional.

2) SERVIÇOS EXECUTADOS:

2.1 - Abrangência

Desenvolvimento dos PMSBs em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal 11.445/2007 para os municípios de Areal, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis, perfazendo uma população total de aproximadamente 295 mil habitantes. Foram contemplados os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial para as áreas urbanas e rurais dos municípios, considerando um horizonte de 20 anos.

2.2 - População Atendida por município

Município	População 2014 (hab.)	População 2034 (hab.)
Areal	12.041	14.423
Carmo	18.374	23.891
São José do Vale do Rio Preto	21.257	26.288
Sapucaia	15.959	16.650
Sumidouro	15.200	16.792
Teresópolis	211.780	277.864
População Total	**294.611**	**375.908**

2.3 - Etapas de Trabalho

2.3.1. Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho apresentou a metodologia proposta para desenvolvimento de cada etapa dos serviços.

2.3.2. Projeto de comunicação e mobilização social

O Projeto de Comunicação e Mobilização Social (PCMS) definiu metodologia, mecanismos e procedimentos que permitiram sensibilizar o maior numero possível de atores sociais, os mobilizando a contribuir e a participar da construção do Plano e posteriormente de seu acompanhamento.

Dentre as modalidades de participação e controle social destacaram-se as audiências públicas, seminários, oficina de capacitação, oficinas de trabalho locais e regionais, consultas, reunião com comitês, conselhos e representantes da sociedade civil organizada, visitas às associações de moradores e ao campo onde a população foi ouvida. Outros instrumentos utilizados foram a distribuição de jornal informativo impresso e disponibilização do material desenvolvido em um blog que também permitia o recebimento de criticas e sugestões.

Estes instrumentos foram utilizados na validação do diagnóstico, das proposições e da versão final do PMSB de maneira a contemplar as reais demandas de cada município.

Para as etapas de desenvolvimento seguintes foram gerados relatórios separados para cada um dos 6 municípios.

2.3.3. Caracterização municipal

De modo a subsidiar o planejamento dos serviços públicos de saneamento básico, foram levantados e analisados os seguintes elementos para cada município:

- Características geográficas, demográficas, político-administrativas, socioeconômicas e culturais;
- Descrição dos sistemas públicos existentes – saúde, educação, segurança e comunicação;
- Condições climáticas dos municípios e da região em que estão inseridos, bem como dados físicos, hidrológicos, topográficos e levantamento das bases cartográficas existentes;
- Características quantitativas e qualitativas dos mananciais e de sua bacia e condições das outorgas
- Dispositivos legais de zoneamento urbano e disciplinadores do uso e ocupação do solo com identificação das zonas urbanas e industriais existentes e planejadas;
- Leis e posturas em vigor relacionadas ao saneamento e às exigências ambientais;

2.3.4. Diagnósticos Setoriais

Foram realizados levantamentos de dados, diagnósticos e análises dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana quanto aos aspectos técnico e operacional, institucional, jurídico e econômico-financeiro. O levantamento destes dados foi realizado através de pesquisas dos cadastros existentes, de visitas de campo, de reuniões com os prestadores do serviço, com as Prefeituras, com a população e com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPE, contemplando os itens a seguir.

a. Abastecimento de Água;

- Índice de atendimento e identificação das áreas não atendidas;

- Panorama da situação existente; incluindo as estruturas integrantes do sistema, como: mananciais, captações, ETAs, poços, adutoras de água bruta e tratada, elevatórias, reservatórios, redes de distribuição, medição, automação, ligações domiciliares e hidrometração;
- Analise dos planos e projetos existentes e em elaboração;
- Levantamento das deficiências do sistema, como índice de perdas e frequência de paralisações;
- Definição do consumo per capita;
- Balanço entre o a produção e a demanda do sistema de abastecimento ao longo do tempo;
- Comercialização dos serviços: estrutura tarifária, valores de tarifa, número de ligações por categoria e por faixa de consumo, inadimplência, receita operacional e despesas de custeio e investimento;
- Principais problemas operacionais e de manutenção do sistema de abastecimento de água, com identificação de situações emergenciais;
- Descrição dos recursos disponíveis, para operação e manutenção tais como, recursos humanos, materiais, equipamentos e ferramentais, para a operação e o controle do sistema de abastecimento de água.

b. Esgotamento Sanitário

- Índice de atendimento e identificação das áreas não atendidas;
- Características dos corpos receptores dos efluentes;
- Identificação de áreas críticas de contaminação por esgoto;
- Análise da vazão de esgotos produzida e dos diversos destinos atualmente existentes;
- Balanço entre as vazões geradas de esgoto e as coletadas e tratadas pelo sistema;
- Avaliação da situação existente; incluindo a caracterização das estruturas integrantes do sistema: ligações domiciliares, redes coletoras, interceptores, estações elevatórias, estações de tratamento de esgoto e emissários;
- Avaliação do quantitativo dos sistemas individuais e de lançamentos em galerias de águas pluviais;
- Descrição dos principais problemas operacionais e de manutenção;
- Descrição dos recursos disponíveis, para operação e manutenção tais como, recursos humanos, materiais, equipamentos e ferramentais, utilizados para a operação e o controle do sistema de esgotamento sanitário;
- Analise dos planos e projetos existentes e em elaboração;
- Comercialização dos serviços: estrutura tarifária, valores de tarifa, número de ligações por categoria e por faixa de consumo/contribuição, inadimplência, receita operacional e despesas de custeio e investimento;

c. Drenagem Pluvial

Os sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas foram diagnosticados considerando sua adequabilidade e eventuais problemas. Nesse diagnóstico foram consideradas as seguintes informações:

- Sistema hidrográfico e condições hidrológicas;
- Caracterização física dos sistemas de drenagem dos municípios: macrodrenagem (rios e canais) e microdrenagem;
- Identificação dos principais problemas como alagamentos, transbordamentos, estrangulamentos, drenagem insuficiente e áreas de risco;
- Descrição do sistema de manutenção das redes de drenagem e dos recursos humanos e materiais disponíveis para isso;
- Caracterização do arranjo institucional de planejamento e gestão, identificação de planos, programa e projetos existentes e em desenvolvimento;
- Análise do Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo e seus rebatimentos sobre os sistemas de drenagem municipais, da legislação municipal de parcelamento do solo e outras abordagens sobre drenagem, verificando-se também se estão consideradas as APPs urbanas e as áreas de risco.

Os dados levantados dos sistemas de abastecimento, esgotamento e drenagem foram apresentados na forma de relatório com mapas, ilustrações, tabelas e fotos de forma a permitir o perfeito entendimento dos sistemas. Estas informações também foram inseridas no banco de dados. Além disso foram realizados seminários/oficinas locais para consolidação do diagnóstico em cada um dos seis municípios.

2.3.5. Prognósticos

Com base nos diagnósticos realizados, foram desenvolvidas proposições para a melhoria dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana em forma de intervenções estruturantes e estruturais para que seja atingida a universalização destes serviços.

A implementação destas proposições foi dividida em quatro períodos de execução distintos: prazo imediato (até 2 anos), curto prazo (de 2 a 5 anos), médio prazo (entre 5 e 10 anos) e longo prazo (entre 10 e 20 anos).

Para realizar as proposições foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Estudo Populacional para um horizonte de 20 anos;
- Proposição do aumento dos índices de atendimento ao longo do prazo de forma a atingir a universalização dos serviços;
- Definição das intervenções necessárias para ampliação do sistema de abastecimento de água e para melhoria operacional dos sistemas que foquem em redução das perdas, na distribuição continua e no atendimento aos padrões de qualidade de água. Nas intervenções foram previstas a implantação/ampliação de captações, adutoras, ETAs, reservatórios, redes de distribuição e ligações domiciliares, a setorização dos sistemas com implantação de macromedição e a instalação/substituição de hidrômetros ;
- Definição das intervenções necessárias para ampliação do sistema de esgotamento sanitário e melhorias operacionais focadas na coleta e tratamento dos esgotos e na preservação ambiental e dos corpos d'água. Nas intervenções foram previstas a implantação/ampliação de ligações domiciliares, coletores, interceptores, estações elevatórias, estações de tratamento de esgoto e emissários;
- Definição de intervenções nos sistemas de drenagem urbana e previsão de melhorias operacionais. Nas intervenções foram previstas a implantação de rede de microdrenagem e intervenção/implantação de canais além de cadastramento das unidades existentes;
- Proposição das medidas estruturantes para os três sistemas;
- Estimativa de custos das intervenções e serviços proposto;
- Divisão/hierarquização das intervenções em etapas de implantação;
- Ações de emergência e contingência para o sistema de abastecimento, esgotamento e drenagem;
- Mecanismo de procedimentos de avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;
- Estudo de Viabilidade econômico-financeira dos sistemas;
- Identificação de fontes de financiamento possíveis para implementação das intervenções;
- Arranjos Institucionais, Jurídicos e Econômico-financeiros;
- Modelos de gestão e prestação dos serviços;
- Modelo de fiscalização e regulação dos serviços;
- Realização de seminário em cada um dos seis municípios para apresentação dos serviços e consolidação das proposições.

Após a definição das propostas e metas de cada um dos três serviços contemplados nos estudos, foram definidos programas, projetos e ações de gestão, vinculados a um cronograma de execução, para o efetivo alcance das metas estabelecidas. Estes contemplaram os principais recursos financeiros necessários para sua implementação, bem como os responsáveis por sua implementação.

As metas propostas estão vinculadas a um conjunto de indicadores a fim de permitir o acompanhamento da implementação do PMSB. Foram também realizados seminários locais para consolidação do prognóstico em cada um dos seis municípios.

2.3.6. Banco de Dados

Foi desenvolvido um Sistema de Informação Geográfica (SIG) com o objetivo de auxiliar no processo de planejamento e gestão dos PMSBs, sendo este concebido com as informações do diagnóstico (estruturas existentes) e do prognostico (estruturas propostas), nos âmbitos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais, incluindo o registro georreferenciado de suas unidades assim como suas características.

O SIG foi elaborado a partir do desenvolvimento de seis geodatabases (bases de dados geográficos), uma para cada um dos municípios contemplados, cuja arquitetura geotecnológica utilizada está baseada na plataforma ArcGis/ArcInfo – Software da empresa ESRI, e cada uma das bases de dados foi elaborada em formato ESRI Personal Geodatabase (arquivos com extensão ".mdb") e utilizam como Sistema de Referência de Coordenadas o datum WGS84, em coordenadas geográficas.

Foram inseridos no banco de dados as estruturas existentes assim como aquelas que foram propostas com a etapa prevista para sua implantação, cada uma com as suas características (localização/extensão/ diâmetro/ vazão/volume /potência/área de abrangência, etc).

2.3.7. Versão Final do PMSB

A versão final do PMSB compilou os dados das fases anteriores consolidando um relatório para cada município que foi disponibilizado à Consulta Pública e submetido à Audiência Pública.

2.3.8. Relatório Regional

A partir do PMSB produzido para cada um dos municípios foi elaborado um relatório que apresenta um resumo regional da situação atual, bem como das metas, programas e ações, identificando também as questões intermunicipais.

2.3.9. Resumo dos quantitativos

Foram entregues: um plano de trabalho, um relatório de mobilização social, 6 relatórios de caracterização, 6 relatórios de diagnóstico, 6 relatórios de Prognóstico, 6 Planos Municipais de Saneamento Básico, 6 Relatórios resumo dos PMSBs, um relatório Regional Consolidado, 6 Bancos de Dados e um blog disponibilizando o material para consulta pública. Além disso foram realizadas 8 oficinas, 7 seminários e 6 audiências públicas.

3) DADOS CONTRATUAIS:

- Contrato nº 20/2013, Processo Administrativo nº E-07/000.491/2012,
- Valor do Contrato: R$ 1.452.290,30 (um milhão quatrocentos e cinquenta e dois mil duzentos e noventa reais e trinta centavos);
- Composição do Consórcio:

- Encibra S.A. Estudos e Projetos de Engenharia (Empresa Líder) - 50%
- Paralela I Consultoria em Engenharia Ltda – 50%

- Ordem de Início: 19/11/2013;
- Prazo de Vigência do Contrato de 08 (oito) meses;
- Primeiro Termo Aditivo de prazo de mais 04 (quatro) meses;
- Segundo Termo Aditivo de prazo de mais 77 (setenta e sete) dias;
- Período de Execução: 19/11/2013 a 03/02/2015;

4) RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

4.1 – Equipe Técnica da Encibra S.A. Estudos e Projetos de Engenharia

4.1.1 - Coordenação Geral

Eng. Civil José de Ribamar Jorge Nogueira da Cruz, CREA/DF 960/D, RNP 1973102809

4.1.2 - Responsáveis Técnicos pela Encibra

Eng. Civil Russell Rudolf Ludwig, CREA/SP 5061109356, RNP 2002519668; ART Nº IN01251068

Eng. Civil Alexandre Miguel López, CREA/SP 5060652792, RNP 2601778458; ART Nº IN01251092

Eng. Civil José de Ribamar Jorge Nogueira da Cruz, CREA/DF 960/D, RNP 1973102809 ; ART Nº IN01251081

Eng. Civil Cristiane Nunes Martins, CREA/SP 5062490561, RNP 260155415; ART Nº IN01251110

4.1.3 – Equipe Técnica

Arq. Gabriele Lennertz Almeida, CAU/RJ A53604-0

Eng. Johnny Landerson dos Santos Rangel, CREA-RJ 2014103910

Eng Civil Ariel Zocatelli, CREA – SP 5061088118 – RNP 260.481.074-3

Tec. Ed, Jorge Fernandes Moura, CREA-RJ 2012205304

Eng. Civil/Sanitarista Roberto Giovani de Mattos Pereira, CREA/MG 0000107083D

4.2 - Equipe Técnica da Paralela I Consultoria em Engenharia Ltda

4.2.1 - Coordenação Técnica:

Engª Civil/Sanitarista Sandra Lacouth Motta, CREA/RJ 1986-104224-8, RNP 200379778-5

4.2.2 - Responsáveis Técnicos pela Paralela I:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA

Engª Civil/Sanitarista Sandra Lacouth Motta, CREA/RJ 1986-104224-8, RNP 200379778-5 ; ART IN01231773

Engª Civil/Sanitarista Fátima Cristina Ferreira, CREA/RJ 1991-103031-0, RNP 200156251- 9; ART IN01231876

Eng. Civil/Sanitarista Werner Bess d'Alcantara, CREA/RJ 1987-103158-3, RNP 200345546 – 9; ART IN01231859

4.1.3 - Equipe Técnica:

Eng. Ambiental Willian Bernardo Coelho, CREA/RJ 2010-136073; RNP2008803333

Engª Agrícola Lívia Macedo Duarte Rangel, CREA/RJ 2013-100910, RNP2011872707

Engª Agrícola Elaine Chagas Silva Moreira, CREA/RJ 2011-109385; RNP 200980596-8

Arq.Urbanista Bárbara da Silva Rodrigues, CAU A50916-7

4.3 – Consultores:

Eng.Civil Alceu de Castro Galvão Junior, CREA/CE no10089D, RNP 060089161-5

Economista Mário Augusto Parente Monteiro, CORECON/CE, 8ª Região, n. 1.691

Geógrafo Caio Tentilhão Mascarenhas, CREA-RJ nº 2013103411, RNP 201190472-2.

Socióloga Cassiana Moreira Torres, MPE-RP1106/MG

Rio de Janeiro, 23 de março de 2016

Erika Leite de Souza Ferreira Soares
Matrícula nº 391.222-7

Diego Khouri Mota
Matrícula nº 500.7762-7

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.648.067/0001-90, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º 627.107.593-87, **DECLARA**, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação do profissional **Roberto Giovani de Mattos Pereira**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1 - Coordenador Setorial**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA
MAIA

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA

Eu, **Roberto Giovani de Mattos Pereira**, inscrito no CPF sob o nº 069.879.936-45, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1 - Coordenador Setorial**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 25 de 04 de 2022

1º OFÍCIO

NO VERSO

Roberto Giovani de Mattos Pereira

Henrique Pereira Barcelos

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/6433345202943899
ID Lattes: **6433345202943899**
Última atualização do currículo em 22/04/2022

11 anos de experiência no setor de saneamento, atuando como engenheiro fiscal de obras e de operações, coordenador de projetos e coordenador de equipes na área da regulação. Facilitador de treinamentos sobre gestão e inovação durante 4 anos. Atualmente é Coordenador de Projetos na HIDROBR nas áreas de saneamento e meio ambiente. Formação: Engenheiro Civil (UFMG, 2010), Especialista em Meio Ambiente e Saneamento (FUMEC, 2012) e Especialista em Gestão Empresarial (FGV, 2016). Histórico Profissional: Atuou como engenheiro na Copasa/MG e nas empresas Biocomp e Desptech Ambiental, foi Gerente de Fiscalização Operacional e Coordenador Operacional na ARSAE-MG. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Henrique Pereira Barcelos
Nome em citações bibliográficas BARCELOS, H. P.
Lattes iD http://lattes.cnpq.br/6433345202943899

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2015 - 2016 Especialização em Gestão Empresarial.
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.
Título: -.
Orientador: -.

2011 - 2012 Especialização em Meio Ambiente e Saneamento.
Universidade FUMEC, FUMEC, Brasil.
Título: -.
Orientador: -.

2005 - 2010 Graduação em Engenharia Civil.
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.
Título: A importância do estudo hidrogeológico para o abastecimento de água para consumo humano no município de Sete Lagoas/MG.
Orientador: Dr. Marcelo Libânio.

Formação Complementar

2016 - 2016 Zappos Experience. (Carga horária: 4h).
Zappos, ZAPPOS, Estados Unidos.

2016 - 2016 Design Habits. (Carga horária: 4h).
Forte Labs São Francisco/CA, FORTE LABS SF/CA, Estados Unidos.

2016 - 2016 Team Hacking - com Lindred Greer, professora de Stanford. (Carga horária: 4h).
Moutain View/CA, MOUTAIN VIEW, Estados Unidos.

Atuação Profissional

HIDROBR ENGENHARIA SANITÁRIA, NOVOS, Brasil.

Vínculo institucional
2009 - 2010 Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Estagiário, Carga horária: 30
Outras informações

de Team Building e Proposta de Valor Construção: Gustavo Couto - Bradesco Poder Público (bradescopoderpublico.com.br) Facilitação de Treinamento de Team Building e Proposta de Valor Construção: Gustavo Couto -Scopus-TI Bradesco (scopus.com.br) Facilitação de Treinamento de Team Building e Proposta de Valor Construção: Gustavo Couto -VLI Logística (vli-logistica.com.br) Facilitação de Treinamento de Toyota Production System Construção: Gustavo Couto Parceria na condução: Marcelo Takahashi (Gerente de Inovação Vale) - Parque Tecnológico Itaipu Instrutor de Finanças no processo de pré-incubação de startups -SEBRAE-MG / FIEMG / IEL Facilitação e condução de dois processos do Programa Engenheiro Empreendedor Construção: Consultor Gustavo Couto - Sebrae Sobral (CE) Construção e Facilitação de treinamento para Design Sprint

Vínculo institucional
2015 - 2019

Vínculo: Facilitador, Enquadramento Funcional: Facilitador de Treinamentos, Carga horária: 10

Outras informações

-Votorantim Cimentos - Fábrica de Sobral (CE) (votorantim.com.br) Facilitação de Treinamento de Team Building Construção: Consultor Gustavo Couto -Votorantim Logística Facilitação de Treinamento de Team Building Construção: Consultor Gustavo Couto - Votorantim Cimentos Facilitação de Treinamentos do processo seletivo de trainees Construção: Consultor Gustavo Couto -Bradesco Next (next.me) Facilitação de Treinamento de Team Building e Proposta de Valor Construção: Gustavo Couto - Bradesco Poder Público (bradescopoderpublico.com.br) Facilitação de Treinamento de Team Building e Proposta de Valor Construção: Gustavo Couto -Scopus-TI Bradesco (scopus.com.br) Facilitação de Treinamento de Team Building e Proposta de Valor Construção: Gustavo Couto -VLI Logística (vli-logistica.com.br) Facilitação de Treinamento de Toyota Production System Construção: Gustavo Couto Parceria na condução: Marcelo Takahashi (Gerente de Inovação Vale) - Parque Tecnológico Itaipu Instrutor de Finanças no processo de pré-incubação de startups -SEBRAE-MG / FIEMG / IEL Facilitação e condução de dois processos do Programa Engenheiro Empreendedor Construção: Consultor Gustavo Couto - Sebrae Sobral (CE) Construção e Facilitação de treinamento para Design Sprint

ARSAE-MG, ARSAE-MG, Brasil.

Vínculo institucional
2020 - 2021

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Coordenador Regulação/Fiscaliz. Operacional, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Outras informações

Coordenação das 4 gerências relacionadas à regulação e fiscalização da prestação dos serviços de SAA e SES regulados pela Arsae-MG (642 municípios). As equipes são responsáveis pela elaboração das normas, recebimento e tratativa de todas as informações operacionais e realização da fiscalização e acompanhamento da resolução das não-conformidades apontadas em todos os municípios fiscalizados. Equipe composta por 30 integrantes, a CRO tem mostrado elevada eficiência - inclusive com acréscimos de até 30% nas entregas após implantação do teletrabalho durante a pandemia de COVID-19. Além das inovações implantadas, a CRO orienta os municípios que demandam maiores esclarecimentos sobre o saneamento e suas interfaces.

Vínculo institucional
2016 - 2020

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Gerente de Fiscalização Operacional, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Outras informações

Gerência composta por 12 integrantes de diversas áreas, responsável pela fiscalização operacional nos 642 municípios regulados pela Arsae-MG. Além de estar em constante inovação, a GFO conseguiu apresentar melhorias substanciais, aumentando a eficácia e diminuindo o tempo das fiscalizações sem perda de qualidade. Tudo isso com implantação de metodologias baseadas nos ensinamentos do Lean, Google Sprint e pensamento visual. Uma das maiores conquistas foi a consolidação das fiscalizações remotas meses antes da pandemia de COVID-19 - uma inovação inédita no estado que possibilitou à Arsae-MG a adaptação mais veloz ao sistema de teletrabalho, não parando as atividades nem por um dia e ainda aumentando a eficiência em 30%. Destaque também para a implantação da Melhoria do Macroprocesso de Fiscalização, que durou 2 anos, com posterior aplicação do processo de Auditoria Baseada em Riscos (sendo uma equipe piloto escolhida pela Auditoria Geral do Estado), que possibilitaram redesenhar os processos para identificação e otimização das etapas, bem como exclusão de procedimentos desnecessários e implantação de melhores controles onde detectou-se necessidades.

MSROSR Consultoria, MSROSR, Brasil.

Vínculo institucional
2022 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Coordenador de Projetos, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Áreas de atuação

Henrique Pereira Barcelos

Brasileiro
06/06/1987 – 34 anos
Rua Joaquim Coura, 368/102. Bairro Santa Helena, Sete Lagoas/MG
(31) 9 8899-0911
Henrique.barcelos@hidrobr.com

Formação

- Engenheiro Civil – Escola de Engenharia da UFMG, 2010.
- Especialista em Meio Ambiente e Saneamento – FUMEC, 2012
- Especialista em Gestão Empresarial – Fundação Getúlio Vargas, 2015.

Formação complementar - Empreendedorismo

- Crossing the Casm - Geoff Moore, autor do livro "Crossing the Casm". São Francisco/CA
- Design Habits - Forte Labs São Francisco/CA.
- Team Hacking - com a professora Lindred Greer, professora de Stanford. Mountain View/CA.
- Zappos Experience - vivência em inovação em vendas na empresa Zappos Las Vegas/NV.

Filiação em associações profissionais

- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA-MG 128.887/D

Histórico de trabalho

Período	Empresa/Instituição	Cargo Ocupado
Dez/2021-atual	HIDROBR Consultoria Ltda.	Coordenador de projetos nas áreas de saneamento, meio ambiente e recursos hídricos
Jan/2020-dez/2021	ARSAE-MG (Agência Reguladora de Saneamento de Minas Gerais)	Coordenador de regulação e Fiscalização Operacional
Ago/2016-jan/2020	ARSAE-MG (Agência Reguladora de Saneamento de Minas Gerais)	Gerente de Fiscalização Operacional
Jun/2015-set/2019	Gustavo Couto Palestras	Facilitador de Treinamentos
Ago/2014-set/2015	Diesel Sete Peças LTDA	Gerente
Set/2012-out/2014	Desptech Ambiental / Biocomp Ambiental	Engenheiro Civil Sanitarista
Out/2011-out/2012	COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais)	Engenheiro de Obras
Out/2010-out/2011	COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais)	Engenheiro Fiscal de Obras

Projetos e Atividades relevantes ao tema

Especificação do serviço ou projeto: Acompanhamento das obras do SES do Município de Ibirité/MG
Ano: 2011/2012
Local: Ibirité/MG
Cliente: COPASA
Cargo ocupado: Engenheiro de Obras
Atividades realizadas: Acompanhamento das obras de implantação de redes coletoras e interceptores, interlocução com a comunidade local, avaliação de necessidades do município e adequação dos cronogramas de obras.

Especificação do serviço ou projeto: Acompanhamento das obras para operação (expansão e manutenção) dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito de Ibirité/MG (DTIB)
Ano: 2011/2012
Local: Ibirité, Brumadinho, Sarzedo, Moeda, Bonfim e Belo Vale – MG
Cliente: COPASA
Cargo ocupado: Engenheiro de Obras

Atividades realizadas: Coordenação de projetos de meio ambiente e saneamento: tratamento de água para consumo humano, tratamento de efluentes sanitários e industriais, redes de distribuição, redes coletoras, reservatórios, boosters, elevatórias de água, elevatórias de esgoto, tratamento de efluentes de mineração.

Trabalhos Publicados

CAPÍTULO DE LIVROS

- ✓ BARCELOS, H. P., "Gestão de resíduos sólidos domésticos e abastecimento de água em municípios do Médio Vale do Jequitinhonha – MG" In: CUNHA, Eglaísa M.P.; MARTINS, Iguatemy M. de L. (Org.). Programa de Apoio à Extensão Universitária MEC/Cidades: Experiências de Capacitação em Saneamento Ambiental. 1° ed. Brasília: Ministério das Cidades e Ministério da Educação, 2007, v. 1, p.74 – 80;

ARTIGO E RESUMOS EM EVENTOS

- ✓ SANTOS, L. A., RODRIGUES, H. K., BARCELOS, H. P., BARROS R.T.V., PÁDUA, V.L., Se decoro, esqueço; se vejo, lembro-me; se faço, aprendo - Contexto social no ensino de saneamento e meio ambiente: relato de experiência com estudantes, X Semana de Extensão da UFMG, outubro de 2007.
- ✓ RODRIGUES, H. K., SANTOS, L. A., BARCELOS, H. P., BARROS R.T.V., PÁDUA, V.L., Multiplicação de Ideias e Técnicas Sobre Construção, Manutenção e Proteção Sanitária das Cisternas Utilizadas na Reservação de Águas Pluviais Para Uso Domiciliar em Municípios do Médio Vale do Jequitinhonha, X Semana de Extensão da UFMG, outubro de 2007.
- ✓ BARCELOS, H. P., SANTOS, L. A., RODRIGUES, H. K., BARROS R.T.V., PÁDUA, V.L., Contato com populações do médio Vale do Jequitinhonha, troca de novos conhecimentos e suas dificuldades, X Semana de Extensão da UFMG, out. de 2007.
- ✓ SANTOS, L. A., RODRIGUES, H. K., BARCELOS, H. P., BARROS R.T.V., PÁDUA, V.L., Gestão de Resíduos Sólidos Domésticos e Abastecimento de Água em Municípios do Médio Vale do Jequitinhonha, X Semana de Extensão da UFMG, outubro de 2007.
- ✓ RODRIGUES, H. K., SANTOS, L. A., BARCELOS, H. P., PÁDUA, V.L., Dispositivo automático de descarte da primeira água de chuva, 6º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva, julho de 2007.
- ✓ SANTOS, L. A., RODRIGUES, H. K., BARCELOS, H. P., PÁDUA, V.L., Relato de Experiência: Interlocução entre os estudantes e as comunidades populares, 6º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva, julho de 2007.

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2º Ofício de Notas de Belo Horizonte

Autentico este documento, composto de 1 folhas, por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé. Belo Horizonte, 26/04/2022.

Selo de Consulta: FDL00414

Cód. Seg.: 7191.2114.9827.4885

Quantidade de Atos Praticados: 00001

Ato(s) praticado(s) por NILZA DAS GRAÇAS MARTINS - Escrevente Autorizada

Emol.: R$7,04 - TFJ: R$ 2,19 - Valor Final: R$ 9,23 - ISS: R$ 0,33

Checagem da validade deste selo no site https://selos.tjmg.jus.br

Nº DA ETIQUETA ARQ726780

Bernardo Moreira Bruschi - Autorizado

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Professor **Clélio Campolina Diniz**, no uso de suas atribuições, tendo em vista que **Henrique Pereira Barcelos**

nascido(a) em **Sete Lagoas - MG** em **06** de **junho** de **1987**

filho(a) de **Antonio Geraldo de Barcelos e Vanilda Maria Pereira Barcelos**

concluiu o curso de **Engenharia Civil** em **30 de julho de 2010**

confere-lhe o título de **Engenheiro Civil** e outorga-lhe o presente diploma

para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Belo Horizonte, **20** de **agosto** de **2010**

Reitor

Diretor(a) da Unidade

Diplomado(a)

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2909082/2022
Emissão: 25/04/2022
Validade: 20/05/2022
Chave: 12daB

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: HENRIQUE PEREIRA BARCELOS
Registro: 1408721856
CPF: 016.121.946-21
Endereço: RUA JOAQUIM COURA, 368, 102, SANTA HELENA, SETE LAGOAS, MG, 35700409

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 30/07/2010

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA. // ARTIGO 4 DA RESOLUCAO 359 DE 31.07.91, DO CONFEA
Data de Formação: 30/07/2010

Descrição

CRQ

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: HIDROBR CONSULTORIA LTDA
Registro: 0000042420
CNPJ: 19.368.145/0001-78
Data Início: 24/03/2022
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: QUADRO TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: 12daB
Impresso em: 25/04/2022 às 10:42:31 por: adapt, ip: 177.182.219.226

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE MINAS GERAIS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

CNPJ DO ÓRGÃO: 11.099.618/0001-77

Atesto para os devidos fins que o engenheiro civil sanitarista Henrique Pereira Barcelos, com registro no CREA/MG nº 128.887, exerceu o cargo de Gerente de Fiscalização Operacional na Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – ARSAE, durante o período de 30/08/2016 a 19/01/2020.

ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE GERENTE DE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL

As atribuições do cargo de Gerente de Fiscalização Operacional estão previstas no Decreto ALMG nº 47.884 de 2020:

I – realizar fiscalizações, inclusive nas dependências do prestador de serviços, a fim de:

a) verificar o cumprimento das condições técnico-operacionais estabelecidas para os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

b) aferir informações de indicadores operacionais referentes à qualidade, à regularidade, à continuidade, à segurança e demais condições técnicas da prestação dos serviços;

c) verificar ocorrências pontuais, decorrentes de situações emergenciais nos sistemas de água e de esgoto, relacionadas à prestação dos serviços, inclusive racionamento;

II – emitir relatórios de fiscalização, contendo os resultados constatados;

III – lavrar autos de fiscalização e termos de notificação nos processos de fiscalização de caráter técnico-operacional;

IV – propor sanções aos prestadores regulados no caso de infrações de natureza técnico-operacional;

V – instruir os processos sancionatórios de natureza técnico-operacional aos prestadores regulados.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – Gerência de Fiscalização Operacional

Durante o período em que exerceu o cargo de Gerente de Fiscalização Operacional, as principais atividades desenvolvidas pelo engenheiro Henrique Pereira Barcelos foram:

- Gerenciamento de equipe multidisciplinar de 12 (doze) profissionais entre engenheiros civis, engenheiro ambiental, engenheiros químicos, bioquímico, biólogo e geógrafo;
- Adoção das técnicas de gestão: Scrum, Filosofia Lean Toyota, Filosofia Lean Startup, Drive, Back of The Napkin para o alcance de resultados significativos na gestão de atividades para a melhoria da prestação de serviços de saneamento nos sistemas fiscalizados pela ARSAE-MG;
- Aplicação da Metodologia de Gestão de Processos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – SEPLAG/MG em uma equipe de 30 profissionais. Macrociclos de PDCA contendo:
  - Identificação dos macroprocessos, processos e subprocessos;
  - Identificação dos tipos de processos;
  - Mapeamento do processo;
  - Criação do fluxograma no programa Bizagi;
  - Criação de controles, indicadores, responsáveis e limites;
  - Identificação dos pontos críticos (recursos, credibilidade, comunicação, compromissos, dentre outros);
  - Definição das ações de melhoria;
  - Definição de prazos;
  - Acompanhamento e medição contínuos;
  - Implantação de processo de melhoria contínua.
- Aplicação da metodologia de Gestão por Auditoria Baseada em Riscos da Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG em uma equipe de 15 profissionais contendo:
  - Mapeamento do processo através do programa Bizagi;
  - Identificação de Riscos;
  - Identificação do trinômio Causa – Evento – Consequência para cada um dos riscos identificados;
  - Classificação dos risos de cada evento de acordo com o impacto causado nos aspectos Imagem, Operacional, Legal, Financeiro, Resultados;

- Aplicação de Roteiro AHP (Análise Hierárquica de Processo) para modelagem estatística dos pesos de cada aspecto avaliado;
- Identificação dos controles existentes;
- Classificação dos controles e análise de Risco Inerente, Risco Residual e Apetite ao Risco;
- Criação de Plano de Ação para otimização dos processos;
- Implantação de processo de melhoria contínua.

- Treinamento, orientação e capacitação em saneamento, escassez hídrica, faturamento e operação de esgoto e qualidade da água para gestores de 18 prefeituras do estado de Minas Gerais cujos municípios são regulados pela ARSAE;

Prefeituras que participaram do treinamento:

- Ubá – população: 93.981 habitantes;
- Miraí – população: 13.418 habitantes;
- Visconde do Rio Branco – população: 40.356 hab.;
- Paula Cândido – população: 9.271 habitantes;
- Ervália – população: 17.958 habitantes;
- Guidoval – população: 7.210 habitantes;
- Cipotânea – população: 6.547 habitantes;
- Piraúba – população: 11.090 habitantes;
- Santana dos Cataguases – população: 3.622 hab.;
- Padre Paraíso – população: 19.744 habitantes;
- Santa Maria do Salto – população: 5.293 habitantes;
- Ponto dos Volantes – população: 12.138 habitantes;
- Itaobim – população: 21.559 habitantes;
- Mata Verde – população: 7.880 habitantes;
- Divisópolis – população: 9.838 habitantes;
- Rio do Prado – população: 5.213 habitantes;
- Palmópolis – população: 6.925 habitantes;
- Medina – população: 21.409 habitantes;

- Coordenação das Fiscalizações Técnico Operacionais dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios de:

Abaeté	Guimarânia	Padre Carvalho	São José do Goiabal
Açucena	Ibirité	Paracatu	São Sebastião do Anta
Almenara	Igaratinga	Patos de Minas	São Sebastião do Paraíso
Alpinópolis	Inhapim	Pavão	Sarzedo
Araçuaí	Ipatinga	Peçanha	Taiobeiras
Arcos	Itabira	Pedra Azul	Taquaraçu de Minas
Baldim	Itamarati de Minas	Periquito	Teófilo Otoni
Belo Horizonte	Itapecerica	Piranga	Três Marias
Betim	Itatiaiuçu	Pouso Alegre	Turmalina
BH - Venda Nova	Itueta	Presidente Olegário	Ubá
Bom Despacho	Iturama	Prudente de Morais	Vazante
Bonfinópolis de Minas	Jaboticatubas	Raposos	Divinópolis
Botelhos	Jacinto	Resplendor	Diamantina
Brasilândia de Minas	Jaíba	Ribeirão Vermelho	Mateus Leme
Campanha	Janaúba	Santa Cruz de Salinas	Matias Barbosa
Campina Verde	Jenipapo de Minas	Santa Fé de Minas	Medina
Capitólio	Joaíma	Santa Luzia	Montes Claros
Carlos Chagas	João Pinheiro	Santa Rita do Sapucaí	Morada Nova de Minas
Carmo do Rio Claro	Ladainha	Santana do Deserto	Nova Lima
Cataguases	Lagamar	Santana do Paraíso	Nova Serrana
Cláudio	Lagoa Grande	Santos Dumont	Novo Cruzeiro
Cláudio	Lagoa Santa	São Gotardo	Felisburgo
Comercinho	Lavras	São João Nepomuceno	Florestal
Conquista	Maravilhas	São Joaquim de Bicas	Fortaleza de Minas
Coronel Fabriciano	Mario Campos	Extrema	Fronteira dos Vales
Curvelo	Martinho Campos	Espinosa	Guarda-Mor

- Coordenação do processo de análise da qualidade dá água distribuída no município de Belo Horizonte entre os anos de 2014 e 2018;
- Fiscalização do SES completo das cidades de Belo Horizonte, Betim e Contagem (ETE's Onça, Arrudas, Nova Contagem, Betim Central e Teixeirinhas, Elevatórias e Redes de Coleta), contendo levantamentos cadastrais e cruzamento com banco de faturamento da prestadora de serviços;
- Fiscalização das estações de tratamento de efluentes domésticos das cidades de Três Marias e Curvelo, onde foram adotadas técnicas de tratamento de efluentes por processos físico-químicos como pós tratamento (níveis de eficiência de até 95 de remoção de sólidos, DBO e DQO);

- Coordenação das atividades de fiscalização operacional e verificação de Ativos Regulatórios dos municípios de:

Município	População	Ativos SAA	Ativos SES
Alfenas	79.707	Redes de abastecimento de água, poços de até 5L/s; captação de água bruta com tomada direta na represa de Furnas (270L/s); Elevatórias de Água Bruta (270L/s), ETA Convencional (300L/s); Elevatórias de Água Tratada (150L/s); Reservatórios metálicos, em contreto armado,apoiados, elevados, enterrados e semi enterrados de até 1.650m³, boosters.	Redes de coleta de esgoto, EEE's (43L/s), ETE em concreto armado com tratamento primário e secundário (250L/s).
Araxá	105.083	Redes de abastecimento de água, Captação em barragem de nível do Córrego da Areia (150L/s), Captação Barragem Córrego Fundo (175L/s), elevatórias de égua bruta (175L/s), ETA Convencional (425L/s), elevatórias de água tratada (50L/s), booster (104L/s), Reservatórios metálicos, em contreto armado,apoiados, elevados, enterrados e semi enterrados de até 1.000m³.	Redes de coleta de esgoto, ETE em concreto armado com tratamento primário e secundário (110L/s).
Belo Horizonte	2.501.576	Redes de abastecimento de água, Boosters (180L/s), Elevatórias de água tratada (80L/s), Reservatórios metálicos, em contreto armado,apoiados, elevados, enterrados e semi enterrados de até 32.000m³, Barragem de captação (100L/s), Elevatórias de Água bruta (6.000L/s), ETA Barreiro (120L/s), ETA Rio Manso (5.800L/s), Barragem de captação do Sistema Rio Manso (8.000L/s), Captação superficial no Rio Paraopeba (5.000L/s), Captação Barragem Alça Direita (reservação 165.000m³, 8.771L/s), Elevatória Baixo Recalque 9.000L/s), Casa de Química Sistema Rio das Velhas (9.000L/s), ETA Serra Azul (2.700L/s), ETA Serra Azul (2.700L/s), Barragem Captação Várzea das Flores (1.390L/s), ETA Vargem das Flores (1.350L/s).	Redes de coleta de esgoto de até 1.200mm, EEE's (290L/s), ETE Jardim Vitória (41L/s), ETE Onça (1.800L/s), ETE Arrudas (3.375L/s)
Barbacena	136.689	Redes de abastecimento de água, Captação por tomada d'água Caetés (42L/s), elevatória de água bruta (94L/s), ETA convencional (94L/s), elevatória de água tratada (18L/s), Reservatórios metálicos, em contreto armado,apoiados, elevados, enterrados e semi enterrados de até 730m³.	Redes de coleta de esgoto, EEE's de até 75L/s, ETE convencional em concreto armado (75L/s),
Betim	432.575	Redes de abastecimento de água, elevatória de água tratada (6.100L/s), Boosters, Reservatórios metálicos, em contreto armado,apoiados, elevados, enterrados e semi enterrados de até 11.200m³.	Redes de coleta de esgoto, EEE Bandeirinhas (224L/s), ETE convencional em concreto armado com UASB (21L/s), ETE Cidade Verde com lagoa facultativa (7,6L/s), ETE convencional de UASB e lodos ativados Betim central (500L/s)
Curvelo	79.041	Redes de abastecimento de água, poços tubulares profundos (até 71L/s), elevatórias de água tratada (67L/s), Reservatórios metálicos, em concreto armado,apoiados, elevados, enterrados e semi-enterrados de até 600m³, elevatórias de água tratada de até 90L/s,	Redes de esgoto, elevatórias de esgoto de até40L/s, ETE com tratamento

			preliminar, UASB, Filtro Biológico percolador, Decantador secundário e sistema de pós-tratamento com floculador e decantador (100L/s)
Diamantina	74.617	Redes de abastecimento de água, poços tubulares profundos (até 9L/s), elevatórias de água bruta (48L/s) em sistema de captação por balsas, elevatórias de água tratada (85L/s), Reservatórios metálicos, em concreto armado,apoiados, elevados, enterrados e semi-enterrados de até 1.000m³, elevatórias de água tratada de até 90L/s,	Redes de esgoto, elevatórias de esgoto de até 51L/s, ETE convencional em concreto armado (107L/s),
Divinópolis	234.937	Redes de abastecimento de água, poços tubulares profundos (até 2L/s), captação superficial com tomada direta no Rio Itapecerica (600L/s), captação por balsa no Rio Pará (120L/s), ETA (600L/s), elevatória de água tratada (até 600L/s), boosters (até 16L/s), Reservatórios metálicos, em concreto armado,apoiados, elevados, enterrados e semi-enterrados de até 6.000m³.	Redes de esgoto, Elevatórias de esgoto (até 22L/s), ETE em concreto armado (25L/s).
Esmeraldas	66.237	Redes de abastecimento de água, poços tubulares profundos (até 10L/s), boosters (até 10L/s), Reservatórios metálicos, em concreto armado,apoiados, elevados, enterrados e semi-enterrados de até 510m³.	Elevatórias de esgoto (até 49L/s), ETE em concreto armado e tratamento primário e secundáro (49L/s).
Lavras	181.728	Redes de abastecimento de água, elevatória de água bruta (318L/s), Elevatória de água tratada (288L/s), Reservatórios metálicos, em concreto armado,apoiados, elevados, enterrados e semi-enterrados de até 3.000m³.	Redes de coleta de esgoto, elevatória de esgoto (até 11,6L/s), ETE (281L/s).
Montes Claros	404.804	Redes de abastecimento de água, poços tubulares profundos e artesianos (até 66L/s), captação superficial na barragem de armazenamento do Rio Juramento (vazão de 1.300L/s), boosters (até 120L/s), elevatória de água bruta (150L/s), ETA em concreto armado e tratamento convencional (615L/s),elevatória de água tratada (até 560L/s), Reservatórios metálicos, em concreto armado,apoiados, elevados, enterrados e semi-enterrados de até 11.000m³.	Redes coletoras de esgoto, elevatórias de esgoto (até 60L/s), ETE em concreto armado e tratamento primário e secundário (500L/s).
Pouso Alegre	147.137	Redes de abastecimento de água, captação superficial em tomada direta (270L/s), captação em balsa (115L/s), elevatória de água bruta (270L/s), ETA de tratamento convencional em concreto armado e fibra de vidro (100L/s), ETA em concreto armado (300L/s), elevatórias de água tratada (até 100L/s), Reservatórios metálicos, em concreto armado, apoiados, elevados, enterrados e semi-enterrados de até 1.500m³.	Redes coletoras de esgoto, elevatórias de esgoto (até 136L/s),ETE em fossa e reator anaeróbio (10L/s), ETE em concreto armado (500L/s).
E outras 78 localidades do estado de Minas Gerais			

- Representação da Agência no Seminário Internacional "Uso de Lodo de Esgoto nos Solos" como membro participante do painel de propostas para a Resolução Conama 375/2006;
- Responsável por cooperação técnica com a Fiscalização Preventiva Integrada – projeto composto pela Polícia Militar de Minas Gerais, IGAM, IEF, Ibama, CREA-MG, Comitê da Bacia do Rio São Francisco, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal;
- Responsável por cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais em projeto de treinamento e orientação via videoconferências;
- Coordenação e elaboração dos relatórios anuais de atividades da ARSAE-MG nos anos de 2016, 2017 e 2018;
- Assessoramento técnico à Diretoria Colegiada da ARSAE em temas relacionados à prestação de serviços e gestão de sistemas de saneamento;

- Coordenação de trabalhos relativos ao Planejamento Estratégico da ARSAE-MG com foco em gestão de pessoas e endomarketing;
- Participação na criação de Resoluções referentes à:
  - Informações de Qualidade da Água;
  - Operação de Sistemas de esgotamento Sanitário;
  - Auditoria de Informações;
  - Atendimento ao Público.
- Criação e aplicação dos Processos de Fiscalização Remotas utilizados na Agência;

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2021.

Gustavo Batista de Medeiros

Chefe de Gabinete

Antônio Claret de Oliveira Junior
Diretor Geral da ARSAE-MG

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Pereira Barcelos**, **Coordenador(a)**, em 21/12/2021, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Batista de Medeiros**, **Chefe de Gabinete**, em 21/12/2021, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Antônio Claret de Oliveira Júnior**, **Diretor(a) Geral**, em 21/12/2021, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **39868240** e o código CRC **5925E67D**.

Referência: Processo nº 2440.01.0001543/2021-87 SEI nº 39868240

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE MINAS GERAIS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

CNPJ DO ÓRGÃO: 11.099.618/0001-77

Atesto para os devidos fins que o engenheiro civil sanitarista Henrique Pereira Barcelos, com registro no CREA/MG nº 128.887, exerceu o cargo de Gerente de Fiscalização Operacional na Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – ARSAE, durante o período de 30/08/2016 a 19/01/2020.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – Gerência de Fiscalização Operacional:

Durante o período em que exerceu o cargo de Gerente de Fiscalização Operacional, o engenheiro Henrique Pereira Barcelos realizou:

- Coordenação do processo de análise da qualidade dá água distribuída no município de Belo Horizonte entre os anos de 2014 e 2018 – população total: 2.722.000 (dois milhões, setecentos e vinte e dois mil) pessoas / número de ligações de água: 599.387 / Vazão média distribuída ETA (m^3/dia): 660.196 / Extensão da rede (m): 6.891.409.

- Fiscalização do SES completo das cidades de:
  - Belo Horizonte (612.732 ligações / Vazões: 106.602.584 m^3 de esgoto coletado por ano, 116.070.201 m^3 de esgoto tratado por ano / Rede: 4.437.430 metros de extensão);
  - Betim (107.026 ligações / Vazões: 11.430.435 m^3 de esgoto coletado por ano, 13.886.355 m^3 de esgoto tratado por ano / Rede: 1.050.670 metros de extensão); e
  - Contagem. Juntas, as fiscalizações acima abarcaram as unidades: ETE's Onça, Arrudas, Nova Contagem, Betim Central e Teixeirinhas, Elevatórias e Redes de Coleta, contendo levantamentos cadastrais e cruzamento com banco de faturamento da prestadora de serviços;
- Fiscalização das estações de tratamento de efluentes domésticos das cidades de Três Marias e Curvelo, onde foram adotadas técnicas de tratamento de efluentes por processos físico-químicos como pós tratamento (níveis de eficiência de até 95 de remoção de sólidos, DBO e DQO);

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2021.

Gustavo Batista de Medeiros

Chefe de Gabinete

Antônio Claret de Oliveira Junior
Diretor Geral da ARSAE-MG

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Pereira Barcelos, Coordenador(a)**, em 21/12/2021, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Antônio Claret de Oliveira Júnior, Diretor(a) Geral**, em 21/12/2021, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Batista de Medeiros, Chefe de Gabinete**, em 21/12/2021, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **39883781** e o código CRC **F56E1979**.

Referência: Processo nº 2440.01.0001543/2021-87 SEI nº 39883781

ARSAE-MG

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE MINAS GERAIS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

CNPJ DO ÓRGÃO: 11.099.618/0001-77

Atesto para os devidos fins que o engenheiro civil sanitarista Henrique Pereira Barcelos, com registro no CREA/MG nº 128.887, exerceu o cargo de Gerente de Fiscalização Operacional na Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – ARSAE, durante o período de 30/08/2016 a 19/01/2020.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – Gerência de Fiscalização Operacional

Durante o período em que exerceu o cargo de Gerente de Fiscalização Operacional, o engenheiro Henrique Pereira Barcelos executou:

Coordenação e execução das fiscalizações técnico Operacionais dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como elaboração dos relatórios de fiscalização dos municípios de:

	Sistema de Abastecimento de Água*				Sistema de Esgotamento Sanitário*		
Município	População urbana (hab.)	Nº Ligações Água	Vazão Média Distribuída ETA(m³/dia)	Extensão da Rede (m)	Nº Ligações Esgoto	Vazão ETE (m³/ano) Coletado/Tratado	Extensão da Rede (m)
Abaeté	23.811	6.676	4.914	149.892	106	34.950/0	74.729
Almenara	41.794	13.379	5.120	112.051	12.545	6.181.133/3.367.992	325.394
Aparecida	19.846	6.291	2.892	44.128	6.082	644.356/0/0	58.530
Araguari	97.361	9.227	4.393	96.172	6.044	526.827/426.450	65.660
Araxá	98.811	16.011	8.858	331.006			
Belo Horizonte	2.523.794	599.387	360.196	6.291.309	612.792	306.902.584/110.190.204	4.437.430
Betim	427.148	123.825	95.859	1.619.175	108.826	14.188.975/13.685.353	1.468.679
Bom Despacho	50.032	20.032	9.025	279.696	19.219	1.662.305/0/126.149	295.454
Bom Sucesso	15.328	5.274	2.198	59.076	3.816	367.884/0	23.491
Campanha	16.527	6.553	2.876	92.050	5.530	433.170/0	69.186
Campo Belo	20.029	8.792	3.863	91.681	6.397	638.278/1.111.958	85.054
Capitólio	8.668	5.483	2.764	89.366			
Cláudio	28.937	9.197	3.486	115.895	8.002	795.444/874.598	104.571
Conselheiro Lafaiete	110.336	34.478	22.673	806.895	31.026	3.178.512/0	389.494
Curvelo	79.809	29.598	14.814	421.959	23.844	2.667.680/2.886.292	285.410
Diniz	527.475	51.949	25.082	504.377	13.270	5.981.279/2.755.456	132.754
Ibiaçaba	24.792	4.636	1.929	26.266	1.941	235.380/0	19.005
Ipatinga	263.393	70.514	57.365	1.091.198	79.098	8.409.980/10.178.589	558.833
Itaguara	32.568	6.178	2.038	103.716	6.293	836.041/791.892	92.569
Juiz de Fora	516.247	136.715	96.525	1.966.487			
Lagoa Santa	58.464	20.315	7.295	170.730	11.669	1.275.900/1.860.476	26.169
Leandro Ferreira	2.645	1.196	1.196	66.753	1.079	200.455/145.254	43.038
Luz	12.562	3.913	1.159	38.640	2.715	271.901/0	25.180
Manhuaçu	71.693	24.425	9.224	405.715	6.812	875.240/925.240	101.671
Manhuaçu de Minas	2.532	1.080	825.2	36.504	1.089	58.361/83.361	16.560
Mariana	16.658	3.436	3.436	89.979	3.080	217.683/129.922	28.380
Matozinhos	24.883	3.653	3.653	146.047	12.889	1.561.941/1.470.426	103.297
Mateus Leme	27.923	18.962	6.484	280.280	15.897	3.691.941/4.377.628	99.328
Maravilhas	7.826	2.978	896	31.720			
Paracatu	92.366	28.444	14.143	331.291	25.263	2.334.734/2.836.586	264.889
Pedro de Minas	2.803	1.264	336	9.336	1.803	6.545.033/3.819.784	9.337
Poço Fundo	14.237	5.042	2.346	63.637	3.105	9.361.454/5.01.311	531.903
Presidente Olegário	15.600	6.600	2.600	87.248			
Presidente Vargas	10.527	4.223	2.418	58.149	2.480	302.857/246.603	30.000
Raposos	16.556	6.053	3.961	97.350	5.408	472.988/344.285	
Resplendor	13.716	5.482	2.286	64.776	4.006	408.140/236.809	38.034
Ribeirão Grande	141.434	42.907	23.083	702.098	38.135	5.494.246/2.928.165	326.492
Rio Manso	21.087	12.201	5.869	136.654	9.688	750.760/853.326	101.293
Sarzedo	294.957	76.815	58.381	1.447.978	86.561	8.231.359/784.958	827.000
Ubaporanga	15.270	14.498	6.122	18.270	12.292	1.106.826/731.966	94.700
Montes Claros	402.087	139.467	89.402	1.966.489	135.005	10.712.698/10.791.621	1.176.134
Vereda Nova de Minas	6.360	1.316	1.266	49.326	1.496	122.865/183.730	23.448
Veríssimo	35.175	11.991	5.634	254.594	3.697	744.053/1.156.138	65.599

* Dados referentes aos anos de 2017/2018

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2021.

Gustavo Batista de Medeiros
Chefe de Gabinete

Antônio Claret de Oliveira Junior
Diretor Geral da ARSAE-MG

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Pereira Barcelos, Coordenador(a)**, em 21/12/2021, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Antônio Claret de Oliveira Júnior, Diretor(a) Geral**, em 21/12/2021, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Batista de Medeiros, Chefe de Gabinete**, em 21/12/2021, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **39894274** e o código CRC **5A32E669**.

Referência: Processo nº 2440.01.0001543/2021-87 SEI nº 39894274

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, DECLARA, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Henrique Pereira Barcelos**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

1º CARTÓRIO MAIA RECONHECIMENTO

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Henrique Pereira Barcelos**, inscrita no CPF sob o nº 016.121.946-21, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no. 01/2022.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

1º OFÍCIO

Henrique Pereira Barcelos

Vítor Lages do Vale

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/7673575070021259
ID Lattes: **7673575070021259**
Última atualização do currículo em 28/04/2022

Engenheiro Civil (UFMG/2009), mestre em Recursos Hídricos (UFMG/2014),especialista em Gestão de Negócios (Fundação Dom Cabral/2018) e doutorando em Recursos Hídricos (UFMG/2022). Entre 2014 e 2017 foi membro do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais-CERH-MG. Possui ampla experiência no desenvolvimento de estudos hidrológicos, hidráulicos e sedimentológicos, especificamente em Planos de Ação de Emergência. Na HIDROBR é responsável pela coordenação da área de recursos hídricos/projetos e consultoria em engenharia de recursos hídricos nas áreas relacionadas à modelação e estudos hidráulicos, hidrológicos e sedimentológicos. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Vítor Lages do Vale
Nome em citações bibliográficas VALE, V. L.
Lattes ID http://lattes.cnpq.br/7673575070021259

Endereço

Endereço Profissional
WALM Engenharia e Tecnologia Ambiental, Recursos Hídricos.
Rua Antônio de Albuquerque, 156, 13º Andar
Savassi
30112010 - Belo Horizonte, MG - Brasil
Telefone: (31) 32344003

Formação acadêmica/titulação

2012 - 2014
Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Conceito CAPES 7).
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.
Título: Reconstituição da Calha Natural do Reservatório da PCH Salto do Paraopeba,Ano de Obtenção: 2014.
Orientador: Carlos Barreira Martinez.
Coorientador: Edna Maria de Faria Viana.
Palavras-chave: Modelagem Matemática; Hidrossedimentologia; Reservatórios.
Grande área: Engenharias
Grande Área: Ciências Agrárias / Área: Recursos Florestais e Engenharia Florestal / Subárea: Conservação da Natureza / Especialidade: Conservação de Bacias Hidrográficas.
Setores de atividade: Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas.

2016
Especialização em andamento em Especialização em Gestão. (Carga Horária: 450h).
Fundação Dom Cabral, FDC, Brasil.
Título: Importância da Gestão Colaborativa para Empresas.
Orientador: José Carlos Franco de Abreu Filho.

2011 - 2011
Aperfeiçoamento em 2º Curso de Hidrossedimentologia. (Carga Horária: 40h).
Synergia Cursos, SYNERGIA, Brasil.
Título: Avaliação das Descargas Sólidas no rio Madeira. Ano de finalização: 2011.
Orientador: Newton de Oliveira Carvalho.

2004 - 2009
Graduação em Engenharia Civil.
Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.
Título: ANÁLISE DE MODELOS MATEMÁTICOS NA REPRODUÇÃO DO AMORTECIMENTO DE CHEIAS GERADO POR PLANÍCIES DE INUNDAÇÃO.
Orientador: Mário Cicareli Pinheiro.
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

Idiomas

Inglês	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Italiano	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Espanhol	Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 28/04/2022 às 11:38:58

Imprimir currículo

Vítor Lages do Vale

Brasileiro
11/07/1985 – 35 anos
Rua Cisplatina, 437, Casa, Caiçara-Adelaide, Belo Horizonte/MG
(031) 99726-1113
vitor.lages@hidrobr.com

Formação

- Engenheiro Civil – Escola de Engenharia da UFMG, 2009.
- Doutorando em Recursos Hídricos – Escola de Engenharia da UFMG, início janeiro/2018, com tese em elaboração intitulada "Avaliação do Impacto da Ruptura de Barragens sobre os Leitos Fluviais".
- Mestre em Recursos Hídricos - Escola de Engenharia da UFMG, defesa agosto/2014, com dissertação intitulada "Reconstituição da Calha Natural da PCH Salto do Paraopeba
- Especialista em Gestão de Negócios - Fundação Dom Cabral, conclusão 04/2018.

Formação complementar

- 2º Curso de Hidrossedimentologia, ministrado pelo Professor Newton de Oliveira Carvalho, realização Synergia Cursos, agosto de 2011.
- Curso Gerenciamento e Controle de Emergências na Mineração, ministrado por Jorge Alves (Fire & Rescue), realização IBRAM, novembro de 2017.

Filiação em associações profissionais

- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG) 118.264/D

Histórico de trabalho

Período	Empresa/Instituição	Cargo Ocupado
Janeiro/2018 - atual	HIDROBR Consultoria Ltda.	Diretor e Coordenador da área de Recursos Hídricos/Projeto e consultoria em engenharia de recursos hídricos nas áreas modelação e estudos hidráulicos, hidrológicos e sedimentológicos
Janeiro/2015-maio/2017	CERH-MG	Membro da Câmara Técnica Atuação como representante do CREA-MG
Janeiro-março/2015	CERH-MG	Membro do Grupo de Trabalho (GT) gerido pelo CERH-MG para Estabelecimento de Critérios de Excepcionalidade de Restrição de Uso para Captação de Água.
Dezembro/2014-dezembro/2017	CERH-MG	Membro do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais
Novembro/2012-janeiro/2018	WALM Engenharia e Tecnologia Ambiental	Palestrante em curso de curta duração para identificação de protozoários patogênicos em águas para consumo humano
Agosto/2009-outubro/2012	POTAMOS ENGENHARIA E HIDROLOGIA	Instrutora em curso de curta duração para identificação de protozoários patogênicos em águas para consumo humano

Projetos e Atividades relevantes ao tema

SEGURANÇA DE BARRAGENS

Avaliação da segurança hidráulica dos diques de contenção de finos da Barragem de Conceição, Mina Conceição, VALE S.A., 2012.
Projeto Executivo do sistema de descarga do dique do Minervino, Mina Cauê, VALE S.A., 2012.
Projeto Executivo do sistema de descarga do dique de contenção de sedimentos do projeto Baratinha, BEMISA, 2012.

Elaboração de Plano de Ações Emergenciais e estudos de ruptura hipotética para a Barragem Samambaia 0, USIMINAS, 2013.

Estudo de disponibilidade hídrica para captação a fio-d'água para abastecimento humano. Córrego Barreirinho, sub-afluente do rio do Peixe, afluente do rio Araguaia, Município de Mozarlândia-GO. CONCREMAT ENGENHARIA, dezembro, 2013.

Estudo de cheias no rio Sapucai para determinação de cota de inundação, CONCREMAT, 2014.

Avaliação de disponibilidade hídrica por meio de balanço hídrico do reservatório da barragem de rejeitos do córrego Santarém, SAMARCO, 2014.

Estudos hidrológicos para definição das vazões mínimas e médias para subsidiar estudos de disponibilidade hídrica a fio-d'água e em reservatórios de regularização de vazões em 591 localidades no norte de Minas Gerais, SANAG, 2014.

Avaliação de alternativas de captação para a Mina do Salobo, VALE S.A., 2014.

Avaliação de alternativas de disponibilidade hídrica para o Projeto Salobo, VALE, 2015;

Estudo de Balanço Hídrico e Disposição de Rejeitos da Barragem de Sossego, VALE S.A. 2016.

Avaliação da disponibilidade hídrica do reservatório da Barragem Nova Santarém, SAMARCO, 2017

Estudo de viabilidade hidrológica para implantação de reservatório de regularização de vazões para abastecimento da cidade de Oliveira-MG, SAAE-Oliveira-MG, janeiro de 2018;

Estudos hidrológicos para avaliação de disponibilidade hídrica de 23 municípios no sudeste do Estado do Tocantins, NIPPON, fevereiro de 2018;

Avaliação hidrológica da escassez hídrica do Ribeirão Catarina, município de Vazante-MG, TRUST/NEXA, 2018.

Estudo de viabilidade hidrológica e projeto conceitual de barragem de regularização de vazões para ampliação da capacidade de captação do DAE de Santa Bárbara D'Oeste, DAE SANTA BARBADA D'OESTE, 2018.

Estudo de viabilidade hidrológica de 3 reservatórios de regularização de vazões, Guanhães/MG, SAAE GUANHÃES, 2018.

HIDROLOGIA E DRENAGEM

Avaliação hidráulica do sistema de macrodrenagem da Refinaria Gabriel Passos: Córrego do Pintado, PETROBRAS, 2008.

Dimensionamento hidráulico do sistema de macrodrenagem da bacia do córrego Lava Pés, cidade de Cláudio-MG, COPASA, 2009.

Dimensionamento hidráulico do sistema de macrodrenagem da bacia do córrego Bonsucesso, cidade de Belo Horizonte-MG, Prefeitura de Belo Horizonte, 2009.

Avaliação das condições hidráulicas do Boulevard Arrudas, Prefeitura de Belo Horizonte, 2010.

Estudos hidrológicos e hidráulicos de diagnóstico das condições da macrodrenagem da bacia do córrego Cercadinho, cidade de Belo Horizonte-MG, COPASA, 2010.

Estudos hidrológicos e dimensionamento hidráulico para o projeto de concepção e executivo de controle de cheias da cidade de Muriaé-MG, Prefeitura de Muriaé, 2009/2010.

Estudos hidrológicos e hidráulicos de diagnóstico e concepção de soluções do sistema de macrodrenagem da bacia do ribeirão da Onça, Prefeitura de Belo Horizonte, 2011.

Estudos hidrológicos e hidráulicos de diagnóstico do sistema de macrodrenagem da bacia do córrego Timotinho, Prefeitura de Timóteo, 2011.

Diagnóstico ambiental da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, Governo do Rio de Janeiro, 2012.

Plano de Manejo Hídrico Conceitual do Projeto Vale do Rio Pardo, SAM, 2014.

HIDRÁULICA FLUVIAL

Estudos de remanso e sedimentológicos do reservatório da PCH Brito, NOVELIS, 2009.

Estudos de remanso e sedimentológicos da PCH Furquim, NOVELIS, 2009.

Estudos de remanso e sedimentológicos da UHE Aimorés, CEMIG, 2009.

Estudos de remanso e sedimentológicos da UHE Funil, Consórcio AHE Funil, 2009.

Estudos sedimentológicos da UHE Barra do Braúna, Brookfield, 2010.

Diagnóstico sedimentológico da bacia do rio Paraíba do Sul, AHE Itaocara, 2010.

Estudo de remanso da UHE Belo Monte, CEMIG, 2010.

Estudos de remanso e sedimentológicos da UHE Itaocara II , CEMIG, 2010.

Avaliação da dinâmica fluvial do rio Pará, em Itaguara, por meio de modelo hidráulico bidimensional, para a implantação de captação superficial, MMX, 2012.

Projeto Conceitual do desvio dos córregos Lamarão e Mundo Novo, Projeto Vale do Rio Pardo, SAM, 2014.

Estudo de Assoreamento do reservatório da PCH Aiuruoca, CPFL, 2014.

Avaliação da dinâmica fluvial e manchas de inundação da confluência dos rios Amazonas, Madeira e Madeirinha para implantação do Projeto Autazes, POTASSIO BRASIL, 2015.

Estudo de Asoreamento do reservatório da PCH Anna Maria, Brookfield, 2015.

PROJETO DE ESTRADAS

Projeto Executivo de acesso rural com aproximadamente 10 km de extensão para o Projeto Carnalita II, Carmópolis-SE, VALE FERTILIZANTES, 2013.

Trabalhos Publicados

- ✓ "Reconstituição da Calha Natural do Reservatório da PCH Salto do Paraopeba", apresentado no XXVI Congresso Latinoamericano de Hidráulica, realizado em Santiago, Chile, em agosto de 2014;
- ✓ "Aplicação das Equações de Equilíbrio Morfológico de Julien ao Trecho Fluvial do Reservatório da PCH Salto do Paraopeba", apresentado no XX Simpósio da ABRH, realizado em Bento Gonçalces-RS, em novembro de 2013;
- ✓ Colaborador do livro de Manejo de Águas Pluviais Urbanas do PROSAB, ABES 2009.

Vitor Lages do Vale
CREA/MG 118.264/D

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Professor **Clélio Campolina Diniz**, no uso de suas atribuições, tendo em vista que **Vitor Lages do Vale**

nascido(a) em **Belo Horizonte - MG** em **11** de **julho** de **1985**

filho(a) de **Elison Maia do Vale e Geralda de Fátima Guerra Lages**

concluiu o curso de **Engenharia Civil** em **13 de agosto de 2009**

confere-lhe o título de **Engenheiro Civil** e outorga-lhe o presente diploma

para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

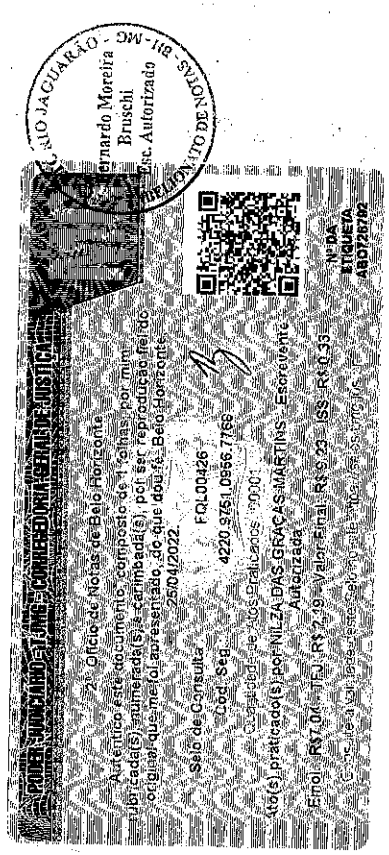
Belo Horizonte, **16** de **julho** de **2010**

Reitor

Diretor(a) da Unidade

Vitor Lages do Vale

Diplomado(a)



República Federativa do Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Professor Jaime Arturo Ramírez, no uso de suas atribuições, confere a

Vitor Lages do Vale

o grau de Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos,

área de concentração Hidráulica e Recursos Hídricos

e outorga-lhe o presente diploma, nos termos da legislação vigente.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2018.

Jaime Arturo Ramírez
Reitor

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Diretor da Unidade

Diplomado

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INCIPIT VITA NOVA
7 DE SETEMBRO DE 1927

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2895734/2022
Emissão: 23/03/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: 6Z5dx

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: VITOR LAGES DO VALE
Registro: 1407658409
CPF: 070.508.736-08
Endereço: RUA CISPLATINA, 437, CASA, CAICARA-ADELAIDE, BELO HORIZONTE, MG, 30770410
Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 20/08/2009

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.
Data de Formação: 13/08/2009

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: HTI GESTAO INTEGRADA DE SEGURANCA DE BARRAGENS LTDA
Registro: 65780
CNPJ: 34.938.321/0001-53
Data Início: 16/06/2020
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: HBR CONSULTORIA LTDA
Registro: 0001083600
CNPJ: 44.368.681/0001-10
Data Início: 06/01/2022
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: HIDROBR CONSULTORIA LTDA
Registro: 0000042420
CNPJ: 19.368.145/0001-78
Data Início: 05/11/2014
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420200000724

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional VITOR LAGES DO VALE..... referente á(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: VITOR LAGES DO VALE.....
Registro: 04.0.0000118264..... RNP: 1407658409.....
Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.....
.....
.....
Número ART: 14202000000005869159.. Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....
Registrada em: ..... Baixada em: 11/1/2020.....
Forma de Registro: Substituição..... Participação Técnica: Individual.....
Empresa Contratada: HIDROBR CONSULTORIA LTDA.....
.....
Contratante: AGÊNCIA PEIXE VIVO..... CPF/CNPJ: 09226288000191
Logradouro: RUA DOS CARIJÓS..... Nº: 166...
Complemento: 5 ANDAR..... Bairro: CENTRO.....
Cidade: BELO HORIZONTE..... UF: MG..... CEP: 30120-060
Contrato: 14/2018..... celebrado em ..... Vinculado à ART: 14202000000005863678
Valor do contrato: R$ 299059,85..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO.....
Ação Institucional: .....
Endereço da obra/serviço: RUA DOS CARIJÓS..... Nº: 166...
Complemento: 5 ANDAR..... Bairro: CENTRO.....
Cidade:. BELO HORIZONTE..... UF: MG..... CEP: 30120-060
Data Início: 12/11/2018 Conclusão efetiva: 11/1/2020. Coord. Geográficas: .....
Finalidade: SANEAMENTO BÁSICO..... Código: .....
Proprietário: AGÊNCIA PEIXE VIVO.....CPF/CNPJ: 09226288000191
Atividade Técnica: ELABORAÇÃO PLANEJAMENTO SANEAMENTO PARA OUTROS FINS , Quantidade 3,00 , Unidade un.....
.....
.....
.....
.....
.....

Observações

ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO DOS MUNICÍPIOS DE DATAS, GOUVEIA E LASSANCE. - (CONTRATO DE GESTÃO Nº 003/IGAM/2017).....
.....
.....

Informações Complementares

.....
.....
.....

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0448091 a 0448094, o documento contendo 4 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 14202000000724/2020

13/02/2020 , 14:01:55

1420200000724

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou vier a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CARTÓRIO JAGUARÃO - 2º TABELIONATO DE NOTAS - RS
Nilza das Graças Martins
Esc. Autorizada

AGÊNCIA peixe vivo

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

448091

Atestamos para os devidos fins de direito, que a empresa contratada HIDROBR Consultoria Ltda. – EPP, CREA MG nº 62163, CNPJ: 19.368.145/0001-78, localizada na Rua Marília de Dirceu, nº 199, 6º andar, Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.170-090, executou para a empresa contratante Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo, CNPJ: 09.226.288/0001-91, localizada na Rua Carijós, nº 166, 5º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.120-060, os serviços de **Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico para os Municípios de Datas-MG, Gouveia-MG e Lassance-MG**, conforme discriminado abaixo:

CARACTERISTÍCAS DO CONTRATO:

- **Contratante dos Serviços:** Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.226.288/0001-91, com sede na Rua Carijós, nº 166 – 5º andar – Centro – Belo Horizonte – MG – 30120-060. Telefone: (31) 3207-8500. - E-mail: agbpeixevivo@agbpeixevivo.org.br.
- **Contrato** nº 014/2018
- **Objeto:** Contratação de empresa especializada para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico para os municípios de Datas, Gouveia e Lassance, na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas
- **Período:** 12/11/2018 a 11/01/2020
- **Percentual contratual realizado:** 100% (cem por cento)
- **Valor do Contrato:** R$ 299.059,85 (Duzentos e noventa e nove mil, cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)
- **Ato Convocatório** nº 002/2018
- **Contrato de Gestão** nº 003/IGAM/2017
- **Responsável Técnico:** Vitor Carvalho Queiroz – Engenheiro Civil – CREA/MG 117.630

CONFERE COM O ORIGINAL

CARACTERÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS:

Município	População início de Plano (2020)			População final de Plano (2038)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Datas	5.509 hab.	3.649 hab.	1.860 hab.	5.499 hab.	4.272 hab.	1.227 hab.
Gouveia	12.065 hab.	8.956 hab.	3.109 hab.	11.8[illegible] hab.	9.505 hab.	2.299 hab.
Lassance	6.641 hab.	4.573 hab.	2.069 hab.	6.344 hab.	5.231 hab.	1.113 hab.
Total	24.215 hab.	17.178 hab.	7.038 hab.	23.647 hab.	19.008 hab.	4.639 hab.

SERVIÇOS/PRODUTOS DESENVOLVIDOS:

O serviço desenvolvido abrangeu a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, contemplando os quatro componentes do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo das águas pluviais, em conformidade com as diretrizes da Lei Federal nº 11.445/2007, Decreto nº 7.217/2010, Lei Federal nº 12.305/2010 e Decreto nº 7.404/2010, abrangendo, também, o conteúdo dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Os produtos entregues e aprovados pela Agência Peixe Vivo são descritos na tabela a seguir:

Produtos	Descrição dos produtos e atividades
Produto 1 – Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB	Esse produto abordou o planejamento das ações e as metodologias que seriam empregadas durante a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do município. O produto descreveu a abordagem metodológica proposta para ser empregada na construção do Plano, as atividades previstas e o cronograma de execução das mesmas, a proposta de envolvimento da população no processo participativo, sendo propostas as seguintes atividades: (1) Reunião de nivelamento com gestores municipais e prestadores de serviços; (2) Audiência Pública de apresentação do Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico; (3) Audiência Pública de apresentação do Prognóstico, Programas, Projetos e Ações do PMSB; (4) Conferência Municipal de Saneamento Básico – Solenidade de entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico, (5) Reuniões interativas com o Grupo de Trabalho de acompanhamento do PMSB (GT-PMSB): (i) apresentação e discussão do Produto 1; (ii) apresentação e discussão do Produto 2; (iii) apresentação e discussão do Produto 3; (iv) apresentação e discussão dos Produtos 4 a 6.
Produto 2 – Diagnóstico da situação do saneamento básico	Esse relatório englobou o diagnóstico das áreas urbanas e rurais, elaborado a partir do levantamento de dados primários (reuniões, questionários, entrevistas e visitas a campo) e secundários. As visitas técnicas ao município foram realizadas pelos profissionais da HIDROBR, sendo estes acompanhados por técnicos da Prefeitura Municipal e de prestadores de serviços relacionados ao saneamento, com o intuito de colher dados e informações para compor o diagnóstico, incluindo o registro fotográfico das estruturas existentes. O produto final contemplou a caracterização geral do município (aspectos físicos, ambientais, socioeconômicos, institucionais e legais), do saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana

Produto	Descrição dos produtos e atividades
	e manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana e manejo das águas pluviais) e dos setores inter-relacionados com o mesmo (desenvolvimento urbano e habitação, situação ambiental e dos recursos hídricos, situação da saúde). O diagnóstico avaliou a prestação dos serviços de saneamento do município a partir do conhecimento dos sistemas implantados e dos seus operadores e prestadores de serviços, descrevendo as características técnicas, operacionais, gerenciais e administrativas, assim como os projetos e estudos existentes ou em andamento para os quatro eixos do saneamento. Para esse diagnóstico, além da visão técnica dos funcionários da HIDROBR, contou-se também com as contribuições da população, de forma que o mesmo tivesse a visão técnica e participativa.
Produto 3 – Prognóstico, Programas, Projetos e Ações	Nesse produto foram elaboradas as projeções populacionais para as populações urbana e rural de cada município, para o horizonte de planejamento de 20 anos. Com base nessa projeção foram criados dois cenários (um de manutenção das condições atuais e variação da população e outro com propostas de metas intermediárias visando à universalização dos serviços) para identificação das demandas e de prestação dos serviços, com suas respectivas metas, para cada eixo do saneamento básico. Foram também sistematizadas as carências dos serviços e sua gestão, avaliadas as alternativas de gestão dos serviços de saneamento, definidos os objetivos, proposições e metas do PMSB, que embasaram a proposição de programas e ações. A partir dos objetivos e metas e do cenário escolhido (que visa à universalização dos serviços), foram elaborados programas e ações para permitir o alcance desses objetivos e atingimento das metas propostas. Foram elaboradas propostas para os quatro eixos do saneamento, além de propostas para a gestão dos serviços de saneamento. As ações propostas, compostas por medidas estruturais e estruturantes, foram organizadas dentro do horizonte de planejamento de 20 anos, sendo divididas em Prazo Imediato (até dois anos), Curto prazo (de 2 a 4 anos), Médio prazo (de 4 a 8 anos) e Longo prazo (de 8 a 20 anos). Todos os programas contaram com uma série de componentes e os mesmos com uma série de ações a serem cumpridas, sendo para cada uma delas definidos os prazos, responsáveis pela execução de cada ação, recursos materiais e humanos necessários, custos estimados e memória de cálculo. Sabendo-se que os recursos dos municípios muitas vezes não são suficientes para o financiamento de todas as propostas, nesse produto também foram apresentadas as possíveis fontes de financiamento de projetos existentes no Brasil e também no exterior. A fim de complementar a análise dos cenários propostos e auxiliar o município na tomada de decisão e implementação das ações propostas, foi realizado o estudo de viabilidade econômica para os dois cenários propostos considerando diferentes tipos de prestadores dos serviços a partir de capacidade de arrecadação, investimento e outras características para cada um. Dessa forma, somado a eles, uma terceira avaliação foi realizada com o objetivo de alcançar a viabilidade econômica, baseando-se no Cenário 2, alterando prazos de algumas ações e tarifas praticadas, mantendo a premissa da universalização dos serviços.
Produto 4 – Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB e Ações para Emergências e Contingências	Nesse produto foram propostos indicadores que permitissem o acompanhamento e avaliação da eficácia, eficiência e efetividade dos programas e ações propostos, abrangendo os aspectos técnico, operacional, econômico-financeiro, ambiental, social, institucional e de saúde. Os indicadores apresentados procuraram indicar meios de avaliação no que diz respeito ao Planejamento, Prestação de serviços, Regulação, Fiscalização e Controle social. O produto contemplou alguns dos principais mecanismos de divulgação da implementação do Plano e os mecanismos de controle social, ou seja, instrumentos que garantam que a população tenha participação no desenvolvimento do PMSB e que esteja devidamente informada sobre o andamento da execução das ações propostas, apresentando as atividades para a divulgação das ações e mecanismos de controle social para o município. Este produto também apresentou as orientações para a revisão do Plano. Além da elaboração de um conjunto de indicadores para monitoramento e avaliação dos resultados do PMSB, o produto abordou também as ações para emergência e contingência em imprevistos de riscos de contaminação, incômodos a população, interrupções dos serviços, casos de racionamento e aumento de demanda temporária, assim como para solucionar problemas em função de falhas operacionais. O produto apresentou os planos de Racionamento e Atendimento a Aumentos de Demanda Temporária; regras de atendimento e funcionamento operacional para situação crítica na prestação de serviços públicos de saneamento básico em suas 4 (quatro) vertentes, inclusive com adoção de mecanismos tarifários de contingência para cada uma delas; diretrizes para a articulação com os Planos Municipais de Redução de Risco e para a formulação do Plano de Segurança da Água. Junto ao Produto foi entregue um arquivo em formato *.xlsx* contendo a proposta de avaliação da eficácia, eficiência e efetividade de cada uma das ações apresentadas no Plano, para os quatro eixos do saneamento e sua gestão, já com os indicadores apontados, prazos e custos estimados, e as respectivas fórmulas para cálculo.
Produto 5 – Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico	O sistema de informações é uma exigência legal da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007). Dessa forma, o produto apresentou as diretrizes necessárias para elaboração e implantação desse sistema, contendo a descrição e especificação do sistema de informações desejado, os processos que o sistema deverá abranger, as funcionalidades e limitações esperadas, sendo um sistema capaz de armazenar, processar e atualizar dados com o objetivo de produzir informações que permitam o monitoramento da situação do saneamento no município e, principalmente, a ser utilizado como insumo nas tomadas de decisão que nortearão o planejamento municipal do saneamento básico. Ainda, foi apresentado em anexo ao Produto, um arquivo em formato *.xlsx*, com a sistematização dos dados técnicos coletados para os quatro eixos do saneamento básico e sua gestão durante a elaboração do plano, incluindo planilhas com o cálculo dos indicadores propostos e seus valores iniciais, sendo assim criado um sistema simplificado para sistematização das informações sobre o saneamento no município.

CARTÓRIO JAGUARÃO - DW - Niza das Graças Machado - Esc. Autorizada - 2º TABELIONATO DE NOTAS - RS
CONFERE COM O ORIGINAL - 3902 Matrícula - SELO DIGITAL

Cartório Especializado Extrajudicial
Nº 448093
São Gonçalo

Produto	Descrição dos produtos e atividades
Produto 6 – Relatório Final do PMSB – Documento Síntese Produto 6A – Minutas de Lei da Política Municipal de Saneamento Básico e de Regulamento dos Serviços	Este relatório contemplou uma síntese dos produtos previamente descritos, configurando-se na materialização do PMSB de cada município. Seu conteúdo apresentou linguagem acessível e abrangência dos assuntos. Apresentou, ainda, a minuta de lei de aprovação do plano e instituição da Política Municipal de Saneamento Básico, e as minutas de regulamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem urbana e manejo das águas pluviais.

CÓPIA AUTÊNTICA DO ORIGINAL
CARTÓRIO SAGUAMÃO - Nilza das Graças Martins - Esc. Autorizada - TABELIONATO DE NOTAS - BH - MG

Foram apresentados os seguintes quantitativos de produtos e atividades de mobilização:

Produtos	Quantitativo total	Quantitativo por município
Produto 1 – Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB	3 (três)	1 (um)
Produto 2 – Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico	3 (três)	1 (um)
Produto 3 – Prognóstico, Programas, Projetos e Ações	3 (três)	1 (um)
Produto 4 - Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB e Ações para Emergências e Contingências	3 (três)	1 (um)
Produto 5 – Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico	3 (três)	1 (um)
Produto 6 – Relatório Final do PMSB – Documento Síntese	3 (três)	1 (um)
Produto 6A – Minutas de Lei da Política Municipal de Saneamento Básico e de Regulamento dos Serviços	3 (três)	1 (um)
Atividades de mobilização	**Quantitativo total**	**Quantitativo por município**
1ª Audiência Pública – Apresentação do Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico	3 (três)	1 (um)
2ª Audiência Pública – Apresentação do Prognóstico, Programas, Projetos e Ações	3 (três)	1 (um)
Conferência Municipal de Saneamento Básico – Solenidade de entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico	3 (três)	1 (um)
Reunião de nivelamento com gestores municipais e prestadores de serviços	3 (três)	1 (um)
Reuniões interativas com o GT-PMSB: (i) apresentação e discussão do Produto 1; (ii) apresentação e discussão do Produto 2; (iii) apresentação e discussão do Produto 3; (iv) apresentação e discussão dos Produto 4 a 6	12 (doze)	4 (quatro)

EQUIPE TÉCNICA:

Para a realização dos trabalhos, a HIDROBR reuniu a equipe técnica apresentada abaixo:

EQUIPE-CHAVE		
Nome	**Formação/Área de especialização**	**Atribuição de Tarefas**
Vitor Carvalho Queiroz	Engenheiro Civil; Mestre e Doutorando em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Coordenador Geral e elaboração dos Produtos 1 a 6
Leonardo Augusto Teixeira dos Santos	Engenheiro Civil; Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Profissional Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

EQUIPE CHAVE		
Nome	Formação/Área de especialização	Atribuição de Tarefas
José Alberto da Meta Mendes	Engenheiro Civil; Especialista em Engenharia Sanitária e Ambiental e Administração Financeira	Profissional Manejo e Disposição Final de Resíduos Sólidos
Vitor Lages do Vale	Engenheiro Civil; Mestre e Doutorando em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Profissional Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana
Bruno Aguiar Carrara de Melo	Economista; Mestre em Economia	Profissional Avaliação dos Aspectos Econômico-Financeiros da implantação do PMSB
Paulo Sérgio Mendes César	Advogado e Administrador Público; Mestre em Administração Pública e Doutorando em Ciência Política	Profissional Aspectos Jurídico-Institucionais para elaboração de PMSB
Marco Túlio Ferreira Eduvige	Sociólogo; Especialista em Filosofia e Avaliação de Impacto Ambiental	Profissional Mobilização e Comunicação Social
Guilherme Gandra Franco	Geógrafo; Engenheiro de Agrimensura; Especialista em Geoprocessamento	Profissional Geoprocessamento

EQUIPE DE APOIO	
Nome	Atribuição de Tarefas
Adriana Maria da Fonseca Rodrigues	Auxiliar Audiência Pública
Diogo Henrique Oliveira Gonçalves	Técnico de Campo
Fernando Sales Gonçalves	Profissional de Letras
Gustavo Luiz Souza da Conceição	Profissional de Comunicação

EQUIPE DE APOIO	
Nome	Formação/Área de especialização
Amanda de Amorim Alves	Geógrafa
Bárbara Alala Silva	Engenheira Ambiental; Mestranda em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Fabiana de Cerqueira Martins	Bióloga; Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Especialista em Engenharia Ambiental e Gestão de Resíduos Sólidos
Fernando Sales Gonçalves	Graduado em Letras
João Paulo Costa Andrade	Engenheiro Civil; Pós-Graduado em Gestão de Projetos
Lucas Martins Machado	Engenheiro Civil; Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Stella Braga de Andrade	Engenheira Ambiental; Mestranda em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Tiago Rafael Marques	Graduado em Comunicação Social

Atestamos ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Belo Horizonte – MG, 20 de janeiro de 2020.

Célia Maria Brandão Fróes
Diretora Geral da Agência Peixe Vivo

Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
1420180005480
Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional VITOR LAGES DO VALE..... ..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: VITOR LAGES DO VALE.....
Registro: 04.0.0000118264..... RNP: 1407658409.....
Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.....
.....
.....
Número ART: 14201800000004396758.. Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....
Registrada em: 16/3/2018..... Baixada em: 16/3/2018.....
Forma de Registro: Inicial..... Participação Técnica: Corresponsável.....
Empresa Contratada: HIDROBR CONSULTORIA LTDA.....
.....
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OLARIA-MG..... ..... CPF/CNPJ: 18338202000103
Logradouro: PRAÇA PRAÇA PRIMEIRO DE MARÇO..... Nº: 13....
Complemento: ..... Bairro: CENTRO.....
Cidade: OLARIA,..... UF: MG..... CEP: 36145-000
Contrato: ..... celebrado em ..... Vinculado à ART: 14201800000004394359
Valor do contrato: R$ 79180,00..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....
Ação institucional: ÓRGÃO PÚBLICO.....
Endereço da obra/serviço: PRAÇA PRAÇA PRIMEIRO DE MARÇO..... Nº: 13....
Complemento: ..... Bairro: CENTRO.....
Cidade: OLARIA..... UF: MG..... CEP: 36145-000
Data Início: 10/1/2018. Conclusão efetiva: 16/3/2018. Coord. Geográficas: .....
Finalidade: SANEAMENTO BÁSICO..... Código: .....
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE OLARIA-MG..... CPF/CNPJ: 18338202000103
Atividade Técnica: EXECUÇÃO PROJETO BÁSICO SANEAMENTO REDE DE ESGOTO , Quantidade 5200,00 , Unidade m; EXECUÇÃO PROJETO BÁSICO SANEAMENTO TRATAMENTO DE ESGOTO , Quantidade 1,00 , Unidade un; EXECUÇÃO PROJETO EXECUTIVO SANEAMENTO SANEAMENTO , Quantidade 1,00 , Unidade un; EXECUÇÃO ORÇAMENTO SANEAMENTO SANEAMENTO , Quantidade 1,00 , Unidade un; EXECUÇÃO ESTUDO DE VIABILIDADE AMBIENTAL SANEAMENTO TRATAMENTO DE ESGOTO , Quantidade 1,00 , Unidade un.....
.....
.....

Observações

ESTUDOS DE CONCEPÇÃO E VIABILIDADE, PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS DE ENGENHARIA E ESTUDOS AMBIENTAIS PARA SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIOS.....
.....
.....

Informações Complementares

.....
.....
.....

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0348243 a 0348244, o documento contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420180005480/2018
27/07/2018 , 15:32:55
1420180005480

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro sujeitando o autor à respectiva ação penal.

OLARIA
Prefeitura Municipal

Olaria, 16 de março de 2018.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OLARIA com sede na Praça Primeiro de Março, nº 13, Bairro Centro, Olaria/MG, CEP 36145-000, inscrita no CNPJ sob número 18.338.202/0001-03, atesta para os devidos fins que a empresa **HIDROBR CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob número 19.368.145/0001-78 com registro no CREA/MG 62163, elaborou o **"Projeto Básico, Executivo e Estudos Ambientais de Saneamento - Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Olaria-MG"**. Os trabalhos cumpriram integralmente o escopo contratado, tento como Coordenador Geral e responsável técnico o engenheiro civil Leonardo Augusto Teixeira dos Santos, CREA/MG nº 128.900/D.

OBJETO DO CONTRATO

O trabalho consistiu na elaboração do Projeto Básico, Executivo e Estudos Ambientais de Saneamento – Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do Município de Olaria-MG, contabilizando a sede do município, perfazendo uma área de projeto de 68,2 hectares, contendo os seguintes elementos:

- **Estudo populacional com vistas a obtenção das curvas de crescimento;**
- **Estudo de concepção de alocação das unidades SES compatibilizando com o sistema de coleta existente;**
- **Coordenação e especificação do Plano de Amostragem e Sondagem Geotécnica;**
- **Projeto de Rede Coletora com extensão de 5.200m;**
- **Projeto de Interceptor com extensão de 2.800m;**
- **Projeto de Travessias sobre córrego e estrada de acesso – 3 unid.;**
- **Projeto de Estação Elevatória Final de Esgotos;**
- **Projeto de Linha de Recalque de chegada à Estação de Tratamento de Esgotos;**
- **Estudo de Autodepuração do corpo hídrico receptor;**
- **Projeto de Estação de Tratamento de Esgotos, contemplando as etapas de tratamento preliminar, tratamento secundário (UASB) com pós-tratamento em Filtro Biológico Percolador, seguido de disposição no solo por escoamento superficial, unidade de leitos de secagem e área para disposição de lodo desidratado;**
- **População de horizonte de projeto (fim de plano) da cidade: 1.300 habitantes;**
- **Vazão de final de plano Q = 3,80 L/s**
- **Orçamento do Sistema de Esgotamento Sanitário Completo da sede;**

348244

- **Especificação Técnica e de Obra do Sistema de Esgotamento Sanitário Completo;**
- **Estudo e subsídios para Licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário, estabelecido pela Licença Ambiental única de Instalação e Operação (LIO)**

PERÍODO DE VIGÊNCIA

O período de desenvolvimento do trabalho ocorreu entre 10/01/2018 a 16/03/2018

CARTÓRIO JAGUARÃO - MG - RS
Nilza das Graças Martins
Escrevente
2º TABELIONATO DE NOTAS

EQUIPE

Os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho foram

Nome	Categoria	Nº Registro
Leonardo Augusto Teixeira dos Santos	Engenheiro Civil	CREA MG: 128.900/D
Vitor Carvalho Queiroz	Engenheiro Civil	CREA MG: 117.630/D
Vitor Lages do Vale	Engenheiro Civil	CREA MG: 118.264 /D
Diogo Henrique Oliveira Gonçalves	Engenheiro Civil	CREA MG: 186.571 /D
Melquisedec Alves Silva	Projetista	CPF: 536.340.806-63

VALOR DO CONTRATO

O valor do contrato foi de R$79.180,00 (setenta e nove mil e cento e oitenta reais)

Luiz Enéas de Oliveira
Prefeito

Luiz Enéias de Oliveira
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 676.699.606-72

CONFERE COM O ORIGINAL
MATRÍCULA
NOME
CREA-MG

RPG-REINFRA
CONSULTORIA

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, DECLARA, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Vitor Lages do Vale**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

1º Cartório de Notas e Protesto Maia

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Vitor Lages do Vale**, inscrita no CPF sob o nº 070.508.736-08, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

6º Tab. de Notas

Vitor Lages do Vale

Danilo Madjarof Sertorio
Sociólogo e Especialista em Comunicação
São Paulo – Brasil
dmsertorio@gmail.com
55 11 957913647

Pesquisa e Políticas Públicas | Gerência de Projetos

Formação

Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Bacharelado em Sociologia e Política (Ciências Sociais) - 1998 – 2001

Faculdade Cásper Líbero
Pós-Graduação (*Lato Sensu*) em Comunicação e Marketing - 2002 – 2003

Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Pós-Graduação (*Lato Sensu*) em Pesquisa de Mercado Mídia e Opinião - 2005 –

Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Pós-Graduação (*Lato Sensu*) em Gestão Pública - 2021 (cursando)

Experiência Profissional

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP
Assistente de Comunicação
Janeiro de 1999 a dezembro de 2005

Fran6 Análises de Mercado
Gerente de Projetos (último cargo)
Maio de 2006 até junho de 2014

Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE
Coordenador de Atendimento e Planejamento
Julho de 2014 até novembro de 2014

Analista de Pesquisa e Políticas Públicas –
Gerência, coordenação e análise de projetos de pesquisa e políticas públicas
Dezembro 2015 –

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Consultor Associado
Outubro 2018 –

Escola de Sociologia e Política de São Paulo

mantida pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo desde 1933

O Diretor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, no uso de suas atribuições e tendo em vista a Colação de Grau do Curso de Sociologia e Política, em 15 de março de 2002, confere o título de

Bacharel em Sociologia e Política a

Danilo Madjarof Sertório,

brasileiro, natural do Estado de São Paulo, nascido a 12 de abril de 1980, R.G. n.º 30.910.821-4 - SP

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Paulo, 28 de março de 2006

Diretor Geral FESPSP

Diretor ESP

Secretário

Diplomado

CARTÓRIO PAULISTA
Av. Paulista nº 1776 - 1º SELO DE NOTAS
São Paulo - SP
AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA
EXTRAÍDA DESTAS NOTAS, CONFORME ORIGINAL
A MIM APRESENTADO, DO QUE DOU FÉ.

FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO

Faculdade Cásper Líbero

CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO

NÍVEL DE LATO SENSU

Nos termos da Legislação Federal em Vigor, de acordo com as normas do Conselho Nacional de Educação Resolução CES nº 01, de 03/04/2001 e em consonância com dispositivos regimentais e demais instruções acadêmicas a Faculdade Cásper Líbero, entidade de utilidade pública federal, estadual e municipal, fundada em 1947, confere a

DANILO MADJAROF SERTÓRIO

o presente Certificado de PÓS-GRADUAÇÃO, em nível de LATO SENSU, na área de concentração Marketing e Comunicação, concluído em 2003, de acordo com o HISTÓRICO ESCOLAR editado no verso.

São Paulo, 6 de Maio de 2004

Prof. Erasmo de Freitas Nuzzi
DIRETOR

Prof. Dr. Mitsuru Higuchi Yanaze
COORDENADOR

ATESTADO

Vimos pelo presente atestar que o consultor Danilo Madjarof Sertorio, CPF: 277.891.838-85, desenvolveu nesta Instituição, no período de abril a dezembro de 2021, atividades relacionadas ao Contrato nº – 002/2021 e 1º Termo Aditivo, firmado entre a *Sociologia e Política – Escola de Humanidades* (FESPSP) e a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia, para Realização de Estudos e Pesquisas para Aperfeiçoamento das Atividades de Regulação Técnica.

Os trabalhos realizados pelo consultor contemplaram:

- Atividades de Coordenação Administrativa.

Os trabalhos realizados pelo profissional, no âmbito do contrato em referência, atenderam aos padrões de qualidade requeridos pela FESPSP.

São Paulo, 24 de março de 2022.

RICARDO LUIZ CAMARGO
DIRETOR ADJUNTO DE PROJETOS

D4Sign 5af9bd01-4175-4426-9969-140c0fcc2fbb - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Atestado Danilo AGERSA pdf

Código do documento 5af9bd01-4175-4426-9999-140c0fcc2fbb

Assinaturas

Ricardo Luiz Camargo
ricardocamargo@fespsp.org.br
Assinou

Ricardo Luiz Camargo

Eventos do documento

24 Mar 2022, 11:48:37
Documento 5af9bd01-4175-4426-9999-140c0fcc2fbb **criado** por THAINÁ GONÇALVES ASSONI (010582ee-dfab-4e81-b5db-1c4d71b01d5c). Email:tgoncalves@fespsp.org.br. - DATE_ATOM: 2022-03-24T11:48:37-03:00

24 Mar 2022, 11:58:23
Assinaturas **iniciadas** por THAINÁ GONÇALVES ASSONI (010582ee-dfab-4e81-b5db-1c4d71b01d5c). Email: tgoncalves@fespsp.org.br. - DATE_ATOM: 2022-03-24T11:58:23-03:00

24 Mar 2022, 17:35:03
RICARDO LUIZ CAMARGO **Assinou** - Email: ricardocamargo@fespsp.org.br - IP: 189.62.70.204 (bd3e46cc.virtua.com.br porta: 28756) - Geolocalização: -23.5411284 -46.6415811 - Documento de identificação informado: 076.256.068-13 - DATE_ATOM: 2022-03-24T17:35:03-03:00

Hash do documento original
(SHA256):6a3eb56462601c5950577cebeea6f1d9958cdfab32142aec979a7d1cce9347bb
(SHA512):4152211488a9be5fa71886b4064f9eb1939e52e08c3a32443572f3d07451fe467d355fcbec26e0b09eb411b9ddc60a2b53af7165719828f9ed4346217619e17a

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, DECLARA, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação do profissional **Danilo Madjarof Sertorio**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 26 de abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Danilo Madjarof Sertorio**, inscrito no CPF sob o nº 277.891.838-85, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 26 de abril de 2022

Danilo Madjarof Sertorio

Isabella Tritone Medeiros

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/9176958100350905
ID Lattes: **9176958100350905**
Última atualização do currículo em 05/04/2022

Bacharelada em Sociologia e Polífica pela FESPSP - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2018 - 2021), cursando formação de extensão em Diversidades e Inclusão Social em Direitos Humanos na USP - Universidade de São Paulo (2022) e integrante do grupo de estudos de Gênero e Marcadores Sociais da Diferença (GEDI - FESPSP). Atua como apoio técnico pela FESPSP no Projeto SIHS-BA, referente à implementação do Plano Microrregional de Saneamento Básico nos municípios da Bahia. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Isabella Tritone Medeiros
Nome em citações bibliográficas	MEDEIROS, I. T.
Lattes iD	http://lattes.cnpq.br/9176958100350905

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2018 - 2021 Graduação em Sociologia.
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP, Brasil.
Título: O sagrado e seu duplo: interferências terrenas na produção da santidade de Madre Paulina.
Orientador: Rodrigo Estramanho de Almeida.

2013 - 2015 Ensino Médio (2º grau).
Colégio São Domingos, CSD, Brasil.

Formação Complementar

2022 Extensão universitária em Diversidades e Inclusão Social em Direitos Humanos. (Carga horária: 160h).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Atuação Profissional

Caminho Educativo, CE, Brasil.

Vínculo institucional
2021 - Atual Vínculo: MEI, Enquadramento Funcional: Avaliador, Carga horária: 30

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP, Brasil.

Vínculo institucional
2019 - 2021 Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Estágio na área de projetos, Carga horária: 30

Outras informações Período de estágio no Projeto AMLURB, entre 2019 e 2021 e posteriormente no Projeto SIHS, até setembro de 2021.

Vínculo institucional
2019 - 2019 Vínculo: Monitoria Voluntária, Enquadramento Funcional: Monitoria em Redação para Ingressantes, Carga horária: 4

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. 10º Seminário de pesquisa e extensão - FESPSP. 2021. (Seminário).
2. Seminário FESPSP - Na encruzilhada da democracia. 2018. (Seminário).
3. MASP Seminários - Histórias indígenas. 2017. (Seminário).

FESPSP

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

RECONHECIMENTO DESDE 1933

Certificado

CERTIFICAMOS que **ISABELLA TRITONE MEDEIROS,** portadora do RG nº **50.057.837-0/ SP**, concluiu no 2º semestre do ano letivo de **2021**, o curso de **BACHARELADO EM SOCIOLOGIA E POLÍTICA** e colou grau em **25/03/2022** na Escola de Sociologia e Política de São Paulo da **FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO**, fazendo jus ao título de:

- BACHARELA EM SOCIOLOGIA E POLÍTICA –

São Paulo, 25 de março de 2022.

Vanderleia M. Alves de Mendonça
R.G: 32.531.363-5/SP
Secretária Acadêmica

33º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS P. NATURAIS
AUTENTICAÇÃO - SUBDISTRITO - ALTO DA MOOCA
Autêntico a presente cópia reprográfica, mediante confronto com o original que me foi dada a ver.
S. Paulo, 11 ABR 2022
VALOR R$ 4,30
WILSON PINTO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO AUTORIZADO

AUTENTICAÇÃO AU1023AF0248195

Carla Regina Mota Alonso Diéguez
R.G.: 28.743.407-2/SP
Diretora

RPG-REINFRA
CONSULTORIA

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A **RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, **DECLARA**, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Isabella Tritone Medeiros**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **AS1- Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Isabella Tritone Medeiros**, inscrita no CPF sob o nº 491.196.098-17, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

São Paulo, 27 de abril de 2022

Isabella Tritone Medeiros

Izete Verderamo Marques
OFICIAL
Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 33º Subdistrito Alto da Mooca - Capital - SP
Rua da Mooca, 3878 - CEP 03165-002 - Alto da Mooca - Capital - SP - Fone: (11) 2601-2808
Reconheço, por semelhança, a firma de (1) ISABELLA TRITONE MEDEIROS, em documento sem valor econômico, dou fé.
São Paulo, 27 de abril de 2022.
Em Test°
SELO DE AUTENTICIDADE
Total R$ 7,50) Selos: Selo(s): 1 Ato:81102BAM-0843296
AC443496

Yasmin Mancini Granja

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/0992741714334822
ID Lattes: **0992741714334822**
Última atualização do currículo em 17/04/2022

Socióloga, gestora de projetos, diagramadora. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Yasmin Mancini Granja
Nome em citações bibliográficas MANCINI, Y.
Lattes ID http://lattes.cnpq.br/0992741714334822

Endereço

Endereço Profissional Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.
Rua General Jardim - lado par
Vila Buarque
01223010 - São Paulo, SP - Brasil
Telefone: (011) 31237800

Formação acadêmica/titulação

2012 - 2016 Graduação em Sociologia.
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP, Brasil.

Formação Complementar

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Humanas / Área: Sociologia.

Idiomas

Inglês Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.
Espanhol Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.
Português Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Produções

Produção bibliográfica

Imprimir currículo

YASMIN MANCINI

yasmin@mancini.com | 11 9 [illegible] | 37 anos
Rua Princesa Isabel, 74 Ap. 62 – Vila Guiomar – Santo André - SP

EXPERIÊNCIA:

2020 a 2022 • Consultora de projetos na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP).

2021 a 2022 • Parceira na Salto Comunicação, agência especializada em gestão de mídias sociais e produção de conteúdo.

2017 a 2022 • Diagramadora de livros, revistas acadêmicas e também criação de identidade visual corporativa na Mexerica Design. www.mexericadesign.com.br

2015 a 2018 • Auxiliar técnica na área de gestão de projetos no DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

2013 a 2015 • Estagiária na área de Comunicação da FESP-SP.

FORMAÇÃO:

2021 a 2023 • Educação profissional Master Interface Design, Product Design / UX e UI em Aela.io (cursando).

2012 a 2016 • Bacharela em Sociologia e Política pela FESP-SP.

Inglês: boa compreensão e leitura, interlocução e escrita mediana.
(EF SET 82/100 C2 Proficient)

FESPSP

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Escola de Sociologia e Política de São Paulo

O Diretor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, no uso de suas atribuições e tendo em vista a colação de grau do Curso de Sociologia e Política, em 17 de março de 2017, confere o título de

Bacharela em Sociologia e Política a

Yasmin Mancini Granja

brasileira, natural do Estado de São Paulo, nascida a 23 de fevereiro de 1990, R.G. n.º 37.215.727-0 - SP

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Paulo, 20 de março de 2017.

Secretária Acadêmica

Diplomada

Diretor

27 ABR 2022

AUTENTICAÇÃO
AU0934AE0234594
726318

RPG-REINFRA
CONSULTORIA

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A **RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87, DECLARA**, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Yasmin Mancini Granja**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 19 de Abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Yasmin Mancini Granja**, inscrita no CPF sob o nº 399.450.328-01, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 27 de abril de 2022

3º TABELIÃO DE NOTAS SANTO ANDRÉ

YASMIN MANCINI GRANJA

Karen Slindvain Florindo

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/3487333019421891
ID Lattes: **3487333019421891**
Última atualização do currículo em 12/08/2021

Graduada em Ciências Sociais e pós-graduanda em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP, atualmente é consultora no projeto Planos Municipais de Saneamento Básico de Municípios do Piauí no setor de Projetos da mesma instituição. Foi bolsista de iniciação científica PIBIC-FESPSP, pesquisando o Centro de Educação e Cultura Indígena na TI do Jaraguá e membro da Cátedra Celso Furtado - FESPSP, que realizando reflexões sobre Estado e Desenvolvimento no Brasil. Foi pesquisadora do Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual na FESPSP, analisando questões de gênero, mobilizações políticas no espaço urbano e sua relação com a política institucional. Tem experiência na área de levantamento, consolidação e análise de banco de dados, confecção e aplicação de questionários quantitativos e qualitativos, entre outras atividades envolvendo pesquisa. Seus principais temas de interesse são marcadores sociais da diferença, Estado e democracia, acessibilidade de direitos sociais e corporalidade. Co-fundadora do Grupo de Estudos Ciclo Mexerica: Corporalidades Gordas, Afetos e Resistência (no instagram: @ciclomexerica). **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Karen Slindvain Florindo
Nome em citações bibliográficas	FLORINDO, K. S.
Lattes iD	http://lattes.cnpq.br/3487333019421891

Endereço

Endereço Profissional	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Departamento de Projetos. Rua General Jardim - lado par Vila Buarque 01223010 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 31237800 Ramal: 943 URL da Homepage: https://www.fespsp.org.br/

Formação acadêmica/titulação

2019	Especialização em andamento em Política e Relações Internacionais. (Carga Horária: 364h). Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP, Brasil.
2015 - 2018	Graduação em Sociologia. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP, Brasil. Título: PRIMAVERA ÁRABE E A QUESTÃO SÍRIA: Do estigma do exótico para as tenuidades da guerra. Orientador: Moisés da Silva Marques.
2012 - 2014	Ensino Médio (2º grau). Colégio Ábaco, COLÉGIO ÁBACO, Brasil.

Formação Complementar

2021 - 2021	Insurgências Gordas. (Carga horária: 20h). Lute como uma gorda, LCG, Brasil.
2020 - 2020	I SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO EM GORDOFOBIA MÉDICA. (Carga horária: 10h). Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.
2020 - 2020	Abordagens Psicológicas à Ciência Política e Relações Internacionais. (Carga horária: 10h). Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
2020 - 2020	

Áreas de atuação

1.	Grande área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política.
2.	Grande área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Política Internacional.
3.	Grande área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Políticas Públicas.
4.	Grande área: Ciências Humanas / Área: Antropologia.
5.	Grande área: Ciências Humanas / Área: Antropologia / Subárea: Antropologia Urbana.

Idiomas

Português	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Inglês	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Espanhol	Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Textos em jornais de notícias/revistas

1. FLORINDO, K. S.. PESO: o marcador social indesejável. A intensificação da morte social do corpo gordo em tempos da Covid-19. Revista Mais que Amélias, União da Vitória - PR, , v. 8, p. 29 - 40, 08 fev. 2021.
2. FLORINDO, K. S.; MELO, G. . O silêncio e as cores como ato político. Ponto Urbe, Online, p. 1 - 6, 15 ago. 2018.

Apresentações de Trabalho

1. FLORINDO, K. S.. PESO: o marcador social indesejável. A intensificação da morte social do corpo gordo em tempos da Covid-19. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
2. FLORINDO, K. S.. Educação indígena e o aprendizado não tradicional. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
3. FLORINDO, K. S.. Antropologia Do Outro: Percepção Guarani sobre os Centros de Educação e Cultura Indígena (CECI) na TI do Jaraguá. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. TORRES, B. ; BALBINO, J. ; JIMENEZ, M. L. ; BARROS, M. ; FLORINDO, K. S. . Intelectualidade gorda, o novo expoente da academia e da política identitária. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Redes sociais, websites e blogs

1. FLORINDO, K. S.. O dia mundial da obesidade é gordofóbico. 2021; Tema: Gordofobia Médica. (Blog).
2. FLORINDO, K. S.. Silenciamento Forçoso. 2021; Tema: Gordofobia. (Blog).
3. FLORINDO, K. S.; SBRILE, T. . O que é o amor?. 2021; Tema: Afetividade e Corpos Gordos. (Blog).
4. FLORINDO, K. S.. Entre as dobras: Será que sou uma mulher?. 2021; Tema: Afetividade e Corpos Gordos. (Blog).

Demais tipos de produção técnica

Imprimir currículo

Atualizado em Abril de 2022.

KAREN FLORINDO

CIENTISTA SOCIAL, ANALISTA DE DADOS E GESTORA DE PROJETOS

RESUMO DO PERFIL

25 anos, brasileira, solteira, sem filhos.
Graduada em Ciências Sociais e pós-graduanda em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.
Atualmente trabalha com mobilização social e pesquisas de mapeamento socioeconômico para elaboração de políticas públicas de Saneamento Básico. Tem experiência no apoio à coordenação de projetos e auxílio administrativo. E também, na área de levantamento, consolidação e análise de banco de dados, confecção e aplicação de questionários quantitativos e qualitativos, entre outras atividades envolvendo pesquisa.

IDIOMAS

- Inglês Avançado - Access International School (Ano de Conclusão: 2013)
- Espanhol Básico - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (Ano de Conclusão: 2020)

CONTATOS

Telefone: (11) 998903-7419
E-mail: karenslindvain@gmail.com / kflorindo@fespsp.org.br
Portfólio: https://linktr.ee/flor_rindo
LinkedIn: @karenflorindo

ENDEREÇO

Rua Sérgio Gerbelli, 78, Bairro Assunção
São Bernardo do Campo, São Paulo / 09850-165

EXPERIÊNCIA DE TRABALHO

Consultora

FESPSP - FUNASA (PI) (2019 - 2021)

- Apoio gerencial e consultoria de Ciências Sociais, com construção, análise e projeção de dados, no projeto "Planos Municipais de Saneamento Básico de Municípios do Piauí", no setor de Projetos de FESPSP.

FESPSP - EMBASA (BA) (2021)

- Consultoria de Ciências Sociais, levantamento dados socioeconômicos e ambientais das microrregiões da Bahia para elaboração do Plano Microrregional de Saneamento Básico, no setor de Projetos de FESPSP.

FESPSP - SIHS (BA) (Atual)

- Apoio documentos, nas atividades de mobilização e controle social com o objetivo de apoiar a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia (SIHS) no processo de implantação das instâncias de governança e aprovação dos planos regionais de saneamento básico em 15 (quinze) Microrregiões de Saneamento Básico do Estado da Bahia.

Editora

FESPSP - EMPLASA UIT (SP) (2020)

- Edição, revisão e formatação de 3 livros digitais produzidos para o detalhamento e síntese dos estudos realizados nas UITs (Unidades de Informações Territorializadas) na Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) e na Aglomeração Urbana de Franca (AUF).

Secretária Geral

São Paulo Model United Nations (2018-2019)

- Secretária-Geral da X Edição do São Paulo Model United Nations - SPMUN, comemorando os dez anos de existência do evento, discutindo como tema geral "Dignificação da Vida" e a aplicação nacional e internacional da Agenda 2030. Um projeto social e de educação multidisciplinar.

Pesquisadora

PIBIC - FESPSP (2017-2018)

- Bolsa remunerada de Iniciação Científica PIBIC-FESPSP, pesquisando o Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI) na TI do Jaraguá, com os Guarani-Mbyá.

Núcleo de Pesquisa FESPSP (2015)

- Pesquisadora de campo, na pesquisa "Conservadorismo e Progressismo na cidade de São Paulo".

Estagiária

FESPSP - Setor de Projetos (2017-2018)

- Apoio as atividades de gestão de projetos: organização e auxílio na elaboração de termos aditivos, adendos e propostas; auxílio na realização de pagamentos e controle financeiro; elaboração de relatório de andamento de projetos.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Pós-graduação *Lato Sensu*

Política e Relações Internacionais, FESPSP (2019 - 2021)

- Projeto de Pesquisa: Entre a estrutura e as articulações : Notas sobre o corpo na Teoria Política e nas Relações Internacionais. Orientado pela Professora Dra. Suhayla Khalil Viana de Castro.

Bacharelado

Sociologia e Política, FESPSP (2015-2018)

- Atividades e Grupos: Pesquisadora da Cátedra Celso Furtado - FESPSP (2016-2017); Pesquisadora do projeto Povos Indígenas na cidade de São Paulo e Políticas Pública - FESPSP (2017); Pesquisadora no Núcleo de Etnografia Urbana - NEU / FESPSP (2017-2018).

CURSOS EXTRACURRICULARES

- Gênero, Raça e Direitos Humanos, Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (2021);
- Abordagens Psicológicas à Ciência Política e Relações Internacionais, USP (2020);
- Migrações e Refúgio - Desafios e perspectivas a nível local e global, FESPSP (2018);
- O uso de softwares em análise de dados qualitativos, FESPSP (2017);
- Transformações socioeconômicas do Brasil recente, FESPSP (2016);
- Direitos Humanos, FESPSP (2015).

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Escola de Sociologia e Política de São Paulo

A Diretora da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, no uso de suas atribuições e tendo em vista a colação de grau do Curso de Sociologia e Política, em 22 de fevereiro de 2019, confere o título de

Bacharela em Sociologia e Política a

Karen Slindvain Florindo

brasileira, natural do Estado de São Paulo, nascida a 14 de março de 1997, R.G. n.º 50.398.985-X - SP

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019.

1º TABELIÃO DE NOTAS - SBC
Rua Vicente de Carvalho, 164 - SBC
ARCENDINO F. PORTRONIERI-TABELIÃO
Autenticação: Autentico a presente cópia reprográfica que confere com o original apresentado
SBCampo SP 27 ABR 2022
SERGIO DA SILVA RIBEIRO-Escrevente
FRANCISCO NILDO PEREIRA-Escrevente
FEDERICI SOARES DA SILVA -Escrevente
VINICIUS CESAR V. LEITE -Escrevente
Colégio Notarial do Brasil
122386
AUTENTICAÇÃO
AU0985AF0425097

Secretária Acadêmica

Diplomada

Diretora

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87, DECLARA,** para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Karen Slindvain Florindo,** que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Karen Slindvain Florindo**, inscrita no CPF sob o nº 470.077.528-96, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 27 de abril de 2022

Karen Slindvain Florindo

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO PERGENTINO MAIA
Registro Microfilmado
Nº 160629

Oitavo Aditivo ao Contrato Social

RPG - Reinfra Consultoria Econômica e de Regulação e Infraestrutura S/S Ltda

CNPJ : 10.648.067/0001-90

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO REGISTRO MICROFILMADO
LEAL Nº 000030

MARIO AUGUSTO PARENTE MONTEIRO, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, economista, inscrito no CPF(MF) sob o nº 228.319.163-72 e RG nº 1.305.87 SSP-CE, inscrito no Conselho Regional de Economia 8ª Região – Ceará – CORECON/CE sob o número 1.691, residente e domiciliado à Av. Rui Barbosa, nº 757 – apto. 102 – Meireles – Fortaleza – Ce – CEP 60.115-220, **ROBERTO GIOVANI DE MATTOS PEREIRA,** brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, engenheiro civil inscrito no CREA – MG sob o número 107083/D e RNP 140639711-3, inscrito no CPF(MF) sob o nº 069.879.936-45 e RG nº 12176338 SSP-MG, residente e domiciliado à Rua Monsenhor Gustavo Freire, nº 21 – apto. 205 – São Mateus – Juiz de Fora – MG – CEP 36.016-470, **ALCEU DE CASTRO GALVAO JUNIOR,** brasileiro, divorciado, engenheiro civil, inscrito no CPF(MF) sob o nº 377.922.533-68 e RG nº 2003009000912 SSP-CE, inscrito no CREA – Ceará sob o número 10089/D e RNP 060089161-5, residente e domiciliado à Rua Canuto de Aguiar, nº 1077 – apto. 1400 – Meireles – Fortaleza – Ce – CEP 60.160-120, **ANDRÉ GIMENIZ GALVÃO,** brasileiro, solteiro, engenheiro de telecomunicações inscrito no CREA – CE sob o número 343463, inscrito no CPF(MF) sob o nº 672.107.593-87 e RG nº 20075347479 SSP-CE, residente e domiciliado à Rua Maria Tomásia nº 855 – apto. 1201 – Aldeota – Fortaleza – Ce – CEP 60.150-170, **ALINE MARIA BALDEZ CUSTÓDIO,** brasileira, solteira, maior Engenheira Ambiental e Sanitarista, inscrito no CREA – Ceará sob o número 54869 e RNP 0613966120, RG nº. 2006010223983 SSP/CE e CPF/MF nº. 049.905.744-94, residente e domiciliada na Rua Visconde de Cairu, nº. 720 Apto. 402 – Vicente Pinzon – Fortaleza – Ce, CEP: 60.182-130, **ANDRE SARMANHO DE LIMA**, brasileiro, solteiro, engenheiro Sanitarista, inscrito no CREA – PA sob o número 9668, inscrito no CPF(MF) sob o nº 424.568.602-25 e RG nº 2001997 SSP-PA, residente e domiciliado à LT Barra Mar, s/n – Loteamento Gleba – Cascavel – Ce – CEP 62.850-000 **e RPG BRASIL – SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM REGULAÇÃO, PERFORMANCE E GESTAO DE INFRAESTRUTURA ECONOMICA LTDA, representado neste ato por seu administrador ANDRÉ GIMENIZ GALVÃO**, brasileiro, solteiro, engenheiro de telecomunicações inscrito no CREA – CE sob o número 343463, inscrito no CPF(MF) sob o nº 672.107.593-87 e RG nº 20075347479 SSP-CE, residente e domiciliado à Rua Maria Tomásia nº 855 – apto. 1201 – Aldeota – Fortaleza – Ce – CEP 60.150-170 com sede a Rua Desembargador Leite Albuquerque 635 sala 404, Aldeota , Fortaleza – CE, CEP 60.150-150, inscrita no CNPJ 36.697.490/0001-56., únicos sócios da Sociedade Simples limitada **RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA**, CNPJ (MF) 10.648.067/0001-90 com Contrato Social registrado no 1º Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Fortaleza – Pergentino Maia – nº 143657 resolvem alterar o Contrato Social e o fazem mediante as seguintes clausulas e condições:

PRIMEIRA – Alterar no preambulo deste contrato social o estado civil do sócio **ANDRÉ GIMENIZ GALVÃO**, que passara de solteiro para casado com comunhão parcial de bens.

3º OFÍCIO DE NOTAS
Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - CE
22 ABR. 2022
ROBERTO FILUZA MAIA - TABELIÃO
THIAGO FERNANDES ARAÚJO - TABELIÃO SUBSTITUTO
AMANDA OLIVEIRA DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
NAEL MARQUES DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
ANTONIO ALEXANDRE PAIVA DE OLIVEIRA - ESC. AUTORIZADA
SELO DE AUTENTICIDADE
EXJS 03 1904 VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO PERGENTINO MAIA
Registro Microfilmado
Nº 160629

SEGUNDA – Alterar o endereço da **RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA,** ficando a cláusula primeira com a seguinte redação:

"1ª A sociedade girará sob a denominação social de **RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA** e terá sede e domicílio em Eusébio - CE na Av. Eusébio de Queiroz, 4569 - A – Centro – Eusébio – Ce – CEP 61.760-000.

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO REGISTRO MICROFILMADO
LEAL Nº 000030

TERCEIRA – Alterar sua atividade principal para Serviços de Engenharia - CNAE – 7112-0/00

Após as alterações acima a cláusula sexta do contrato social passa a ter a seguinte redação:

"Sexta – A sociedade é uma "Sociedade Simples Limitada" que tem por Objeto social a prestação de serviços de consultoria e assessoria nas áreas de Economia, Finanças e Regulação e Infraestrutura a saber:

01 – CNAE – 7112-0/00 – Serviços de Engenharia

02 – CNAE – 6619-3/99 – Outras Atividades dos Serviços Financeiros não especificados anteriormente e:

A) Assessoria, consultoria e análise econômica e financeira de empresas e projetos empresariais;
B) Consultoria especializada na concepção e elaboração de projetos econômico-financeiros e de suporte a gestão empresarial e gerenciamento de produtos e serviços;
C) Financiamento para executivos e gerentes em modelo de gestão empresarial e gerenciamento de produtos e serviços;
D) Avaliação do desempenho das entidades e exame das causas de insolvência ou incapacidade de geração de resultados;
E) Assessoria no desenvolvimento e implantação de sistemas financeiros em geral;
F) Avaliação dos fundos de comercio;
G) Análise e avaliação de investimentos;
H) Assessoria na captação de recursos nacionais e internacionais: e
I) Elaboração de Laudos Periciais técnico-econômicos.

CNAE – 7490-1/99 – Consultoria em questões de sustentabilidade do meio ambiente.

CNAE – 7490-1/99 – Serviços de Consultoria, assessoria em projetos de meio ambiente.

CNAE – 8599-6/04 – Presencial e à Distância Curso de Aprendizagem e treinamento gerencial.

CNAE – 8599-6/04 – Serviços de Palestrante.

CNAE – 8599-6/04 – Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.
CNAE – 8599-6/04 – Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

Cartório não reconhece cópia fotostática
Reconhecimento somente de original, com firma
Fortaleza - CE
22 ABR. 2022
3º OFÍCIO DE NOTAS
CARTÓRIO MAIA
ROBERTO PIUZA MAIA - TABELIÃO
THIAGO FERNANDES BARROS - TABELIÃO SUBSTITUTO
AMANDA OLIVEIRA DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
NAEL MARQUES DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
SELO DE AUTENTICIDADE
CJOA 03
ATO PRATICADO POR DELEGAÇÃO

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
1º CARTÓRIO APERGENTINO MAIA Registro Microfilmado
Nº 160629

CNAE – 7020-4 – Assessoria às empresas em questões financeiras

CNAE – 7020-4 – Consultoria financeira a empresas.

CNAE – 7020-4 – Consultoria na área econômica.

CNAE – 7020-4 – Consultoria em Controle orçamentário.

CNAE – 7740-3/00 – Gestão de Ativos Intangíveis não Financeiros.

CNAE – 6462-0/00 – Holdings de Instituições não Financeiras.

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO REGISTRO MICROFILMADO
LEAL Nº 000030

TERCEIRA – Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato social que, especificamente, não foram alteradas por este Aditivo.

Após as mudanças acima a sociedade resolve consolidar o referido contrato com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE E FILIAIS

MARIO AUGUSTO PARENTE MONTEIRO, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, economista, inscrito no CPF(MF) sob o nº 228.319.163-72 e RG nº 1.305.87 SSP-CE, inscrito no Conselho Regional de Economia 8ª Região – Ceará – CORECON/CE sob o número 1.691, residente e domiciliado à Av. Rui Barbosa, nº 757 – apto. 102 – Meireles – Fortaleza – Ce – CEP 60.115-220, **ROBERTO GIOVANI DE MATTOS PEREIRA,** brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, engenheiro civil inscrito no CREA – MG sob o número 107083/D e RNP 140639711-3, inscrito no CPF(MF) sob o nº 069.879.936-45 e RG nº 12176338 SSP-MG, residente e domiciliado à Rua Monsenhor Gustavo Freire, nº 21 – apto. 205 – São Mateus – Juiz de Fora – MG – CEP 36.016-470, **ALCEU DE CASTRO GALVAO JUNIOR,** brasileiro, divorciado, engenheiro civil, inscrito no CPF(MF) sob o nº 377.922.533-68 e RG nº 2003009000912 SSP-CE, inscrito no CREA – Ceará sob o número 10089/D e RNP 060089161-5, residente e domiciliado à Rua Canuto de Aguiar, nº 1077 – apto. 1400 – Meireles – Fortaleza – Ce – CEP 60.160-120, **ANDRÉ GIMENIZ GALVÃO,** brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, engenheiro de telecomunicações inscrito no CREA – CE sob o número 343463, inscrito no CPF(MF) sob o nº 672.107.593-87 e RG nº 20075347479 SSP-CE, residente e domiciliado à Rua Maria Tomásia nº 855 – apto. 1201 – Aldeota – Fortaleza – Ce – CEP 60.150-170, **ALINE MARIA BALDEZ CUSTÓDIO,** brasileira, solteira, maior Engenheira Ambiental e Sanitarista, inscrito no CREA – Ceará sob o número 54869 e RNP 0613966120, RG nº. 2006010223983 SSP/CE e CPF/MF nº. 049.905.744-94, residente e domiciliada na Rua Visconde do Cairu, nº. 720 Apto. 402 – Vicente Pinzon – Fortaleza – Ce, CEP: 60.182-130, **ANDRE SARMANHO DE LIMA**, brasileiro, solteiro, engenheiro Sanitarista, inscrito no CREA – PA sob o número 9068, inscrito no CPF(MF) sob o nº 424.568.602-

3º OFÍCIO DE NOTAS 1º CARTÓRIO APERGENTINO MAIA Av. Pe. Antônio Tomás, 920 Tel.: (85) 3304-944 Aldeota - Fortaleza - CE
Certifico que o presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé
Fortaleza - CE
22 ABR. 2022
ROBERTO FILIZA MAIA - TABELIÃO
THIAGO PERNAMBUCO ARAÚJO - TABELIÃO SUBSTITUTO
AMANDA OLIVEIRA DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
NAEL MARQUES DA SILVA - ESC. AUTORIZADO
ANTONIO ALEXANDRE VIANA DE OLIVEIRA - ESC. AUTORIZADO
LGVA 03
AUTENTICAÇÃO 10978102
SELO DE AUTENTICIDADE 2021

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO PERGENTINO MAIA
Registro Microfilmado
Nº 160629

25 e RG nº 2001997 SSP-PA, residente e domiciliado à LT Barra Mar, s/n – Loteamento Gleba – Cascavel – Ce – CEP 62.850-000 **e RPG BRASIL – SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM REGULAÇÃO, PERFORMANCE E GESTAO DE INFRAESTRUTURA ECONOMICA LTDA, representado neste ato por seu administrador ANDRÉ GIMENIZ GALVÃO**, brasileiro, casado, engenheiro de telecomunicações inscrito no CREA – CE sob o número 343463, inscrito no CPF(MF) sob o nº 672.107.593-87 e RG nº 20075347479 SSP-CE, residente e domiciliado à Rua Maria Tomásia nº 855 – apto. 1201 – Aldeota – Fortaleza – Ce – CEP 60.150-170 , inscrita no CNPJ 36.697.490/0001-56., únicos sócios da Sociedade Simples limitada **RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA**, CNPJ (MF) 10.648.067/0001-90 com Contrato Social registrado no 1º Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Fortaleza – Pergentino Maia – nº 143657 resolvem alterar o Contrato Social e o fazem mediante as seguintes clausulas e condições:

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO REGISTRO MICROFILMADO
LEAL Nº 00030

PRIMEIRA - A sociedade girará sob a denominação social de **RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA**.

SEGUNDA – A sede e domicílio em Eusébio - CE na Av. Eusébio de Queiroz, 4569 - A – Centro – Eusébio – Ce – CEP 61.760-000.

TERCEIRA – Mediante deliberação de sua administração, a sociedade poderá instalar, extinguir ou relocalizar filiais e escritórios, ou exercer suas atividades em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

CAPÍTULO II – PRAZO DE DURAÇÃO

QUARTA – O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

QUINTA – A sociedade iniciará suas atividades com o arquivamento deste instrumento no cartório competente

CAPÍTULO III – DO OBJETO SOCIAL

SEXTA – A sociedade é uma "Sociedade Simples Limitada" que tem por Objeto social a prestação de serviços de consultoria e assessoria nas áreas de Economia, Finanças e Regulação e Infraestrutura a saber:

01 – CNAE – 7112-0/00 – Serviços de Engenharia
02 – CNAE – 6619-3/99 – Outras Atividades dos Serviços Financeiros não especificados anteriormente e:

A) Assessoria, consultoria e análise econômica e financeira de empresas e projetos empresariais;
B) Consultoria especializada na concepção e elaboração de projetos econômico-financeiros e de suporte a gestão empresarial e gerenciamento de produtos e serviços;
C) Financiamento para executivos e gerentes em modelo de gestão empresarial e gerenciamento de produtos e serviços;

3º OFÍCIO DE NOTAS
Certifico que a presente cópia fotográfica é a reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - CE
22 ABR. 2022
QC5R 03 AUTENTICAÇÃO IO9781101 2021

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO ARGENTINO MAIA
Registro Microfilmado
Nº 160629

D) Avaliação do desempenho das entidades e exame das causas de insolvência ou incapacidade de geração de resultados;
E) Assessoria no desenvolvimento e implantação de sistemas financeiros em geral;
F) Avaliação dos fundos de comercio;
G) Análise e avaliação de investimentos;
H) Assessoria na captação de recursos nacionais e internacionais; e
I) Elaboração de Laudos Periciais técnico-econômicos.

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO LEAL
REGISTRO MICROFILMADO
Nº 000030

CNAE – 7490-1/99 – Consultoria em questões de sustentabilidade do meio ambiente.

CNAE – 7490-1/99 – Serviços de Consultoria, assessoria em projetos de meio ambiente.

CNAE – 8599-6/04 – Presencial e à Distância Curso de Aprendizagem e treinamento gerencial.

CNAE – 8599-6/04 – Serviços de Palestrante.

CNAE – 8599-6/04 – Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

CNAE – 7020-4 – Assessoria às empresas em questões de gestão.

CNAE – 7020-4 – Assessoria às empresas em questões financeiras

CNAE – 7020-4 – Consultoria financeira a empresas.

CNAE – 7020-4 – Consultoria na área econômica.

CNAE – 7020-4 – Consultoria em Controle orçamentário.

CNAE – 7740-3/00 – Gestão de Ativos Intangíveis não Financeiros.

CNAE – 6462-0/00 – Holdings de Instituições não Financeiras.

3º OFÍCIO DE NOTAS
Certifico que a presente cópia fotográfica é a reprodução fiel do original. Dou fé
Fortaleza - CE
22 ABR. 2022
ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIÃO
THIAGO FERNANDES ARAÚJO - TABELIÃO SUBSTITUTO
AMANDA OLIVEIRA DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
NAEL MARQUES DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
ANTONIO ALEXANDRE PAIVA DE OLIVEIRA - ESC. AUTORIZADO
NATHAN BEZERRA CORREIRO - ESC. AUTORIZADO
AG XP 03 1697105

SÉTIMA – O objetivo social poderá ser modificado, ampliado ou reduzido, mediante deliberação dos sócios, na forma prevista neste contrato.

CAPÍTULO IV – DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

OITAVA - O capital social é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas, no valor nominal de R$ 2,00 (dois reais) cada uma, integralizado neste ato, em moeda legal e corrente do País e está assim distribuído entre os sócios:

Sócio	Quotas	Subscrito	Integralizado	%
Mario Augusto Parente Monteiro	25.000	50.000,00	50.000,00	25,00
Alceu de Castro Galvão Junior	35.000	70.000,00	70.000,00	35,00
Roberto Giovani de Mattos Pereira	11.000	22.000,00	22.000,00	11,00

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO PERGENTINO MAIA
Registro Microfilmado
Nº 160629

Aline Maria Baldez Custódio	5.000	10.000,00	10.000,00	5,00
André Gimeniz Galvão	3.000	6.000,00	6.000,00	3,00
André Sarmanho de Lima	1.000	2.000,00	2.000,00	1,00
RPG BRASIL-Serviços de consultoria em Regulação, Performance e Gestão de Infraestrutura Econômica Ltda	20.000	40.000,00	40.000,00	20,00
Total	**100.000**	**200.000,00**	**200.000,00**	**100,00**

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO REGISTRO MICROFILMADO
LEAL Nº 000030

NONA - O capital poderá ser aumentado, mediante subscrição de novas quotas a serem realizadas em moeda legal e corrente do País ou pela incorporação de bens passíveis de avaliação pecuniária, ou, ainda, através da conversão do passivo e da apropriação de reservas inscritas na contabilidade.

DÉCIMA - Nos aumentos do capital social, a preferência para subscrição das quotas novas será atribuída aos sócios, na exata proporção da sua participação de cada um deles no capital da sociedade

DÉCIMA PRIMEIRA - A responsabilidade dos sócios limita-se ao valor de suas quotas; entretanto, todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Art. 1.052, da Lei n.º 10.406/02, não respondendo os sócios subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CAPÍTULO V - DAS QUOTAS SOCIAIS

DÉCIMA SEGUNDA – Aos sócios é conferido o direito de preferência a aquisição de quotas do sócio que, por acaso, pretenda vende-las, devendo este sócio informa por escrito aos demais, declarando o nome de quem se acha interessado a comprá-las e o preço que foi ofertado pelas suas quotas sociais.

DÉCIMA TERCEIRA – Aos sócios remanescentes caberá o direito de preferência para comprarem as quotas oferecidas, pelo preço e condições previstas na Clausula Vigésima Oitava deste contrato observada, para tal exercício, a exata proporção de cada sócio no capital social, certo de que, se qualquer dos sócios não o fizer, esse direito se acrescerá ao direito dos sócios que o fizerem ou o exercitarem.

DÉCIMA QUARTA – Caso os sócios não exerçam o direito de preferência, acima estabelecido, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que ocorrer a recepção da correspondência expedida pelo sócio que pretender alienar suas quotas, ficará este último inteiramente liberado para concluir o negócio com o terceiro interessado, entretanto condicionada, a cessão e transferência das referidas quotas ao terceiro, após prévia aprovação da admissão do interessado cessionário na sociedade, pelos demais sócios.

DÉCIMA QUINTA - O direito de preferência dos sócios será exercitável através de carta dirigida ao sócio ofertante, o qual, recebendo o escrito que corporificar o exercício da preferência, ficará vinculado automaticamente, bem como impedido de realizar qualquer negócio com terceiro interessado.

3º OFÍCIO DE NOTAS
Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé
Fortaleza - CE
22 ABR. 2008

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO PERGENTINO MAIA
Registro Microfilmado
Nº 160629

VIGÉSIMA PRIMEIRA – As proibições aos atos contidos na Cláusula Décima Nona, não terão eficácia se praticadas pelos dois sócios-gerentes em conjunto.

CAPÍTULO VII - DO EXERCÍCIO SOCIAL

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO LEAL
REGISTRO MICROFILMADO
Nº 000030

VIGÉSIMA SEGUNDA - O exercício social terá seu termo inicial fixado em primeiro (1°) do mês de janeiro e o final em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, quando serão levantados o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, para verificação do estado patrimonial e financeiro da sociedade e apuração dos resultados.

VIGÉSIMA TERCEIRA - Por deliberação dos quotistas, representando a maioria do capital social o lucro, apurado será:

a) distribuído entre os quotistas, de acordo com a participação de cada um deles no capital social;

b) retido, no todo ou em parte, em conta de lucros acumulados ou reserva de lucro;

e/ou c) capitalizado.

VIGÉSIMA QUARTA - Os prejuízos, se houver, serão suportados pelos quotistas na mesma proporção de suas participações no capital social.

VIGESIMA QUINTA – A assinatura do Balanço e demais documentos financeiros, por qualquer dos administradores, representará sua integral e irretratável aprovação, não apenas no que diz respeito ao resultado do exercício, mas também, em relação a cada um dos elementos das contas e valores da sociedade.

VIGÉSIMA SEXTA - A sociedade poderá, a critério dos quotistas, levantar Balanços Intermediários em qualquer época do ano.

CAPÍTULO VIII - DA CONTINUIDADE DA EMPRESA

VIGÉSIMA SÉTIMA – A sociedade não entrará em dissolução e, consequentemente, em liquidação, em virtude da retirada, morte, interdição, falência, concordata, ou incapacidade de qualquer dos sócios.

VIGÉSIMA OITAVA - Ocorrendo quaisquer dos fatos indicados na Cláusula anterior, excetuada as situações previstas neste instrumento, o valor dos haveres daquele sócio será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado e será pago em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas, devidamente corrigidas pelo índice da caderneta de poupança, sendo que a primeira prestação será paga dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contado do fato ou do ato jurídico determinante.

VIGÉSIMA NONA – A falência, recuperação ou impedimento legal de qualquer dos sócios será motivo para sua exclusão imediata da sociedade, sendo seus direitos e

3º OFÍCIO DE NOTAS
Cartório Pergentino Maia
Reconheço a(s) firma(s) de: [illegible]
Dou fé
Natal, RN
22 ABR. 2022
SELO DE AUTENTICIDADE

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO PERGENTINO MAIA
Registro Microfilmado
Nº 160529

Parágrafo Único - O sócio dissidente deverá comunicar expressamente, à sociedade, sua intenção de se retirar, no prazo de 30 (trinta) dias contados do arquivamento da alteração contratual que implementar a modificação da qual tenha divergido

TRIGESIMA SEXTA – Qualquer dos sócios, com concordância dos demais ou todos eles, mediante rateio entre si, na proporção das quotas que possuírem, poderá adquirir preferencialmente as quotas do sócio dissidente.

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO REGISTRO MICROFILMADO
LEAL Nº 000030

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

TRIGÉSIMA SÉTIMA – As deliberações sociais que não impliquem alteração deste contrato social, poderão ser aprovadas em REUNIÃO DE QUOTISTAS, respeitada a proporção prevista da Cláusula Trigésima Segunda deste instrumento.

TRIGÉSIMA OITAVA – Em aso de dissolução da sociedade, seu patrimônio será dividido entre os sócios, na proporção de suas participações, depois de cumpridas as formalidades legais

TRIGÉSIMA NONA – As quotas da sociedade são absolutamente impenhoráveis.

QUADRIGESIMA – Os sócios e administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

QUADRIGESIMA PRIMEIRA - Com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja e independentemente do domicílio atual ou futuro dos contratantes, fica eleito o Foro desta Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, como o único competente para processar e julgar quaisquer procedimentos que, direta ou indiretamente, decorram deste contrato de constituição de sociedade

E por estarem assim justas e contratadas, as partes, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor na presença das testemunhas abaixo para que se produzam os efeitos legais.

Eusébio (Ce) 04 de janeiro de 2022

3º OFÍCIO DE NOTAS
Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé
Fortaleza - CE
22 ABR. 2022
ROBERTO PAULO MAIA - TABELIÃO
THIAGO FERNANDES ARAÚJO - TABELIÃO SUBSTITUTO
AMANDA OLIVEIRA DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
NAEL MARQUES DA SILVA - ESC. AUTORIZADO
ANTONIO ALEXANDRE PAIVA DE OLIVEIRA - ESC. AUTORIZADO
CATRINN CEZARIO CONCEITO - ESCREVENTE
SELO DE AUTENTICIDADE 1097810AP 20211 03 JUNHO

04/01/2022

MÁRIO AUGUSTO PARENTE MONTEIRO

ALCEU DE CASTRO GALVAO JUNIOR

ROBERTO GIOVANI DE MATTOS PEREIRA

ALINE MARIA BALDEZ CUSTÓDIO

ANDRÉ GIMENIZ GALVÃO

ANDRE SARMANHO DE LIMA

RPG BRASIL – SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM REGULAÇÃO, PERFORMANCE E GESTAO DE INFRAESTRUTURA ECONÔMICA LTDA

TESTEMUNHAS:

LINDENBERG DO N MOREIRA
RG – 458.873 – SSP – CE

JOSÉ ARIMATEA C. F. FILHO
RG – 960.022.634-02

ESTADO DO CEARÁ
Cartório Aguiar - 8º Tabelionato de Notas e Protesto
Tabelião: Antonio Claudio Mota de Aguiar
Av. Des. Moreira, 1000-A, Aldeota, Fortaleza, Ce – CEP: 60170-001
Fone 85 3466-7777 – Sitio: www.cartorioaguiar.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:
[28JFXS1] - MÁRIO AUGUSTO PARENTE MONTEIRO ..... da verdade - Valor Total dos Serviços: R$5,30.
Em testemunho _____
Fortaleza, 21 de Janeiro de 2022 às 10:54:26 - Código do Ato: 002001
Escrevente Autorizado: PEDRO LUCAS DE MACEDO VIEIRA.
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO REGISTRO MICROFILMADO
Nº 000030

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CARTÓRIO PERGENTINO MAIA
Registro Microfilmado
Nº 160629

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO CEARÁ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Tabelionato do 1º Ofício de Notas
Reconheço, por autenticidade, a(s) assinatura(s) de
ROBERTO GIOVANI DE MATTOS PEREIRA
em testemunho da verdade
Juiz de Fora, 07/01/2022 16:40:17.31259
SELO DE CONSULTA: FGZ90422
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8897.6241.8007.6960
Quantidade de atos praticados: 01
Ato(s) praticado(s) por:
Angela Aparecida Xavier da Silva - Escrevente Autorizada
Emol:R$7,04 TFJ:R$2,19 Total:R$9,23 ISS:R$0,35
Consulte a validade deste selo no site https://selos.tjmg.jus.br
Nº DA ETIQUETA ABF388077

CARTÓRIO PERGENTINO MAIA
ESTADO DO CEARÁ – CARTÓRIO PERGENTINO MAIA – 3º OFÍCIO DE NOTAS E 1º RTDPJ
TABELIÃO: ROBERTO FIUZA MAIA - CNPJ nº 06.972.994/0001-05
Av. Padre Antonio Tomás, 920 - Aldeota - CEP: 60140-140 - Fortaleza - CE
Tels: (85) 3307.4444 - E-mails: tabeliao@cartoriomaia.com.br
Reconheço a assinatura por AUTENTICIDADE de:
ANDRE GIMENIZ GALVAO
Dou fé. FORTALEZA, 21 de Janeiro de 2022
Em testemunho _____ da verdade.
( ) Nael Marques da Silva
( ) Antonio Alexandre Paiva de Oliveira
( ) Nathan Bezerra Cordeiro

EMOL.	R$ 3,40
FRMMP	R$ 0,17
FAADEP	R$ 0,17
SELO	R$ 1,34
FERMOJU	R$ 0,22
TOTAL:	R$ 5,30

CY128074
Selo 2

Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - CE
22 ABR 2022
ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIÃO
THIAGO FRANCISCO ARAÚJO - TABELIÃO SUBSTITUTO
AMANDA OLIVEIRA DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
NAEL MARQUES DA SILVA - ESC. AUTORIZADO
ANTONIO ALEXANDRE PAIVA DE OLIVEIRA - ESC. AUTORIZADO
NATHAN BEZERRA CORDEIRO - ESC. AUTORIZADO
3º OFÍCIO DE NOTAS
Av. Pe. Antônio Tomás, 920
Tel: (85) 3307-4444
Aldeota - Fortaleza - CE
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
TVON 03
AUTENTICAÇÃO IC0978106

ESTADO DO CEARÁ
Cartório Aguiar - 8º Tabelionato de Notas e Protesto
Tabelião: Antonio Claudio Mota de Aguiar
Av. Des. Moreira, 1000-A, Aldeota, Fortaleza, Ce – CEP: 60170-001
Fone 85 3466-7777 – Sitio: www.cartorioaguiar.com.br
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:
[28JFXS1] - ANDRE SARMANHO DE LIMA ..... da verdade - Valor Total dos Serviços: R$5,30.
Em testemunho _____
Fortaleza, 21 de Janeiro de 2022 às 10:52:34 - Código do Ato: 002001
Escrevente Autorizado: PEDRO LUCAS DE MACEDO VIEIRA.
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

ESTADO DO CEARÁ
Cartório Aguiar - 8º Tabelionato de Notas e Protesto
Tabelião: Antonio Claudio Mota de Aguiar
Av. Des. Moreira, 1000-A, Aldeota, Fortaleza, Ce – CEP: 60170-001
Fone 85 3466-7777 – Sitio: www.cartorioaguiar.com.br
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de:
[28JgNDg1] - ALCEU DE CASTRO GALVAO JUNIOR ..... da verdade - Valor Total dos Serviços: R$10,60.
[28JgNDg1] - ALINE MARIA BALDEZ CUSTODIO ..... da verdade - Valor Total dos Serviços: R$10,60.
Em testemunho _____
Fortaleza, 21 de Janeiro de 2022 às 10:52:34 - Código do Ato: 002001
Escrevente Autorizado: PEDRO LUCAS DE MACEDO VIEIRA.
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

PRENOTACÃO Nº 160663 de 24/01/2022
AVERBACÃO registrada sob o Nº 160629 em 24/01/2022
do REGISTRO Nº 143657 de 06/02/2009

1º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS | CARTÓRIO REGISTRO MICROFILMADO | LEAL Nº 000030

Certifico e dou fé que o documento em papel com 12 páginas, [illegible] apresentado em 24/01/2022, o qual foi registrado sob nº 160629 [illegible] 24/01/2022, sendo este, uma averbação ao registro de nº 143657, registrado em 06/02/2009 no Livro de Registro de Pessoas Jurídicas (Livro A) deste Cartório na presente data.

Natureza: 8º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL

Apresentante: RPG - REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICO E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

CNPJ/CPF: 10.648.067/0001-90

Valor: R$ 200.000,00 Data do Documento: 04/01/2022

Partes: RPG - REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICO E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA - 10.648.067/0001-90, MARIO AUGUSTO PARENTE MONTEIRO - 228.319.163-72, ROBERTO GIOVANI DE MATTOS PEREIRA - 069.879.936-45, ALCEU DE CASTRO GALVAO JUNIOR - 377.922.533-68, ANDRE GIMENIZ GALVAO - 672.107.593-87, ALINE MARIA BALDEZ CUSTODIO - 049.905.744-94, ANDRE SARMANHO DE LIMA - 424.568.602-25

CARTÓRIO PERGENTINO MAIA
Fabiola da Penha Freire
Escrevente Autorizada
Fortaleza - Ceará

FORTALEZA/CE, 24 de janeiro de 2022

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.
Segunda via de certidão.

CERTIDÃO (SEGUNDA VIA - SEGUNDO TRASLADO)
PODER JUDICIÁRIO Estado do Ceará
Selo Tipo 04
Nº AAK496284-F2T9
SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE

3º OFÍCIO DE NOTAS
Av. Pe. Antônio Tomás, 920
Tel: (85) 3304-944
Aldeota - Fortaleza-CE
MAIA

Certifico que a presente cópia Fotográfica é a reprodução fiel do original. Dou fé
Fortaleza - CE
22 ABR. 2022
ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIÃO
THIAGO FERNANDES ARAÚJO - ESC. AUTORIZADO
AMANDA OLIVEIRA DA SILVA - ESC. AUTORIZADA
NAEL MARQUES DA SILVA - ESC. AUTORIZADO
ANTONIO ALEXANDRE ALVA DE OLIVEIRA - ESC. AUTORIZADO
NATHALY CESPEDES CORDEIRO - ESC. AUTORIZADO
UOGJ 03
ABRE/CERTIDÃO 10/04/2019

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES
Nº de Atendimento: 20220124000160
Total de Emolumentos: R$ 917,25
Total FERMOJU: R$ 54,10
Total FRMMP: R$ 45,87
Total FAADEP: R$ 45,87
Total Selos: R$ 27,12
Valor Total: R$ 1.090,21
Base de Cálculo / Atos com Valor Declarado
Bem/Negócio 1: R$ 200.000,00
Detalhamento de cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos
(1) 005026 / (1) 005022 / (3) 005023 / (2) 005012
Selos Aplicados
AAK496284-F2T9

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

PRENOTAÇÃO Nº 30 de 28/01/2022 | REGISTRO Nº 30 de 28/01/2022

Certifico e dou fé que o documento em papel com 12 páginas, foi apresentado em 28/01/2022, o qual foi registrado sob nº 30 em 28/01/2022, no livro 1A folha(s): 126 á 131v deste Cartório na presente data.

Natureza: CONTRATO SOCIAL

Apresentante: ANDRÉ GIMENIZ GALVÃO

CNPJ/CPF: 672.107.593-87

Valor: R$ 200.000,00 Data do Documento: 04/01/2022

Partes: RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULACAO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA - 10.648.067/0001-90

3º OFÍCIO DE NOTAS Av. Pe. Antônio Tomás, 930 Tel: (85) 3304-9944 Aldeota - Fortaleza - CE
Certifico que a presente cópia fotográfica é a reprodução fiel do original. Dou fé
Fortaleza - CE
22 ABR. 2022
ROBERTO FIUZA MAIA - TABELIÃO
THIAGO FERNANDES ARAÚJO
AMANDA OLIVEIRA DA SILVA
NAEL MARQUES DA SILVA
ANTONIO ALEXANDRE PAIVA DE ULHÔA
NATHAN BEZERRA CORREIA
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
AUTENTICAÇÃO 0078114
SELO DE AUTENTICIDADE 2021

EUSÉBIO/CE, 28 de janeiro de 2022

BEL. RODRIGO BRUN
SUBSTITUTO

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito. Primeira via de Certidão.

CERTIDÃO/SEGUNDA VIA/SEGUNDO TRASLADO
PODER JUDICIÁRIO Estado do Ceará
Selo Tipo 04 Nº AAL149340-I4D9
SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE

DISTRIBUIÇÃO/MICROFILMAGEM
PODER JUDICIÁRIO Estado do Ceará
Selo Tipo 01 Nº AAL391661-E6M9 AAL391662-M5M9 AAL391663-L4M9
SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE

REGISTRO RTD E PJ
PODER JUDICIÁRIO Estado do Ceará
Selo Tipo 11 Nº AAL189311-H9I9
SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES
Nº de Atendimento: 20220128000042
Total de Emolumentos: R$ 1.156,42
Total FERMOJU: R$ 71,59
Total FRMMP: R$ 57,77
Total FAADEP: R$ 57,77
Total Selos: R$ 18,11
Valor Total: R$ 1.360,86
Base de Cálculo / Atos com Valor Declarado
Bem/Negócio 1: R$ 200.000,00
Detalhamento de cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos
(1) 005025 / (1) 005010 / (1) 005011 / (3) 005023
Selos Aplicados
AAL189311-H9I9, AAL149340-I4D9, AAL391661-E6M9, AAL391662-M5M9, AAL391663-L4M9

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, DECLARA, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação do profissional **Alceu de Castro Galvão Junior,** que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN0-Coordenador Geral**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA

Eu, **Alceu de Castro Galvão Junior**, inscrito no CPF sob o nº 377.922.533-68, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN0-Coordenador Geral**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

Alceu de Castro Galvão Junior

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.648.067/0001-90, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87, DECLARA**, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação do profissional **André Sarmanho de Lima**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1 - Coordenador Setorial**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA

Eu, **André Sarmanho de Lima**, inscrito no CPF sob o nº 424.568.602-25, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1 - Coordenador Setorial**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 22 de Abril de 2022

André Sarmanho de Lima

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87, DECLARA**, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Aline Maria Baldez Custódio**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, de de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Aline Maria Baldez Custódio**, inscrita no CPF sob o nº 049.905.744-94, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, de de 2022

Aline Maria Baldez Custódio

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.648.067/0001-90, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º 627.107.593-87, DECLARA, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação do profissional **Roberto Giovani de Mattos Pereira**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1 - Coordenador Setorial**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA

Eu, **Roberto Giovani de Mattos Pereira**, inscrito no CPF sob o nº 069.879.936-45, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1 - Coordenador Setorial**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

Roberto Giovani de Mattos Pereira

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, DECLARA, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Henrique Pereira Barcelos**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Henrique Pereira Barcelos**, inscrita no CPF sob o nº 016.121.946-21, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

Henrique Pereira Barcelos

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87, DECLARA**, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Vitor Carvalho Queiroz**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Vitor Carvalho Queiroz**, inscrita no CPF sob o nº 078.201.256-67, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

Vitor Carvalho Queiroz

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, DECLARA, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Vitor Lages do Vale**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Vitor Lages do Vale**, inscrita no CPF sob o nº 070.508.736-08, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

Vitor Lages do Vale

Vitor Lages do Vale

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, DECLARA, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação do profissional **Danilo Madjarof Sertorio**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 26 de abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Danilo Madjarof Sertorio**, inscrito no CPF sob o nº 277.891.838-85, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 26 de abril de 2022

Danilo Madjarof Sertorio

RPG-REINFRA
CONSULTORIA

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A **RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA,** inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, **DECLARA**, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Isabella Tritone Medeiros**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **AS1- Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 27 de abril de 2022

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Isabella Tritone Medeiros**, inscrita no CPF sob o nº 491.196.098-17, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

São Paulo, 27 de abril de 2022

Isabella Tritone Medeiros

RPG-REINFRA
CONSULTORIA

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A **RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87, DECLARA**, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Yasmin Mancini Granja**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 27 de abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Yasmin Mancini Granja**, inscrita no CPF sob o nº 399.450.328-01, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 27 de abril de 2022

YASMIN MANCINI GRANJA

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, **DECLARA**, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Karen Slindvain Florindo**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 19 de Abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Karen Slindvain Florindo**, inscrita no CPF sob o nº 470.077.528-96, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, de 27 de abril 2022

Karen Slindvain Florindo

São Paulo, 31 de outubro de 2013.

Declaro para os devidos fins que, a empresa REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULACAO E INFRA-ESTRUTURAS S/S LTDA, localizada à rua Marcos Macedo, 440 sala 11, Fortaleza – CE, CNPJ: 10648067/0001-90, executou os serviços abaixo listados e conforme escopo em anexo, por meio de contrato com a TCRE ENGENHARIA LTDA, localizada à rua Capitão Macedo nº 30, São Paulo – SP, CNPJ: 67.987.198/0001-10.

- Prestação de serviços de consultoria técnica compreendendo análise, orientação, supervisão apoio à coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Santo André-SP;
- Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Santo André/SP – Componente Resíduos Sólidos.

Por fim, atesto que os serviços foram executados de acordo com os temos elencados no contrato e com excelente qualidade.

Atenciosamente,

Marco Antonio Guardia
Gerente de Projetos
CREA 0600600113
RG: 5.053.323-X

ESCOPO DOS SERVIÇOS REALIZADO PELA REINFRA CONSULTORIA

1 – OBJETO DO CONTRATO

1.1. Prestação de serviços de consultoria técnica compreendendo análise, orientação, supervisão apoio à coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Santo André-SP;

1.2. Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Santo André/SP – Componente Resíduos Sólidos.

2 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 Apoio à coordenação:

- Análise e revisão de parecer jurídico. Complementação do parecer, mais especificamente em relação à questão regulatória;
- Análise dos principais aspectos da proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) que devem ser observados no Plano Municipal de Santo André e orientação aos diversos consultores do Plano;
- Orientação da equipe técnica quanto à coleta de dados primários e secundários, além de fornecimento de bibliografia para apoio à equipe técnica;
- Revisão dos diagnósticos (técnicos, econômico-financeiros e institucionais) produzidos pelos consultores, além de padronização de terminologia;
- Disponibilidade para tirar dúvidas dos consultores acerca do diagnóstico, bem como estar à disposição para discussões pontuais e/ou preliminares;
- Realização de seminário "Regulação e Planejamento" para os técnicos da Prefeitura Municipal e do SEMASA no dia 28 de junho – preparação e execução;
- Apresentação do diagnóstico para os técnicos da prefeitura e do SEMASA no dia 15 ou 16 de julho – preparação e execução;
- Apoio aos consultores na definição dos indicadores, programas, projetos e ações a serem estabelecidos para o Plano;
- Revisão das apresentações elaboradas pela equipe técnica para as apresentações à Prefeitura Municipal/SEMASA;
- Revisão dos prognósticos (técnicos, econômico-financeiros e institucionais) produzidos pelos consultores, além de padronização de terminologia;
- Disponibilidade para tirar dúvidas dos consultores acerca do prognóstico, bem como estar à disposição para discussões pontuais e/ou preliminares;
- Elaboração de diretrizes para a concepção de entidade reguladora municipal de Santo André;
- Participação de 1 (uma) audiência pública para apresentação do Plano ou versão preliminar deste, em data a ser combinada – preparação e execução;
- Compilação e consolidação dos relatórios contendo as versões finais do Plano Municipal de Saneamento.

2.2. Desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico de Santo André – componente resíduos sólidos:

1ª ETAPA – ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

a) Coleta de Dados

A coleta de dados primários e secundários deve abranger:

- Legislação local no campo do saneamento básico, saúde e meio ambiente;
- Estrutura e capacidade institucional existente para a gestão dos serviços de saneamento básico (planejamento, prestação, fiscalização e regulação dos serviços e controle social);
- Estudos, planos e projetos de saneamento básico existentes;
- Situação do sistema de saneamento básico do município, componente resíduos sólidos, tanto em termos de cobertura como de qualidade da prestação dos serviços;
- Tecnologias utilizadas e a compatibilidade com a realidade local;
- Dados e informações de outras políticas correlatas

Para a execução desta fase da 1ª Etapa, bem como das etapas subsequentes, compete a consultoria a coleta de dados secundários e a orientação, elaboração de questionários e planilhas para a coleta de dados primários, cuja responsabilidade está a cargo da TCRE.

b) Análise de Informações, Projetos e Planos Existentes

Com base nos dados coletados pela TCRE junto aos órgãos municipais, notadamente o SEMASA, serão analisadas informações, projetos e planos existentes que se relacionem com a componente resíduos sólidos e que possam influir em tomadas de decisão, bem como serem incorporados ao Plano de Saneamento Básico, e determinar os que necessitam ser complementados, entre os quais:

- População atendida e demanda atual;
- Volume produzido;
- Produção per capita;
- Projeção de demanda futura baseada nos estudos de crescimento populacional;
- Déficit de atendimento – fatores determinantes, causas, conseqüências;
- Principais problemas e sua respectiva freqüência do sistema de coleta e limpeza urbana (falta ou descontinuidade, vetores, dificuldades operacionais, infra-estrutura);
- Caracterização do sistema de coleta e limpeza (roteiros, procedimentos operacionais, infra-estrutura, etc.);
- Arranjo institucional, sistema de gestão, de planejamento, de tarifação, de regulação e de controle;
- Caracterização dos resíduos domésticos, industriais (composição, qualitativa/quantitativa, distribuição espacial);
- Identificação dos planos, programa e projetos em desenvolvimento, já desenvolvido ou em elaboração;

- Caracterização das atividades de catadores (número de catadores, formas de organização, quantidade de lixo processado, principais problemas e dificuldades, etc);
- Caracterização do sistema de reciclagem (volume produzido, ação institucional, conscientização, dificuldades, roteiros e modelos de coleta, etc.);
- Despesas e receitas operacionais;
- Plano de Coleta (domiciliar saúde e industrial);
- Planos/projetos para disposição final.

c) Elaboração do Diagnóstico

Além da apresentação e discussão dos dados anteriormente apresentados nas fases a) e b) da 1ª Etapa, o diagnóstico contemplará a discussão das seguintes aspectos:

- Informações da caracterização dos resíduos sólidos produzidos no município em termos de quantidade e qualidade. Incluir projeções de produção de resíduos para curto e médio prazo;
- Análise da situação da gestão do serviço de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, com base em indicadores técnicos, operacionais e financeiros (a partir de indicadores do SNIS);
- Descrição e análise da situação dos sistemas de acondicionamento, coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos do município. Incluir desenhos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam um perfeito entendimento dos sistemas em operação;
- Identificação de lacunas no atendimento à população pelo Poder Público do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos para as condições atuais e futuras, quanto à população atendida, tipo, regularidade, qualidade e freqüência dos serviços;
- Identificação da cobertura da coleta porta a porta, bem como das áreas de varrição, identificando a população atendida.
- Análise dos serviços de varrição e serviços especiais (feiras, mercados, espaços públicos, praias, etc.). Incluir desenhos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam um perfeito entendimento dos sistemas em operação;
- Identificação das formas da coleta seletiva, quantificando-as e qualificando-as, inclusive quanto aos custos e viabilidade social e financeira, abrangendo os seguintes itens: coleta através da empreiteira contratada pelo poder público para os resíduos secos e úmidos; entrega voluntária por parte dos munícipes, de seus resíduos nas estações de coleta; carrinheiros e catadores
- Inventário/análise da atuação dos carrinheiros/catadores, identificando as áreas de atuação (bairros, ruas, pontos de acúmulo de resíduos e locais de venda dos recicláveis – sucateiros). Identificar o potencial de organização dos carrinheiros/catadores em cooperativas.
- Análise da situação sócio-ambiental dos sítios utilizados para a disposição final de resíduos sólidos. No caso da existência de catadores nos sítios, identificar a possibilidade de incorporá-los a projetos de reciclagem via cooperativas;
- Informação, quando já identificadas, de áreas de risco de poluição/contaminação, e de áreas já contaminadas, por resíduos sólidos e as alterações ambientais causadas por depósitos de lixo urbano.

Ademais, no tocante aos serviços de Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos dos Serviços de Saúde, serão realizadas as seguintes análises:

- Avaliação das soluções adotadas para a destinação dos resíduos de serviços de saúde municipais e dos resíduos de construção e demolição;
- Apresentação de critérios para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, a ser elaborado pelos geradores dos resíduos e identificação da abrangência da coleta e destinação final destes resíduos, conforme a Resolução CONAMA 283/2001;
- Identificação das condições da gestão dos resíduos da construção civil:
  - Definição e implementação do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e dos Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;
  - Situação do gerenciamento dos resíduos da construção civil e implementação de soluções para a Reutilização; Reciclagem; Beneficiamento; e Aterro de resíduos da construção civil (Resolução CONAMA 307/2002).

2ª ETAPA – ELABORAÇÃO DOS PROGNÓSTICOS E ALTERNATIVAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Esta Etapa envolve a formulação de estratégias para alcançar os objetivos, diretrizes e metas definidas para o PMSB, incluindo a criação ou adequação da estrutura municipal para o planejamento, a prestação de serviço, a regulação, a fiscalização e o controle social, ou ainda, a assistência técnica e, quando for o caso, a promoção da gestão associada, via convênio de cooperação ou consórcio intermunicipal, para o desempenho de uma ou mais destas funções.

Nesta Etapa devem-se formular os mecanismos de articulação e integração das políticas, programas e projetos de Saneamento Básico, com de outros setores co-relacionados (saúde, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, educação) visando à eficácia, a eficiência e a efetividade das ações preconizadas.

Além disso, consiste nesta Etapa a análise e seleção das alternativas de intervenção visando à melhoria das condições sanitárias em que vive a população. Tais alternativas terão por base as carências atuais de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Essas carências devem ser projetadas a partir da análise de cenários alternativos de evolução das medidas mitigadoras que possam ser previstas no PMSB para o horizonte de projeto (20 anos).

As diretrizes, alternativas, objetivos e metas, programas e ações do Plano devem contemplar definições com o detalhamento adequado e suficiente a que seja possível formular os projetos técnicos e operacionais para a implementação dos serviços.

O prognóstico do sistema de resíduos sólidos deverá abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:

a) Estimar a produção de lixo e percentuais de atendimento pelo sistema de limpeza urbana, com base nos resultados dos estudos demográficos;

b) Elaborar planilha com estimativas anuais dos volumes de produção de resíduos sólidos classificados em (i) total, (ii) reciclado, (iii) compostado e (iv) aterrado;

c) Propor formas de coleta e transporte dos resíduos, incorporando conceitos de minimização na fonte, visando o conceito de gerenciamento sustentável;

d) Estabelecer critérios para pontos de apoio ao sistema de limpeza nos diversos setores da área de planejamento (apoio à guarnição, centros de coleta voluntária, mensagens educativas para a área de planejamento em geral e para a população específica, ou seja, população vizinha a esses pontos de apoio);

e) Estabelecer critérios de escolha da área para localização do bota-fora dos resíduos inertes (excedente de terra dos serviços de terraplenagem, entulhos etc.) gerados, tanto da fase de instalação (implantação de infra-estrutura), como de operação (construção de imóveis etc);

f) Estipular critérios de escolha de área para disposição final (aterro sanitário) na área de planejamento ou usando aterro já existente em processo de encerramento. Neste último caso, calcular qual o percentual do volume diário aterrado que será representado pelo volume de resíduos gerados na área de planejamento (ano 20);

g) Elaborar planta de situação do(s) destino(s) final(is) dos resíduos sólidos, sobre mapa básico em escala adequada, e indicar o itinerário entre o setor da área de planejamento escolhido e um dos destinos finais ou o destino final, conforme o caso.

3ª ETAPA – ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

O Plano Municipal de Saneamento Básico, componente resíduos sólidos, será elaborado com base no conteúdo do diagnóstico, bem como em experiências bem sucedidas de outros municípios.

O plano deverá estar alinhado com os pressupostos das políticas nacional e estadual de saneamento básico, estabelecendo os seguintes conteúdos e instrumentos:

Princípios e Diretrizes

Apresentação sos princípios e das diretrizes básicas que se constituirão nos fundamentos a orientar a implementação do plano.

Objetivos

Com base nos diversos cenários admissíveis, deverão ser propostos os objetivos gerais e específicos, a partir dos quais serão estabelecidas as metas de curto médio e longo prazo para alcançá-los.

Plano de Metas

Embasado nos cenários e nos objetivos estabelecidos para cada um deles, será estruturado o plano de metas de curto, médio e longo prazo, para alcançar a universalização do atendimento dos serviços de saneamento, observando e compatibilizando-se com os demais planos setoriais.

O plano de metas deverá abordar também questões de natureza complementar, identificadas a partir dos diagnósticos, tais como: jurídicos-legais, administrativas, institucionais e de modelo de gestão, entre outras, de modo a estabelecer horizontes para a institucionalização da Política Municipal de Saneamento e seus respectivos instrumentos: sistema de saneamento, conselho de saneamento, órgãos de regulação, gestão e planejamento, fundo de saneamento, etc.

Programas, projetos e ações

Em função dos objetivos e do plano de metas, serão consolidados, com a respectiva estimativa de recursos, os programas, os projetos e as ações, necessários como instrumentos de operacionalização do plano para atingir as metas estabelecidas. Deve fazer parte o plano de investimentos (com respectivo cronograma financeiro) e as fontes de recursos, guardando a devida compatibilidade com o plano plurianual e com demais planos governamentais.

Avaliar a Política Nacional de Resíduos identificando as fontes de financiamento e atendimento dos requisitos, para a implementação dos seguintes projetos: logística reversa para a coleta de produtos descartados pelos consumidores; melhoria no tratamento e disposição final de resíduos sólidos; formação de cooperativas com os catadores/carrinheiros.

Instrumentos de avaliação e monitoramento

Apresentar os mecanismos de avaliação sistemática, objetivando medir a eficiência e eficácia das ações do plano, assim como a qualidade dos serviços na ótica do usuário. Os indicadores a serem definidos deverão avaliar e verificar se as ações propostas estão atendendo às metas estabelecidas e como estão se configurando os cenários estabelecidos.

Ações de emergências e contingências

Apresentar um plano de ações para atender a situações de emergência e contingência, conforme ocorrências potenciais a serem identificadas. (ex. inundações, enchentes, racionamentos, etc.).

Divulgação do Plano

Apresentar os mecanismos estratégicos para a divulgação do plano no município, assegurando o pleno conhecimento da população.

Compatibilização com a Política e o Plano Estadual de Recursos Hídricos

Apresentar os procedimentos estratégicos e mecanismos para a compatibilização com a política e plano estadual de recursos hídricos ou legislação equivalente.

Outros mecanismos complementares

- Análise da viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços considerando cada um dos cenários, plano de metas, programas, projetos e ações.
- Determinação dos indicadores de prestação dos serviços de saneamento, a serem seguidos pelos prestadores de serviços.
- Determinação dos valores dos indicadores, definindo os padrões e níveis de serviços a serem seguidos pelos prestadores de serviços.
- Definição dos recursos humanos, materiais, tecnológicos, econômico-financeiros, institucionais e administrativos necessários à execução do plano.

Hierarquização das Áreas de Intervenção Prioritária

As metas de curto, médio e longo prazo, assim como os programas, projetos e demais ações, a serem propostas no âmbito do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico, sobretudo os relacionados a investimentos em saneamento nas localidades, serão consolidadas, naquilo que couber, a partir de critérios de hierarquização das áreas de intervenção prioritária. Neste sentido as unidades territoriais de análise e planejamento serão hierarquizadas, para efeitos de execução das ações do plano, com base em uma metodologia a ser definida pela empresa de consultoria a partir de indicadores ambientais e dos serviços de saneamento medidos nas respectivas unidades.

ENCIBRA S.A.
Estudos e Projetos de Engenharia

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULÇAÇAO E INFRA-ESTRUTURA S/S LTDA**, situada na Rua Marcos Macedo nº 440, sala 11, Fortaleza, CE, CNPJ: 10.648.067/0001-90, apoiou a **ENCIBRA S.A. Estudos e Projetos de Engenharia**, CNPJ 33.160.102/0001-23, sediada na Avenida das Nações Unidas, nº 13.797, Bloco 3, 17º andar, Bairro Vila Gertrudes, São Paulo, SP, no desenvolvimento das atividades abaixo descritas, concernentes ao Plano Municipal de Saneamento Básico - Água e Esgoto (incluindo apresentação de Diagnósticos Técnicos e Operacionais dos Sistemas de Drenagem Urbana e de Manejo de Resíduos Sólidos) do Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

1. DADOS DO CONTRATO

Contratante	Encibra S.A. Estudos e Projetos de Engenharia CNPJ: 33.160.102/0001-23
Contratado:	REINFRA Consultoria Econômica e de Regulação e Infraestrutura S/S Ltda. CNPJ: 10.648.067/0001-90
Número do Contrato	CT 47/13
Período de realização:	Data de início: 28 de junho de 2013 Data de conclusão: 25 de outubro de 2013

2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

- Caracterização do Município, Indicadores e Estudo Populacional;
- Identificação, Avaliação e Proposições para os Arranjos Institucionais, Jurídicos e Econômico-Financeiro;
- Diagnóstico Técnico e Operacional dos Sistemas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem e de Manejo de Resíduos Sólidos;
- Proposição de melhorias, modernização e ampliação para os sistemas existentes de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
- Proposição para o Sistema de Informações Geográficas – SIG.

Atestamos que os serviços foram executados conforme as especificações contratuais e de acordo com as normas técnicas pertinentes, aceitos e aprovados pela ENCIBRA S.A Estudos e Projetos de Engenharia.

São Paulo, 21 de outubro de 2020.

Russell Rudolf Ludwig
RNP 200251966-8
Diretor Executivo Administrativo
ENCIBRA S.A. Estudos e Projetos de Engenharia

Avenida das Nações Unidas, 13.797, Bloco 3, 17º andar - Vila Gertrudes - São Paulo - SP - CEP 04794-900
Tel.:(11)5501.1622 - Fax:(11)5506.1662 - E-mail:encibra@encibra.com.br - www.encibra.com.br

Trata Brasil
Saneamento é saúde

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins que a Reinfra Consultoria Econômica e de Regulação e Infraestrutura S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 10.648.067/0001-90, prestou serviços técnicos profissionais especializados para o Instituto Trata Brasil, inscrito no CNPJ sob nº 09.032.648/0001-14, através dos técnicos Alceu de Castro Galvão Junior (inscrito no CREA-CE sob o nº 10.089-D) e Roberto Giovani de Mattos Pereira (inscrito no CREA-MG-107.083/D), com desvelo e eficiência, para elaboração do estudo técnico "**DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE ESCADA / PE – desafios e oportunidades**" que teve como objetivo diagnosticar as condições de prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário e entender a relação destes com os impactos na saúde da população do município.

ESCOPO

Elaboração de estudo técnico acerca do diagnóstico dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e eventuais impactos na saúde pública da população do município pernambucano de Escada, bem como propor contribuições para aperfeiçoamento destes serviços.

PERÍODO

Essa pesquisa teve duração de 96 dias, de 19/01/2016 à 14/04/2016.

PRODUTOS

Produto 1 – Plano de Trabalho Detalhado;
Produto 2 – Relatório Técnico – Dados Secundários;
Produto 3 – Relatório Técnico, versões completa e executiva.

ETAPAS

A realização do escopo proposto, se deu com base nas seguintes etapas:

1ª Etapa – Levantamento e análise das informações primárias e secundárias:

3º OFÍCIO DE NOTAS
Av. Pe. Antônio Tomás, 920
Tel.: (85) 3304-9444
Aldeota - Fortaleza-CE
ATA
CONFERE COM SEU DE AUTENTICIDADE
Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé
Fortaleza - CE
22 ABR 2022
ROBERTO FEITOSA MAIA - TABELIÃO
THIAGO FERNANDES ARAUJO - TABELIÃO SUBSTITUTO
JZP 03 0109124

– Consulta e análise das Leis municipais de Escada – PE, que permitiram avaliar a estrutura administrativa municipal para a gestão do saneamento básico. Foram analisadas a Lei orgânica, Lei que trata da reestruturação organizacional e administrativa do município, Código de Obras, Plano Diretor e Lei de criação do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente.

2ª Etapa – Elaboração e apresentação do Relatório:

Essa etapa teve por objetivo analisar, tabular e discutir os dados levantados, assim como identificar os desafios e a correlação com os impactos na saúde da população do município. Nesta etapa, foi elaborado o Relatório Técnico nas versões completa e executiva, com recomendações à Prefeitura Municipal e ao Prestador de Serviços para enfrentar os desafios para o alcance da universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Dentre as recomendações propostas, destacam-se:

– Adaptações da legislação municipal sobre temas relacionados ao saneamento básico, como a reestruturação organizacional da administração municipal, reformulação do Código de Obras e instituição do Controle Social através do Conselho de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CDUA);

– Diretrizes para o saneamento no âmbito rural;

– Proposta de criação da Política Municipal de Saneamento Básico de Escada, que deverá instituir o Sistema Municipal de Saneamento Básico do município de Escada, compreendendo o arranjo institucional com todas as funções relacionadas à gestão e ao gerenciamento dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, devendo também ser estendido aos demais serviços de saneamento básico, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, definindo os papeis dos atores setoriais e os instrumentos de execução da Política.

– Definição de diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Escada, haja vista o município não o ter elaborado;

– Recomendações de melhorias para a prestação dos serviços pela COMPESA.

3º OFÍCIO DE NOTAS
Certifico que a presente cópia fotostática é a reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - CE
22 ABR. 2022
ROBERTO FRUZ MAIA - TABELIÃO
AEIV 03
AUTENTICADO
1097526

Trata Brasil
Saneamento é saúde

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Pelo presente instrumento, o **Instituto Trata Brasil – ITB**, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1571, conjunto 13C, São Paulo - SP, inscrito no CNPJ sob o nº. 09.032.648/0001-14, neste ato representado pelo seu Presidente Executivo Sr. Édison Carlos, atesta, para os devidos fins que a **Reinfra Consultoria Econômica e de Regulação e Infraestrutura S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob n. 10.648.067/0001-90, localizada na Av. Dom Luís, 1200 – sala 811 – Condomínio Pátio Dom Luís – Torres Business, Aldeota, CEP: 60.160-230, Fortaleza (CE), em atendimento ao Contrato de Prestação de Serviços CT-238-2017, prestou serviços técnicos profissionais especializados para o Instituto Trata Brasil, através dos técnicos Alceu de Castro Galvão Junior (inscrito no CREA-CE sob o nº 10.089-D e RNP: 060089161-5), Aline Maria Baldez Custódio (inscrita no CREA-CE sob o nº 54.869 e RNP: 061396612-0) e Danielle Ferreira de Araújo (inscrita no CREA-CE sob nº 42590-D e RNP: 060619911-0), com desvelo e eficiência, para elaboração do estudo técnico "**Acesso à Agua nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil: Desafios e Perspectivas**" que teve como objetivo realizar estudo sobre a situação do acesso ao abastecimento de água no Brasil, com foco nas localidades rurais e pequenas localidades urbanas das regiões norte e nordeste do País.

ESCOPO

Elaboração de estudo técnico com o objetivo de apresentar um panorama das soluções tecnológicas e dos arranjos institucionais das experiências em saneamento rural em desenvolvimento nas regiões Norte e Nordeste, suas características, desafios e oportunidades; Discutir as experiências de abastecimento de água do ponto de vista normativo, regulatório e técnico; Identificar organizações e iniciativas (públicas e/ou privadas) atuantes nessas regiões que desenvolvam experiências exitosas e que possam servir como exemplos a serem seguidos, bem como apontar recomendações para diferentes atores do setor, na busca pela melhoria do saneamento rural nas regiões norte e nordeste do País.

Instituto Trata Brasil - ITB

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original. Dou fé.
Fortaleza - CE
22 ABR. 2022
1º OFÍCIO DE NOTAS
Av. Pe. Antônio Tomás, 2...
Tel.: (85) 3...
Aldeota - Fortaleza - CE
AUTENTICAÇÃO DE AUTENTICIDADE
UNET 03
AUTENTICAÇÃO
Roberto Feitosa Maia - Tabelião

- Dados e estatísticas produzidas no âmbito das pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;
- Documentos produzidos por entidades que representam modelos de gestão, como Sisar (Sistema Integrado de Saneamento Rural) e Centrais, e aquelas que apoiam tais modelos11;
- Artigos e pesquisas de pós-graduação aplicadas ao saneamento rural.

A análise dos dados permitiu descrever o estado da arte do saneamento rural e das pequenas localidades urbanas no País, identificar os instrumentos e as políticas estaduais voltadas ao saneamento rural, bem como a atuação das organizações (públicas e/ou privadas) com ações em saneamento rural nas regiões Norte e Nordeste.

3ª Etapa – Realização de entrevistas e participação de eventos de saneamento rural:

Após a etapa anterior, de revisão bibliográfica e consulta de informações, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários junto a sete entidades com foco de atuação no saneamento rural nas Regiões Norte e Nordeste. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. As entidades entrevistadas foram:

- Articulação Semiárido Brasileiro – ASA;
- Cáritas Brasileira / Cáritas;
- Central de Associações Comunitárias para Manutenção do Sistema de Saneamento de Jacobina / CENTRAL JACOBINA – BA6;
- Fundação Amazonas Sustentável – FAS;
- Projeto Saúde e Alegria – PSA;
- Sistemas Integrado de Saneamento Rural do Ceará, Piauí e Alagoas.

Também nesta etapa, a equipe técnica participou do VIII Seminário de Gestão dos SISARs e Centrais e do I Encontro Nacional de Gestores Comunitários de Água, entre os dias 24 a 26 de maio de 2017, no município de Guaraciaba do Norte (CE) e da Oficina Regional do Programa Nacional de Saneamento Rural – Região Nordeste, na cidade de Juazeiro, durante os dias 5 a 7 de julho de 2017. Os eventos tinham como objetivo ampliar a integração, cooperação e o

3º OFÍCIO DE NOTAS
Av. Pe. Antônio Tomás, 2...
Tel.: (85) 3304-9...
Fortaleza - CE
Certifico que a presente cópia reprográfica é fiel ao documento original apresentado.
Fortaleza - CE
22 ABR. 2022
DJFG03
AUTENTICAÇÃO
1091510

Trata Brasil
Saneamento é saúde

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Pelo presente instrumento, o **Instituto Trata Brasil – ITB**, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1571, conjunto 13C, São Paulo - SP, inscrito no CNPJ sob o nº. 09.032.648/0001-14, neste ato representado pelo seu Presidente Executivo Sr. Édison Carlos, atesta, para os devidos fins que a **Reinfra Consultoria Econômica e de Regulação e Infraestrutura S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob n. 10.648.067/0001-90, localizada na Av. Dom Luís, 1200 – sala 811 – Condomínio Pátio Dom Luís – Torres Business, Aldeota, CEP: 60.160-230, Fortaleza (CE), em atendimento ao Contrato de Prestação de Serviços CT-247-2017, prestou serviços técnicos profissionais especializados para o Instituto Trata Brasil, através do técnico Roberto Giovani de Mattos Pereira (inscrito no CREA-MG sob o nº 107.083/D, RNP: 140639711-3 e Visto Profissional no Ceará n. 325125), com desvelo e eficiência, para elaboração do estudo técnico "**Exemplos em Saneamento Básico - Municípios provam ser possível universalizar serviços e reduzir perdas de água**" que teve como objetivo diagnosticar, *in loco*, os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município mineiro de Lagoa da Prata.

ESCOPO

Visita técnica ao município de Lagoa da Prata (MG) e respectivo relatório técnico, com vistas a identificar *in loco*, os avanços obtidos pelo referido município em busca da universalização do acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

PERÍODO

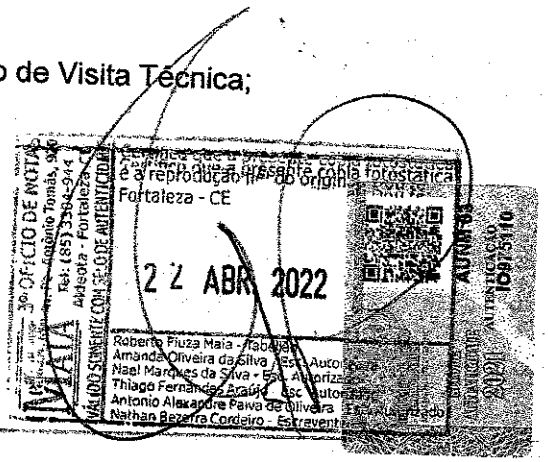
Essa pesquisa teve duração de 9 dias, de 31/08/2017 a 08/09/2017.

PRODUTOS

Produto 1 – Relatório de Visita Técnica;

ETAPAS

Instituto Trata Brasil - ITB



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Pelo presente instrumento, a **FUNDACÍON AVINA**, entidade sem fins de lucro, inscrita no CNPJ sob o número 10.268.706/0001-92, com sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Engenheiro Enaldo Cravo Peixoto, 215 sala 401 – Tijuca , CEP 20.540-106, neste ato representado por representantes legais, atesta, para os devidos fins que a **REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULARIZAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA S/S,** com sede em Avenida Dom Luis, 1200 - sala 811 - Aldeota – Fortaleza/CE – CEP:60.160-230, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.648.067/0001-90, localizada na Av. Dom Luís, 1200 – sala 811 – Condomínio Pátio Dom Luís – Torres Business, Aldeota, CEP: 60.160-230, Fortaleza (CE), em atendimento ao Contrato de Prestação de Serviços I-2017-02289 prestou serviços técnicos profissionais especializados para a **Fundación Avina**, através dos técnicos **Alceu de Castro Galvão Junior** (engenheiro civil, inscrito no CREA-CE sob o nº 10.089-D e RNP: 060089161-5) e Danielle Ferreira de Araújo (engenheira agrônoma, inscrita no CREA-CE sob o nº 42590 e RNP 0606199110), com desvelo e eficiência, para elaboração do trabalho técnico "**APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS PARA AVALIAÇÃO DE PROJETO EM TRÊS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ**", que objetivou realizar trabalho de campo para aplicação de questionários em 3 (três) municípios do estado do Ceará para avaliação de programas em 4 (quatro) comunidades rurais visando conhecer as comunidades beneficiadas pelos projetos de abastecimento de água coordenados pela Avina, no tocante as atuais condições relacionadas à saúde, qualidade de vida e saneamento básico.

Escopo do trabalho e atividades desenvolvidas

No âmbito do Projeto desenvolvido, foram aplicados questionários através de dispositivos móveis nas comunidades beneficiadas com os projetos coordenados pela Fundación Avina, onde foram abordados aspectos relacionados à saúde, saneamento, aspectos socioeconômicos e de segurança.

RPG-REINFRA
CONSULTORIA

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87, DECLARA**, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação do profissional **Alceu de Castro Galvão Junior**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN0-Coordenador Geral**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA

Eu, **Alceu de Castro Galvão Junior**, inscrito no CPF sob o nº 377.922.533-68, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN0-Coordenador Geral**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

Alceu de Castro Galvão Junior

RPG-REINFRA
CONSULTORIA

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.648.067/0001-90, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º 627.107.593-87, DECLARA, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação do profissional **Roberto Giovani de Mattos Pereira**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1 - Coordenador Setorial**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA

Eu, **Roberto Giovani de Mattos Pereira**, inscrito no CPF sob o nº 069.879.936-45, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1 - Coordenador Setorial**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

Roberto Giovani de Mattos Pereira

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, **DECLARA**, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação do profissional **André Sarmanho de Lima**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1 - Coordenador Setorial**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRA-ESTRUTUTRA S/S LTDA

Eu, **André Sarmanho de Lima**, inscrito no CPF sob o nº 424.568.602-25, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1 - Coordenador Setorial**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 22 de Abril de 2022

André Sarmanho de Lima

RPG-REINFRA
CONSULTORIA

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, DECLARA, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Aline Maria Baldez Custódio**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Aline Maria Baldez Custódio**, inscrita no CPF sob o nº 049.905.744-94, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

Aline Maria Baldez Custódio

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.648.067/0001-90, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º 627.107.593-87, DECLARA, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Vitor Carvalho Queiroz**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Vitor Carvalho Queiroz**, inscrita no CPF sob o nº 078.201.256-67, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

Vitor Carvalho Queiroz

Vitor Carvalho Queiroz

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, DECLARA, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Henrique Pereira Barcelos**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Henrique Pereira Barcelos**, inscrita no CPF sob o nº 016.121.946-21, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

Henrique Pereira Barcelos

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.648.067/0001-90, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º 627.107.593-87, DECLARA, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Vitor Lages do Vale**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Vitor Lages do Vale**, inscrita no CPF sob o nº 070.508.736-08, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **EN1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 25 de abril de 2022.

Vitor Lages do Vale

Vitor Lages do Vale

RPG-REINFRA
CONSULTORIA

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, DECLARA, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação do profissional **Danilo Madjarof Sertorio**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 26 de abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Danilo Madjarof Sertorio**, inscrito no CPF sob o nº 277.891.838-85, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 26 de abril de 2022

Danilo Madjarof Sertorio

RPG-REINFRA
CONSULTORIA

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A **RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, **DECLARA**, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Isabella Tritone Medeiros**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **AS1- Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 27 de abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Isabella Tritone Medeiros**, inscrita no CPF sob o nº 491.196.098-17, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

São Paulo, 27 de abril de 2022

Isabella Tritone Medeiros

RPG-REINFRA
CONSULTORIA

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A **RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, **DECLARA**, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Yasmin Mancini Granja**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 27 de Abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Yasmin Mancini Granja**, inscrita no CPF sob o nº 399.450.328-01, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, 27 de abril de 2022

YASMIN MANCINI GRANJA

Modalidade de Licitação	Número
Tomada de Preços	Nº 01/2022
Processo administrativo	**Órgão/entidade e setor**
053.1682.2022.0000101-92	Superintendência de Saneamento

TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO

A **RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **10.648.067/0001-90**, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), **André Gimeniz Galvão** inscrito(a) no CPF sob o n.º **627.107.593-87**, **DECLARA**, para os fins de cumprir as exigências do Procedimento de Licitação descritos no Edital de Tomada de Preço TP nº 01/2022, que tem por finalidade a contratação de empresa para realização de serviços de Apoio a Elaboração de Planos Regionais de Saneamento Básico de 15 Microrregiões de Saneamento Básico (MSB) do Estado da Bahia e Adaptação de 4 (quatro) Planos Regionais de Saneamento Básico às Normas de Referência da ANA, a participação da profissional **Karen Slindvain Florindo**, que integrará a equipe técnica desta empresa, na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, em um prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato.

Fortaleza, 29 de Abril de 2022

André Gimeniz Galvão

RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONOMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S/S LTDA

Eu, **Karen Slindvain Florindo**, inscrita no CPF sob o nº 470.077.528-96, assumo o compromisso de participar do projeto acima relacionado na função de **AS1-Profissional de Nível Superior**, de acordo o estipulado no Edital de Tomada de Preço TP no 01/2022.

Fortaleza, de 27 de abril 2022

Karen Florindo

Karen Slindvain Florindo

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-CE

Nº 270246/2022
Emissão: 20/04/2022
Validade: 31/12/2022
Chave: cZ5yW

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-CE.

Interessado(a)

Profissional: ALCEU DE CASTRO GALVAO JUNIOR
Registro: 0600891615
CPF: 377.922.533-68
Tipo de Registro: REGISTRO DEFINITIVO
Data de registro: 05/03/1991

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ART 7º RES.218/73 - CONFEA
Data de Formação: 19/07/1990

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Documento válido em todo território nacional.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S.S LTDA - ME
Registro: 0010408711
CNPJ: 10.648.067/0001-90
Data Início: 21/07/2021
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-ce.sitac.com.br/publico/, com a chave: cZ5yW
Impresso em: 28/04/2022 às 15:22:55 por: adapt, ip: 177.22.43.134

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-CE

Nº 270885/2022
Emissão: 28/04/2022
Validade: 31/12/2022
Chave: ZBcC3

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-CE.

Interessado(a)

Profissional: ROBERTO GIOVANI DE MATTOS PEREIRA
Registro: 1406397113
CPF: 069.879.936-45

Tipo de Registro: VISTO PROFISSIONAL
Data Inicial: 31/10/2016
Data Final: Indefinido
Número do Visto: 325125

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
Data de Formação: 25/07/2008

ANOTAÇÕES DE CURSOS

CURSO DE ESPECIALIZACAO EM ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Data de Formação: 03/04/2013

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Documento válido em todo território nacional.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S.S LTDA - ME
Registro: 0010408711
CNPJ: 10.648.067/0001-90
Data Início: 15/06/2018
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-ce.sitac.com.br/publico/, com a chave: ZBcC3
Impresso em: 28/04/2022 às 15:23:28 por: adapt, ip: 191.30.247.245

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2910768/2022
Emissão: 28/04/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: 33z0D

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: ROBERTO GIOVANI DE MATTOS PEREIRA

Registro: 1406397113

CPF: 069.879.936-45

Endereço: RUA MONSENHOR GUSTAVO FREIRE, 21, APTO 205, SAO MATEUS, JUIZ DE FORA, MG, 36016470

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 01/08/2008

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

Data de Formação: 25/07/2008

ANOTAÇÕES DE CURSOS

ESPECIALISTA EM ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

Data de Formação: 03/04/2013

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: 33z0D
Impresso em: 28/04/2022 às 14:05:59 por: adapt, ip: 191.30.247.245

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-CE

Nº 270922/2022
Emissão: 28/04/2022
Validade: 31/12/2022
Chave: 8339x

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-CE.

Interessado(a)

Profissional: ANDRE SARMANHO DE LIMA
Registro: 1507725930
CPF: 424.568.602-25

Tipo de Registro: VISTO PROFISSIONAL
Data Inicial: 11/09/2009
Data Final: Indefinido
Número do Visto: 40307

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO SANITARISTA
Atribuição: ART. 18 E 25 DA RES. 218/73, DO CONFEA
Data de Formação: 05/09/1995

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Documento válido em todo território nacional.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S.S LTDA - ME
Registro: 0010408711
CNPJ: 10.648.067/0001-90
Data Início: 25/06/2020
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-ce.sitac.com.br/publico/, com a chave: 8339x
Impresso em: 28/04/2022 às 18:47:16 por: adapt, ip: 201.20.124.49

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-CE

Nº 270336/2022
Emissão: 22/04/2022
Validade: 31/12/2022
Chave: ZZw75

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-CE.

Interessado(a)

Profissional: ALINE MARIA BALDEZ CUSTÓDIO
Registro: 0613966120
CPF: 049.905.744-94

Tipo de Registro: REGISTRO DEFINITIVO
Data de registro: 27/01/2015

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO SANITARISTA E AMBIENTAL
Atribuição: O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES CONSTANTES NAS RESOLUÇÕES 310/1986 E 447/2000 - CONFEA.
Instituição de Ensino: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA/ CAMPOS MARACANAU
Data de Formação: 28/08/2014

ANOTAÇÕES DE CURSOS

ESPEC. EM GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, AMB. E ENERGÉTICOS
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
Data de Formação: 31/05/2018

ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA
Instituição de Ensino: FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Data de Formação: 21/11/2016

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Documento válido em todo território nacional.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: RPG-REINFRA CONSULTORIA ECONÔMICA E DE REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA S.S LTDA - ME
Registro: 0010408711
CNPJ: 10.648.067/0001-90
Data Início: 15/06/2018
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: ACQUASAM ENGENHARIA E CONSULTORIA EM SANEAMENTO, AGRONOMIA E MEIO AMBIENTE LTDA
Registro: 0010469478
CNPJ: 40.022.005/0001-30
Data Início: 13/01/2021
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-ce.sitac.com.br/publico/, com a chave: ZZw75
impresso em: 28/04/2022 às 15:07:17 por: adapt, ip: 45.6.217.98

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2893970/2022
Emissão: 17/03/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: dY3C7

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: VITOR CARVALHO QUEIROZ
Registro: 1407586432
CPF: 078.201.256-67
Endereço: RUA SAGARANA, 180, 501, SAO PEDRO, BELO HORIZONTE, MG, 30330210
Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 03/08/2009

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.
Data de Formação: 31/07/2009

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: HIDROBR CONSULTORIA LTDA
Registro: 0000042420
CNPJ: 19.368.145/0001-78
Data Início: 26/06/2017
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: dY3C7
Impresso em: 17/03/2022 às 14:20:13 por: adapt, ip: 191.185.51.41

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2909082/2022
Emissão: 25/04/2022
Validade: 20/05/2022
Chave: 12daB

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: HENRIQUE PEREIRA BARCELOS
Registro: 1408721856
CPF: 016.121.946-21
Endereço: RUA JOAQUIM COURA, 368, 102, SANTA HELENA, SETE LAGOAS, MG, 35700409

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 30/07/2010

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA. // ARTIGO 4 DA RESOLUCAO 359 DE 31.07.91, DO CONFEA
Data de Formação: 30/07/2010

Descrição

CRQ

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: HIDROBR CONSULTORIA LTDA
Registro: 0000042420
CNPJ: 19.368.145/0001-78
Data Início: 24/03/2022
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: QUADRO TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: 12daB
Impresso em: 25/04/2022 às 10:42:31 por: adapt, ip: 177.182.219.226

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2895734/2022
Emissão: 23/03/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: 6Z5dx

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: VITOR LAGES DO VALE
Registro: 1407658409
CPF: 070.508.736-08
Endereço: RUA CISPLATINA, 437, CASA, CAICARA-ADELAIDE, BELO HORIZONTE, MG, 30770410
Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 20/08/2009

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.
Data de Formação: 13/08/2009

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: HTI GESTAO INTEGRADA DE SEGURANCA DE BARRAGENS LTDA
Registro: 65780
CNPJ: 34.938.321/0001-53
Data Início: 16/06/2020
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: HBR CONSULTORIA LTDA
Registro: 0001083600
CNPJ: 44.368.681/0001-10
Data Início: 06/01/2022
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: HIDROBR CONSULTORIA LTDA
Registro: 0000042420
CNPJ: 19.368.145/0001-78
Data Início: 05/11/2014
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO